UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO – HISTÓRIA: CULTURA E POLÍTICA
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA POLÍTICA

NICOLE MARIA BABUGIA PINTO

MEMÓRIAS DE ENFRENTAMENTO: DEPOIMENTOS DE MULHERES QUE ATUARAM NA RESISTÊNCIA À DITADURA MILITAR PARA A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

MARINGÁ
2024

NICOLE MARIA BABUGIA PINTO

MEMÓRIAS DE ENFRENTAMENTO: DEPOIMENTOS DE MULHERES QUE ATUARAM NA RESISTÊNCIA À DITADURA MILITAR PARA A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestra em História pelo Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá.

Linha de Pesquisa: História Política.

Orientador(a): Prof. Dr. Angelo Aparecido Priori

MARINGÁ

2024

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

Pinto, Nicole Maria Babugia

P659m Memórias de enfrentamento : depoimentos de mulheres que atuaram na resistência à ditadura militar para a Comissão Nacional da Verdade / Nicole Maria Babugia Pinto. -- Maringá, PR, 2024.

200 f.

Orientador: Prof. Dr. Angelo Aparecido Priori.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, 2024.

1. Ditadura militar, 1964-1985 - Brasil . 2. Comissão Nacional da Verdade (Brasil). 3. Mulheres - Depoimentos. 4. Direitos humanos - Violação. 5. Ditadura militar e as mulheres - Brasil. I. Priori, Angelo Aparecido, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDD 23.ed. 981.063

Síntique Raquel Eleutério - CRB 9/1641

Universidade Estadual de Maringá
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Programa de Pós-GraduaçãoemHistória

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

1. **Nome da Aluna**:Nicole Maria Babugia Pinto
2. **Área de Concentração**: História: Cultura e Política
3. **Título da Dissertação**: Memórias de enfrentamento: depoimentos de mulheres que atuaram na resistência à ditadura militar para a Comissão Nacional de Verdade.
4. **BANCA DA DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO:**

   Prof. Dr. Angelo Aparecido Priori – Orientador – UEM

   Profa. Dra. Carla Cristina Nacke Conradi–Unioeste

   Prof. Dr. Reginaldo Benedito Dias– UEM

5. **Data**: 25/07/2024
   Horário: 14h00min
   Local: Remoto- via plataforma Google Meet
6. **Parecer**:
7. **Resultado**: [X] APROVADA
   [ ] REPROVADA
8. **Observações**:Defesa realizada de modo remoto via plataforma Google Meet.

Maringá, 25de julhode2024.

Angelo Priori

Prof. Dr.Angelo Aparecido Priori
(Orientador da dissertação – UEM)

João Fábio Bertonha

Prof. Dr. João Fábio Bertonha
Coordenador do PPH

Av. Colombo, 5790 –Bloco H12 – Sala 16 - CEP 87020-900 – Maringá - PR
Fone: (44) 3011-4857 - Fax: (44) 3011-4895
www.pph.uem.br – e-mail: sec-pph@uem.br

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa não poderia ter sido concluída sem apoio e assistência de diversas pessoas. Primeiro gostaria de agradecer aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação de História da UEM, eu aprendi muito com suas experiências, e suas indicações de leituras me ajudaram a dar forma para a dissertação.

Também gostaria de agradecer ao meu orientador, professor Angelo Aparecido Priori, que me disponibilizou a oportunidade de realizar uma pós-graduação, mas também pelo seu trabalho de ler as versões do texto, sugerir mudanças e me acalmar quando eu não fazia ideia de qual poderia ser o resultado do projeto. Da mesma forma, gostaria de agradecer a professora Carla Cristina Nacke Conradi e ao professor Reginaldo Benedito Dias, ambos presentes na minha qualificação, que deram contribuições essenciais para um melhor aprofundamento das discussões apresentadas na dissertação. Gostaria de salientar essas indicações que eles fizeram, de leituras e sugestões, pois me ajudaram a encontrar um caminho para conseguir dar continuidade à pesquisa.

Gostaria de agradecer também aos meus colegas da pós-graduação, com os quais eu aprendi muito, não só sobre a área acadêmica, mas também sobre a vida: Vanessa, Cristiano, Nayara, Daniela, Lucas, Regina, Igor, Elton, Miguel, Maria Rita e Ana Paula.

Em especial, gostaria de agradecer aos membros do projeto de extensão da UEM, Projeto Crisálida, de música e criatividade, que, além de me ajudarem a aumentar meu conhecimento em música, me deram suporte nos momentos de cansaço físico e emocional. Ao professor e diretor do projeto, Tauan Sposito, e aos membros: Ana Paula, Nora, Gabriela, Mariana, Kelly, Marcel, Nilceia, Silva, Mari Tenório, Viviane, Maria Beatriz e Hugo. Com carinho especial para minhas amigas Gabriela e Mariana, por me ajudarem a espairecer a cabeça quando os neurônios já não funcionavam direito.

Vale ressaltar que esta pesquisa só se tornou possível através da decisão de mulheres corajosas de se exporem ao tomar a iniciativa de depor para uma comissão pública. Diante da dor que vivenciaram, algumas que continuam latejantes, ter optado por deixar seus relatos de forma pública tornaram essa pesquisa viável. Eu espero, sinceramente, ter conseguido respeitar suas histórias e traumas, assim como espero que apresentar e analisar essas vivências possa contribuir de alguma forma para que elas, caso ainda não o façam, valorizem suas vivências e ações, e para que os/as leitoras possam ter empatia se colocando no lugar dessas mulheres. Ler as histórias dessas mulheres me ensinou muito, não apenas sobre História, mas sobre a vida.

Também com grande carinho eu agradeço à minha mãe e ao meu pai. Sem eles essa pesquisa não seria possível, pelos diferentes tipos de apoio que me concederam para que eu pudesse me dedicar aos meus estudos, ainda que nem sabiam o que eu realmente estava fazendo quando disse que teria que escrever uma “dissertação”. Eu agradeço também à minha irmã, que ficou do meu lado durante esse período, me ouvindo explicar como estavam os estágios da escrita e minhas leituras. E pelo suporte dos membros “adotados” pela família, Popy e Doby. Assim como, gostaria de agradecer o trabalho da minha psicóloga, Francielle, que além de me ajudar a me entender mais, me auxiliou na problematização de temas referentes à pesquisa.

“Você sabe que eu acho que as mães, as avós, são mais heroínas. Porque é o seguinte, você está preparado ideologicamente, está preparado, estas mulheres não. São os seus companheiros, seus filhos, e elas vão. Eu lembro da minha mãe, e parece que eu estou vendo uma leoa, assim. Sabe, uma mulher estão bonita, jovem, a mamãe tinha 30 e poucos anos, e entrar aqueles homens em casa, ela não tinha medo nenhum não, ela era muito valente.”

Anita Leocádia Chamorro (depoimento)

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é investigar a atuação de resistência de mulheres durante a ditadura militar (1964-1985) através da transcrição de depoimentos de mulheres coletados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) durante os anos de 2012 a 2014. A Comissão Nacional da Verdade foi um mecanismo instituído em 2012 para, dentre outras atividades, fornecer um canal de escuta para as vítimas de graves violações de direitos humanos ocorridos nos anos de 1946 e 1985. Enquanto primeiro canal de escuta pública dessas memórias, esses depoimentos visavam denunciar as violações sofridas. A partir das transcrições desses depoimentos, esta pesquisa visa investigar sobre a atuação e vivência de mulheres na luta contra a ditadura militar, tendo como foco principal as ações dessas mulheres realizadas dentro de estereótipos do que seria tido como feminino. Para tanto, se levou em consideração depoimentos de mulheres militantes e não militantes, dando ênfase especial para as atuações e violências pelos quais elas passaram. Bem como, buscou-se enfatizar a importância da Comissão Nacional para o reconhecimento das histórias dessas mulheres, a partir da investigação sobre o silêncio presente nos depoimentos.

Palavras-chave: ditadura militar; mulheres; atuação; Comissão Nacional da Verdade.

ABSTRACT

Memories of confrontation: depositions from women who acted in resistance against military dictatorship to Comissão Nacional da Verdade.

The main purpose of this research is to investigate women's resistance actions during the military dictatorship (1964-1985) through the transcription of women's testimonies collected by the Comissão Nacional da Verdade (CNV) during the years 2012 to 2014. Comissão Nacional da Verdade was a mechanism established in 2012 to, among other activities, provide a listening channel for victims of serious human rights violations that occurred in 1946 and 1985. As the first public listening channel for these memories, these testimonies aimed to denounce the serious violations suffered between the years 1946 and 1985. Based on the transcriptions of these testimonies, this research aims to investigate the actions and experiences of women in the fight against the military dictatorship, having as its focus the actions of these women carried out within stereotypes of what would be considered feminine. To this end, testimonies from militant and non-militant women were considered, giving special emphasis to the actions and violence they experienced. As well, we sought to emphasize the importance of the Comissão Nacional da Verdade for listening to these women, based on the investigation into the silence present in the testimonies.

Key-words: military dictatorship; women; acting; Comissão Nacional da Verdade.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADPF- Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

ALN – Ação Libertadora Nacional

AP – Ação Popular

BNM – Brasil Nunca Mais

CEMDP – Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

CENIMAR – Centro de Informações da Marinha

CFMDP – Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos

CIDH – Comissão Interamericana de Direitos Humanos

CNV – Comissão Nacional da Verdade

CONADEP - Comisión Nacional de Desaparición de Personas

Corte IDH – Corte Interamericana de Direitos Humanos

DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informações/ Centro de Operações de Defesa Interna

EUA – Estados Unidos da América

GT – Grupo de Trabalho

GTA – Grupo Tático Armado

IPMs – Inquéritos Policiais Militares

MFPA – Movimento Feminino Pela Anistia

MNR – Movimento Nacionalista Revolucionário

MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

Oban – Operação Bandeirantes

OEA – Organização dos Estados Americanos

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PL – Projeto de Lei

PNDH – Programa Nacional de Direitos Humanos

POLOP – Organização Revolucionária Marxista, editora do periódico Política Operária

PORT – Partido Operário Revolucionário Trotskista

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

SOF – Serviço de Orientação à Família

STF – Supremo Tribunal Federal

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

VAR-Palmares– Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 13

2 A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE E A MEMÓRIA DAS VÍTIMAS 22

2.1 A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE COMO MARCO DE SIGNIFICAÇÃO COLETIVA DO PASSADO 22

2.2 A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE E SUA RELAÇÃO COM A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E O OFÍCIO DO/A HISTORIADOR/A 32

2.3 A MEMÓRIA TRAUMÁTICA PARA A HISTÓRIA 40

3 O TESTEMUNHO DE MULHERES NA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE 49

3.1 OS RESULTADOS ALCANÇADOS PELA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE 49

3.2 GRUPO DE TRABALHO DITADURA E GÊNERO: COMO SE DEU A TOMADA DE TESTEMUNHO 55

3.3 OS DEPOIMENTOS E TESTEMUNHOS DAS MULHERES OUVIDAS PELA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE 58

3.4 AS MULHERES OUVIDAS PELA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE: A "LÓGICA DO AFETO" E OS "CAMINHOS DO CORAÇÃO" 66

4 A LÓGICA DO AFETO NA ATUAÇÃO DAS MULHERES OUVIDAS PELA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV) 76

4.1 AS MULHERES ATINGIDAS SEGUNDO O PAPEL SOCIAL ATRIBUÍDO 76

4.2 ATUAÇÃO DE MULHERES MILITANTES DO AFETO 101

4.3 AS MILITANTES E A LÓGICA DO AFETO 114

5 TORTURA E VIOLÊNCIA SEXUAL COMETIDAS CONTRA MULHERES ... 124

6 A LEI DO SILÊNCIO NAS VIDAS E HISTÓRIAS DAS DEPOENTES DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE 149

6.1 TENTATIVAS DE REPRIMIR AS MULHERES SEGUNDO A NOÇÃO DE GÊNERO 165

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS 175

REFERÊNCIAS 179

FONTES 186

APÊNDICE 198

APÊNDICE A 198

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é investigar a atuação de resistência de mulheres durante a ditadura militar[1] (1964-1985) através da transcrição de depoimentos de mulheres coletados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) durante os anos de 2012 a 2014. A CNV foi instituída no ano de 2011 para investigar sobre as graves violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 até 1988, assegurando o período de maior incidência das violações os anos de 1964 a 1985. Especificamente, as atuações que se buscou investigar foram aquelas que se desenvolveram dentro da lógica do afeto, isto é, ações de resistência que se originaram a partir de expectativas de gênero impostas às pessoas do sexo feminino.

A atuação de mulheres na resistência à ditadura militar começou a ser investigada com mais atenção durante a década de 1990, ressaltando principalmente a presença delas na luta armada e em organizações de esquerda. Ana Maria Colling (1997), que se considera a pioneira nos estudos sobre o tema, chamou atenção para as ações e consequências dos desdobramentos da militância realizada por mulheres, pois elas ao se engajarem no meio militante romperam com o espaço privado até então outorgado e ousaram adentraram o espaço público para a contestação do regime vigente.

Colling identifica que até então o espaço público era predominantemente masculino e o espaço privado era considerado feminino, as militantes romperam com essa dicotomia e conquistaram a área pública, espaço de liberdade e cidadania (1997, p. 95). A invasão desse espaço fez com que a repressão, organizações de esquerda e sociedade em geral buscassem desconstruir as mulheres enquanto sujeitos, atribuindo a elas o carácter desviante e não-político. Para tanto, retiravam de suas escolhas a autonomia, através de rótulos que as definiam como “desviantes” do padrão construído e que foram sempre “desviadas” por outros motivos para o “mal” caminho, daí serem rotuladas pela repressão como putas comunistas. Segundo Colling (1997, p. 102):

> O peso seguinte no caminho da descaracterização feminina, na tentativa de conceituar a mulher como um sujeito político desviante, é acusa-la de viver na promiscuidade. Aos homens presos como subversivos, cometendo portanto o mesmo delito de insubordinação à ordem estabelecida e de contestação ao poder militar, esta acusação não é feita. Certamente, isto faz parte da vida do homem, o relacionamento com várias mulheres, e é prova de sua masculinidade, a mulher que tem relacionamento com vários homens é que é um ser desviante e desmerecedor de respeito.

[1] A definição do período e nomenclatura para a referida fase da História brasileira está em conformidade com a posição do autor Carlos Fico no livro *Além do golpe: a tomada de poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar* (2012). Também a definição do golpe, enquanto um golpe civil-militar seguirá o proposto pelo autor.

Conforme Colling, para a repressão não se podia ser comunista sem ser puta. A mulher direita era aquela que cuidava do lar, que se responsabilizava pela família e pelo cuidado dos/as filhos/as e que permanecia em casa, espaço feminino por excelência. Sair desse local se envolvendo no meio político não fazia parte do esperado, por isso elas eram "desviantes" e sempre amentes de terroristas, ou seja, mulheres que abandonavam suas famílias para correr atrás dos militantes (COLLING, 1997, p. 105).

Se aprofundando nas atuações desempenhadas por essas mulheres que ousaram enfrentar o regime vigente, Olívia Rangel Joffily (2005), a partir da área das Ciências Sociais, sinalizou para a existência de uma gama variada de atuações. A autora entrevistou 11 mulheres que tiveram contato com diferentes organizações, nem todas engajadas como militantes políticas, e se utilizou de outros relatos antigos com o intuito de investigar sobre as possíveis formas de participação feminina na resistência ao regime militar (JOFILLY, 2005, p. 6). A partir da investigação, Jofilly apresentou uma multiplicidade de maneiras pelas quais as mulheres poderiam atuar, como de mulheres exiladas e aquelas que tiveram contato com o espaço político por meio do que a autora chama de "caminhos do coração".

Conforme Joffily (2005, p. 100-101), o conceito de "caminhos do coração" correspondia às mulheres que adentravam o meio político de luta e resistência através de suas relações afetivas, principalmente com maridos, filhas e filhos, passando a atuar nesse mesmo meio. Outra autora que identificou a presença de mulheres que desempenharam ações de oposição à ditadura militar a partir de suas interações afetivas foi Marta Gouveia de Oliveira Rovai (2013).

Investigando sobre a memória masculina e feminina acerca da greve de Osasco em 1968, Marta Rovai (2013) apontou para a existência de atuações de mulheres não militantes políticas que adentravam na resistência a partir do padrão de gênero[2] concebido para mulheres. Se a categoria de "caminhos do coração" contribuiu para dar visibilidade para mulheres que se envolveram na política através de seus relacionamentos pessoais, Marta Rovai se utiliza do conceito de lógica do afeto, cunhado pela autora Elizabeth Jelin (1994), para compreender um tipo específico de atuação feminina que contemplaria as mulheres não militantes políticas, principalmente mães, companheiras e filhas.

A lógica do afeto, segundo Jelin (1994), seria uma lógica da qual as mulheres se utilizariam para agir contra a ditadura militar partindo de noções e expectativas impostas ao

[2] O conceito de gênero seguirá a definição de Joan Scott (1995), mas reconhece-se a existência de outras definições, como as apresentadas pelas autoras Linda Nicholson (2000) e Joana Maria Pedro (2005).

sexo feminino. Por ser uma lógica baseada no que se esperava para “mulheres”, ela não seria compreendida e passaria despercebida pela repressão, majoritariamente masculina.

Dessa forma, mulheres que agiam nessa lógica, conscientemente ou não, conseguiram despistar a repressão e ajudar não só a organização, mas também seus entes familiares. Cabe destacar que as militantes políticas também se valiam do que era esperado para pessoas do sexo feminino, elas se utilizavam na tentativa de passarem despercebidas frente à repressão, dado que recorrendo à lógica do afeto existia alguma possibilidade de passarem despercebidas pela lógica masculina. Contudo, se utilizar da lógica do afeto muitas vezes não só era identificado pelos agentes de Estado como também eles torturaram mulheres que se enquadravam nos padrões de gênero impostos.

Para abarcar a categoria de mães, companheiras, filhas, todas não militantes políticas, o conceito de lógica do afeto também contribuiu na medida em que ajudou a compreender que foram nas expectativas criadas para essas mulheres de serem zelosas, afetuosas, cuidadoras do lar, que a repressão as atingiu. A partir do esforço para cuidarem da família, elas lutavam para preservar seus/as filhos/as, companheiros, pais, tios, entre outros e ousaram desafiar a ditadura militar se valendo do mesmo papel em que foram atingidas, enquanto mulheres zelosas por seus familiares.

Segundo Marta Rovai (2013), as mulheres visitavam seus entes nas prisões, faziam festas de aniversário, serviam cafés para os agentes na tentativa de evitar que eles revirassem a casa, assumiam o sustento do lar quando da prisão de seu companheiro, ao mesmo tempo em que cuidavam dos/as filhos/as. Diante desses exemplos, a questão que norteou a pesquisa foi se, para além da atuação atribuída ao “masculino” como o uso da força física e o ato de pegar em armas, haveria outras ações efetuadas a partir do que se era definido como feminino? Para tanto foram selecionadas 116 transcrições de depoimentos de mulheres na categoria de depoimentos civis coletados pela Comissão Nacional da Verdade, por conta de seu volume relativamente denso de mulheres a serem analisadas e pelo contato anterior com alguns dos depoimentos durante a graduação.

Nos 116 testemunhos não há indicação dos/as responsáveis por transcrevê-los, mas foi possível observar que elas seguiram as principais normas estabelecidas para a transcrição apresentadas por Júlia Silveira de Matos e Adriana Kivanski de Senna (2011). Dentre elas, as partes ininteligíveis estavam assinaladas pela transcritora e/ou transcritor com indicações entre colchetes, os trechos com dúvidas ou silêncios eram marcados por reticências e alguns arquivos que não foram possíveis de transcrever apresentavam a indicação de “arquivo corrompido”.

Além disso, como se tratava de transcrições, não foi possível observar expressões corporais e reações físicas das depoentes, por exemplo, algumas sinalizavam onde as violências haviam ocorrido, mas não se conseguiu discernir o local que se tratava. Também no caso das emoções a única sinalização transcrita remetia a indicativos de “choro” ou “voz embargada”, outras emoções não ficaram visíveis, sendo considerados como momentos que elas poderiam ter falado com vigor, entusiasmo ou perplexidade pelo uso do ponto de exclamação (!).

A pessoa responsável por entrevistar as depoentes na grande maioria das vezes eram interlocutoras da Comissão Nacional da Verdade, participantes do Grupo de Trabalho Ditadura e Gênero instituído pela CNV para dar conta desse tema em específico. Isso significa que não foram feitas perguntas específicas às depoentes relativas ao tema da pesquisa. As tomadas de testemunho seguiram um roteiro estabelecido pela Comissão Nacional da Verdade, geralmente começando com perguntas burocráticas como nome, data de nascimento e cidade, em seguida as interlocutoras passavam a palavra para as mulheres iniciarem suas narrativas. Nem sempre foi possível identificar os dados burocráticos referentes às depoentes, pois algumas já haviam preenchido o questionário ou, por conta de cortes na gravação, a transcrição começava depois que a tomada de testemunho já tinha se iniciado.

Apesar das fontes contempladas pela pesquisa não se constituírem de áudios, não se pode descartar como as transcrições foram criadas. Segundo Danièle Voldman (1998, p. 36), enquanto o arquivo oral seria uma gravação que poderia ser utilizada como fonte e/ou para a formação de arquivos, a fonte oral é construída pela pesquisadora ou pesquisador conforme a sua necessidade para ser utilizada na sua pesquisa. Para Voldman, o/as historiador/a ao analisar uma fonte gerada por terceiros, incluindo a fonte oral, deve ser problematizada como qualquer outro arquivo. Nesse sentido, deve-se levar em consideração a origem das 116 transcrições na metodologia da História Oral.

Os testemunhos prestados à CNV eram frutos de acontecimentos que resultaram em memórias traumáticas. Segundo Elizabeth Jelin (2001), pessoas que experimentaram situações de violência extrema apresentam dificuldade de integrar essas memórias como parte de outras existentes. Essas memórias conduzem a uma tendência de reviver acontecimentos passados no presente, como se fossem experiências passadas que ainda se desenrolam no momento presente. O ato de compartilhar essas vivências sem empatia ou de uma maneira fria por parte do/a depoente pode acentuar o sentimento de um eterno presente. Para evitar isso, segundo Jelin (2001), seria necessário trabalhar com essas memórias no âmbito individual de quem experienciou os acontecimentos, dando um significado para essas memórias. O testemunho pode ser um instrumento importante para contribuir nesse processo, visto que pode se constituir

como um espaço não apenas para narrar de uma forma direta e objetiva, mas que envolva emoções e sentimentos.

A Comissão Nacional da Verdade atuou como um espaço de fala e de construção desse testemunho, mesmo que não foi possível obter informações sobre como essas mulheres se sentiram após a entrevista, o ato de narrar em uma comissão com respaldo público abriu portas para que elas falassem sobre isso em outros locais, como com suas famílias.

Como a memória traumática de mulheres também é permeada pelos efeitos das expectativas de gênero, Jelin (2001) chama atenção para um paradoxo presente na forma como as mulheres recordam acontecimentos. Se os estereótipos para pessoas do sexo feminino as definem como cuidadoras e atenciosas, nos relatos isso se refletiria na maneira como elas narravam suas histórias tendendo a se colocar como coadjuvantes, uma vez que apresentavam suas histórias como secundárias diante das vivenciadas por outras pessoas. Nos depoimentos, desconsiderando as perguntas burocráticas para preencher formulários, foi possível identificar que as depoentes tiveram autonomia para expor suas histórias e eram incentivadas a falarem sobre si mesmas

Como já apresentado, as transcrições de depoimentos civis de mulheres disponíveis somaram 116 nomes, coletados entre os anos de 2012 e 2014. O maior volume de tomadas de testemunho foi realizado durante o ano de 2014, foram aproximadamente 86 depoentes ouvidas somente neste ano, 34 no ano de 2013 e somente 1 em 2012.[3] Essas transcrições estão disponíveis no site oficial da CNV, em formado de PDF, dispostos em uma listagem total da quantidade de depoimentos civis coletados em cada ano.[4] Além disso, no site oficial constam todos os depoimentos disponíveis coletados pela Comissão Nacional, não apenas na categoria de “civis”, mas também na de familiares de vítimas, vítimas militares, de testemunhas, de agentes de Estado e de especialistas.

Levando em consideração que o número de depoimentos analisados era extenso optou-se por apresentar a análise deles por meio de eixos temáticos que foram divididos em capítulos, buscando uma forma mais didática de apresentá-los. Os eixos temáticos foram surgindo conforme se prosseguia com a leitura das transcrições devido à repetição de temas, como da violência sexual e do silêncio, em um maior número de depoimentos e por sua relevância para esta pesquisa. Sendo assim, foram selecionados 4 eixos temáticos para subdividir os resultados

---

[3] A contagem para esses dados foi feita levando em conta o número de depoimentos que foram coletados e não o de mulheres que prestaram depoimento, pois algumas delas repetiram a tomada de testemunho, mas ainda corresponderia a uma mulher em quantidade de mulheres ouvidas.

[4] http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/todos-volume-1/653-v%C3%ADtimas-civis.html. Acesso em: 15 dez. 2023.

encontrados: a) lógica do afeto, b) tortura e violência sexual, c) silêncio e d) a repressão social e estatal às mulheres no campo da identidade de gênero.

Nem todas as mulheres que se encaixaram em um eixo temático foram citadas, porém isso não significa que as histórias das mulheres não apresentadas nos subtópicos não tenham relevância. Optou-se por selecionar algumas que se encaixariam nas temáticas como forma de exemplificar outros casos. Para melhor compreensão da seleção das depoentes citadas cabe aqui apresentar como se deu o tratamento com as fontes.

Ao todo os 116 depoimentos de mulheres somam-se aproximadamente mais de 4.200 páginas. As entrevistas foram realizadas seguindo um modelo padrão, as interlocutoras da CNV solicitavam a depoente que apresentassem seus dados pessoais como o nome completo, data e local de nascimento, para então conceder a palavra às entrevistadas. Quando as/os membros/as da Comissão Nacional da Verdade identificavam uma dificuldade da depoente em iniciar a sua narrativa, com frequência recorriam a perguntas sobre o início da militância ou interação com organizações. A maioria das mulheres se aproveitavam dos questionamentos iniciais e começavam a relatar suas vivências, não só respondendo às interlocutoras como também se aprofundavam em suas histórias com falas longas que prosseguiam por mais de 2 páginas sem interrupções.

Os questionamentos efetuados pelas entrevistadoras tinham como propósito o esclarecimento de algum ponto específico da história narrada ou para relembrar o eixo que a entrevista visava, já que a CNV tinha como foco investigar as circunstâncias das graves violações de direitos humanos. A finalização do depoimento, na grande maioria das vezes, ocorria após a pergunta do que se esperava que o Estado brasileiro pudesse fazer diante das violações vivenciadas, final que poderia ser seguido de algumas falas sem relação ao tema ou pelo corte do áudio.

Com o intuito de investigar sobre as atuações de mulheres na resistência à ditadura militar, optou-se pela divisão das depoentes entre militantes políticas e militantes do afeto. Compreendendo que tanto as militantes políticas quanto militantes do afeto atuavam por meio de ações na luta contra a ditadura militar, foi realizável denominá-las de militantes, pois, assim como as mulheres que estavam engajadas em organizações, aquelas vinculadas por meio dos afetos resistiram à repressão política. Foram definidas como militantes políticas aquelas que estavam engajadas em alguma organização, como também mulheres que participaram do movimento estudantil e sindical ou estavam se preparando para entrar nessas organizações. A categoria de militantes do afeto foi composta por mulheres que não tinham contato com as

organizações diretamente nem com qualquer envolvimento político com movimentos estudantis e sindicais.

No total, 81 depoentes foram consideradas militantes políticas, 30 se enquadraram na categoria de militantes do afeto e 5 não tinham nenhuma relação com a resistência à ditadura militar. Das 30 militantes do afeto, foi possível subdividir nos seguintes grupos: 12 foram consideradas simpatizantes; 7 eram esposas de militantes; 7 eram filhas de mulheres e homens militantes; 6 eram irmãs de militantes. Após a leitura de cada depoimento realizou-se um fichamento de cada um, identificando os dados pessoais presentes nas entrevistas, a sequência dos fatos que elas descreviam, as prisões que ocorreram, a qual organização elas pertenciam e quem ficou responsável pela coleta dos depoimentos.

Durante a leitura dos depoimentos foram investigadas não só as atuações das depoentes, mas também de mulheres citadas pelas entrevistadas, com a finalidade de identificar possíveis atuações que se enquadrariam no conceito da lógica do afeto, entendido enquanto o uso de estereótipos femininos em ações de combate à ditadura militar. Em adição às possíveis práticas desempenhadas, prestou-se especial atenção para a violência da repressão que atingiu as mulheres citadas pelas depoentes que se constituíam, principalmente, de mães.

As entrevistas tinham duração de cerca de 2 horas sendo que algumas das depoentes entraram em contato com a CNV para prestar um segundo depoimento.[5] Não raro suas falas se estendiam por um logo período com poucas interrupções por parte das interlocutoras, que intervinham para fazer perguntas objetivas e se situar na narrativa. Somente foi identificado um caso em que a entrevistada considerou as intervenções como desconfortáveis, nessa situação em específico ela se irritou com interrupções feitas pelas entrevistadoras que visavam incentivá-la a aprofundar sua narrativa sobre uma prisão experienciada, embora a depoente buscasse relatar diferentes acontecimentos que, para ela, eram tão significativos quanto o relato sobre a detenção.

Não só após a leitura de todos os depoimentos como também durante a investigação, outros temas para além das ações de resistência chamaram a minha atenção. Como o objetivo da Comissão Nacional da Verdade era ouvir e identificar as graves violações de direitos humanos ocorridas, as narrativas remetiam aos tipos de violência que essas mulheres foram subjugadas. Diante disso, os relatos de tortura e principalmente de violência sexual me fizeram reparar na sua interação com a temática do silêncio. Com frequência foi possível notar negativas

[5] As depoentes que concederam mais de um depoimento foram: Denise Peres Crespim; Maria Dalva Leite de Castro de Bonet; Darci Toshiko Miyaki; Zenaide Machado de Oliveira; Derlei Catarina de Luca; Maria Cristina de Oliveira Ferreira; Helenita Matos Sipahi.

enfáticas em relação à ocorrência desse tipo de violência mesmo quando esta aconteceu e o silenciamento daquelas que vivenciaram tal sofrimento.

Cabe salientar que para além dos dados pessoais a serem preenchidos, a CNV realizou perguntas objetivas em relação a tipificação da violência sofrida. Os questionamentos mais diretos eram colocados mesmo depois das narrativas das mulheres sobre o acontecido, o que poderia gerar um desconforto por parte das depoentes, sendo que algumas delas optavam por não dar mais detalhes sobre o ocorrido. Seria nesse momento em que se efetuava os questionamentos direitos que as mulheres apresentavam negativas eram enfáticas, principalmente buscando enfatizar que a violência sofrida não se qualificaria como estupro.

Também durante o momento de análise das transcrições o silêncio ganhou destaque, não apenas pela sua relação com a temática da violência sexual, mas pelo sentimento de isolamento que me transmitia. Eu já havia tido contato com bibliografia que indicou o silêncio como um instrumento de proteção e preservação individual diante do trauma vivenciado, como apontou Michel Pollack (1989). Por outro lado, o que se destacou foi que ele era perceptível mesmo entre pessoas que passaram por experiências parecidas, entre companheiros/as que haviam sido presos juntos, por irmãs que vivenciaram traumas no exílio e na prisão, mas também em relações que envolviam filhas/filhos com suas mães que escolhiam não relatar o acontecido.

Por fim, o último tema que despontou da análise das fontes foram as ações por parte da repressão e da sociedade que visavam impor ou recolocar mulheres, consideradas subversivas, na hierarquia de gênero. Visto que algumas depoentes relataram a ocorrência de choques psiquiátricos, exames psicológicos, entre outros acontecimentos que buscavam entender alguma possível razão para que elas agissem enquanto militantes, foram identificadas como uma tentativa de entender o que havia de “errado” com elas, implicando reconhecer que as mulheres não estavam militando por escolha própria, mas por desvios de terceiros.

A apresentação dos resultados da análise desses depoimentos seguirá a seguinte ordem. No capítulo um, será apresentada a Comissão Nacional da Verdade (CNV), especificamente o processo de surgimento em meio ao contexto de disputas de memórias relativas ao período da ditadura militar, bem como a sua contribuição para as vítimas e para com a sociedade brasileira, compreendida como uma forma coletiva de significação do passado. Para entender o caminho até a instalação da CNV também será abordado o conceito de Justiça de Transição, como um mecanismo para lidar com o passado de violações de direitos humanos de determinado país, sendo também abordada os questionamentos sobre a participação de historiadoras e historiadores em comissões ou outras estruturas que tentavam lidar com o passado. Por fim,

será apresentada uma discussão sobre como a historiografia poderia lidar com a memória traumática e alguns desafios desse caminho.

O Capítulo dois abordará os resultados alcançados pela Comissão Nacional da Verdade, incluindo suas conclusões acerca das violações ocorridas, bem como os documentos oficiais produzidos por ela. Neste capítulo, também será apresentado, de maneira mais aprofundada, como a CNV desenvolveu suas atividades, especificamente como se deu a tomada de testemunhos e os formulários que envolvia essa atividade. Os dois últimos subtópicos deste capítulo serão destinados a explicar sobre a memória traumática no plano individual e do testemunho, bem como a especificidade dos depoimentos de mulheres. Também será explicada de forma mais aprofundada o significado e o uso do conceito da "lógica do afeto", incluindo a sua diferença com o conceito de "caminhos do coração", e ainda debatido o conceito de táticas femininas que surgiu a partir da lógica do afeto.

A partir do capítulo três, serão abordados diretamente os depoimentos coletados pela CNV. Este versará sobre as mulheres e a lógica do afeto, se atentando para as táticas femininas desenvolvidas por meio e dentro dessa lógica pelas militantes políticas e militantes do afeto. O quarto capítulo tratará da tortura e da violência sexual, pois além de ser um tema que me chamou a atenção durante a leitura dos depoimentos, acredito que o silêncio sobre o tema deve ser problematizado e desafiado, uma vez que a violência sexual permaneceu por muito tempo restrita ao âmbito privado, inclusive sua erradicação ficou fora da esfera pública e da responsabilidade Estado, que delegava à área privada a sua resolução.

E por fim, o último capítulo está intimamente ligado ao tema da tortura e violência sexual, pois irá se aprofundar sobre o silêncio presente nos depoimentos, especialmente em relação à violência sexual. Dentro dele, também será apresentado a repressão social e estatal às mulheres no campo da identidade de gênero, esse tópico irá trazer exemplos de repressão psicológica e social que visavam modificar e encaixar as mulheres que divergiam para o padrão estabelecido para o gênero feminino.

2 A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE E A MEMÓRIA DAS VÍTIMAS

2.1 A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE COMO MARCO DE SIGNIFICAÇÃO COLETIVA DO PASSADO

Conforme Vicente Arruda Camara Rodrigues (2014), uma comissão nacional da verdade tem como objetivo a busca por uma "verdade histórica" em uma tentativa de contar sobre "o que realmente aconteceu", através da investigação e esclarecimentos dos fatos. Por conseguinte, o resultado não seria de uma "verdade jurídica", com o julgamento das violações de direitos humanos cometidos durante determinado período de uma sociedade. Em relação à Comissão Nacional da Verdade (CNV), instituída pela Lei nº 12.528 de 2011, predominou em seu Relatório Final a intenção de alcançar uma "verdade" sobre as graves violações de direitos humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988 (FRANCO, 2017, p. 118).

Rafael Peixoto de Paula Marques, no artigo *Constituição, memória e história no Brasil recente: reflexões sobre a Comissão Nacional da Verdade* (2015), partindo de uma perspectiva histórica, apontou para a impossibilidade da CNV em produzir uma versão definitiva sobre os fatos. Segundo Marques (2015, p. 227), o debate comparando o julgamento jurídico e a História, especialmente quando se trata do papel de historiadores/as em ambos os espaços, "demostra que a CNV não vai produzir, nem pode, sob pena de minar a sua legitimidade, uma versão definitiva da história, embora possa abrir o campo para a reinterpretação da história oficial".

Conforme Caroline Silveira Bauer (2015, p. 129), diferente da função de um juiz que estabelece uma verdade em um período revogável, para historiadores/as a passagem do tempo é invariável, uma vez que não é possível alterar o passado nem voltar no tempo. Com efeito, uma verdade inquestionável e absoluta não pode ser estabelecida no campo historiográfico.

Partindo da alegoria que compara a verdade absoluta com o final de um túnel escuro, François Bédarida (1996, p. 222) indica que as conclusões históricas nunca vão chegar a alcançar o fim do túnel, porém a busca pela "verdade histórica" deve ser regra de ouro de todos/as os/as historiadores/as, mesmo que só a aproximação seja possível. A verdade em meio ao contexto do túnel seria como uma chama frágil e vacilante na noite, distante, mas que ilumina o caminho e impede que quem trilha caia nas trevas.

Mesmo sabendo que nenhuma pesquisa inclusive os resultados alcançados pela Comissão Nacional da Verdade são considerados verdades inquestionáveis, isso não quer dizer que as investigações e resultados das comissões não tenham importância. Pelo contrário, a CNV

representou um avanço coletivo na maneira como a sociedade brasileira começou a trabalhar com a memória traumática[6] do seu passado recente. Além dela, outras comissões já haviam contribuído para alavancar o trabalho de memória em outros países.

Até a primeira década do século XXI ocorreu o surgimento de cerca de 30 comissões após períodos de violações de direitos humanos, sendo a primeira a Comissão de Inquérito sobre o Desaparecimento de Pessoas realizada em Uganda, em 1974. Conforme Paula Franco (2017, p. 61) em meio ao universo de relatórios já efetivados, pode-se dividi-los em dois tipos a partir da sua origem. O primeiro nasceria da iniciativa governamental, tendo como propósito responder demandas de organizações das vítimas sobre o período analisado e condenar publicamente as práticas recorrentes no mesmo, como se verificou na Argentina (1984) e no Chile (1991). O segundo seria de tipo documental, se originando em ações de setores da sociedade que exigiam maior compromisso com o tema dos direitos humanos por parte dos novos Estados democráticos, correspondendo aos casos do Brasil (1985) e Uruguai (1989).

Como um mecanismo que, em sua maioria, não possuía autoridade judicial para julgar os crimes ocorridos, algumas comissões forneceram informações e debates para a realização de julgamentos posteriores à divulgação dos seus resultados. O relatório final da Comisión Nacional de Desaparición de Personas (CONADEP) foi um dos que contribuiu como elemento informativo e probatório para a realização de procedimentos judiciais que levaram à prisão, posteriormente, de líderes do regime (RODRIGUES, 2014, p. 199).

A CONADEP teve início em 1984, ano seguinte ao fim da ditadura argentina, porém sua criação data de dezembro de 1983 pelo presidente Raúl Alfonsín. O presidente havia sido eleito somente 5 dias antes da instituição da comissão, incorporando demandas elaboradas nos movimentos civis. A CONADEP contou com testemunho voluntário desde o início, produzindo no final o *Informe Nunca Más*. O foco do relatório foi investigar sobre os casos de desaparecimento na Argentina que expressou números elevadíssimos, pois contou com cerca de 30 mil pessoas desaparecidas. Dos dados presentes no relatório final da CONADEP, do total de desaparecidos 30% eram mulheres, 70% homens e 3% gestantes (FRANCO, 2017, p. 62).

Por consequência do *Informe Nunca Más*, foi alterado o nome do primeiro relatório que visava denunciar as violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura militar brasileira. A princípio o relatório seria chamado *Testemunhos Pela Paz*, com a divulgação dos

---

[6] A expressão "trabalhos da memória" conceituada pela autora Elizabeth Jelin (2001), significaria a ação de dar um novo sentido para a memória traumática a partir de sua problematização no presente, através dessa aproximação seria possível criar uma distância entre o passado e o presente, impedindo que a experiência traumática passada invadisse o presente.

resultados alcançados pela CONADEP ele ficou conhecido como *Brasil: nunca mais (BNM)*. A adesão ao título em comum não ficou restrita apenas ao Brasil, outros países da América Latina passaram a aderir como uma espécie de filiação a um objetivo compartilhado, com o intuito de que barbaridades não se repetissem (JOFILLY, 2010, p. 115).

Enquanto o *Informe Nunca Más* foi instituído pelo presidente, as verbas disponibilizadas vieram do Estado e o material coletado foi resultado das denúncias e testemunhos de vítimas, familiares, amigos e das pesquisas feitas pela equipe, o relatório brasileiro foi elaborado em esquema sigiloso e clandestino. O financiamento para o BNM, somando no total 350 mil dólares, derivou do Conselho Mundial de Igrejas e a documentação arquivada provinha de fotocópias dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs) e processos da Justiça Militar. Sendo assim, os testemunhos presentes nesses documentos eram das declarações registradas nos interrogatórios efetuados durante os processos e não concedidos de forma voluntária (JOFFILY, 2010, p. 80).

Segundo Carlos Artur Gallo (2015), os números referentes a ditadura no Brasil, a partir da análise do maço documental arrolado pelo BNM, indicam que cerca de 50 mil pessoas foram presas somente nos primeiros meses depois do golpe, com o número de pessoas mortas e desaparecidas, anterior aos trabalhos da CNV, somando-se 426 nomes, além de um número desconhecido de mortos em protestos. Em adição a esses casos, foram contabilizados 7.367 indiciados/as, 10.034 pessoas atingidas por inquéritos realizados em 707 processos da Justiça Militar, juntamente com 4 sentenças de morte (não consumadas), 130 desterrados/as, 4.862 cassados/as, 6.592 militares atingidos, milhares de exilados/as e centenas de camponeses/as assassinados/as (GALLO, 2015, p. 328).

Além do BNM, no Brasil também publicaram seus relatórios finais de investigação a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), da qual se falará mais adiante, e a Comissão Nacional da Verdade. Seguindo a divisão indicada por Paula Franco (2017), a CNV se enquadra como um relatório de tipo documental, instaurada em meio a um contexto nacional e internacional de reivindicações por parte da sociedade civil brasileira, mas não a partir de iniciativa governamental, como foi o caso da CONADP.

Outro ponto diferente do caso argentino faz referência às medidas judiciais. Se na Argentina o *Informe Nunca Más* contribuiu para o julgamento de perpetradores das violações, no Brasil foi durante a elaboração do projeto de lei da Comissão Nacional da Verdade que medidas judiciais estavam sendo debatidas, vale salientar que essas medidas estavam restritas ao âmbito internacional.

Em 1982, familiares de vítimas moveram processo em busca de informações sobre militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) desaparecidos/as entre 1974-1976 na região do Araguaia, situada na divisa entre três estados do Pará, Goiás e Maranhão. Em virtude de uma demora injustificável para obter decisão judicial, entidades de familiares como a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos (CFMDP), o grupo Tortura Nunca Mais, do Rio de Janeiro e o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL), levaram a demanda até a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1995. Em 2008, a Comissão indicou recomendações que não foram cumpridas por completo pelo Estado brasileiro, por isso o caso foi submetido à Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) em março de 2009 (BRASIL, 2014a, p. 28).

A Corte IDH julgou caso o *Gomes Lund* e outros (se tratando de militantes que desapareceram na Guerrilha) em 24 de novembro de 2010. Como resultado a corte interpretou que a Lei de Anistia de 1979 era incompatível com as obrigações assumidas pelo país quando ratificou e se vinculou à Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Dessa forma, responsabilizou o Estado brasileiro pelo desaparecimento de guerrilheiros/as, apresentando como obrigação a ser cumprida pelo Estado: a permanência de esforços para encontrar os paradeiros das vítimas e o desenvolvimento de formação "de um programa ou curso permanente e obrigatório sobre direitos humanos, dirigido a todos os níveis hierárquicos das Forças Armadas" (BRASIL, 2014a, p. 29).[7]

Além do caso de militantes desaparecidos no Araguaia, Janaína de Almeida Teles no texto *Familiares de mortos e desaparecidos políticos e a luta por "verdade e justiça" no Brasil* (2010), descreveu que as tentativas de ações civis empreendidas na investigação de casos isolados de mortos/as e desaparecidos/as, foram majoritariamente desempenhadas por mulheres, especialmente, filhas, esposas e mães. Como foram os casos de: Elizabeth Challuo Soares, viúva de Manoel Raimundo Soares, Maria Lanari Ferreira, mãe de Raul Amaro Nin Ferreira, Felícia Soares, esposa de Ruy Frazão Soares, Suzana Keninger Lisbôa esposa de Luiz Eurico Tejera, bem como de casos mais conhecidos; como o do dirigente do PCBR, Mário Alves de Souza Vieria, solicitada por Dilma Borges Vieira, sua então esposa.

[7] Importante ressaltar que já havia sido constituída uma Comissão Interministerial, em 2 de outubro de 2003, com a finalidade de obter informações sobre o acontecimento e que levassem a localização dos restos mortais das pessoas desaparecidas. Depois de 3 anos e 5 meses de funcionamento, publicou-se um relatório em 28 de março de 2007, no qual a Comissão sugeria ao presidente da República que determinasse às Forças Armadas a realização de 'rigorosa investigação' sobre a guerrilha, "o que seria de esperar da Comissão Interministerial desde o início de seus trabalhos!" (TELES, 2010, p.290).

As considerações adotadas pela Corte IDH também apontavam para a instalação de uma comissão da verdade, como mecanismo importante para o reconhecimento e responsabilização do Estado (BRASIL, 2014a, p. 29). Apesar da Corte IDH dar sinais para a estruturação de uma comissão da verdade, o Projeto de Lei (PL) relativo à CNV, o PL 7.376/2010, datava de maio de 2010 e já estava tramitando antes da divulgação da sentença da Corte (DIAS, 2013, p. 85).

Em meio a essa conjuntura, em âmbito nacional, no final do ano de 2008, ocorreu a 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos onde, segundo grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo, houve uma tentativa do ministério da defesa de barrar a proposta de debate sobre o eixo Memória e Verdade na pauta dos trabalhos. Foi devido à pressão dos familiares que se inseriu a discussão sobre uma possível instituição de uma Comissão Nacional da Verdade e Justiça (DIAS, 2013, p. 81).

Em 21 de dezembro de 2009 foi instituído pelo Decreto 7.037 o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), nele foi incorporada a resolução elaborada na 11ª Conferência de construir uma comissão da verdade. O primeiro programa foi estruturado no ano de 1996, com o PNDH-1, sendo posteriormente revisado para abranger novas discussões. O PNDH-3 apresentava indicativos para a constituição de um grupo de trabalho que visava elaborar, até abril de 2010, um projeto de lei que instituísse uma Comissão Nacional da Verdade para examinar as violações de direitos humanos, praticadas no período previsto de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição de 1988 (MARQUES, 2015, p. 219-220).

O indicativo para a efetivação de uma comissão da verdade, que já não incluída a palavra "Justiça", se encontrava no *Eixo Orientador VI: Direito à Memória e à Verdade* do PNDH-3, que fez um apanhado das medidas tomadas até então no âmbito desses direitos e propôs:

> a) Designar Grupo de Trabalho composto por representantes da Casa Civil, o Ministério da Justiça, O Ministério da Defesa e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, para elaborar, até abril de 2010, Projeto de lei que institua COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, composta de forma plural e suprapartidária, com mandato e prazo definidos, para examinar as violações de direitos humanos praticadas no contexto da repressão política no período mencionado [...] (PNDH-3, 2009, p. 174).

Antes do programa ser lançado, alterações foram feitas e essas mudanças também repercutiram na lei de criação da CNV. Suas disposições passaram por todas as pastas ministeriais, com a finalidade de conceder maior legitimidade às diretrizes estabelecidas pelas conferências, somando-se no total 31 ministérios em que a proposta tramitou. O programa atrasou em quase um ano a apresentação final devido ao posicionamento contrário do Ministério

da Defesa em relação à apuração das violações durante o período autoritário (GALLO, 2015, p. 330).

Conforme evidenciou Janaína de Almeida Teles, duas diretrizes foram muito criticadas pelas Forças Armadas e pelo Ministro da Defesa, Nelson Jobim. A Diretriz 23 que apontava como intuito do Eixo Orientador VI "promover a apuração e o esclarecimento público das violações de Direitos Humanos praticadas no contexto da repressão política" e a Diretriz 25 que visava "suprimir do ordenamento jurídico brasileiro eventuais normas remanescentes de períodos de exceção" (TELES, 2011, p. 487).

Antes de constar a expressão "graves violações de direitos humanos", a Diretriz 23 possuía o termo "repressão política", mas o seu uso gerou controvérsias. O desconforto tinha como pano de fundo o imaginário da "ideologia de reconciliação", tal ideologia responsabilizava ambos os lados pela violência durante a ditadura militar. Dentro dessa perspectiva, a expressão "repressão política" implicava que a Comissão Nacional da Verdade iria investigar somente "um" dos "lados" atingidos, correspondendo às organizações de esquerda que fizeram oposição à ditadura. Além da mudança de termos, a ampliação do período de análise "possibilitou que crimes cometidos contra opositores políticos na vigência da Segurança Nacional pudessem ser equiparados a quaisquer violações ocorridas entre 1946 e 1988" (GALLO, 2015, p. 332).

Caroline Silveira Bauer (2015) indicou como a "ideologia da reconciliação" estava presente no debate legislativo de criação da Comissão Nacional da Verdade na noite de 17 de novembro de 2011, quando deputados/as debatiam, em regime de urgência, a aprovação da CNV. Enquanto para uns ambos os lados deveriam ser contemplados pela Comissão Nacional da Verdade, para outros predominou a noção temporal de que a ditadura militar seria uma "página virada" e que tocar nesse assunto poderia comprometer a "reconciliação nacional". Ambas as opiniões reforçavam que investigar o período a partir das vítimas da repressão política se constituía como revanchismo.

De fato, segundo Rafael Peixoto de Paula Marques (2015, p. 225) a discussão acerca de "dois lados" é uma ilusão, pois não levaria em conta a natureza do regime político instaurado a partir de 1964, constituído como autoritário, ditatorial e de exceção. Isso quer dizer que os/as militantes, por mais que tenham cometido crimes, não estavam se insurgindo contra um Estado democrático. Além disso, a perspectiva não só tornava irrelevante a desproporção das forças dos dois lados, igualando a força dos/as militantes com toda a estrutura repressiva do Estado, como se ignorava o direito de preservação da integridade física durante a prisão de todas as pessoas consideradas "subversivas" (ASSUMPÇÃO, 2015, p. 123).

A permanência dessa experiência temporal da ditadura sendo uma “página virada” ou mesmo a defesa do período de 1964-1985 como sendo mais um na fase republicana brasileira, pode ser relacionado com o que Janaína Teles concluí e indica em sua tese de doutorado *Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil* (2011). Conforme a autora, no Brasil não houve a derrubada do regime instalado, como se efetuou na Alemanha nazista, nem a sua desmoralização, como aconteceu na Argentina, ademais, não ocorreram processos judiciais para apurar as responsabilidades nem repensar as instituições militares e de segurança (TELES, 2011, p. 24).

Como ressalta Vladimir Safatle (2010), foi construída uma aparência constitucional para um regime de exceção, se mantendo eleições e ainda com direito a partido de oposição, mas, por trás das aparências, se vetavam a escolha de presidentes e governadores, e a oposição permitida era cassada a qualquer sinal de rebeldia. Ao mesmo tempo o governo “[...] assinava tratados internacionais contra a tortura, mas, no fundo, sabíamos que tudo isto estava submetido à decisão arbitrária de um poder soberano que se colocava fora do ordenamento jurídico” (SAFATLE, 2010, p. 251).

Conforme Teles (2011, p. 24), o fim da ditadura militar significou um distanciamento cronológico, mas não um distanciamento crítico. Indício que fica claro ao se refletir sobre a percepção temporal da ditadura como “página virada”, apresentada por Caroline Bauer (2015). Para simpatizantes do regime e mesmo perpetradores das violações, a distância cronológica seria o suficiente para considerá-lo “passado”, contribuído com o silenciamento de debates sobre o período. Já para as vítimas ou para os familiares de desaparecidos/as e/ou mortos/as, o sofrimento é experienciado em um eterno presente. A falta de uma discussão mais profunda pode ser percebida nas medidas que foram tomadas até a instituição da CNV, uma vez que eram de carácter internacional, predominando no meio nacional a experiência da “página virada”.

As permanências do sistema repressivo foi tema dos artigos presentes no livro *O que resta da ditadura: a exceção brasileira* (2010), dos organizadores Edson Teles e Vladimir Safatle. Seu objetivo principal é denunciar a continuidade no meio social, econômico e político de medidas adotadas durante a ditadura, como por exemplo, o artigo 142 define que as Forças Armadas “destinam-se à defesa da pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”. Este artigo poderia corroborar com interpretação de que as Forças Armadas seriam responsáveis por garantir a lei e a ordem, concedendo plenos poderes

para intervir caso julgassem que os “poderes constitucionais” estivessem ameaçados.[8] (TELES; SAFATLE; 2010, p. 48).

Uma das principais causas da permanência das medidas repressivas, se não a maior delas, foi a interpretação da Lei de Anistia de 1979. O grande elemento que abre espaço para a ambiguidade é a presença da expressão “crimes conexos”, sendo que estes “são os praticados por uma pessoa ou grupo de pessoas, que se encadeiam em suas causas. Não se pode falar em conexidade entre os fatos praticados pelo delinquente e pelas ações de sua vítima” (TELES; SAFATLE, 2015, p. 99-100). Caso se interprete como equivalentes a violência da repressão política com a da esquerda armada se incorre no erro de igualar o crime de tortura, considerado de lesa-humanidade, e, portanto, imprescritível segundo o direito internacional, com o crime político (TELES; SAFATLE, 2015, p. 100).

Em 2010 e em maio de 2014 a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), respectivamente, entraram na justiça, por meio de uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) na tentativa de rever a interpretação da Lei de Anistia (1979). A primeira ADPF, submetida pela OAB, foi desconsiderada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) que entendeu que não caberia ao âmbito Judiciário decidir sobre a definição da lei, o que ainda permitia a interpretação de equivalência entre os crimes conexos. A ADPF nº320 empreendida pelo PSOL ainda não obteve parecer do tribunal.

Diante dessas negativas na área judiciária, a aprovação do projeto de lei da CNV com 351 votos a favor, 42 contra e 11 abstenções, e sua instituição por meio da Lei nº 12.528 de 18 de novembro de 2011, representou uma possibilidade de iniciativa coletiva de significação do passado recente, podendo ser interpretada como uma forma de lidar com esse passado de violações de maneira coletiva (BAUER, 2015, p. 121). Com o prazo inicial de 2 anos de duração contando da data de sua instalação, a Comissão Nacional da Verdade iniciou suas atividades em 16 de maio de 2012 se estendendo até 16 de dezembro de 2014 (BRASIL, 2014a, p. 36).

Para o cumprimento de suas atividades, a CNV se organizou em 3 grupos. Conforme Marques (2015, p. 222):

> O regimento interno da Comissão foi publicado no dia 13 de julho de 2012. Baseada neste normativo, a comissão funcionaria dividida em três grupos: a) subcomissão de pesquisa, geração e sistematização de informações; b) subcomissão de relações com

[8] Somente muito recentemente essa interpretação do artigo foi esclarecida pelo Supremo Tribunal Federal que considerou que as Forças Armadas não podem atuar como um poder moderador em relação aos 3 poderes. https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2024/04/6834172-forcas-armadas-nao-sao-poder-moderador-diz-stf.html. Acesso em: 04 abril de 2024.

> a sociedade civil e instituições; e c) subcomissão de comunicação externa. A subcomissão de pesquisa se preocuparia com cinco grandes questões: i) geral (inclui morte, desaparecimento forçado, ocultação e destruição de cadáveres e os casos de tortura e violência sexual); ii) estruturas de repressão; iii) violação de direitos à luta pela terra por motivação política; iv) Araguaia; e v) violações de direitos de exilados e desaparecidos políticos no estrangeiro.

Sua estrutura era composta por 7 conselheiros/as selecionados/as pela presidenta, sendo predominante a presença de juristas:

> Claudio Lemos Fonteles, ex-procurador-geral da República; Gilson Langaro Dipp, ministro do Superior Tribunal de Justiça; José Carlos Dias, advogado, defensor de presos políticos e ex-ministro da Justiça; José Paulo Cavalcanti Filho, advogado e ex-ministro da Justiça; Maria Rita Kehl, psicanalista e jornalista; Paulo Sérgio Pinheiro, professor titular de ciência política da Universidade de São Paulo (USP); e Rosa Maria Cardoso da Cunha, advogada criminal e defensora de presos políticos. Em outubro de 2012, Gilson Dipp afastou-se da CNV por razões de saúde. Em junho de 2013, Claudio Fonteles renunciou ao cargo de membro da CNV, sendo substituído, em setembro do mesmo ano, por Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari, advogado e professor titular de direito internacional do Instituto de Relações Internacionais da USP (BRASIL, 2014a, p. 49).

A presença de Gilson Dipp não foi bem-vista pelas organizações de familiares, pois ele havia representado o Brasil na Corte IDH em defesa do Estado, participando contra os familiares no processo (FRANCO, 2017, p. 85).

Conforme Franco (2017, p.84) não só foram realizadas críticas em relação ao número de membros/as para compor a CNV, considerado limitado, como também elas denunciavam a exclusão de pessoas envolvidas com o tema no colegiado principal da Comissão Nacional da Verdade. A autora também ressaltou que a presença de mulheres nos cargos de comando não foi tão expressiva e na medida em que a hierarquia diminuía, mais mulheres estavam presentes.

A partir das subcomissões de pesquisa foram sendo criados Grupos de Trabalho por meio de Resoluções, divididos em 13 grupos:

> 1) ditadura e gênero; 2) Araguaia; 3) contextualização, fundamentos e razões do golpe civil-militar de 1964; 4) ditadura e sistema de Justiça; 5) ditadura e repressão aos trabalhadores e ao movimento sindical; 6) estrutura de repressão; 7) mortos e desaparecidos políticos; 8) graves violações de direitos humanos no campo ou contra indígenas; 9) Operação Condor; 10) papel das igrejas durante a ditadura; 11) perseguições a militares; 12) violações de direitos humanos de brasileiros no exterior e de estrangeiros no Brasil; e 13) o Estado ditatorial-militar (BRASIL, 2014a, p. 51).

O primeiro grupo a ser instituído foi o GT sobre a Operação Condor, o segundo o grupo sobre as graves violações de direitos humanos no campo ou contra indígenas e, a partir de

dezembro de 2012, foram criados os grupos restantes, não sendo informadas, no relatório do volume I da Comissão, qual foi a ordem de surgimento.

Os resultados foram apresentados em dezembro de 2014 com a divulgação dos 3 volumes do Relatório Final. O primeiro volume apresentou o resultado alcançado por cada GT, bem como trouxe informações de como a CNV foi estruturada e as conclusões e recomendações indicadas para o Estado brasileiro. O segundo volume divulgava pesquisas realizadas de forma independente pelo colegiado da Comissão, sendo aqui situadas pesquisas que tratavam da homossexualidade e das graves violações no campo. Por fim, no terceiro volume constavam informações, conclusões e recomendações referentes às 434 pessoas mortas e/ou desaparecidas de 1946 até 1988. Cabe ressaltar que somente o volume I e o volume III foram assinados pelo colegiado da Comissão, implicando no não reconhecimento por parte do Estado brasileiro do segundo volume do Relatório Final (ASSUMPÇÃO, 2015, p. 125).

No Brasil, ao contrário de outros países que também passaram por períodos de exceção, ocorreu a ausência do excesso de testemunho, predominando o silêncio na área pública. Houve um período de publicações de livros e relatos de memória referentes aos/às militantes que publicavam principalmente histórias individuais, mas um espaço público de escuta ainda não tinha sido disponibilizado (TELES, 2011, p. 42). Segundo Janaína Teles, verificou-se uma divisão de publicações referentes à ditadura militar em três ciclos.

O primeiro ciclo remeteria ao final da ditadura militar e início da transição, quando prevaleceu a publicação de livros sobre a militância que relatavam ações espetaculares com um tom de humor ácido e autocrítico. No segundo ciclo, nos anos 1990, houve um distanciamento histórico na tentativa de uma análise mais acadêmica, o que possibilitou uma abertura para diferentes interpretações, com isso, vozes militares de cunho negacionista despontaram. Ao mesmo tempo, ainda nos anos 90, do lado da esquerda havia uma tentativa de lidar com sentimento de culpa por certas ações desempenhadas pela militância, como crimes e justiçamentos. A publicação do livro *Tiradentes, um presídio da ditadura* (1997), conforme Teles, retomou a autorrepresentação e a figura da vítima no contexto (TELES, 2011, p. 42).

Levando em consideração que Teles publicou sua tese no ano de 2011, a autora conclui que até aquele momento, no Brasil, se sobressia a publicação de relatos subjetivos em primeira pessoa em formato de livros de testemunhos, autobiografias e filmes, não sendo realizada uma tentativa coletiva e social de sistematizar essas memórias. Por conta disso, a sociedade civil não teria acesso às circunstâncias em que se davam as decisões no âmbito da repressão (TELES, 2011, p. 73). Exemplo de como as decisões efetuavam-se às escondidas pode ser identificado no processo de criação dos Destacamento de Operações de Informações/ Centro de Operações

de Defesa Interna (DOI-CODI), em 1970. A implementação transcorreu de forma velada, por ordem do presidente Orlando Geisel através de diretrizes do Conselho de Segurança Nacional e autoridades escaladas pelo presidente da República (TELES, 2011, p. 85).

Outra dificuldade que contribuí para a ausência do trabalho coletiva da memória é a imprecisão de definir qual período remontaria a uma "transição" entre os regimes, visto que a relação entre democracia e autoritarismo seria ambígua. Conforme Marques, a palavra "democracia" está presente e é aceita em diferentes regimes de Estado, mesmo o de exceção (MARQUES, 2015, p. 212). Isso significa que mesmo um regime que não preserva as liberdades individuais básicas, como por exemplo o direito a integridade física, consegue se autointitular como "democrático" e tentar construir essa fachada.

Diante do silêncio predominante, juntamento com uma anistia que mais poderia ser associada a uma anestesia do passado, cabe agora entender quando foi o momento de início da Justiça de Transição brasileira e o que se entende da mesma.

2.2 A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE E SUA RELAÇÃO COM A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E O OFÍCIO DO/A HISTORIADOR/A

A instalação da Comissão Nacional da Verdade no ano de 2012 se insere em um campo amplo da Justiça de Transição que se iniciou alguns anos antes, no final da década de 1990. A Organização das Nações Unidas (ONU) define o conceito de Justiça de Transição como um

> Amplo espectro de processos e mecanismos utilizados pela sociedade para que esta chegue a um determinado acordo sobre violações de direitos humanos ocorridas no passado, de forma a garantir a responsabilização dos culpados, promover a justiça e alcançar a reconciliação. Isso pode incluir tanto mecanismos judiciais como extrajudiciais, com diferentes níveis de participação da comunidade internacional [...] (ONU, 2004, p. 4 *apud* RODRIGUES, p. 187).

Segundo Glenda Mezarobba (2009), a expressão "Justiça de Transição" pode parecer equivocada e passar a impressão de que se trata de uma justiça fixa em determinado período de transição, mas não uma forma diferenciada de justiça. Ainda segundo a autora, embora a Justiça de Transição seja passageira, ela inclui o conceito de justiça não apenas no campo do julgamento de criminosos, mas também de forma abrangente com a recuperação e busca da verdade.

Ainda conforme Mezarobba, transições correspondem a tempos de contestação de narrativas históricas que tem origem quando ocorre a passagem de um reinado de força para o

Estado de Direito, movimento que geralmente se dá de forma precária e continuada. Para a autora, "uma transição implica não apenas mudança de autoridades (uma situação realmente nova), como também de vontade política e desejo de restaurar (ou instalar) a democracia e o Estado de Direito, a fim de que sejam implementadas obrigações de direitos humanos" (2009, p. 112).

O objetivo final da Justiça de Transição é restabelecer o reconhecimento, confiança cívica e solidariedade social enquanto cidadãos/as, com a finalidade de criar condições para que, na sociedade, as pessoas possam se reconhecer enquanto indivíduos. Afinal, se identificar como sujeitos que têm suas ações, mas que também são objeto de outros, contribuí, portanto, para que possam reconhecer o valor das pessoas e conhecer e respeitar os seus direitos (MEZAROBBA, 2009, p. 118).

Contudo, segundo Mezarobba, ter como finalidade a "reconciliação nacional" e possuir carácter restaurativo não impede que as ações de perpetradores de violências sejam julgadas, se faz necessário, porém, que existam condições políticas para tanto. Vale ressaltar que, conforme a autora, o objetivo final deve visar uma verdadeira reconciliação e não uma que promova impunidade, tal qual se efetivou na América Latina (MEZAROBBA, 2009, p.118).

Além da restauração, a Justiça de Transição também apresenta uma dimensão preventiva, presente na elaboração de mecanismos que tenham por finalidade a preservação do direito à memória e à verdade, recorrendo a eles pretende-se evitar que as violações de direitos humanos voltem a acontecer (RODRIGUES, 2014, p. 187). No Brasil, o primeiro mecanismo que se insere no conceito de Justiça de Transição foi a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, criada pela Lei nº 9.140 estabelecida em 18 de dezembro de 1995.

A Comissão Especial tinha como objetivo:

> proceder ao reconhecimento de pessoas mortas ou desaparecidas em razão de suas atividades políticas; de envidar esforços para a localização dos corpos de tais indivíduos; e de emitir parecer sobre os requerimentos relativos à indenização que venham a ser formulados por seus familiares.[9]

Ela foi antecedida e complementada pelo *Dossiê de mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*, ele se constituía em um conjunto de documentos e informações sistematizadas sobre 339 casos de assassinatos e desaparecimentos ocorridos no Brasil e no exterior, resultado

[9] https://www.gov.br/participamaisbrasil/cemdp, Acesso em: 28 nov. 2023. Apesar de sua lei não prever uma data final para suas atividades, a comissão foi desativada no ano de 2022, sendo que até hoje não retornou suas operações, como informa a notícia: https://www.cartacapital.com.br/justica/mpf-recomenda-a-reinstalacao-da-comissao-que-investiga-mortes-e-desaparecimentos-da-ditadura/. Acesso em: 28 nov. 2023.

do esforço dos familiares de vítimas. Boa parte das informações presentes na CEMDP foram baseadas no Dossiê.

Como primeiro passo dentro do campo da Justiça de Transição, o Estado reconheceu a sua responsabilidade pela morte de 136 nomes que foram apresentados no Dossiê, sendo 1 posteriormente descartado. Além das ocorrências do Dossiê, ficou a cargo de familiares ou pessoas entrarem com pedidos de investigação de possíveis outros casos a serem analisados e devidamente indenizados.

Ainda que a CEMDP tenha reconhecido a responsabilidade das violações graças à sua lei de criação, a Comissão Especial ficou restrita ao âmbito da compensação financeira, pois tinha como função deferir ou indeferir os casos submetidos para indenização. A aprovação se dava a partir de documentos disponibilizados pelos próprios familiares, quando houvesse comprovação de envolvimento político das vítimas, incumbindo, assim, o ônus da prova aos parentes das vítimas (MEZAROBBA, 2010, p. 112).

Dessa forma, a CEMDP ficou restrita aos casos que foram apresentados a ela, não partindo da comissão a iniciativa de buscar outros casos, bem como o material que comprovasse a morte ou desaparecimento deveria ser entregue pelo requerente. Além disso, segundo Mezarobba, apesar de ser não a prioridade da CEMDP, a comissão destinou 40 milhões para familiares de 353 vítimas (2010, p. 112).

Outro passo dentro da Justiça de Transição foi a Comissão de Anistia, estabelecida por meio da Lei nº 10.559/2001:

> Estruturada em cinco capítulos, além da declaração da condição de anistiado político, a lei assegura o direito à reparação econômica; à contagem, para todos os efeitos, do tempo em que o perseguido político foi obrigado a afastar-se de suas atividades profissionais, devido à punição ou ameaça de punição; o direito à conclusão de curso interrompido por punição ou ao registro de diploma obtido em instituição de ensino fora do país; e o direito à reintegração dos servidores públicos civis e dos empregados públicos punidos (MEZAROBBA, 2010, p.112).

Diferente da Comissão Especial, a Comissão de Anistia visa anistiar e indenizar vítimas que foram afetadas por conta do seu comprometimento político, e não familiares de vítimas afetadas. Como o seu intuito é averiguar a veracidade das lesões de requerentes, não cabe a ela investigar sobre as circunstâncias de morte e desaparecimento dos casos.

As indenizações concedidas pela Comissão de Anistia são efetuadas em duas formas de pagamento. A primeira corresponderia a uma prestação única de 30 salários-mínimos por ano de punição aos que não tem como comprovar vínculos com alguma atividade laboral à época das violências, sendo que as parcelas não poderiam ultrapassar o valor total de 100 mil. A

segunda opção seria o pagamento em prestação mensal continuada para aqueles que conseguirem comprovar os danos relacionados ao meio profissional, que, dependendo do valor da parcela, ultrapassaria o valor de 100 mil (MEZAROBBA, 2010, p. 113).

Conforme Mezarobba (2010, p. 116-117), essa diferença nas prestações pode levar a interpretação de que o maior impacto, diante da violência da repressão, não foi a tortura, mas sim o prejuízo profissional. Para exemplificar, a autora compara a situação de um operário e um médico/juiz que experienciaram sofrimentos análogos, mas que, por conta das normas, poderia resultar em uma indenização maior para um do que para outro.

Além dessas sinalizações, em ambas as comissões Mezarobba questiona o porquê de não haver menção a palavra vítima nas leis da CEMDP e da Comissão de Anistia, já que a ausência do termo levantaria dúvida sobre a existência de tal figura. Outra indagação feita pela autora seria o motivo da Comissão de Anistia não se chamar Comissão de Reparação às vítimas do Regime Militar ou Comissão de Reparação de Perseguidos Políticos, pois, dessa forma, ficaria explícito o status de vítima das pessoas contempladas pela comissão (MEZAROBBA, 2010, p. 115-117).

Em ambas as comissões predominam algumas obrigações que podem constar nos mecanismos que compõem a Justiça de Transição. Conforme Mezarobba (2009, p. 116), a Justiça de Transição impõe 4 obrigações:

> (1) investigar, processar e punir os violadores de direitos humanos; (2) revelar a verdade para as vítimas, seus familiares e toda a sociedade; (3) oferecer reparação adequada; e (4) afastar os criminosos de órgãos relacionados ao exercício da lei e de outras posições de autoridade.

Ainda conforme a autora, esses deveres se relacionam a um conjunto de direitos, como o direito à justiça, à verdade e compensação.

Analisando a CEMDP e a Comissão de Anistia, é possível identificar que elas não só se inserem na obrigação de revelar a verdade às vítimas e familiares das violações, mesmo que de forma restrita, como também no campo do direito à verdade e memória ao oferecer reparação para as pessoas afetadas, adentrando no campo do direito à reparação, seja ela econômica ou simbólica.

Por outro lado, a obrigação de investigação e punição dos perpetradores das violações, quer seja através do julgamento ou do afastamento de cargos de autoridade, e a obrigação de revelar para toda a sociedade as circunstâncias em que foram cometidas as violações, não foram incluídas nas comissões. Ambas estão restritas ao meio das vítimas ou familiares de mortos/as

ou desaparecidos/as, voltadas para o campo da reparação econômica (MARQUES, 2015, p. 213).

Após entender como as comissões anteriores se inseriam em certos aspectos da Justiça de Transição, cabe agora analisar quais obrigações foram contempladas pela Comissão Nacional da Verdade. Conforme Vicente de Arruda Câmara Rodrigues (2014), é possível identificar seis componentes principais na composição do que se entende por uma comissão da verdade:

> (a) é um órgão de inquérito não judicial (b) estabelecido por um Estado, (c) por um período limitado de tempo, (d) para determinar a verdade sobre violações dos direitos humanos (e) que ocorreram em determinado período histórico (f) com o objetivo de apresentar sugestões de reforma, estabelecer responsabilidades, promover a assistência às vítimas e recomendar reformas visando à não repetição das atrocidades (RODRIGUES, 2014, p. 199-200).

Nesse sentido, a CNV se insere dentro desses compromissos como a) uma comissão estabelecida pelo Estado que não possuía autoridade judicial para levar a julgamento perpetradores de violências, b) que tinha como objetivo investigar as graves violações de direitos humanos praticadas no período previsto de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição de 1988, c) com intuito de promover o direito à memória e a verdade para que as violações nunca mais voltassem a acontecer. A CNV, seguindo estas características, seria um mecanismo adotado para se obter respostas que parte da sociedade ansiava, mas ainda não poderiam ser obtidas pelo meio judicial (MARQUES, 2015).

Segundo Paula Franco (2017, p. 31), as comissões também são permeadas por conflitos de interesses entre alas mais conservadoras e outras mais progressistas, que interferem e compõe as estruturas das comissões. A CNV poder ser analisada como exemplo da interferência de debates, já que mudanças foram efetuadas durante seu processo de criação, como as alterações realizadas nas Diretrizes 23 e 25 apresentadas anteriormente.

Os documentos resultantes das atividades das comissões são construídos “necessariamente em períodos pós-ditatoriais, com objetivo de reestabelecer a confiança social no Estado”. Inseridas nesse contexto de disputa de interesses, as comissões da verdade são reveladoras na medida em que os embates o permitirem (RODRIGUES, 2014, p. 213).

Ainda que as comissões sejam frutos de debates políticos, isso não significa que se adaptar as condições possíveis deveria levar a aceitação da impunidade. Segundo Glenda Mezarobba (2009), durante a vigência da Justiça de Transição a natureza da transição política, ou seja, as negociações empreendidas e as características das elites no poder, devem ser levadas

em consideração especificamente nos casos em que o Estado foi o responsável pelas violações. Se atentar para essas características tem como intuito lidar com as especificidades do contexto local, para imputar a responsabilidade e evitar a impunidade.

Para Paula Franco (2017), tanto a CNV como CEMDP foram resultados de pressão da sociedade civil e organizações familiares em busca do direito pela memória e verdade, na tentativa de esclarecer as violações de direitos humanos, mortes e desaparecimentos perpetrados por agentes do Estado. Apesar de identificar a CNV como resultado mais de lutas da sociedade civil do que de debates sobre a Justiça de Transição, Paula Franco apresenta a Comissão Nacional da Verdade enquanto "o expoente mais emblemático das estratégias de efetivação de uma justiça de transição à brasileira" (2017, p. 87).

Quer a CNV tenha sido resultado primordialmente de debates sobre a Justiça de Transição quer de demandas da sociedade civil, a Comissão Nacional da Verdade se estabeleceu como consequência de ambos os fatores. Como demonstrou Rodrigues (2014), a CNV não só se inseriu como mecanismo dentro dos apontamentos indicados para a Justiça de Transição, como partiu de demandas de familiares e luta por maiores investigações sobre os fatos.

Com relação ao cumprimento das obrigações da Justiça de Transição, a CNV, como as outras comissões, foi impedida de levar a julgamento os perpetradores das violações. Por outro lado, a Comissão Nacional da Verdade possibilitou a divulgação de maneira mais abrangente de informações sobre as circunstâncias de morte e desaparecimento de militantes. Graças à ampliação de sua abrangência e sua instituição como um recurso estatal de reconhecimento, a CNV serviu como caixa de ressonância política e pública para os depoimentos das vítimas das violações (ASSUMPÇÃO, 2015, p. 121).

Como espaço público de escuta, a Comissão Nacional da Verdade possibilitou o confronto de versões entre perpetradores e vítimas, além de um espaço de escuta pública com repercussões no âmbito individual. No decorrer da leitura das transcrições, foi possível identificar que o silêncio ainda era uma lei que as depoentes impunham a si até o momento do testemunho, quando algumas delas relataram que apenas contaram para seus/as filhos/as suas experiências alguns meses ou semanas antes da tomada do depoimento. Nesse sentido, ter suas histórias consideradas verdade e amparadas pelo Estado pode ter auxiliado para que elas compartilhassem suas experiências traumáticas, memórias que, como será analisado à frente, tendem a ficar escondidas e isoladas mesmo no âmbito privado.

Elizabeth Fernandes Xavier Ferreira (1996) ao entrevistar 13 mulheres militantes, indicou que as entrevistas permitiriam às militantes a constituição de uma outra interpretação do passado e presente de suas vidas. Mesmo se tratando de uma possibilidade, a autora afirma:

“O que me parece claro, contudo, é que seus testemunhos permitem-lhes alcançar uma noção mais acabada de quem foram, ao mesmo tempo que lhes oferecem a oportunidade de redefinirem quem são” (FERREIRA, 1996, p. 40-41).

Talvez a CNV tenha correspondido, para as depoentes, a esse espaço de encontros com as versões no passado e presente apontado por Ferreira. Além de que poderia ser uma oportunidade para pessoas que nunca falaram ou que abordavam o assunto com poucos, transmitirem sua história não só no privado como também no espaço público.

Ainda assim, a Comissão Nacional da Verdade foi criticada em razão da falta de publicidade de suas atividades. Conforme Reginaldo Benedito Dias:

> Em junho de 2012, um mês após a nomeação de seus membros, a CNV reuniu-se, em São Paulo, com movimentos de direitos humanos e de familiares dos mortos e desaparecidos, dos quais recebeu uma carta de reivindicações. Conforme noticiário, ‘os familiares pediram que os encontros passem a ser abertos e amplamente convocados, e que as investigações se concentrem no período de 1964-1985’ (DIAS, 2013, p. 77).

Além da falta de diálogo com a comunidade externa, a CNV também teve seu “debate sempre esteve centrado, sobretudo, entre intelectuais ligados à academia, pessoas envolvidas com a ditadura – militares, pessoas perseguidas e familiares dessas – e representantes políticos” (FRANCO, 2017, p. 79).

Fora do meio político, militante e acadêmico, os debates não foram profundos para grande parte da sociedade brasileira. Do mesmo modo, durante a efetivação da CEMDP e da Comissão de Anistia, Glenda Mezzaroba (2010) chamou atenção para a restrição da luta desempenhada em favor dos direitos das vítimas e obrigações do Estado às pessoas diretamente ligadas com as violações. No caso das duas comissões a falta de interação com outros setores da sociedade fica mais evidente, já que em ambas os casos analisados deveriam ser submetidos pelas vítimas ou familiares, centrando as discussões entre integrantes desse conjunto.

A amplitude limitada da Comissão Nacional da Verdade pode ser percebida na ausência de debates profundos no meio social, em oposição a sua efervescência no meio acadêmico. Enquanto a discussão de memória e testemunho aflorava na academia, problematizando se historiadores/as ficariam, possivelmente, responsáveis pelo monopólio no trabalho com o passado e mapeando sobre as aproximações e distanciamentos entre o ofício do historiador/a e do juiz/a, no meio social esse debate não estava presente.

Para os/as historiadores/as é explícita a dificuldade de testemunhar em um tribunal, onde o seu papel de testemunha se baseia também no papel de profissional da História ou ainda

participar da elaboração de um documento que tem como finalidade alcançar uma "verdade histórica", o que seria impossível para a historiografia. Entretanto, a sociedade em si não tem esse olhar para a História e acabam esperando que, de fato, historiadores/as escrevam sobre História, caso não, outros setores podem ocupar esse lugar.

Ainda que a Associação Nacional de História (ANPUH) desaprovou a falta de historiadores/as entre os/as membros/as principais da CNV, a crítica era dirigida para o meio acadêmico, uma vez que, para grande parte da sociedade brasileira, a presença ou não de historiadores/as no colegiado principal não iria fazer muita diferença. Apesar da falta de profissionais da História entre os/as membros/as principais, eles/elas estiveram presentes em outros âmbitos da comissão, contribuindo para a construção de temas, principalmente no segundo volume da comissão (SILVA, 2020).

Isso não significa dizer que a CNV não pode ser explorada em aspectos relevantes ao meio acadêmico, como por exemplo Caroline Silveira Bauer (2015) identifica na Comissão Nacional da Verdade um novo marco na articulação temporal proposta por François Hartog.[10] Contudo, levando em consideração que a intenção da CNV era conceder a maior publicidade possível para os resultados, questionar a presença de historiadores/as entre os membros principais não seria relevante para boa parte da sociedade, mas talvez a sua presença poderia ter contribuído para a identificação dos trabalhos realizados pelos/as historiadores/as em outros setores da organização da comissão e para diminuir o negacionismo sobre o período (SILVA, 2020, p. 53).[11]

Analisando como as discussões sobre o estudo e a abordagem da memória interferem no ofício do/a historiador/a, o autor Tzvetan Todorov (2000) propõe o uso da memória em duas abordagens. Para o autor, a memória, principalmente a memória traumática, pode ser utilizada de maneira exclusiva, não comparável, e outra de forma exemplificativa, se valendo da comparação não para inferiorizar a experiência traumática vivenciada, mas como forma de prevenir que algo parecido volte a ocorrer. É na instância preventiva que Todorv classifica o ofício do/a historiador/a, mais do que uma discussão sobre sua função de juiz da História, ao

---

[10]François Hartog (2013) criou o conceito de regime de historicidade corresponde a articulação social construída entre os tempos presente, passado e futuro, onde um deles teria predominância sobre o outro durante um período cronológico de tempo.

[11] Para mais informações sobre esse debate, consultar SILVA, Natália Aparecida Godoy da. A atuação dos historiadores na Comissão Nacional da Verdade: limites, contribuições e disputas pela representação do passado. 2020. 152 p. Dissertação (História) UFJF, Universidade Federal de Juiz de Fora, juiz de Fora, 2020. Dentre outras pesquisas que investigam sobre a CNV se pode citar a de Caroline Silveira Bauer (2017) e de Cecília Riquino Heredia (2023).

ser intimado a expor sobre uma “verdade”, o autor ressalta o dever de apresentar maneiras de prevenir que tais acontecimentos se repitam:

> El trabajo del historiador, como cualquier trabajo sobre el pasado, no consiste solamente en establecer unos hechos, sino también en elegir algunos de ellos por ser más destacados y más significativos que otros, relacionándolos después entre sí; ahora bien, semejante trabajo de selección y de combinación está orientado necesariamente por la búsqueda no de la verdad sino del bien (TODOROV, 2000, p. 31-32).

O campo acadêmico já reconheceu que a CNV não produziu uma versão definitiva sobre a História, pois poderia perder a sua legitimidade. Por outro lado, a Comissão Nacional da Verdade também pode contribuir para reunir uma memória que ficou restrita a áreas específicas de envolvidos/as com o tema, familiares de vítimas, vítimas e ainda com a esfera acadêmica (MARQUES, 2015, p. 227). Ao mesmo tempo, apresentar essas memórias poderia ajudar no processo de transição, restabelecendo a confiança cívica e evitar, ao máximo possível, o retorno desses regimes.

Como uma demanda do tempo presente a escuta pública das testemunhas proporcionada pela CNV, mais do que construir de uma versão unívoca dos fatos, poderia auxiliar na realização de debates “sobre os fundamentos de legitimidade da nossa atual Constituição e o que queremos que ela signifique para as gerações futuras” (MARQUES, 2015, p. 229).

2.3 A MEMÓRIA TRAUMÁTICA PARA A HISTÓRIA

Conforme Todorv (2000), os casos de destruição de memória anteriores ao século XX pretendiam eliminar da memória oficial elementos como documentos, livros e estelas, permanecendo registros não oficiais, como relatos orais e poesias. Já durante os regimes totalitários do século XX, surgiu o perigo da supressão da memória, do apagamento da própria existência por meio da destruição em si dos que possuíam essa memória, como se sucedeu com a queima dos cadáveres dos campos de concentração. No contexto da supressão da memória, lembrar seria resistir.

Ainda segundo o autor, a memória é construída mediante uma seleção que deve ser feita livremente, é um direito que sociedades e indivíduos têm de conhecer e dar a conhecer sua história, porém “la exigencia de recuperar el pasado, de recordarlo, no nos dice todavía cuál será el uso que se hará de él” (TODORV, 2000, p. 14). Além disso, para Todorov, a disputa entre lembrar e esquecer, mais especificamente entre a “memória contra o esquecimento”,

esconde a luta entre duas memórias distintas que tentam impor a sua versão definitiva sobre o passado, seria então uma disputa entre “memória contra memória” (2000, p. 19).

Diante de diferentes memórias que se contrapõem, Elizabeth Jelin (2001) procura entender a definição de temporalidade em face das múltiplas subjetividades que compõe as memórias no tempo. Para isso, Jelin aponta que “el presente contiene y construye la experiencia pasada y las expectativas futuras” (2001, p. 25). Isso implica dizer que a articulação temporal, contendo as múltiplas subjetividades, compreenderia os tempos da seguinte forma: o passado seria experiência e o futuro expectativa, ambos estariam inseridos no presente, espaço onde a produção humana se realizaria. Nesse sentido, as diferentes memórias em confronto no presente, além de jogarem com o modelo de passado que querem estabelecer, construído em cima de suas experiências, também levam em conta o futuro que imaginam para si.

Segundo Edson Teles (2010), em decorrência de 21 anos de repressão teria se formado um fosso de esquecimento no Brasil. Tal fosso, poderia não corresponder a um esquecimento em si, mas a prevalência de um silenciamento dentre as memórias possíveis que permaneceriam subterrâneas ou obliteradas até o surgimento de uma oportunidade para eclodirem (POLLACK, 1989).

A permanência das memórias das vítimas enquanto subterrâneas, pode estar ancorada no que Paula Franco (2017) denomina de democracia simulada. Para Franco, a democracia simulada teria como base o esquecimento que mascara a continuidade do estado de exceção, através da perpetuação de crimes de violação de direitos humanos sem julgamento e da tentativa de escondê-los por meio do esquecimento. A frágil estabilidade dessa democracia fica evidente nas notícias frequentes de massacres, maus tratos e torturas que povoam os jornais, cabe salientar que esses crimes impunes não são resultados apenas da ditadura militar ou do Estado Novo, eles possuem raízes na escravização do povo negro e na extinção dos povos originários.

Contudo, para quem vivenciou experiências de violências ou para quem perdeu familiares por conta delas, a contradição presente na democracia simulada, expressa ao se apresentar como democracia, mas permitir a continuidade de elementos contrários ao regime democrático, fica evidente.

Conforme Caroline Silveira Bauer (2015), para aquelas pessoas que sofreram com a violência do Estado durante a ditadura militar, o passado transbordou para o presente, impedindo assim a visão de um futuro. Entretanto, se para essas pessoas o trauma continua a assombrar o presente, para aquelas alheias aos acontecimentos da época, ou principalmente para

aquelas que defendem o período como sendo o de uma "Revolução",[12] a articulação da memória remete ao ritmo institucional do Estado que detém uma sequência temporal ligada ao tempo cronológico.

Durante a análise dos depoimentos foi possível discernir que pessoas que tiveram contato com a repressão identificavam a continuidade da violência do Estado. Uma das perguntas obrigatórias em quase todos os depoimentos, remeteria a quais os mecanismos que o Estado brasileiro poderia recorrer diante das violações que as depoentes sofreram. Nas respostas, muitas citaram episódios de notícias de jornais sobre ações violentas realizadas por forças estatais, como o episódio conhecido como crimes de maio de 2006, onde mais de quinhentas pessoas foram mortas por policiais em retaliação à morte de agentes promovidas pelo Primeiro Comando da Capital (PCC).

Até a instalação da CNV se sobressaiu a ausência de um canal público de escuta de memórias de sobreviventes. Segundo Caroline Silveira Bauer (2015), durante momentos posteriores ao fim da ditadura militar as memórias foram transmitidas (se é que foram) no âmbito privado, processo que a autora indicou como sendo de "privatização da memória". Nele as memórias ficariam restritas às vítimas, não sendo possível construir um ponto final para as experiências nem um sentimento de alteridade para os não envolvidos/as.

Em meio a leitura das transcrições dos depoimentos, consegui perceber que muitas pessoas, tanto homens como mulheres, nunca chegaram a conversar sobre o que vivenciaram, nem mesmo no espaço privado. Existiram casos de mães e pais que morreram sem relatar diretamente para os/as filhos/as a sua história como militante e sobre o contato com a repressão, de modo semelhante algumas mães afirmaram ter contado para seus/as filhos/as somente algumas semanas antes de prestar seu testemunho para a Comissão Nacional da Verdade.

Segundo Enrique Serra Padrós (2017), a simples oposição entre memória e esquecimento não consegue abarcar a complexidade entre o lembrar e o esquecer. Conforme o autor, existe uma oposição inserida na percepção de que o ato de esquecer só pode ocorrer com algo de que se tem memória, tanto em uma ação individual como coletiva, pois

> Somente pode-se apagar o que alguma vez foi lembrança; e só pode ser lembrado o que foi conhecido. Portanto, como apagar o que se desconhece dentro de um quadro de fortes indícios de persistente sonegação de informação? (PADRÓS, 2017, p. 2).

---

[12] Alguns setores dentro das Forças Armadas constroem essa memória. Como exemplo disso é possível citar o livro *Orvil: tentativas de tomada de poder*, elaborado na segunda metade da década de 1980, que foi criado para se contrapor à publicação dos resultados do projeto Brasil Nunca Mais. "A obra sistematiza a ideia de que as forças armadas salvaram o Brasil de três escaladas de avanço comunista: a primeira tentativa de tomada do poder - 1922-1954; a segunda tentativa de tomada do poder - 1955-1964; a terceira tentativa de tomada do poder - 1970-1973" (DIAS, 2013, p. 90).

O autor define esse apagamento como desmemória, visto que não só se verifica o apagamento da memória, mas também da própria história.

Padrós (2017, p. 3) relembra que o esquecimento é natural, não sendo possível se lembrar de tudo, mas quando o esquecimento está presente em um plano coletivo e é aplicado no sentido de ocultamento, como o silêncio e o esquecimento sobre os desaparecidos/as políticos/as, o segmento afetado passa a ser identificado como um grupo que sofreu o processo de exclusão histórica, se constituindo, como o autor chama, de um grupo "sem-registro" de memória. Conforme Padrós, o silêncio em âmbito oficial resulta na institucionalização das práticas repressivas e acaba contribuindo para suprimir a vontade de obter justiça da memória coletiva por parte das vítimas (2017, p. 4).

Se essas foram as consequências para a sociedade, no âmbito individual a impossibilidade de datar e pontuar a experiência traumática, fez com que pessoas que carregam essa experiência permanecessem em conflito permanente entre lembrar ou esquecer, rompendo com o status ontológico do passado. Já os perpetradores das violências, ou mesmo quem considera o período como mais um na história republicana brasileira, aproximam-se da percepção cronológica do tempo. Diferenças que remetem, respectivamente, a percepção temporal como tempo dos vencidos e tempo dos vencedores (BAUER, 2015, p. 131).

Também Elizabeth Jelin (2001) nos auxilia a compreender como se constitui a percepção traumática. Para Jelin, o trauma se configura quando memórias reaparecem no presente, através de diferentes formas, mas que não conseguem ser incorporadas narrativamente. É a impossibilidade de dar significado para essas memórias, persistindo os sintomas de dor e sofrimento, que mantém sua presença no momento presente configurando o trauma (2001, p. 28).

O que torna memorável um acontecimento é o compromisso afetivo com esses momentos, o narrar é uma "manera en que el sujeto construye un sentido del pasado". Não se trata, necessariamente, de acontecimentos grandes e importantes, mas daqueles que tenham carga afetiva. Isso significa que a recordação é um processo subjetivo que também incorpora o momento em que se vive: "El acto de rememorar presupone tener una experiencia pasada que se activa en el presente, por un deseo o un sufrimiento, unidos a veces a la intención de comunicarla." (JELIN, 2001, p. 27).

Nesse sentido, o esquecimento não é ausência ou vazio, mas a permanência dessa sensação de que algo falta, que algo estava ali, mas não está mais. Em outras palavras, algo no presente ainda reativa lembranças de experiências passadas, experiências essas que foram

“apagadas”, porém ainda estão emitindo sintomas captados no presente. Nas falas das depoentes o esquecimento pode ser observado, como já apontava Michael Pollack (1989), por cortes nas falas, nomes e informações esquecidas.

O esquecimento como ausência ocorre porque se trata de memórias traumáticas, não somente de memórias de curto ou longo prazo. Isso implica dizer que as experiências geradoras de tais memórias fizeram com que a pessoa rompesse não apenas com o processo linear, mas também com as referências teóricas e sociais que possivelmente ajudariam a lidar com as referidas experiências. Conforme Elizabeth Jelin:

> Fue necesario el paso del tiempo, e inclusive la llegada de una generación nacida en la posguerra que comenzara a preguntar e interrogar a sus mayores, para reconocer e intentar dar contenido a la brecha histórica que se había creado en la capacidad social de testimoniar, ya que los testimonios no fueron transmisibles, o integrables, en el momento en que se producían los acontecimientos. Sólo con el paso del tiempo se hizo posible ser ‘testigo’ del testimonio, como capacidad social de escuchar y de dar sentido al testimonio del sobreviviente (JELIN, 2001, p. 84).

Um exemplo que ajuda a compreender esse rompimento foi apresentado por Walter Benjamin. Conforme a autora Beatriz Sarlo (2007), Benjamin diante dos resultados da Primeira Guerra Mundial notou a presença de um esgotamento nos relatos dos soldados, resultado da experiência extenuante que dava origem a eles. O choque e o trauma “teria liquidado a experiência transmissível e, por conseguinte, a experiência em si mesma”, os soldados mudos não encontram no meio em que se veem, formas de narrar o que lhes tinha acontecido (SARLO, 2007, p. 25).

Maurice Halbawchs (1968) explica que quando a sociedade é submetida a uma intensa transformação, como a Primeira Guerra ou a ditadura militar, a passagem de um tempo ao outro não se dá de modo contínuo, os dois contextos subsistem, apesar de se sentir a necessidade de substituir tanto um como o outro. A presença de vestígios já é suficiente para a permanência, mesmo assim os diferentes contextos são impenetráveis uns aos outros e acabam coexistindo lado a lado. Dentro dessas conjunturas, grupos com pensamento diferentes dividem materialmente o mesmo espaço e tem sua própria duração, mas o tempo em si é imóvel (HALBAWCHS, 1968, p. 154).

Diante da permanência dessas percepções temporais e memórias distintas que, como foi exposto acima, dividem o mesmo espaço, a pergunta que permanece é: como dar significado para a experiência traumática? Elizabeth Jelin (2001) propõe um caminho que faz uso do trabalho da memória.

Conforme Jelin, quando a memória invade e se fixa no presente, principalmente nos casos traumáticos, gera repetição e compulsão, mas a repetição por si só não se configura como trabalho da memória e causa perigos como o excesso de passado e o esquecimento seletivo (manipulado). Para escapar dessa situação é preciso trabalhar a memória, isso significa tentar incorporá-la e perder a fixação, não apenas evitá-la e reviver o acontecimento (JELIN, 2001, p. 14).

É um trabalho que leva tempo e, através da quebra da fixação, torna possível o esquecer, isto é, deixar de lado de maneira saudável sem ter sintomas paralisantes de dor quando e se a memória retornar. Como resume a autora:

> la actuación del trauma, que casi siempre implica repeticiones de síntomas, retornos de lo reprimido o reiteraciones ritualizadas, sirve a menudo como anclaje de identidad. Se genera entonces una fijación en ese pasado y en esa identidad, que incluye un temor a la elaboración y al cambio, ya que esto significaría una especie de traición a la memoria de lo ocurrido y lo pasado. Elaborar lo traumático (working through) implica poner una distancia entre el pasado y el presente, de modo que se pueda recordar que algo ocurrió, pero al mismo tiempo reconocer la vida presente y los proyectos futuros. En la memoria, a diferencia de la repetición traumática, el pasado no invade el presente sino que lo informa (JELIN, 2001, p. 69).

Isso transcorre no âmbito individual. No plano coletivo, para superar repetições dos acontecimentos traumáticos e os esquecimentos políticos, também se faz necessário utilizar o distanciamento para “tomar distancia y al mismo tiempo promover el debate y la reflexión activa sobre ese pasado y su sentido para el presente/futuro” (JELIN, 2017, p. 16). Com efeito, é preciso não só aprender a recordar e a trabalhar o passado, como também refletir sobre a ligação entre memória e política e memória e justiça. (JELIN, 2017).

Separar de forma inteligível o campo individual e o campo coletivo na memória é um desafio que sempre esteve presente na área das humanidades. Para Maurice Halbawchs (1968), as pessoas nunca se encontram sozinhas, mas imersas em narrativas coletivas, quer seja de forma direta, por meio da presença física, quer seja de maneira indireta, como através de livros e experiências de outras pessoas. Para o autor, a lembrança pode se organizar de duas maneiras, de forma individual e coletiva, sendo que o indivíduo participaria das duas formas de memória.

As duas maneiras de lembrar se interpenetram, contudo, não são completamente indistintas, a memória individual pode até se apoiar na coletiva como para preencher lacunas (caso dos livros e experiências de outras pessoas), nela também pode se confundir em alguns momentos, já a memória coletiva não pode se perder ou ser confundia com a memória individual, ela as contém. Na medida em que uma memória individual entra para o âmbito

coletivo, a memória coletiva deixa de ter uma consciência individual, transformando-se assim sua aparência (HALBAWCHS, 1968, p. 72).

Elizabeth Jelin indica que a memória coletiva:

> es el entretejido de tradiciones y memorias individuales, en diálogo con otros, em estado de flujo constante, con alguna organización social —algunas voces son más potentes que otras porque cuentan con mayor acceso a recursos y escenarios— y con alguna estructura, dada por códigos culturales compartidos (2001, p. 22).

Dessa forma, a autora define, se utilizando da expressão no plural, memórias coletivas como o entrelaçamento entre tradições e memórias individuais de um grupo, que podem ter seus códigos culturais, como ideologias e tradições, mais ou menos abrangentes, dependendo dos recursos disponíveis. Talvez seja possível definir enquanto memórias coletivas as diferentes experiências com o passado sobre a ditadura militar, e mesmo também as percepções temporais entre "vencidos" e "vencedores", já que ambos os grupos são permeados por memórias individuais e códigos culturais.

No caso da análise de memórias traumáticas a tenção entre o individual e o coletivo fica ainda mais evidente. Para se construir uma realidade historiográfica é preciso que a análise seja coletiva, isso traz a necessidade de "transformar los sentimientos personales, únicos e intransferibles, en significados colectivos y públicos queda abierta y activa. La pregunta que cabe aquí es si es posible 'destruir' lo que la gente intenta recordar o perpetuar" (JELIN, 2001, p. 56).

Tzvetan Todorv (2000) denomina de "abusos da memória" quando uma memória traumática é definida como intransitável e incomparável, por ela ser fruto de uma experiência singular de violência. O autor compreende que isolar as memórias traumáticas de um acontecimento em si mesmas, impediria que elas fossem utilizadas para denunciar outras arbitrariedades através da comparação.

Assim sendo, para que as memórias traumáticas possam ser utilizadas como memória exemplar, Elizabeth Jelin propõe a realização de ações nos dois âmbitos, pessoal e coletivo. Primeiramente, é preciso:

> superar el dolor causado por el recuerdo y lograr marginalizarlo para que no invada la vida; por el otro —y aquí salimos del ámbito personal y privado para pasar a la esfera pública— aprender de él, derivar del pasado las lecciones que puedan convertirse en principios de acción para el presente. (JELIN, 2001, p. 58).

Nesse sentido, a ação de “trabalhar a memória” também seria utilizada nos dois campos, no sentido individual, já apresentado, e no sentido coletivo. A palavra “trabalho” implica produção, isto é, transformação pela pessoa que realiza mudanças em si mesma e ao mundo. Falar de trabalho da memória, e de trabalhar com a memória, suscita também a transformação do mundo social que remeteria a parte coletiva desse trabalho (JELIN, 2001 p. 14).

Somente é possível transformar a memória traumática em uma experiência com sentido por meio da narração, e esta é sempre coletiva. Para Jelin (2001, p. 37) “la ‘experiencia’ es vivida subjetivamente y es culturalmente compartida y compartible”, por isso, quem compartilhar dessa cultura construída vai partilhar dessa memória. Além do mais, conforme a autora, existem agentes sociais que criam produtos culturais para “materializar” esse passado, são os veículos da memória, que podem atuar como portadores de uma memória oficial.

Para que servem essas memórias oficiais? Jelin questiona. Para reforçar sentimentos de pertencimento, manter a coesão social e defender fronteiras simbólicas. Enquanto memórias oficiais se difundem, por vezes, narrativas alternativas se silenciam no âmbito da intimidade, se tornando “memórias privadas’ (2001, p. 40). Conforme Michael Pollack (1989), a existência de uma memória oficial não inibe a presença de outras memórias e grupos, pois na medida em que essa memória oficial se estabelece, “memórias subterrâneas” permanecem no silêncio, que, para o autor, não significa desistência, ao contrário, representa persistência e aguardo, esperam a erupção de um momento de tensão ou crise que afete a memória oficial, para que possam emergir e romper com o silêncio. Em suas palavras “O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais” (POLLACK, 1989, p. 5).

No Brasil, existiram memórias e espaço para relatos de sobreviventes, mas elas ficaram relegadas ao espaço privado e quando eram divulgadas, como quando ex-militantes publicavam relatos de memórias, ainda assim partia da iniciativa pessoal. Assim, na área pública predominou o silenciamento sobre a temática, não se verificando uma tentativa de escuta dessas memórias, o que evoca o conceito de desmemória de Enrique Serra Padrós (2017), o qual define que é preciso primeiro existir uma memória consolidada para ser possível o seu esquecimento.

Conforme Pollack (1989), o silêncio também se encontra de forma individual, como nas vítimas da *Shoa* ou combatentes recrutados de forma forçada na Alsácia. Para o autor, a continuidade do silêncio das vítimas tem raízes na dificuldade de encontrar escuta e outras razões pessoais, como na intenção de poupar filhos/as. Também para aqueles/as que colaboraram de alguma forma, o tema pode ser considerado tabu, como ocorreu com membros

da comunidade judia que mesmo visando um consentimento tático preparavam listas de deportados/as e, por conta disso, optaram pelo silêncio.

No decorrer de entrevistas realizadas com um grupo de mulheres sobreviventes da *Shoa*, Pollack identificou o silêncio sobre si e não o esquecimento como uma condição necessária para a manutenção da comunicação com o meio-ambiente, como se em determinados momentos da história narrada, o silêncio fosse necessário para conseguir continuar relatando ou vivendo em determinado local (1989, p. 13). Para vítimas que sofreram além do limite compreendido pela sociedade, o silêncio além de possibilitar acomodação social, também representaria uma recusa de que sua experiência fosse enquadrada na memória, "é como se esse sofrimento extremo exigisse uma ancoragem numa memória muito geral, a da humanidade, uma memória que não dispõe nem de porta-voz nem de pessoal de enquadramento adequado" (1989, p. 12).

Os momentos de crise e tensão nos quais afloram questões que aparentemente não podem ser revolvidas pelos códigos culturais colocados, seriam pontos para o despertar de memórias subterrâneas, mas será que seria suficiente para que memórias subterrâneas de vítimas viessem à tona? Pollack aponta algumas razões para que estas rompam com o silencio. Em primeiro lugar as testemunhas oculares sabem que vão desaparecer em breve, por conseguinte a fala seria uma maneira de impedir que suas lembranças caiam no esquecimento. Para além disso, testemunhar também é uma oportunidade de contar para seus/as filhos/as sobre experiências passadas (POLLACK, 1989, p. 7).

Nos depoimentos analisados foi possível observar que algumas mulheres traziam filhos/as para ouvir o testemunho, como foram os casos de Ilma Maria Horsth Noronha e Berenice Fialho Moreira, em ambos as filhas quase não tinham conhecimento sobre a experiência das mães que apenas passaram a falar sobre o tema recentemente. Derly Marluce dos Santos além de levar a filha para o seu testemunho, aceitou a gravação que a interlocutora ofereceu ao saber que a depoente iria passar por um transplante, para deixar registrado a sua história quando não estivesse mais presente.

Assim, foi possível observar que a CNV permitiu uma abertura para a recepção de vítimas ou de familiares, que até então estavam restritas ao âmbito da privatização das memórias e ao meio militante de organizações de vítimas ou familiares de vítimas. Possibilitando a escuta pública dessas mulheres, mas também de homens que se dispuseram a depor, a Comissão Nacional da Verdade pode ter contribuído para trabalhar a memória tanto no seu sentido coletivo como individual, pois não só promoveu a escuta pública e divulgação de depoimentos, como também um espaço de relato de memória para que aqueles/as pudessem relatar a experiência passada e, quem sabe, refletir sobre suas histórias.

3 O TESTEMUNHO DE MULHERES NA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

3.1 OS RESULTADOS ALCANÇADOS PELA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

O estabelecimento da Comissão Nacional da Verdade trouxe expectativas e debates tanto no meio político e social, como no meio historiográfico. Além das críticas por parte daqueles que defendiam a ideologia da reconciliação nacional, a CNV criou expectativas nas organizações de familiares e vítimas que buscavam informações sobre o paradeiro de seus entes queridos, criando a esperança da abertura de novos dossiês e acervos.

Diante dessas expectativas, alguns autores propuseram um futuro ousado para a repercussão da Comissão Nacional da Verdade, como foi o caso do autor Carlos Fico no artigo H*istória do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis* (2012). Nele, além de apresentar esperanças acerca da abertura de novos acervos documentais, também lançou a hipótese de que, ainda que a CNV não tivesse poder para punição, a população poderia se mobilizar e contribuir para alterar sua lei de criação. Mesmo assim, o autor ressalta que se trataria de um cenário improvável (2012, p. 58).

Para San Romanelli Assumpção (2015), assessora da Comissão, a CNV conseguiu criar uma caixa de ressonância em duas dimensões. Na primeira dimensão ela conseguiu dar voz às vítimas como uma caixa de ressonância política e pública para as suas narrativas, por meio da qual suas histórias são reconhecidas como verdade, e as reivindicações de verdade, justiça e reparação "são pública e estatalmente reconhecidas e seu atendimento entra no horizonte do factível". A segunda dimensão relaciona-se com a possibilidade de discussão e reflexão na área pública sobre as graves violações que ocorreram "e sobre a inaceitabilidade do uso estatal da violência em prisões arbitrárias, tortura, assassinatos e desaparecimentos forçados e ocultação de cadáver, que ainda são uma realidade" (ASSUMPÇÃO, 2015, p. 119).

A importância de se reconhecer publicamente a verdade desses relatos, diz respeito ao reconhecimento da vulnerabilidade das vítimas enquanto sujeitos históricos. Analisando a situação por meio de um viés psicanalítico, a constituição se verifica com

> não reconhecimento e a não validação perceptiva e afetiva da violência sofrida, trata-se de um descrédito da percepção, do sofrimento e da própria condição de sujeito daquele que vivenciou o trauma. Portanto, o que se desmente não é o acontecido, mas o sujeito (ARANTES; FERRAZ; 2016, p. 87).

Ainda no sentido psicanalítico, quando a violência parte do Estado em relação aos/as seus/as membros/as, a situação se assemelha com a de uma

> criança abusada pelo próprio pai, que, em princípio e por suposto, é aquele que deveria lhe garantir segurança e proteção. A exceção, assim, ataca as bases do pacto civilizatório. O Estado deixa de ser a instituição que idealmente o garante, para se tornar agente de sua destruição (ARANTES; FERRAZ, 2016, p. 111).

Diante da inversão de papeis quando o Estado que deveria proteger a sociedade democrática se torna o seu "agente destruidor", por mais que não foram concedidos poderes para punir os autores dessas violações de direitos humanos, uma medida encontrada pela CNV foi a responsabilização dos crimes cometidos em forma de cadeia de comando. As indicações constam no volume III do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, relacionando altos cargos, desde presidentes da República, com os autores das graves violações de diferentes patentes.

Conforme Assumpção (2015, p. 127), mesmo sendo impedida institucionalmente de julgar e punir os perpetradores, apontar os responsáveis dentro de uma cadeia de comando implica que um não poderia se justificar somente por estar cumprindo ordens e outro não ficaria isento da responsabilidade sob o comando de superiores. Ainda assim, essa medida foi condenada pelo Clube Militar que publicou uma carta, após a divulgação do Relatório da Comissão Nacional da Verdade, acusando os membros da CNV de serem parciais nas suas investigações, se basearem na visão de militantes da esquerda e ainda sugerindo que as Forças Armadas recorressem ao judiciário diante dessa situação tida como tendenciosa (GALLO, 2015, p. 339).

Por outro lado, críticas foram feitas à Comissão Nacional da Verdade, dentre elas estavam: a falta de publicidade dos procedimentos da CNV,[13] a pouca comunicação com a sociedade, o fato de não ter apresentado nomes novos de pessoas mortas e/ou desaparecidas, o número de pessoas encontradas foi pequeno (4 pessoas) e a quantidade de pessoas ouvidas também foi considerada pequena, para o período de 2 anos e para o orçamento disponível (ASSUMPÇÃO, 2015 p. 125).

Carlos Artur Costa Gallo (2015), também indicou que a CNV enfrentou desavenças em relação a certos temas entre os membros principais:

---

[13] A falta de publicidade das decisões tomadas pela Comissão Nacional também contribuiu para a criação da Comissão Estadual Rubens Paiva como forma de pressionar a CNV para obter maior transparência dos seus trabalhos e também por pautas específicas (FRANCO, 2017, p.148).

> 1) a possibilidade de punição dos agentes da repressão; 2) a divulgação de dados parciais e a prestação de contas dos trabalhos realizados; 3) a publicidade de dados coletados; 4) a participação de integrantes da sociedade civil complementando os trabalhos da Comissão (GALLO, 2015, p. 334).

Talvez as divergências podem ter feito com que a publicidade da comissão tenha ficado mais restrita. Conforme carta de entidade de familiares de vítimas e ex-presos/as políticos/as:

> Desde o início dos trabalhos da CNV, cobramos a apresentação de um plano mínimo de trabalho, com objetivos e metodologia definidos; enfatizamos a necessidade de priorizar a investigação sobre os mortos e desaparecidos políticos e sobre a estrutura de repressão." [...] Da mesma forma, consideramos fundamentais as audiências públicas, amplamente divulgadas pelo sistema público de comunicação social, com os testemunhos das vítimas, familiares e sobreviventes. Houve momentos de entusiasmo de nossa parte, com os textos publicados por Cláudio Fonteles no site da CNV, comprometidos com a busca da verdade em torno dos mortos e desaparecidos políticos. Qual não foi nossa surpresa, quando vimos que essa postura era duramente questionada por outros integrantes da CNV! (GALLO, 2015, p. 335).

Com relação ao número de pessoas ouvidas, entre o período de "16 de maio de 2012, até 31 de outubro de 2014, foram coletados pela Comissão 1.116 depoimentos, sendo 483 em audiências públicas e 633 de forma reservada" (BRASIL, 2014a, p. 55). No site oficial da CNV estão disponíveis as transcrições de depoimentos coletados pela comissão, sendo 234 deles depoimentos civis, 68 depoimentos de agentes do Estado, 30 de vítimas militares, 41 de familiares de vítimas, 23 depoimentos de testemunhas e 8 de especialistas. No total somam-se 404 depoimentos disponíveis, desses 305 correspondem a depoimentos de vítimas e familiares de vítimas.[14] Cabe destacar que para essa somatória não foram desconsiderados depoimentos repetidos, nem separados testemunhos que se encontravam unidos em uma só transcrição formando um único arquivo, como é o caso das transcrições de audiências públicas onde estava presente mais de um/a depoente.

Para explicar a discrepância entre os números de depoimentos divulgados pela CNV (1.116) e o total disponível no site (404), é possível levantar a seguinte hipótese. Em sua lei de criação a Comissão Nacional da Verdade assegurava a opção de sigilo para aqueles/as que prestassem testemunho, quando essa escolha era realizada o nome do/a depoente apareceria como letras e números e sua transcrição não estaria disponível no site para o público. Se essa hipótese estiver correta, cerca de 712 depoimentos se encontram sob sigilo, o que equivale à aproximadamente 64% dos depoimentos.

---

[14] Esses números podem ter erros, pois essa contagem foi feita no início da pesquisa, quando se deu a conferência novamente para averiguar a quantidade, o site oficial da CNV se encontrava fora do ar, e até o presente momento, ainda continua na mesma situação.

Como o objetivo deste trabalho foi investigar sobre a atuação de resistência das mulheres à ditadura militar, foram analisados somente as transcrições de depoimentos de mulheres na categoria de vítimas civis que somam 116 depoimentos, descontando nomes repetidos e considerando, dos depoimentos tomados em conjunto, os nomes de cada mulher depoente presente.

A coleta dos depoimentos se realizou de diferentes formas. Em audiências públicas frequentemente com mais de um/a depoente, onde o depoimento transcorria sem interrupções por parte da bancada central. Também se efetuava através de entrevistas com integrantes da Comissão Nacional da Verdade na sede ou em locais emprestados para a CNV, se constituindo como a grande maioria das transcrições analisadas, sendo que neste caso a depoente poderia convidar interlocutores/as de fora para acompanhar seu testemunho. Por fim, em casos especiais, membros/as da comissão realizavam a tomada de testemunho em local privado escolhido pelo/a depoente.

Além disso, pessoas poderiam se dispor de maneira voluntária para a tomada do testemunho, mas na maioria das vezes a Comissão Nacional da Verdade entrava em contato por indicações de outras testemunhas. Por mais que a quantidade de depoimentos foi criticada como pequena, a existência dos depoimentos transcritos é uma fonte valiosa e um recurso para a análise histórica. Exemplo disso é o capítulo que se refere a especificidade das violências feitas com base no gênero, que se encontra no volume I do Relatório Final, o capítulo *Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes*.

Neste capítulo, é apresentado um arcabouço de regulamentos e normatizações que enquadram o que seria a violência sexual e violência contra mulheres. Com relação à violência de gênero, por ser uma tipificação que ainda está sendo definida no direito internacional, não é apresentada uma definição específica, sendo considerada de modo semelhante à violência contra mulheres (FRANCO, 2017, p. 126). Juntamente com a tipificação da violência, são apresentados trechos de depoimentos coletados pela comissão. Paula Franco (2017) indicou que a CNV recorreu aos trechos citados sem uma problemática, externalizados como indícios de verdade, sem maiores informações sobre o seu local de coleta, data, entre outras informações.

No seu Relatório Final a Comissão Nacional da Verdade indicou 434 nomes considerados como de mortos/as e de desaparecidos/as políticos/as, onde são divulgados 51 nomes de mulheres vítimas de agentes de Estado desde 1946 até 1988. Em comparação com a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, anterior à CNV, os números totais aprovados foram 362 nomes, com 46 casos de mulheres, contudo, somando-se 6 casos indeferidos, foram apresentados à CEMDP 51 nomes de mulheres. Para possibilitar uma melhor

visualização dos casos será disponibilizada uma tabela elaborada como resultado de um projeto de iniciação científica, comparando os nomes inseridos em cada comissão (apêndice A).

Das 51 mulheres que fazem parte de cada comissão, já que tanto a CNV como a CEMDP possuem 51 mulheres citadas, 5 casos se encontram somente na CNV e 6 casos são apresentados somente na Comissão Especial, mas todos eles foram indeferidos pela CEMDP. Nenhum caso indeferido pela CEMDP foi citado dentre os nomes de mulheres divulgados pela Comissão Nacional da Verdade, dessa forma os 6 casos que foram negados pela CEMDP não foram contabilizados pela CNV no seu Relatório Final.

Os 5 casos que pertencem somente à Comissão Nacional da Verdade já estavam presentes no *Dossiê de mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964* que deu origem à CEMDP, não podendo ser considerados como casos novos descobertos pela CNV. É provável que os 5 nomes que não foram contemplados pela CEMDP, mas que estavam presentes no Dossiê, não fizeram parte da Comissão Especial porque nenhum parente entrou em contato com a CEMDP para a investigação, medida prevista na sua lei de criação, assim coube à Comissão Nacional da Verdade a apuração dos fatos sobre esses 5 nomes (PINTO, 2023).

Ainda que a CNV tenha se limitado aos casos já conhecidos, ela evidenciou como o gênero era um elemento que se interligava às torturas físicas, implicando em uma tortura diferenciada conforme os padrões de feminilidade e masculinidade estabelecidos. Com relação aos homens, a Comissão concluiu por uma tentativa de “feminização” através das torturas, no intuito de torná-los inferiores por meio de sua emasculação (BRASIL, 2014a, p. 403). Em relação às mulheres, a Comissão Nacional da Verdade apresenta em seu relatório uma série de indicações sobre em quais papeis a tortura buscava atingi-las. Assim, a tortura sexual era recorrente, o uso da violência e violação sexual, o apelo a maternidade, com ameaças às/aos suas/seus filhas/os, também fazia parte da estratégia dos perpetradores (BRASIL, 2014a). Exemplos dessas violações serão apresentados nos próximos capítulos.

O reconhecimento pela CNV de que a tortura se baseou em padrões construídos para o feminino e masculino, não foi algo percebido desde a divulgação de relatos de sobreviventes. Em texto do ano de 2009, Mariana Joffily chamou a atenção para o debate no meio acadêmico sobre o uso do gênero na tortura, que remetiam a duas interpretações, uma que ressaltava o igualitarismo da função repressiva, outra identificava que a repressão política teve gênero. Diante dessas duas interpretações a autora concluiu que o sentido do igualitarismo estaria presente apenas quando se afirmar que tanto homens como mulheres foram alvos da repressão, não na igualdade das formas de violência utilizadas (JOFFILY, 2009, p. 79).

Ainda conforme Joffily (2009, p. 84), o grau de periculosidade seguido pelo Estado "não era medido pela força física do adversário, mas pela sua capacidade de minar as bases sociais do governo autoritário". Novamente aqui é ressaltado o igualitarismo, sendo empregado no sentido de que qualquer pessoa poderia ser capaz de atingir o governo estabelecido. Contudo, os governos autoritários, como um todo no Cone Sul, mantinham sistemas de gênero extremamente hierarquizados e se pautavam por modelo que subordinava mulheres aos homens, hierarquia que também estava presente na tortura (JOFFILY, 2009).

Segundo Joffily, na sociedade foram reforçados os valores mais conservadores da família e do papel social feminino, no âmbito da repressão essas expectativas foram utilizadas na tortura e no contato com agentes. Em situações de crise, como em guerras e ditaduras, se desenvolve o fenômeno da ruptura dos padrões de gênero, porém diferente do cenário das guerras mundiais, nas ditaduras a conjuntura desfavoreceu as mulheres em todos os sentidos:

> a ruptura dos padrões deu-se de maneira extremamente adversa às mulheres: através da quebra das imunidades que sua condição de gênero supostamente lhes atribuía e, ao mesmo tempo, da potencialização da desigualdade de gênero em vigor na sociedade (JOFFILY, 2009, p. 87).

Diante disso, o fato de que quase todos os torturadores eram homens, se encontrando no topo da hierarquia de gênero, as interações entre eles e as vítimas se davam de maneira diferente conforme a imposição de gênero para cada corpo. Conforme Susel Oliveira da Rosa (2013), para que o torturador se afirme ele tem que negar radicalmente a pessoa do torturado e para isso não existem muitas maneiras, a mais visível é a morte do outro, mas:

> com o corpo da mulher torturada quando o torturador necessita para crescer e existir enquanto pessoa, na exata proporção em que sua vítima se anula, visto que sem alteridade genuína, o ser humano não se funda enquanto tal. [...] simultaneamente este corpo é o lócus da maternidade e do objeto de prazer sado - masoquista e a outra é o fato de lidar com o corpo masculino como o outro conhecido e com o corpo feminino como o outro desconhecido suscitando sentimentos de prazer e ódio simultâneos. (SUSEL, 2013, p. 15).

Nesse contato com o outro desconhecido, mas que tem o corpo marcado por expectativas de gênero, ocorre uma inversão das variáveis devido a ação da repressão política. Em outras palavras, "o prazer da dominação do torturador sobre sua vítima, nesse caso, é potencializado pelo gozo masculino em contato com indivíduo do sexo oposto" (SOIHET, 2011, p. 234).

Se a violência atingiu qualquer um que fosse considerado um perigo para o regime, esses corpos foram lesionados seguindo os padrões de gênero que foram se invertendo. Para Mariana Joffily (2009), a tortura buscou feminilizar os homens impondo sobre eles uma condição de

passividade e de submissão ao poder viril dos agentes repressivos. Em contraposição, virilizou as mulheres “ao destituí-las dos atributos maternos, torturando-as a despeito de sua gravidez, negando-lhe a possibilidade de alimentar e cuidar de seus bebês. Essa inversão, nada mais é do que o avesso da ideologia familiar professada pelos militares” (2009, p. 88)

A partir do arsenal que os torturadores se utilizavam para estigmatizar o gênero feminino, foi possível perceber, por meio de uma lógica de oposição, o que se esperava delas enquanto mulheres. Se a presa era chamada de puta, de mulher fria e insensível e mãe desnaturada, o oposto era a docilidade e sensibilidade, esperava-se que as mulheres fossem frágeis e que teriam como o objetivo a maternidade (SOIHET, 2011, p. 231).

Por conta da discussão sobre o uso do gênero como outro instrumento da tortura, a Comissão Nacional da Verdade reconheceu a sua recorrência durante o período investigado. A CNV corroborou com a preposição de que se cumpriu uma tentativa de feminilizar homens por meio da tortura e prejudicar as mulheres no que as definia como pessoas do sexo feminino, no papel de mãe, na sua sexualidade, enquanto esposas e filhas.

Dessa forma, apesar das críticas a Comissão Nacional da Verdade foi capaz de abordar e comprovar a recorrência das graves violações de direitos humanos durante o período investigado, indicando sua maior incidência entre os anos de 1964 e 1985, inclusive caracterizando tais violações como crimes contra a humanidade e de caráter sistemático, não apenas como excesso por parte de alguns membros do Estado (BRASIL, 2014a, p. 962). Abordando especificamente as mulheres, a CNV decidiu por incorporar a temática às suas pesquisas através da criação do Grupo de Trabalho Ditadura e Gênero, escolha que influenciou outras comissões estaduais a incluírem ela em suas pesquisas, como foi o caso no estado do Rio de Janeiro (FRANCO, 2017, p. 200).

3.2 GRUPO DE TRABALHO DITADURA E GÊNERO: COMO SE DEU A TOMADA DE TESTEMUNHO

Paula Franco em sua dissertação *A escuta que produz a fala: o lugar do gênero nas comissões estaduais e na Comissão Nacional da Verdade (2011-2015)*, faz uma análise de como a Comissão Nacional da Verdade e comissões estaduais se utilizaram da categoria de gênero para compor suas pesquisas e atividades. Para tanto, Franco investigou na CNV capítulos que faziam referência ao uso de violência com base no gênero, entre eles, a autora investigou o capítulo resultante do grupo de Trabalho Ditadura e Gênero, o capítulo *Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes*.

Conforme Franco, o GT foi criado em 2012, mas as atividades de seus membros somente começaram a partir de 2013, quando ocorreu a primeira e única audiência pública realizada pelo grupo. A audiência correu em março de 2013, sendo fruto de trabalho conjunto da Comissão Nacional da Verdade e da Comissão Estadual Rubens Paiva, inaugurando a temática de gênero nas pesquisas. Segundo entrevista realizada por Franco com Raíssa Wihby, integrante do grupo de trabalho, a ausência de audiências públicas foi uma opção adotada devido as dificuldades para abordar o tema, principalmente em relação àquelas mulheres que nunca haviam falado publicamente, ainda mais sobre o tema da violência de gênero e violência sexual. Nas palavras de Raíssa: "Elas mal conseguiam falar isso numa sala pequena com uma outra mulher. Falar isso em público pra maior parte delas era impossível. Sendo que grande parte delas era a primeira vez que falavam sobre o assunto" (FRANCO, 2017, p. 100).

Dessa forma, o GT de gênero contou com metodologia própria, buscando tomar a maior quantidade de testemunhos, entrevistando homens e mulheres. Também fez uso de questionário para tipificar as violações ocorridas, um formulário específico para a ocorrência de violência sexual e um formulário de provável violador, sendo ainda realizadas reuniões quinzenais para acompanhar as pesquisas individuais. De acordo com Franco a estratégia desenvolvida era ouvir o maior número de pessoas possível, para depois selecionar as personagens que se enquadravam (FRANCO, 2017, p. 102).

Contudo, não há como saber a quantidade exata de pessoas que foram ouvidas pelo GT, nem todos os depoimentos disponíveis foram tomados pelo grupo, alguns foram realizados em outras cidades, isso significa que pesquisadores/as contribuintes da CNV foram os responsáveis pela tomada desses testemunhos. Além disso, as entrevistas que Paula Franco realizou com integrantes do GT mostraram a dificuldade de se identificar previamente as pessoas que haviam sofrido violência de gênero ou sexual, já que muitas pessoas sentiam dificuldade de falar sobre o tema (FRANCO, 2017, p. 101).

O formulário utilizado pelo Grupo de Trabalho Ditadura e Gênero era formado de 3 partes:

> a primeira, chamada Ficha de testemunho, concentra informações básicas, como dados pessoais e detalhes sobre o caso abordado no testemunho. Ainda nessa primeira parte, há uma lista de tipos de violações de direitos humanos, a qual é preenchida com um 'x' quando se trata de violências denunciadas pelo autor do testemunho. Entre as violações possíveis de serem assinaladas constam: homicídio, desaparecimento forçado, tortura e maus tratos, ocultação de cadáver, detenção ou prisão arbitrária, sequestro, violência sexual, utilização forçada de pessoas/trabalho escravo, perseguição política, entre outros (FRANCO, 2017, p. 102).

Além dele, caso houvesse sinalização positiva para a ocorrência de violência sexual, também existia uma ficha específica para esse caso:

> Nesse trecho do documento deve constar dados gerais sobre a vítima e sobre o caso, dependências onde os crimes aconteceram e especificação da conduta violadora, através do preenchimento do tópico 'Qual(is) sitação(ões) indicadas no testemunho'. Para completar esse item algumas situações são oferecidas para, igualmente no caso anterior, serem assinaladas: violação oral, violação vaginal, violação anal, introdução de objetos e/ou animais no corpo da vítima, manipulação/golpe nos seios, choque elétrico nos genitais, mutilações de órgãos sexuais, sexo oral, constrangimentos/maus tratos verbais e/ou xingamento com conotação sexual, desnudamento forçado da vítima, desnudamento forçado de familiares e/ou amigos da vítima, ameaças de violência sexual, golpes ou outras práticas que afetam a capacidade reprodutiva ou são abortivos, prostituição forçada, escravidão sexual, casamento/união forçada, outro(s) (FRANCO, 2017, p. 103).

Não ficou explícito se as próprias depoentes eram responsáveis por preencher os formulários. Durante a leitura dos depoimentos, eu consegui notar que algumas interlocutoras possuíam dados pessoais das depoentes antes das entrevistas, levando a entender que as depoentes já tinham passado essas informações, mas na grande maioria das vezes as responsáveis pela tomada do testemunho pareciam preencher no momento, inclusive fazendo perguntas específicas sobre as violações como as especificadas nos formulários, se houve mutilação, penetração, golpes etc.

Sobre a ficha de provável violador, Franco (2017 p. 103) indica que é exclusiva para cada nome, ou seja, cada violador teria uma ficha específica, sendo que os dados a serem coletados referentes a eles seriam: nome, codinome, dados gerais, instituição, informações sobre o caso e sobre situação atual do acusado. Para a autora, a existência dessas fichas poderia ter como intenção traçar um perfil objetivo das violências sofridas, apesar do esforço requerido para o detalhamento e objetivação das violências por parte das depoentes.

Maria Amélia de Almeida Teles, militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e uma figura muito conhecida por sua militância atual nos movimentos de familiares de vítimas e no movimento feminista, foi uma das pioneiras nas denúncias de violações sexuais, mas optou por não depor na Comissão Nacional da Verdade. Amelinha, como é conhecida, considerou que as perguntas objetivas requisitadas pela CNV, que foram baseadas em questionários da ONU para tipificar a violência sexual, eram ofensivas e não contribuíam para uma escuta respeitosa das depoentes. Em suas palavras:

> [...] em relação à Mulher, Verdade e Gênero, francamente eu não vi esse trabalho acontecer, porque começaram com aquele formulário, que era absurdo. Você chegar na mulher e perguntar se ela foi estuprada, se foi no ânus, se foi duas vezes; o que é

> aquilo, gente? Eles pegam um formulário da ONU, que não sei nem porque fez aquilo, você não vai conversar com a mulher. Quem fez essa comissão não se deu conta do contexto histórico e político da nossa sociedade. Primeiro você tem que ouvir muito para depois propor um formulário, se é o caso. Chegar para as mulheres aquilo e perguntar aquilo foi absurdo. Eu nunca responderia aquilo (CONTREIRAS, 2018, p. 211-212).

Apesar do desconforto que poderiam suscitar os formulários, a hipótese de que os dados coletados talvez fossem quantificados não se concretizou. Paula Franco indica que não foi apresentado nenhum dado estatístico no capítulo 10 nem sobre a quantidade de pessoas ouvidas pelo GT, sobre isso, ela lança a hipótese de que pode não ter ocorrido o cruzamento de informações com outros grupos de trabalho (2017 p. 103).

Na primeira audiência pública realizada pelo GT de gênero, Paulo Sérgio Pinheiro, um dos membros e dirigentes da CNV, afirmou que lentes de gênero foram adotadas “desde a primeira hora da CNV” para a realização das investigações, levando a entender que o tema não seria ignorado ao longo do processo de realização dos trabalhos (FRANCO, 2017, p. 106). Porém, para Franco, não existe evidência de que a chave de gênero foi recomendada aos outros GTs, pelo contrário "percebe-se, pelos relatos de pesquisadores desse GT específico, uma ausência de trabalho coletivo, seja para levantamento de material e testemunhos sobre o tema, seja para reflexão coletiva a respeito do tópico” (2017, p. 110).

Por outro lado, mesmo que a temática de gênero ficou restrita a um capítulo da Comissão Nacional da Verdade e em poucas comissões estaduais, a sua presença e comprometimento representam uma abertura para o aprofundamento da temática. Além disso, analisando os testemunhos, a atenção e espaço concedidos às mulheres pode ter contribuído para que elas refletissem sobre suas histórias de vida, ou mesmo tivessem um espaço para expor suas reflexões.

3.3 OS DEPOIMENTOS E TESTEMUNHOS DAS MULHERES OUVIDAS PELA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

Neste trabalho, depoimento e testemunho estão sendo empregados de maneiras distintas. A expressão “depoimento” é aplicada se referindo à transcrição das falas das depoentes disponíveis no site da Comissão Nacional da Verdade. Para o testemunho seu sentido é mais profundo e está relacionado com os trabalhos da memória apresentados no capítulo anterior. É através do testemunho das depoentes que se torna possível dar sentido a memória traumática.

O testemunho como mecanismo para auxiliar no trabalho da memória “Consiste en elaborar y construir una memoria de un pasado vivido, pero no como una inmersión total”. Isso significa que ao se relatar é necessário realizar um esforço para manter certa distância do passado. Elaborar a memória consiste em voltar para a situação limite através de um mergulho, mas também voltar da situação limite retornando à superfície, se afastando da água para conseguir respirar. Assim, conceder o testemunho não só significa reviver o acontecido, como também buscar incorporar o passado na vida presente, mergulhando no passado, mas retornando para o ar do presente (JELIN, 2001, p. 94)

Muitas vezes o sofrimento traumático pode privar a vítima do recurso da linguagem, de se comunicar efetivamente com quem escuta, isso pode levar a um testemunho sem subjetividade. Leonor Arfuch (2012) indica que o uso de uma “fala confessional” em um tribunal tem como propósito dar provas para o julgamento e condenar os culpados/as, enquanto se parte da posição de vítima para se tomar a palavra. Por outro lado, quando se faz uso da posição de sobrevivente, não como vítima (como seria no caso do tribunal), pode verificar-se uma diminuição da objetividade que, para quem escuta, gera um sentimento de estranhamento e distância (2012, p. 54).

A narrativa de forma objetiva não só causa o distanciamento para quem escuta, mas também gera um sentimento de estranhamento em quem fala. De acordo com Luísa Passerini (2011), já que se parte do presente para se falar de algo passado, a linguagem utilizada durante a fala oral demanda constantes processos de reelaboração em face do vivido e do que se está vivendo. Nesse sentido que se pode afirmar que a rememoração requer subjetividade e espaço para a imaginação, pois “a própria linguagem reluta a mencionar as coisas com clareza - mas as alusões carregam a linguagem de significados mais inquietantes” (PASSERINI, 2011, p. 79).

Sendo assim, o testemunho desponta como um processo de cura e superação da perda, em que o ato de falar pode ter um efeito catártico ou terapêutico. Por outro lado, para Jelin (2001, p. 97), com a emergência dos meios de comunicação e publicização da vida privada, a banalização dos sentimentos surge como resultado da divulgação em massa, em virtude desse processo, o gênero do testemunho corre o risco de cair em um sentido de especulação do horror. Logo, o testemunho até poderia contribuir no âmbito individual, mas na esfera coletiva e social ficaria vazio, não auxiliando a promover empatia ou solidariedade.

Dentro do campo historiográfico, fazer uso de testemunhos como fonte, ainda mais quando se trata de memórias de experiências traumáticas, levanta alguns questionamentos para historiadores/as que trabalham com esse tipo de material. Beatriz Sarlo (2007) no livro *Tempo passado Cultura da memória e guinada subjetiva*, apresenta indicações interessantes para o uso

do testemunho na área científica. Sarlo aponta que muitas vezes narrativas de situações traumáticas podem ser interpretadas como expressão de uma verdade inquestionável, porque foram geradas em situações extremas. Para a autora, por mais que esses acontecimentos tenham sido intensos não se deve tomar as narrativas sem filtros, entendidos como sinônimos da verdade.

Esse tratamento dado aos relatos se faz necessário já que o discurso enunciado com base na memória, é na verdade uma ligação imaginária entre o passado e o presente, implicando reconhecer que esse discurso mais do que ser uma realidade é uma representação de significados sobre o passado (FERREIRA, 1996, p. 56). Contudo, isso não significa que a dor expressada por essas pessoas não seja verdadeira nem menor, mas que para o campo da pesquisa certos filtros precisam ser colocados para conseguir captar detalhes que muitas vezes passam despercebidos.

Apesar de Sarlo (2007) ser cética com relação a restauração do indivíduo por meio do testemunho,[15] ainda assim dar reconhecimento e espaço público para relatar sua história pode ao menos contribuir para levantar reflexões sobre experiências vividas e dar a conhecer suas histórias.

Conforme Elizabeth Jelin (2001), existem dois tipos de memórias, as habituais e as narrativas. Enquanto nas memórias habituais predominaria o cotidiano, nas memórias narrativas existe a possibilidade de construir um significado para a experiência vivida. Levando em consideração que o evento traumático causa uma ruptura com a narrativa, tentar reestabelecer o controle do discurso através do relato poderia ser uma oportunidade para refletir sobre as vivências tanto no âmbito individual como no coletivo, já que "las memorias narrativas son construcciones sociales comunicables a otros" (2001, p. 29).

Citando a filósofa e cientista política Hanna Arendt, Susel Oliveira da Rosa (2013, p. 83) resume muito bem a importância da fala para a transmissão de experiências, expressando que as coisas que nos afetam só se tornam humanas quando podemos dividi-las com outras pessoas. Quando as vivências ficam retidas e ninguém a não ser a pessoa que viveu toma conhecimento dessa experiência, ela se torna singular, contida em uma única pessoa e alheia ao resto do mundo, logo, não pertencente à humanidade. Claro que nem tudo é possível de ser transmitido na fala, principalmente diante do inarrável da dor do trauma, mas a transmissão

[15] A autora argumenta que mesmo sobreviventes que se esforçaram por testemunhar foram sufocados com o peso das experiências e acabaram retirando sua própria vida, como foi o caso do químico e escritor, sobrevivente da Shoa, Primo Lévi.

também se dá nos cortes das narrativas, no uso da imaginação e mesmo no silenciamento sobre alguns acontecimentos.

Primo Lévi apontou para a existência da figura do “mulçumano”, aquele que perdeu sua capacidade humana em frente ao extremo a que foi submetido. Ele/a seria um ser incompleto, pois não teria vivenciado totalmente a experiência do Lager que remete à morte e ao desaparecimento nos campos de concentração (Lager). Quem não a vivenciou de forma integral, sobreviveu, justamente por isso se sentiria incompleto (SARLO, 2007, p. 34).

Os sobreviventes podem falar e, segundo Levi (1988), sentem a necessidade de relatar sobre o que observaram e viveram, mas não chegam ao extremo da situação do não retorno, ou seja, morrer ou desaparecer. Enquanto alguns/as sentiram a necessidade de contar, outros/as optaram pelo silêncio por não encontrarem ouvidos atentos para a escuta (JELIN, 2001, p. 82).

O testemunho incluiu quem escuta, essa pessoa se torna participante com suas próprias reações. No testemunho pode se realizar um processo de enfrentamento da perda, de encarrar que o que foi perdido não vai mais retornar, mas essa constatação não pode ser feita na solidão, é preciso ter uma testemunha desse processo. A pessoa que escuta também interfere, pois o testemunho é solicitado por alguém e se dá por meio de uma relação pessoal e de negociação entre entrevistador/a e entrevistado/a (JELIN, 2001, p. 85).

Segundo Passerini (2011, p.40):

> O apelo é muito mais fortemente, e imediatamente, emotivo – isso porque o interlocutor está presente, faz perguntas ou pelo menos acena positivamente ou faz expressões de desaprovação. Mesmo no caso da impassibilidade máxima do ouvinte, seria impossível narrar caso não se sentisse que o outro participa. A sua empatia – talvez negativa, de estupor, de ofensa- é constitutiva do relato. Este aspecto, longe de ser um atentado contra a objetividade, é um modo de recuperá-la a emotividade faz emergir, na relação intersubjetiva, indícios preciosos que de outro modo seriam perdidos.

Como já indicado, não houve interação da minha parte com nenhuma das depoentes, todas as entrevistas foram realizadas por pessoas relacionadas com a Comissão Nacional da Verdade. A interação de ouvintes e as interlocutoras estava presente entre as pessoas que participavam da tomada do testemunho, um exemplo de como o contato entre depoente e entrevistador/a afetou o depoimento remete à temática de gênero. Na maioria das gravações não constam os primeiros contatos entre entrevistadas e entrevistadoras, mas é foi possível perceber que as depoentes sabiam que o tema de gênero era uma das questões pertinentes para as entrevistadoras e faziam questão de refletir melhor sobre ele.

O processo empático mesmo que de diferentes níveis é essencial, sem isso quem fala pode se embrenhar em um retorno do acontecimento, havendo assim uma reatualização da situação traumática e aniquilamento do relato (JELIN, 2001, p. 85). Em relação aos depoimentos, desconsiderando as perguntas objetivas que eram desconfortáveis, as entrevistadoras buscaram ser bastante respeitosas com as entrevistadas. Em alguns momentos elas se emocionavam com as narrativas e respeitavam os momentos de choro e dor das depoentes, perguntado se elas gostariam de dar uma pausa, beber água ou ir ao banheiro.

Além disso, ainda sobre a diferença entre a memória narrativa e a memória habitual, Elizabeth Jelin (2001) acrescenta a categoria de gênero dentro dessa divisão. Geralmente, segundo a autora, as mulheres pareciam sempre estar a cargo de tarefas habituais, ficando relegadas às memórias habituais, o que pode levar ao equívoco de imaginar que elas não teriam nada de importante para contar. “El desafío es entonces convertir lo habitual en memorable” (2011, p. 557).

Jelin (2011) também relembra a distinção entre as formas de recordar que foram desenvolvidas dentro de características impostas pelas noções de gênero, para homens e mulheres. Os homens dentro do viés heteronormativo tenderiam a recordar através de uma lógica racional e política, as mulheres lembrariam com mais detalhes, mais sentimentos e de situações ligadas aos vínculos afetivos. Conforme Carla Cristina Nacke Conradi (2015, p. 24), isso não diz respeito a capacidades mentais diferentes entre homens e mulheres, mas se origina em uma experiência histórica e cultural que além de influenciar nas maneiras de recordar, privilegia as recordações masculinas às femininas.

“Costuma-se pensar que o fato de as mulheres, além da sua invisibilidade na história, lidarem com as representações masculinas - quase sempre filtradas pela misoginia -, coloca a impossibilidade ou, pelo menos, a dificuldade, de se reconstruir a sua verdadeira história” (FLORES, 1995, p. 140). Tal tendência não significa que elas não possuam memórias ou não sejam capazes de construir autobiografias. Michelle Perrot (1989) indicou que apesar dos entraves intencionais colocados no caminho para a construção e divulgação da memória feminina, as mulheres se fazem presentes na história, quer seja pelos resquícios deixados por elas, quer seja por um recurso em que elas predominam, a oralidade.

Para Perrot (1989, p. 9) “No teatro da memória, as mulheres são sombras tênues”. Na narrativa histórica se dá maior importância e visibilidade à cena pública, onde as mulheres quase não aparecem, pois estariam, durante grande parte da história, relegadas ao espaço privado. Essa invisibilidade se amplia ainda mais pela carência de pistas sobre elas, já que não deixaram escritos ou mesmo recorrem a autodestruição dos poucos resquícios íntimos. Ainda

quando são vistas são representadas por meio de estereótipos como mulheres vociferantes, megeras e histéricas (PERROT, 1989). Nesse sentido que Conradi afirma que a invisibilidade feminina na memória social da história é resultado de "um silêncio político dotado de estratégias de poder, dado o trabalho historiográfico e memorialístico em negar a presença e atuações de mulheres militantes políticas" (2015, p. 43).

Diante desse cenário desencorajador se colocar como primeira pessoa do discurso, o "eu", é uma luta para as mulheres, já que tiveram uma educação totalmente voltada para o esquecimento de si mesmas (PERROT, 1989, p. 17). Nesse universo masculino, as mulheres têm que criar sua própria linguagem ou ampliar a existente, muitas vezes recorrendo ao aporte feminista (RAGO, 1998, p. 11).

Na memória feminina onde a educação impõe o esquecimento de si, existe um paradoxo específico. Muitas narram por meio da chave mais tradicional de "viver para os outros", mas ao mesmo tempo o testemunho revela a ambiguidade presente nesse hábito "adquirido", pois resulta em uma contradição entre um sujeito ativo/acompanhante que para narrar sobre si precisa falar sobre os outros (JELIN, 2011). Somando-se ao paradoxo do testemunho enquanto uma narrativa pública construída para se recuperar a identidade particular, o testemunho feminino aparece impregnado de paradoxos.

Para Jelin, as comissões da verdade seriam um lugar propício e aberto para a transmissão de experiências "sin la necesidad de controlar las emociones ni de cuidar las palabras" (2011, p. 564). A mudança que as comissões promovem no cenário público, dando legitimidade para suas histórias é um fato marcante nesse sentido. De acordo com Elizabeth Ferreira (1996), se antes as mulheres poderiam ser taxadas de terroristas e marginais, na atualidade esse sentimento foi se apagando pelas transformações que elas vivenciaram, tanto nas suas experiências pessoais, como no meio público.

Alistair Thomson (1997) ao entrevistar e analisar as narrativas de ex-combatentes australianos da Segunda Guerra, percebeu que mudanças na esfera pública como a emergência de novas interpretações sobre o tema, produziu leituras que possibilitaram a interação entre os sobreviventes com estudantes, produtores de filmes e entrevistadores. O autor ressalta que foi a partir dessas novas interações e interpretações desenvolvidas no meio coletivo, que tornou possível para um dos entrevistados experimentar sentimentos positivos em relação a sua vivência enquanto combatente. Após a análise dos depoimentos foi viável afirmar que a Comissão Nacional da Verdade operou como um suporte público de sustentação para memórias que até então ficavam restritas às vítimas e familiares ou mesmo ao âmbito individual.

A partir do século XXI, comissões da verdade passaram a levar o fator de gênero não apenas na análise dos dados, mas também na maneira como se davam as entrevistas. Paula Franco (2017) cita o exemplo da Comissão de Verdade e Reconciliação do Peru, realizada entre 2000 e 2003, que buscou incentivar as mulheres a falarem sobre si mesmas por meio de estratégias, tomando cuidado especial com a violência sexual. Na CNV o espaço público para a narrativa concedeu suporte para os testemunhos de mulheres, eles eram realizados com falas que se estendiam por páginas sem interrupções. Apesar da desaprovação quanto às perguntas objetivas que envolviam a violência sexual, caso a depoente não quisesse detalhar as violências sofridas, sua escolha era respeitada.

O espaço privado também foi incluído dentro da Comissão Nacional da Verdade. As pessoas tinham a opção de manter o seu depoimento em sigilo, o que pode auxiliar na construção de uma narrativa sobre si. No capítulo 10 da CNV, *Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes*, somente foram utilizados dois depoimentos de mulheres que não deram a permissão para a identificação, um dos trechos utilizados fazia referência a concessão de informações para agentes da repressão mediante tortura, episódios que até hoje são controversos, pois as pessoas que "abriram" essas informações podem ser acusadas de terem entregado companheiros/as. Para esse assunto, deve-se levar em consideração que as informações foram obtidas por meio de torturas e ameaças, e que cada pessoa possui uma subjetividade e história única, não cabendo julgar o sofrimento de cada um.

Estar com os ouvidos atentos, respeitar a fala de outra pessoa e a sua subjetividade, remete ao conceito de rosto de Emmanuel Levinas apresentado pela autora Judith Butler (2011). O rosto não fala, mas expressa, ele não corresponde a um rosto físico e significa o mandamento não matarás. Mesmo essas palavras não o expressam por completo, somente possibilitam entender o seu significado. O rosto não é reduzível a boca e não é exclusivamente humano, ele contém um chamado duplo e contraditório, ao mesmo tempo que chama para a paz também gera a tentação de matar, pois o rosto em sua precariedade é indefeso (BUTLER, 2011, p. 19).

Ocorre uma luta dentro de quem observa, conforme Butler (2011, p. 19) "O rosto que ao mesmo tempo faz de mim um assassino e me proíbe assassinar é aquele que fala por meio de uma voz que não é sua, que fala por meio de uma voz que não é a de nenhum humano". O Outro contido no rosto não pode ser anulado, sem ele não há condição da existência de um discurso e a linguagem se perde (2011, p. 22).

Estar atento/a para esse rosto que pode se manifestar de formas distintas é como observar a dor e fraqueza do outro, mas sem agredi-lo ou puni-lo justamente na dor que ele expressa.

Tarefa difícil porque o rosto não é definível e sua comunicação nem sempre é compreendida, conforme Butler:

> o discurso está presente não apenas quando nos reportamos ao Outro, mas que, de alguma forma, passamos a existir no momento em que o discurso nos alcança, e que algo de nossa existência se prova precária quando esse discurso falha em nos convencer (BUTLER, 2011, p. 15.)

Pensando nos testemunhos coletados, ouvir, ou no caso desta pesquisa, ler os depoimentos pode ser um exercício de olhar para esse rosto, pois se está diante de momentos extremamente dolorosos e existências precárias dessas mulheres. Também por isso que a escuta e transmissão das histórias podem contribuir para o exercício de enxergar o rosto e vulnerabilidade do Outro, além de amparar a construção de solidariedade e empatia para com as vivências que ele carrega. O ato de narrar pode ser libertador mesmo se se fala em nome dos esquecidos ou sobre a sua experiência, as falas retomam o controle que foi tirado na tortura, o direito de dizer contra os que os/as fizeram calar (ROVAI, 2013, p. 338).

Ademais, não só se deve atentar para a forma como são narradas as histórias, como também para a especialidade do sujeito que narra. Nesse caso, a ambiguidade do testemunho feminino desponta mais uma vez:

> La ambigüedad de la posición de sujeto activo/acompañante o cuidadora pasiva puede entonces manifestarse en un corrimiento de su propia identidad, queriendo ‘narrar al outro’. En las dos acepciones de la palabra ‘testigo’ presentadas más arriba, esto implica una elección de ser testigo-observadora del protagonismo de outro (un hijo detenido-desaparecido, por ejemplo), negando o silenciando el testimonio de sus propias vivencias —aunque obviamente éstas se ‘cuelan’ en relatos que aparentemente están centrados en la experiencia de otros (JELIN, 2001, p. 108).

Narrar como testemunha observadora apesar de ter suas dificuldades, também pode servir como ferramenta de sobrevivência. Segundo Jelin (2011, p. 110), pesquisas indicam que as mulheres conseguiram suportar um pouco melhor a degradação da integridade pessoal resultante da violência nos campos de concentração nazistas, pois seu núcleo de personalidade estava voltado para os outros e não fechados em si mesmas.

Um exemplo que talvez se encaixe nessa situação foi Karen Leslie Raborg Sage. A depoente não tinha nenhum vínculo com a militância e foi presa sob falsa acusação de ser traficante de drogas. Depois de solta, Karen tentou suicídio em consequência das violências intensas experienciadas que serão apresentadas nos próximos capítulos. A partir do momento que descobriu a gravidez, ela passou a se cuidar para não prejudicar o filho: “Eu comecei só a fazer coisas supersaudável. Comendo muito bem, fazendo exercícios” (SAGE, 2014, p. 73).

O exemplo citado demonstra que a maternidade auxiliou Karen a superar a situação traumática vivenciada, uma vez que centrando as preocupações no bebê a depoente evitou encarrar o seu próprio trauma, até que uma oportunidade para o tratar surgisse.

Por fim, para se trabalhar com os depoimentos das mulheres é preciso compreender que a violência da repressão quebrou a divisão cultural entre o âmbito público e a experiência privada (JELIN, 2011, p. 111). A violência utilizada não atingiu somente os homens militantes que atuavam publicamente, mas especialmente suas companheiras e famílias, atingidas em razão do seu comprometimento afetivo com militantes. Além disso, não se deve descartar o rompimento realizado por aquelas mulheres que ousaram atuar politicamente com a militância, adentrando em um mundo até então masculino.

Para Silvia Salvatici (2005, p. 35) divulgar testemunhos de mulheres não tem por finalidade expressar que elas tiveram um sofrimento maior, mas para "relatar suas experiências, percebidas e reconhecidas como diferentes da experiência masculina, que é, por si mesma, específica". Segundo a autora, a História Oral de mulheres traz a urgência do "processo de democratização da memória", chamando a atenção para a necessidade da efetivação de um discurso público que consiga acolher narrativas diversas, onde essas não só possam ser reconhecidas publicamente, mas também pelas pessoas que as expressam. Por isso, Salvatici acredita que uma das contribuições mais relevantes da escuta de mulheres seria o desafio e crítica à universalidade abstrata e neutra que se tende por identificar o ser humano.

3.4 AS MULHERES OUVIDAS PELA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE: A "LÓGICA DO AFETO" E OS "CAMINHOS DO CORAÇÃO"

Em termos de militância e atuação, devido a divisão sexual do trabalho a maioria dos/as militantes eram homens, estatística presente em todos os países do Cone Sul que passaram por ditaduras durante o século XX. Conforme Elizabeth Jelin (2011), como os homens ocupavam mais papeis públicos, se engajavam na militância política, sindical e estudantil, já que as interações na área pública possibilitavam o contato com diferentes grupos.

Em relação ao Brasil, conforme dados apresentados por Marcelo Siqueira Ridenti (1990) esquematizados a partir de números do projeto Brasil Nunca Mais (BNM),[16] a

[16] O projeto foi resultado de trabalhos coletivos do Conselho Mundial de Igrejas e da Arquidiocese de São Paulo, através de duas lideranças religiosas, Dom Paulo Evaristo Arns e o reverendo Jamie Wright. Juntamente com apoio de familiares e advogados, o projeto conseguiu reunir 850 mil páginas de processos judiciais obtidos de forma sigilosa, sendo publicado, em 1985, um relatório feito a partir das informações coletadas.

quantidade de mulheres processadas em organizações de carácter armado, cerca de 15% a 20% do total da militância, se assemelhava ao número de mulheres que participavam da população economicamente ativa no Brasil em 1970, correspondendo 21% do total. Em relação ao número de militantes, Ridenti apresenta que existiam cerca de 4.124 militantes processados/as em inquéritos, sendo que destes 3.464 seriam homens. Fazendo as contas, restariam 660 militantes que provavelmente seriam mulheres, o que corresponderia a 16% do total de militantes de esquerda.

Segundo Mariana Joffily (2009), todos os governos autoritários no Cone Sul possuíam uma visão extremamente conservadora a respeito da organização social dos papéis de gênero, dentro da qual a família tradicional era colocada como núcleo forte da sociedade. Seguindo esse modelo heteronormativo, as mulheres eram responsabilizadas por todas as tarefas relacionadas ao cuidado da casa, educação dos/as filhos/as e pelo conforto e bem-estar do esposo:

> A ditadura enaltece uma única identidade feminina à qual as mulheres devem se ajustar, a identidade mariana, de mãe-esposa, fiel companheira do soldado, salvadora da "pátria", figura feminina que representa a "grande mãe" de todos os chilenos. Esta representação religiosa das mulheres será acompanhada de uma série de mecanismos discursivos e de controle (social, jurídico e, em muitos casos, repressivos), que efetivarão a nova ordem de gênero. A ideologia militar, como expressão máxima do masculino e com o poder do aparato do Estado em suas mãos, impõe este projeto de tutela sobre os corpos das mulheres que manterá seus efeitos na sociedade chilena até o presente (JOFFILY, 2010, p. 130).

O modelo de gênero imperante para a época identificava a masculinidade com a dominação e agressividade, associando a feminilidade à fragilidade e submissão. Aquelas que atuavam politicamente de forma direta demonstrando habilidades nas ações armadas, eram consideradas pseudo-homens ou mesmo como dessexualizadas, estigmas que elas incorporaram para serem aceitas por seus companheiros de militância (FRANCO, 2017). Mesmo assim, para a repressão antes de serem consideradas "macho" as mulheres envolvidas com a militância eram rotuladas como putas comunistas. Consideradas putas por adentrarem no espaço público até então masculino, para o qual a prostituição era o único caminho feminino de entrada, além de serem também comunistas, vistas como transgressoras da ordem vigente (COLLING, 2004).

Outro fator recorrente nas ditaduras latino-americanas, de acordo com Jelin (2011), foi a predominância de mulheres enquanto vítimas indiretas como mães, avós, filhas, noivas, irmãs, etc. Isso não significa que homens não foram atingidos indiretamente,[17] mas tanto em

[17] Nos depoimentos foi possível observar a recorrência de prisão de pais para prestar depoimentos em relação ao envolvimento dos filhos. Geralmente se tratava de prisões de curta duração. Por outro lado, somente 2 casos de companheiros presos por conta da militância de sua companheira foram averiguados, e em um deles o homem

consequência da divisão sexual do trabalho que designava às mulheres o âmbito privado, como pela divisão de gênero enquadrando a mulher obrigatoriamente no papel de mãe dona-de-casa, a presença dessas como suportes de militantes era muito mais frequente.

Dessa forma, uma das ações tipicamente femininas na área pública seria a criação de organizações de direitos humanos em concomitância com a busca por pessoas desaparecidas. Além disso, na área privada elas desenvolviam a luta pela subsistência familiar diante dos desafios implicados pela militância e repressão, ao mesmo tempo que se adaptavam às novas circunstâncias passando a sustentar a casa como novas mediadoras entre o espaço público e privado.

Segundo Ana Rita Fonteles Duarte (2009a), o pesquisador Luc Capdevila investigando sobre as mulheres durante a Segunda Guerra Mundial, concluiu que situações de crises promovem uma flexibilização na definição do que seria o masculino e o feminino. Esses momentos, inclusive durante ditaduras,

> destroem os organismos de interlocução e as situações impõe novos mediadores, dados pela nova conjuntura em que não valem hierarquias institucionais, sexo, idade, títulos, favorecendo o aparecimento de novas elites e interlocutores sociais [...] (DUARTE, 2009a, p. 23).

No caso das mulheres, elas saem da defesa exclusiva do lar e passam a liderar movimentos de luta coletiva, momento em que ocorre uma dupla metamorfose. O objetivo inicial não só deixa de ser uma reivindicação arcaica e se constituiu como movimento de protesto moderno, como também no plano individual a transformação ocorre no âmbito da mudança identitária (DUARTE, 2009a, p. 23)

Nesse contexto de tensão que provoca mudanças, as mulheres como novas mediadoras se valem de papéis tradicionais para atuar nesse meio jogando com o gênero, se dispondo dos espaços estabelecidos para atuarem concretamente. Duarte se utilizou desse conceito para entender os jogos de gênero empreendidos pelo Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA), uma vez que o movimento contou com estereótipos da defensora do lar, da família e a imagem de que seu objetivo visava a “pacificação da família brasileira”, para que a sua luta fosse institucionalizada.

Além disso, o MFPA também recorreu a outros elementos que fazem parte dos jogos de gênero, como o registro do movimento em cartório que concedeu ao MFPA um status oficial e

---

também era irmão de uma militante. No outro caso, o companheiro fez um acordo com a repressão e aceitou entregar informações para os agentes.

legal, a restrição à participação de homens que reforçou a imagem da luta como exclusiva para mulheres e a negação de vínculos político-partidários na tentativa de diferenciar as ações empreendias por elas da militância de esquerda, ressaltando a legitimidade do movimento enquanto composto por mulheres, principalmente mães, em defesa seus entes (DUARTE, 2009, p. 67).

Diante disso, Duarte (2009, p.95) levanta o seguinte questionamento: "Afinal, mulheres mobilizadas, prioritariamente por laços afetivos, agem politicamente? Só é possível pensar a política a partir do interesse público?". A autora responde:

> O que acontece, ainda hoje, é que atividades coletivas e públicas das mulheres tendem a ser qualificadas como produtos de engajamento social ou moral e não política. Não se leva em consideração que possam vir a manipular as condições ou interpretações a seu favor, jogando com o gênero ou transformando desvantagens em formas de atuar politicamente com mais liberdade ou segurança, mesmo que, muitas vezes, não se dêem conta disso. Ou mesmo que, pelas ações pessoais ou dirigidas, possam advir novos comportamentos políticos, com repercussões importantes sobre organizações ou realidades políticas tradicionais (DUARTE, 2009, p. 100).

Será possível observar que frequentemente militantes políticas e militantes do afeto atuaram por meio dos jogos de gênero e conseguiram se utilizar deles para se proteger e/ou ajudar outras pessoas. Contudo, como ressaltou Duarte, muitas vezes as ações desempenhadas a partir do meio privado não são reconhecidas como ações políticas, nem pelas próprias mulheres nem pela historiografia.

Mesmo quando não se está em situações de crise as mulheres têm os seus poderes. Conforme Michelle Perrot (1988), se o homem tem o "Poder" no singular e com conotação masculina, as mulheres exercem seus poderes no plural remetendo ao sentido de influência.[18] É a partir desses "poderes" que são construídos rótulos para mulheres enquanto controladoras de homens marionetes e como potência civilizadora, pois a "mulher" seria a responsável por educar os/as seus/as filhos/as.

Perrot também indica que as fronteiras entre público e privado mudam com o tempo, afirmando que nem todo público é "político" e nem todo público é masculino, da mesma forma que nem todo privado é feminino. Se ao mesmo tempo o centro do núcleo familiar é a figura

[18] Conforme Michel Foucault (1979, p.89), dentro da sociedade o poder "se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis;" Relações de poder possuem um papel produtor, não só proíbem ou reduzem, da mesma forma não é possível dividir o mundo entre dominante e dominado, um discurso admitido e outro excluído, mas sim, em meio às relações, existem "uma multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes." (FOUCAULT, 1979, p.95).

do pai, que é masculina, Perrot cita locais públicos que pertenciam às mulheres, como as lavanderias.

Seguindo as possibilidades de ações femininas a partir dos seus poderes, cabe tornar visível quais eram as ações desempenhadas por mulheres, tanto militantes políticas como militantes do afeto, na resistência feminina à ditadura militar. Olívia Rangel Joffily (2001) conseguiu identificar uma multiplicidade de experiências, assegurando a existência de muitas outras:

> As que consegui apreender foram as seguintes: 1 – as mães, esposas, irmãs, tias e avós que entraram na luta pelos caminhos do coração, apoiando seus familiares e estendendo esse apoio a outros lutadores, trabalhando no apoio à resistência; 2 – as militantes, que decidiram participar nos partidos e nas entidades, e que introduziram, a duras penas, o feminino e a ternura na estrutura das organizações clandestinas; 3 – as exiladas, obrigadas a deixar o país para garantir sua sobrevivência e sua sanidade física e mental – algumas foram acompanhando seus companheiros, outras migraram, porque perseguidas e ameaçadas de morte pelo regime militar; 4 – as presas e torturadas - aquelas que tiveram seu corpo transformado em campo de batalha, porque a repressão julgava que assim aniquilaria rapidamente aquelas figuras aparentemente frágeis; 5 – as guerrilheiras, urbanas e rurais, que ousaram pegar em armas e desafiar a ira dos poderosos (JOFFILY, 2001, p. 100-101).

A exposição de Joffily demostra quão diversa pode ser a experiência de uma mulher na resistência à ditadura militar, ao mesmo tempo que podem ser mães, esposas, tias e avós atuando em defesa dos seus entes, elas podem ser exiladas, presas e torturadas, e ainda ser militantes de organizações armadas agindo em um espaço até então negado às mulheres. Uma das experiências citadas que contribuiu para a investigação dos depoimentos foram os “caminhos do coração”.

Para construir a noção de “caminhos do coração” Joffily apresenta o caso de Tereza Costa Rego, uma mulher rica e divorciada que se casou com um militante político. Após se unirem, Tereza e seu companheiro enfrentaram dificuldades no Brasil e foram obrigados a se exilarem. Para Joffily (2001, p. 107), Tereza entrou na vida pública por amor ao seu companheiro e partir disso começou a amadurecer, nas palavras de Tereza, através de leituras de livros para compreender a situação política do país.

Outro exemplo, conforme Olívia Joffily, foi o de Nice Gitah. Devido a militância de sua filha, Nice se engajou em reuniões de grupos de anistia e por intermédio dessa interação ela foi a responsável por enviar o primeiro documento de denúncia de tortura que chegou até a Europa:

> Uma coisa que considero muito importante que foi o dia, já tinha começado a tortura, os padres (dominicanos) já tinham sido presos, mataram o Marighela. Alguém apareceu na minha porta e me perguntou se eu era Eunice; me deu um envelope e

> pediu que eu encaminhasse e foi embora. Quando eu abri, era a denúncia da tortura, que tinha começado a tortura violenta contra os padres. Peguei esse envelope, fui para o Rio de Janeiro, mandei para os Baetas (casal de militantes do PCB), pelo correio central, eles estavam na Escócia. Você acredita que foi a primeira denúncia de tortura que chegou na Europa? Eu que mandei essa carta, com medo de comprometer alguém aqui, coloquei no Rio por cuidado (JOFILLY, 2001 p. 108).

Diante dessa divisão, Olívia se questiona "Seriam as mulheres mais susceptíveis às emoções, aos 'caminhos do coração'? Ou estariam elas aproveitando esses laços como caminho de participação política?".

Talvez uma resposta para essas perguntas seria a noção de "mulher" construída segundo padrões de gênero. É possível que educadas para serem sentimentais e afetuosas as mulheres poderiam estar mais atentas às suas emoções e relacionamentos afetivos, esse cuidado era redobrando ainda mais por serem responsabilizadas pela família e o lar.

Além dos "caminhos do coração" outra noção contribuiu para a análise das transcrições. Elisabeth Jelin (1994) cunhou o conceito da "lógica de afeto" para entender a partir de qual lógica que as mulheres atuavam, já que seria uma lógica diferente da masculina:

> Não era uma lógica política mas uma lógica de afeto fundamentalmente eram mulheres diretamente afeta das mães avos familiares de vítimas de desaparecidos ou torturados pedindo e reclamando por seus filhos A denominação das organizações de mulheres faz alusão a primazia do vínculo familiar mães avos familiares viúvas comadres mulheres que já sem medo estavam dispostas a correr qualquer risco para alcançar um objetivo antes pessoal do que público ou político queriam saber algo a respeito de seus parentes recuperar as vítimas (JELIN, 1994, p.135).

Se pode pensar que a lógica do afeto foi construída *para* as mulheres na medida em que ela derivaria das próprias expectativas criadas para pessoas do sexo feminino, mas também foi utilizada *por* elas para que pudessem tirar proveito das situações através de táticas femininas.

Dessa forma, enquanto a categoria dos "caminhos do coração", definida por Olívia Joffily, auxilia a identificar mulheres que entraram na resistência a partir das suas relações afetivas, para a investigação dos depoimentos o conceito da lógica do afeto foi mais abrangente. A noção de caminhos do coração não só envolveria mães, esposas, avós e tias, como também as relações afetivas de crianças que foram influenciadas por pais e mães na infância a se engajar em alguma organização posteriormente. Já a "lógica do afeto" ajuda a especificar o que levou mulheres que não tinham nenhum conhecimento sobre política a adentrarem nesse mundo, partindo de uma perspectiva privada construída com base no gênero. Isso não significa que suas ações não tiveram conotação política, já que mesmo uma ação originada no âmbito privado pode surtir efeito na área pública.

A autora Marta Gouveia de Oliveira Rovai (2013) analisou a atuação de mulheres em meio ao contexto da greve de Osasco em 1968, se utilizando do conceito da "lógica do afeto" para investigar suas ações. No livro *Osasco: a greve no feminino e no masculino* Rovai expôs que enquanto era possível notar a construção de uma memória coletiva e oficial masculina sobre a greve, nas memórias das mulheres não havia marcos coletivos, permanecendo silenciadas quando comparadas com as narrativas masculinas.

Um ponto coincidente em relação aos depoimentos das mulheres investigados por Rovai, seria o momento fundante do trauma feminino que ela identificou como o primeiro contato com a repressão à greve. Nos relatos não só se enfatizam a discrepância de forças entre os participantes da greve e a repressão, bem como as prisões de seus entes com o rompimento da segurança da família. Exemplo, segundo Rovai, do início desse trauma poderia ser observado no relato de Teresinha Gurgel que representou o impacto do trauma por meio da expressão "viúvas de marido vivo":

> Eu esperava ele morto! Era viúva de marido vivo, na ocasião. Era uma viúva de marido vivo! Sem ter comida, sem ter salário! Eu não sabia de nada. Eu não sabia, porque eu estava sempre contra o Inácio estar indo muito, ficar muito no sindicato! Então, eu não estava interessada! Sabia que ele estava no sindicato. Quando a greve estourou de uma vez, que a notícia correu, que a cavalaria entrou na Cobrasma, aí me perguntei: 'Cadê o meu marido?! Onde? Desapareceu! Sumiu'! Né? E dali só depois de 48 dias que fiquei sabendo! Aí, eu acompanhei todo o desenrolar da greve, com as duas crianças... O Inácio desapareceu, não voltou pra casa! Não voltou. [...] Com as notícias que corriam, eu não esperava que ele chegasse com vida! (ROVAI, 2013, p. 222).

Abordando especificamente sobre as mulheres não engajadas em organizações políticas, Rovai aponta que o sentimento em relação aos seus maridos era ambíguo: por um lado sentiam orgulho por estarem envolvidos em algo grandioso, mesmo não sabendo muito sobre, por outro também sentiam ciúme ao terem que lidar com o desconforto de terem suas cozinhas invadidas para receber assuntos que não se relacionavam com o ambiente familiar (2013, p. 199-200). Além da entrada de pessoas estranhas elas também foram obrigadas a conviver com invasões concretas de agentes do Estado, a partir disso desenvolveram táticas para se adequar às novas dificuldades.

Conforme Rovai (2013, p.232), essas táticas femininas, definidas a partir do conceito de tática de Michel de Certeau (1994), iam desde oferecer cafezinhos para agentes da repressão como forma de evitar que suas casas fossem reviradas, até a busca incessante nas dependências estatais por notícias de seus entes. Segundo Rovai, nesses "pequenos gestos" as mulheres demonstraram ter consciência do seu peso, pois elas estavam no "seu espaço" assumindo e

confirmando essa identidade de mulher ao mesmo tempo em que conseguiam burlar as normas da repressão:

> Afinal, não faziam nada que não lhes fosse permitido enquanto mulheres. Pelo contrário, desarmadas, fizeram de sua presença e de seu corpo, notados todos os dias pelos militares em guarda, uma forma de luta silenciosa; aquilo que se esperava de esposas e mães desesperadas, em defesa dos seus familiares (ROVAI, 2013 p. 234).

Em adição, elas não só agiram de forma espontânea como também, por mais que transitassem da área privada para a pública, suas ações não tinham teor feminista, pois sua intenção não era romper com o mundo privado e a vida doméstica, mas possibilitar uma ligação entre espaços distintos que se complementavam (ROVAI, 2013, p. 237). Inclusive algumas delas tiveram que arranjar emprego para sustentar suas famílias enquanto procuravam notícias de seus maridos, se tornando, conforme Rovai, mediadoras entre o privado e o público.

Assim como a "lógica do afeto" se baseou nas noções de gênero construídas, também a repressão se utilizou delas na violência contra homens e mulheres. Enquanto as militantes do afeto escondiam suas dores e tinham suas vidas transformadas pelo medo e apreensão, as militantes políticas foram objetos da repressão pelos seus vínculos com homens e filhos/as. Também as mulheres-mães foram lesadas enquanto as responsáveis pelos "maus caminhos" e desvios dos/as filhos/as.

A culpabilização das mães pode remeter às representações da "mulher" como potência civilizadora na função de educar filhos/as (PERROT, 1989). Nesse sentido, tanto as mães de militantes como as mães militantes seriam culpadas pelo seu lapso em relação à maternidade. As primeiras, conforme Adrianna Stemy (2020), seriam responsabilizadas pelos "desvios" dos/as filhos/as que os levaram à militância, já as mães militantes políticas não seriam consideradas qualificadas para assumirem o papel de mães, visto que eram definidas como subversivas e desviantes aos olhos da repressão. Por essa razão, segundo Marta Rovai (2013), as militantes políticas eram desqualificadas por ter abandonado sua função:

> Nos processos em que as mulheres estiveram envolvidas em ações armadas, muitas foram consideradas inaptas para o convívio social, razão pela qual foram encaminhadas para manicômios judiciários. Quando detidas, permaneceram isoladas de outras presas por tempo prolongado por serem de alta periculosidade e de péssima influência para a reabilitação das demais detentas (ROVAI, 2013, p. 308).

Através do seu corpo, única arma que tinham, as mulheres faziam da sua presença sua estratégia. Ao visitar seus familiares passavam bilhetes apesar de não se saber do se tratavam, se valiam de tentativas de flerte por parte dos agentes da repressão para conseguir visitas,

guardavam documentos, arrumavam empregos, sustentavam as casas e simultaneamente escondiam a dor que sentiam de vizinhos/as, familiares e dos seus/as filhos/as.

Conforme Michel de Certeau (1994), ações poderiam ser desempenhadas dentro de dois espaços, na estratégia e na tática. A estratégia se daria para a pessoa que pudesse ser autônoma em relação ao ambiente em que se insere, graças a isso ela poderia construir uma estratégia de uma perspectiva exterior ao meio. Já uma pessoa que está no ambiente e não tem esse espaço fora dele, é obrigada a criar dentro do local em que se encontra. Ela não consegue guardar o que ganha, não há espaço para tanto, como um ser fraco diante das circunstâncias que estão fora do seu controle tem que recorrer às forças que lhe são estranhas (que não pertencem a ela), o que pode acontecer em momentos oportunos chamadas de "ocasiões", onde/quando combina elementos diferentes/ heterogêneos (CERTEAU, 1994, p. 47).

Nesse sentido, as mulheres aproveitariam das circunstâncias do momento, pois não seriam portadoras de um local de estratégia, mas desenvolveriam suas táticas sendo obrigadas a jogar com os acontecimentos para os transformar em "ocasiões". Transformando as situações em ocasiões, elas aproveitariam forças que lhe são estranhas com a finalidade de alcançar benefícios próprios.

Assim, a partir do que se era imposto, eventualmente conseguiram defender a si mesmas e aos seus entes, pois aproveitavam as oportunidades que apareciam e se desenvolviam dentro da "lógica do afeto". Com essas atuações realizadas de maneira sagaz, algumas das mulheres passaram a tomar consciência da situação política e assumiram esse comprometimento, adentrando na militância política a partir do seu drama familiar e pessoal. Aos poucos uma demanda privada se transformava da busca dos familiares para a luta pública e política pela democracia (ROVIA, 2013a, p. 136).

Algumas mulheres que realizaram essa mudança foram Therezinha Zerbini e Zuleika Angel Jones. Therezinha foi responsável por lançar o Movimento Feminino pela Anistia (MFA) que visava defender os direitos humanos e a formulação da anistia. Sua atuação teve início com a perseguição ao seu marido que era um militar envolvido com movimentos de esquerda, a partir de então ela desenvolveu atividades em auxílio aos/as militantes, envolvendo também mães. Zuzu Angel, como era conhecida, foi uma estilista que depois do desaparecimento do seu filho, Stuart Angel Jones, denunciou abertamente o seu desaparecimento. Ela não conseguiu chegar a fundar ou participar de algum movimento, pois foi assassinada como resultado das ações que empreendeu na luta para encontrar o filho. Ambos os casos serão mais bem trabalhados no capítulo seguinte.

Assim sendo, o próximo capítulo analisará a trajetória das mulheres que foram ouvidas pela CNV, identificando como as militantes políticas e militantes do afeto agiram na “lógica do afeto”. Também serão analisadas outras temáticas como o silêncio para as mulheres e as violências a que foram submetidas, adentrando nas suas dores, lutas, ações e percepções sobre si mesmas, no intuito de contribuir para conhecer mais profundamente como elas desempenharam suas ações no período.

4 A LÓGICA DO AFETO NA ATUAÇÃO DAS MULHERES OUVIDAS PELA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV)

Como foi indicado no capítulo anterior, Elizabeth Jelin (1994) cunhou o conceito "lógica do afeto" para definir a maneira pela qual as mulheres agiam de forma distinta da lógica masculina. A lógica do afeto foi imposta *às* mulheres, mas mediante um processo de bricolagem ela passou a ser empregada *pelas* mulheres para construir ocasiões que possibilitassem alcançar seus objetivos. As ações desenvolvidas fazendo uso das táticas femininas partiam do privado, mas afetavam o espaço político e público (ROVAI, 2013).

O uso da tática feminina nem sempre se cumpriu de forma consciente ou possuindo a intenção de subverter a ordem vigente, porém como esta pesquisa analisa não só memórias como também memórias orais não é possível afirmar qual era o nível de consciência das mulheres ao se dispor dos estereótipos para jogar com o gênero. As percepções que elas apresentam sempre vão remeter a concepções que só são possíveis no momento presente em que falam, e se referem ao processo de construção da identidade dessas depoentes e de alteridade em relação a quem escuta (DUARTE, 2009)

Investigando os depoimentos foi possível distinguir que mulheres que não se identificavam com a imagem imposta a elas, enquanto mulher/mãe dona de casa e cuidadora, tendiam a reforçar que as ações desempenhadas dentro dos estereótipos não se relacionavam com a autorrepresentação que tinham de si mesmas. Constantemente, foi viável identificar que aquelas que buscavam diferenciar em suas narrativas o papel desempenhado dentro da lógica do afeto da sua identidade, eram majoritariamente militantes com formação política. Por outro lado, aquelas que narravam as ações dentro do que era imposto ao sexo feminino, sem ressaltar que estavam assumindo um papel diferenciado do que entendiam por si mesmas, eram militantes do afeto.

Sendo assim, a partir da percepção que elas tinham de si e também da forma como as mulheres eram citadas nos depoimentos, já que algumas não eram entrevistadas, foi possível dividir as mulheres selecionadas que se utilizaram dessa lógica ou que foram atingidas por meio dela (como mães, filhas, irmãs, etc) em três blocos: a) militantes do afeto que foram atingidas por conta do papel que lhes era imposto; b) as militantes do afeto que agiam, na lógica do afeto, tirando proveito dela para ajudar seus entes queridos; c) as militantes políticas que se utilizavam da lógica feminina para conseguir escapar da malha fina da repressão.

4.1 AS MULHERES ATINGIDAS SEGUNDO O PAPEL SOCIAL ATRIBUÍDO

Nesse primeiro bloco de mulheres todas eram militantes do afeto, predominando a presença de mães e esposas que ora foram para o exílio por conta da militância de seus companheiros, ora foram presas ou ainda ficaram sozinhas cuidando do sustento da casa enquanto o seu companheiro foi preso ou assassinado. Cabe expor que nem sempre os nomes dessas mulheres estiveram disponíveis nos depoimentos, pois não foram em todos que as depoentes citavam os nomes das mães.

A mãe da depoente Diclani Suissa Martins de Brito não chegou a ter o seu nome citado no depoimento da filha. A depoente Diclani tinha 2 anos na época quando sua mãe conseguiu avisar o pai, através de uma carta, que agentes do governo estavam a procura dele. Depois de receber o aviso, seu pai fugiu do país e se exilou na Costa Rica formando outra família. Sua mãe, por sua vez, não só permaneceu no Brasil com 6 filhos para tomar conta como também teve a casa vigiada por 2 meses caso ele retornasse.

Sendo um depoimento coletado em conjunto com uma comissão estadual, quem ouviu Diclani foram homens que estavam mais interessados na história de seu pai, inclusive eles solicitam à depoente que ela conte sobre o pai, porém Diclani faz questão de ressaltar as dificuldades enfrentadas pela mãe diante do exílio do pai. Ela relatou:

> E aí não regressou mais para a cidade, para lá construiu outra família. E minha mãe ficou aqui com 6 filhos pequenos. O mais velho tinha 9 anos na época. Eu, que sou a caçula, ia fazer 2 anos. Saiu em agosto e eu ia fazer em dezembro 2 anos. E aí a minha mãe foi lutando com esses 6 filhos sozinha e ela ficou quase dois meses com a casa vigiada pela polícia, cercada a casa toda, que ela não podia ir ao banheiro que eles estavam junto, para saber se ela não ia mandar algum recado, algum bilhete lá para ele (BRITO, 2013, p. 2).

Partindo da sua relação afetiva enquanto esposa, a vida da mãe de Diclani se transformou quando o marido foi forçado ao exílio. Nessa situação, ela teve que lidar com o sustendo de 6 filhos e com a constante presença de agentes da repressão vigiando a casa. Conforme Marta Rovai (2013), as mulheres que se depararam com mudanças em consequência de ações da repressão, como a prisão ou desaparecimento de seus familiares e invasão de suas casas, foram obrigadas a se tornar novas mediadoras do público e do privado, frequentemente isso significava sustentar a casa financeiramente ao mesmo tempo em que cuidavam dos/as filhos/as e saíam em busca de notícias de seus familiares.

Não há mais descrições que indiquem se essa senhora sofreu alguma agressão enquanto os agentes vigiavam ou permaneceram na casa. Além disso, Diclani não relatou como a mãe deu conta de cuidar dos filhos sozinha, embora cabe aqui conjecturar sobre a dificuldade que

essa mulher deve ter enfrentado, sendo deixada como mãe solteira e ainda monitorada pelos órgãos da repressão.

Se no caso dessa mãe ela foi deixada junto com os/as filhos/as, existiram casos em que as mulheres foram obrigadas a se exilar por conta da militância de seus companheiros, situação da depoente Benita Beatriz Accioli Cannabrava.

Benita e seus 2 filhos tramitaram por muitos países da América Latina por conta da repressão à militância de Paulo Cannabrava filho, marido de Benita, na Ação Libertadora Nacional (ALN).[19] Conforme Eloisa Rosalen (2016, p. 51), o exílio tem origem na prática do banimento e, diferente do e/imigrante que saí em busca de melhores condições de vida, os/as exilados/as não possuem nenhuma motivação além da fuga. Nesse sentido, ainda conforme a autora, apesar da existência de uma hierarquia no exílio, que considerou somente como exilados/as aqueles/as as pessoas atingidas por perseguição política direta, para as companheiras

> A feminilidade prescrita pelas relações de gênero vigentes, na época, exigiu que elas submetessem suas vidas às ações de seus parceiros, o que as colocou em uma pretensa condição de acompanhante no que diz respeito ao deslocamento exilar. Entretanto, essas mulheres exiladas, mesmo quando não militantes políticas, foram afetadas pela conjuntura brasileira e isso não as excluí da categoria de exílio (ROSALEN, 2016, p. 127).

A autora também apresenta diferentes exemplos de mudanças nos relacionamentos e em vários aspectos da vida de homens e mulheres que foram para o exílio, como nos relacionamentos e no trabalho doméstico e fora de casa. No caso da depoente, em consequência do exílio, ela deixou de atuar na área que tinha se formado, odontologia, e assumiu a profissão de cantora e professora de música, inclusive se apresentando com outro nome, Marina.

Conforme Rachel Soihet (2011), para ajudar na sobrevivência da família as mulheres no exílio trabalhavam em empregos desvalorizados financeiramente mesmo quando possuíam curso superior, para contribuir com a renda familiar em razão do alto custo de vida. Soihet faz referência principalmente às militantes políticas, mas tal percepção também pode valer para Benita, já que ela não conseguiu validar seu diploma no exterior. No seu caso, o emprego na área da música ainda pode ser um pouco mais valorizado do que como secretária, operária e outros serviços que as mulheres tiveram que aceitar (SOIHET, 2011).

Sobre sua relação com a militância do seu marido, Benita indicou:

---

[19] Para maiores informações sobre todas as organizações citadas pelas depoentes, consultar GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas – a esquerda brasileira:** das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Editora Ática, 1987.

> Sabia da militância. Uma vez me perguntaram, esse projeto que eles fizeram aí do: ‘Resistir é preciso.’ Me perguntaram assim: ‘Por que você foi embora com o seu marido e os filhos para Cuba?’ Aí eu disse que foi por amor. Aí me perguntaram se era amor ao marido ou amor à causa. Aí eu disse: ‘Não, naquele momento foi amor ao marido. Eu não queria romper a minha família.’ Para mim era muito importante manter a família. A gente saiu clandestino, nem a minha família podia saber onde a gente estava indo. Horrível (CANNABRAVA, 2014, p. 12).

O amor ao marido e a intenção de manter a família unida são sentimentos de carinho e cuidado importantes e que são valorizados pela depoente. Por outro lado, analisando pelo viés do gênero, o cuidado tanto da família como do marido era uma característica que, segundo o padrão construído, devia ser cultivada por pessoas do sexo feminino. Conforme Rosalen (2016), o gênero pesou no exílio, o casamento foi uma instituição que fez com que muitas mulheres fossem exiladas, uma vez que era uma construção cultural que atribuía às mulheres cuidados com família e marido (2016, p .116).

Conforme foram se mudando de país em país, toda a família se viu em uma situação complicada de constante mudança. Segundo o seu depoimento, Benita e o marido tinham preferência, toda vez que se mudavam, por “montar a casa do zero” comprando novos móveis e artigos para as casas. Levando em consideração que eles passaram por diversos países como Bolívia, Panamá, Uruguai, Argentina e Cuba, essa experiência era desgastante.

O exílio pode dar a sensação de se estar em um “entre-lugar”, pois a pessoa se situa no limite entre dois mundos, duas culturas e dois países, sem pertencer a nenhum dos dois “ao mesmo tempo que buscam esquecer o que de ruim viveram em seus países de origem e se adaptarem ao que estão vivendo, não conseguem esquecer e/ou deixar de aspirar a determinadas posições que possuíam” (PEREIRA, 2009, p. 123).

No caso de Benita e de sua família a situação pode ter sido tão desgastante ao ponto de ela e seus filhos desenvolveram depressão. Seus filhos mudaram de escola 8 vezes em meio às viagens até que em determinado momento, enquanto ela e seu companheiro estavam no Panamá, ambos os filhos ganharam uma bolsa de estudos em Cuba.

> Foram para Cuba. Eles foram com uma bolsa par Cuba. Pré-adolescentes, você imagina o drama deles também, não é? Longe da família, em uma idade complicada. 13, 14 anos, muito complicada. Bom, eles ficaram lá, praticamente, quase dois anos” (CANNABRAVA, 2014, p. 7).

Essa separação, ressalta Benita, foi muito difícil:

> É claro que tive crises de depressão, quando os filhos foram embora para Cuba eu tive uma crise de depressão violenta. Que separar assim completamente dos filhos foi muito complicado. Mais geralmente eu conseguia superar essas crises. Dessa vez eu tive que fazer terapia mesmo. Inclusive eu encontrei no Panamá uma Musicoterapeuta maravilhosa. (CANNABRAVA, 2014, p.34).

A partir desse trecho é possível identificar que Benita provavelmente já teria desenvolvido crises de depressão durante as migrações entre os países, observando a fala "Mais geralmente eu conseguia superar essas crises". Esse indício pode ser um sinal de que episódios parecidos sucederam anteriormente, mas que ela somente buscou auxílio psicológico quando seus filhos foram para Cuba. Interessante que a depoente só abordou sobre as suas crises no final do seu depoimento quando relata sobre a separação com os filhos, um pouco antes Benita citou as consequências para os mesmos, que apresentavam sintomas de depressão e fizeram terapia.

O fato dela se delongar primeiro nas sequelas de seus filhos, sinalizar a sua própria dor a partir da deles e ainda no final do depoimento, talvez se remeta ao paradoxo que Elizabeth Jelin (2001) já alertava para o testemunho feminino. Nele, as mulheres se colocariam como coadjuvantes de sua própria história durante o seu relato, narrando suas vivências a partir de outros. No caso de Benita, ela transpareceu as suas dificuldades diante dos acontecimentos que causaram crises de depressão, a partir de dor semelhante vivida pelos filhos.

Por outro lado, apesar do exílio junto com seu marido, foi durante esse período fora do país que a depoente entrou em contado com a política, em especial com movimentos de mulheres, como conta:

> como simpatizante dos movimentos de esquerda, mas eu nunca tinha sido militante, eu comecei a me interessar em participar em alguma coisa. Já que eu estou sofrendo todas as consequências, vamos participar em alguma coisa. E onde que eu entro, que para mim foi a entrada para participar da política foi o Movimento de Mulheres (CANNABRAVA, 2014, p. 5).

A partir de sua fala é possível perceber que Benita aproveitou o espaço em que foi obrigada a adentrar da melhor forma que conseguiu, mesmo reconhecendo as dificuldades que a família vivenciou no "entre lugar" do exílio. Seu engajamento se iniciou com o contato inicial no Partido Comunista Peruano, que realizava palestras denunciando a ditadura militar no Brasil e começava a abordar questões relacionadas às mulheres. Depois disso, Benita passou a cantar em eventos políticos e em sindicatos, principalmente enquanto esteve no Panamá e na Bolívia. Essas experiências com questões que envolviam a temática feminina aparentemente

influenciaram tanto a depoente que, com o retorno ao Brasil, ela se tornou uma das fundadoras da Organização Não Governamental (ONG) Associação Mulheres pela Paz.[20]

Rachel Soihet (2011, p. 120) chama a atenção para as dificuldades encontradas por mulheres no exílio, mas também para as contribuições advindas dessa experiência. Para aquelas que atuavam politicamente em alguma organização, o exílio não só poderia interromper a sua atuação nesse campo como também transformar suas carreiras profissionais. As mudanças na vida profissional e militante poderiam ressaltar situações que elas não consideravam injustas até então, como dupla jornada de trabalho e assimetrias dentro e fora do espaço familiar, inclusive nas organizações de esquerda. Essas novas percepções se ampliavam quando elas interagiam com mulheres que se rebelaram ou se mobilizaram diante das desigualdades sentidas, como por exemplo em grupos de reflexão apenas para mulheres.

A volta para o Brasil apresentou novidades não tão agradáveis para Benita. Segundo seu depoimento, ela sentiu um distanciamento com relação às pessoas que ficaram, elas evitavam tocar no assunto mesmo que, por ter morado em diferentes países, o tema chamasse a atenção para uma conversa.

Pedrina José de Carvalho também foi uma mulher exilada em consequência da militância de seu marido, porém, no seu caso, ele já estava morto quando ela deixou o país. Devanir José de Carvalho, marido de Pedrina, se tornou militante político depois do casamento deles em 1963, quando começou a se envolver com o movimento operário, inclusive sendo realizadas reuniões em sua casa. A partir de 1964, segundo o depoimento de Pedrina, perseguições foram realizadas no sindicato e a família foi compelida a mudar de cidade. Devanir passou a trabalhar como taxista, continuando seu engajamento em organizações como o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e Ala Vermelha.

Ao longo da militância do companheiro, Pedrina já tinha 2 filhos que, assim como ela, entraram para a clandestinidade em consequência da repressão ao engajamento de Devanir. A clandestinidade dentro do próprio país também gera sentimentos específicos para aqueles/as

---

[20] A Associação foi fundada em 2008, a partir da seleção de mulheres solicitada pelo Comitê do Prêmio Nobel da Paz, sediado em Oslo, na Noruega, que previa a inscrição de mil mulheres dos cinco continentes para concorrer, coletivamente, ao Prêmio Nobel da Paz em 2005. A partir da elaboração da lista, a ONG foi fundada, e, segundo as informações constantes no seu site de criação, tem como objetivo: "A Associação Mulheres pela Paz é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que objetiva fortalecer e divulgar a cultura da paz, por meio do desenvolvimento da igualdade de gênero, da cidadania e dos direitos humanos. Sua missão é pôr em rede ações de mulheres que acreditam que o exercício da paz se dá no cotidiano. Como princípio fundamental, a Associação Mulheres pela Paz não discrimina nenhuma pessoa por motivos de gênero, raça, classe social, idade, religião, opção sexual, preferência político-partidária.". Disponível em: https://mulherespaz.org.br/o-que-somos/. Acesso em: 11 de jun. 2024.

que a experienciam, ela traz um sentimento de desterritorialização tanto geográfica como social e psíquica, que pode ser somada à experiência da tortura e prisão (FERREIRA, 1996). Pedrina expressou o sentimento de separação em relação a família, da qual teve que se manter afastada mesmo em datas comemorativas:

> Mas até a gente saber mesmo, foi depois, quando a coisa ficou feia mesmo, que a gente fala, aí não podia visitar a família, morava aqui em São Paulo, mas não podíamos ir em casa que a polícia sempre estava nas datas comemorativas: Era dia das mães, dia dos país, aniversário. Então a gente não podia mais ver a família, que era perigoso. assim como, o isolamento afetou seus filhos que foram proibidos de irem para a escola, e também tiveram que sair para o exílio (CARVALHO, 2014, p. 3).

Em 1971, o marido de Pedrina foi assassinado saindo da casa de um companheiro militante. Em decorrência da "queda" do marido, a casa onde Pedrina e os filhos se encontravam foi descoberta e ela foi presa. Durante a prisão, a depoente não chegou a ser torturada fisicamente, mas descreveu que foi obrigada a lavar louça juntamente com as filhas de Fanny Akselrud Seixas, mãe da depoente Ieda Akselrud Seixas:

> É, as duas filhas dela, que é a Iara e a Ieda. Elas ficaram presas todas juntas, eu eles colocaram na cozinha para lavar louça, falavam que era... 'É, você ficava cozinhando para o Lamarca, lavando louça, agora vocês vão trabalhar aqui na cozinha nossa.' Daí colocava para lavar louça, e as meninas limpavam banheiro, colocaram para limpar banheiro (CARVALHO, 2014, p. 4).

Esse tipo de violência visava não só diminuir a mulher e impor sobre ela o local que lhes era destinado segundo o padrão de gênero, isto é, o espaço doméstico e suas as tarefas, mas também quebrar a sua autonomia.[21] Além disso, apesar de Pedrina não ter sofrido violências físicas eram constantes as ameaças de cunho psicológico, visando principalmente seus filhos:

> **Interlocutora não identificada** – Em algum momento durante o interrogatório fizeram maus-tratos contra a senhora?
>
> **Pedrina José de Carvalho** – Não, foi mais psicológico, que já tinham matado o marido, eu magra, magra, uma dor de cabeça que não passava, aí eles falavam que ia buscar o meu filho mais velho, que era o Carlos, que tinha sete anos, faziam essas coisas, psicológico mesmo (CARVALHO, 2014, p. 4).

[21] É interessante observar que essa imposição, utilizada pela repressão como forma de, quase que literalmente, "domesticar" mulheres que eram consideradas desviantes do que se outorgava às pessoas do sexo feminino, ainda aparece nos dias de hoje de formas subliminares. Recentemente foi reprisada a novela Mulheres de Areia, nesta novela replicam-se, novamente, o mito da megera domada, neste caso específico, a mulher é "domada", em parte, através da imposição de obrigações domésticas, das quais ela não tinha muito conhecimento.

Utilizar a maternidade e ou ameaças aos/às filhos/as tem como objetivo atingir a mulher enquanto mãe, ao responsabilizá-la pelos sofrimentos que poderiam ser causados aos/às filhos/as. Os agentes faziam uso político da culpa, empregue para justificar as violências contra seus/as filhos/as, imputando às mães a culpa dos sofrimentos dos/as crianças. Isso fazia com que a vítima se sentisse responsável pelas violações cometidas, intensificando a tortura (GOMES, 2021, p. 174).

Pedrina conseguiu deixar os filhos com a sogra, ela não descreveu como isso aconteceu, mas evitou que fossem levados para um juizado de menores. Também é interessante observar as falas a respeito de seus filhos, pois, assim como Benita, Pedrina apresenta algumas sequelas psicológicas em razão da perda do pai. Segundo a depoente, o mais velho viu a notícia do falecimento na televisão e apresentou dificuldades mais visíveis afirmando que iria vingar o pai. Para o mais novo, as sequelas foram percebidas de forma mais sutil, Pedrina ressalta um episódio em que percebeu o quanto a morte do pai afetou o filho:

> Tem uma coisa também que marcou muito: A minha sogra tinha galinha e tinha um papagaio que era nosso, eu tinha deixado com a minha mãe... Na época que eu fui embora para o Rio tinha deixado com a mãe. Aí esse papagaio foi parar na casa da minha sogra, a minha sogra foi matar o galo, foi correndo no quintal e ele brincando, pequenininho (ininteligível), ele disse para ela: ‘Vó não mata o galo não, ele é pai do louro.’ Isso aí marcou demais (CARVALHO, 2014, p. 5)

A afirmação do filho talvez tenha possibilitado com que Pedrina identificasse o quanto o assassinato do pai afetou o filho, que a expressou de forma sutil. Ele, ao alertar para a preservação do galo em razão da sua relação de paternidade com o louro, indica a importância da relação que ele mesmo já não tinha mais, apresentando de forma subliminar o quanto a sua perda o afetou. Novamente o sofrimento dos filhos são marcos intensos presentes no relato das mães, que estão atentas aos seus sofrimentos mesmo quando se apresentam de forma mascarada, muitas vezes se sentindo culpadas por essa dor. Conforme Gomes:

> muitas militantes viveram na clandestinidade e tiveram suas vidas alteradas diante do imperativo da sobrevivência, mas a pressão pelo desempenho do papel de mãe se fazia presente e, ao não conseguirem manter uma rotina de infância tida como comum, os filhos e filhas buscaram construir sua subjetividade em meio às condições impostas pela perseguição política. Como crianças, buscavam entender a si e ao mundo, o que, por vezes, gerava perguntas que despertavam o sentimento de impotência e de culpa nas mães militantes (GOMES, 2021, p. .180-181).

Após conseguir liberdade condicional, o exílio foi imposto à Pedrina que se estabeleceu, por fim, em Portugal. O caminho para a Europa foi longo, primeiro ela foi para o Chile, onde

já na chegada passou uma noite na rodoviária com as crianças. A situação se complicou ainda mais com o golpe em 1973, quando a depoente buscou refúgio na embaixada da Argentina, ainda enquanto estavam no Chile. Lá a estadia foi difícil por causa da quantidade volumosa de pessoas e o racionamento de comida, o pouco que chegava de alimentos Pedrina destinava a maior parte para as crianças. Depois de meses nessa situação, vivendo com a preocupação do que viria a ser o dia de amanhã nas palavras de Pedrina, ela partiu para Portugal em 1974, onde ela se casou novamente e teve seu terceiro filho. Eles permaneceram até 1978 em Portugal, quando conseguiram retornar ao Brasil.

Outro caso parecido foi o de Maria das Dores Romaniolo, mãe da depoente Roberta Romaniolo de Mattos. Segundo a filha, Maria Romaniolo não militava em nenhuma organização, em contrapartida o marido, Wânio José de Mattos, era engajado na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), a perseguição aos membros da organização os obrigou a se exilarem no Chile. Com o golpe que derrubou o governo de Salvador Allende, o pai de Roberta foi assassinado e a mãe foi presa e separada dela quando ainda era bebê. A separação afetou muito Maria das Dores, como descreve a depoente:

> os militares chilenos invadiram a nossa casa, e prenderam meu pai, todo mundo que estava lá. E eles foram levados, e minha mãe também foi levada comigo, e foi colocada numa cela, meu pai foi levado para o que a gente acredita provavelmente para o estádio já. E a minha mãe dizia que ela ficou na cela comigo, mas como eles chegaram e entraram, não deu tempo dela pegar nada, e não tinha o que comer. E eu chorava muito de fome, até que veio um oficial, um oficial chileno e me retirou da cela. Só eu. E aí a minha mãe ficou desesperada, minha mãe enlouqueceu, ela gritava, ela batia a cabeça na parede, ela arranhava a parede, e foram três dias. E eu chorava muito de fome, até que veio um oficial, um oficial chileno e me retirou da cela. Só eu. E aí a minha mãe ficou desesperada, minha mãe enlouqueceu, ela gritava, ela batia a cabeça na parede, ela arranhava a parede, e foram três dias. [...] E quando eles me levaram da cela, ela dizia que era um general, era alguém de uma patente mais alta, pela farda, ela dizia, que ele entrou na cela, ele parou na cela e falou para ela, que como que uma puta brasileira podia ter uma filha tão linda e ele só tinha dois meninos, e que ele ia me levar para ele, foi assim que eles me levaram da cela. E aí ela quando eles me trouxeram de volta, ela pediu para que eu ficasse com uma vizinha (MATTOS, 2014, p. 2).

Conforme Ana Maria Colling (1997, p. 104), a mulher militante política era sempre observada como desviante, o que significa, como relata uma das entrevistadas pela autora, que não se podia ser comunista sem ser puta. Ao rotulá-las como ser promíscuo, se negava a elas sua escolha política, já que elas não se vincularam à militância por razões políticas, mas para correr atrás de homens. Nesse sentido, se a mulher era um ser desviante das regras estabelecidas, como poderia ter uma “filha tão linda” se não se enquadrava como a imagem da mulher mães-dona-de-casa?

A depoente somente tomou conhecimento sobre os sofrimentos vivenciados pela mãe por intermédio de outras pessoas e fontes, já que Maria Romaniolo nunca conversou com a filha sobre isso, tópico que será abordado em outro capítulo. Segundo Roberta, ainda no Brasil sua mãe foi presa mais 3 vezes e possivelmente quase sofreu um aborto em uma dessas prisões. A depoente descreveu que Roberta foi colocada em "uma sala onde batia sol direto, e ela foi deixada durante horas ali, porque eles diziam que filha de comunista era comunista também, então que filha de comunista não podia nascer. Mas eles não conseguiram fazer com que ela perdesse o bebê" (MATTOS, 2014, p. 9).

Além disso, através de entrevistas e amigos, Roberta descobriu que a mãe foi espancada e estuprada, o que se somou com a dor constante da perda do marido, pois ele está desaparecido e seu corpo nunca foi encontrado:

> E eu muitas vezes eu tive que tomar coragem para chegar para o Samuel e perguntar as coisas para ele, sabe, falar assim: Samuel aconteceu isso com a minha mãe? Ele disse assim para mim: aconteceu, aconteceu, entendeu, que ela foi estuprada, que ela foi espancada, aconteceu, e eu precisava ouvir isso dele, só que eu preciso estar bem para conversar com essas pessoas, para ouvir o que realmente aconteceu. E como a minha mãe nunca viu o corpo do meu pai, durante muito tempo ela acreditou que ele tivesse vivo, durante muito tempo ela acreditou que ele tivesse vivo (MATTOS, 2014, p. 7)

Tamanha dor afetou sua mãe que se tornou superprotetora e silenciosa a ponto de contar para a filha o motivo verdadeiro da morte do pai somente quando Roberta tinha 10 anos, sendo que a iniciativa não foi tomada de propósito, mas em virtude de um processo documental necessário.

Depois de conseguir liberdade, Maria das Dores ainda procurou voltar para o Brasil, mas, atendida por uma organização de auxílio no Chile, foi enviada para o exílio na França. O restabelecimento de Maria com sua filha foi muito difícil, segundo Roberta, ela lutou muito para obter um emprego e desenvolveu depressão durante a estadia na França. Também, em consequência das violências e traumas sofridos, Roberta indica que sua mãe se tornou "superprotetora":

> Então, assim, uma superproteção que chegava a sufocar, sempre ela tinha que saber aonde eu estava, com quem eu estava, onde eu ia, eu não podia ir na casa de qualquer pessoa, ela tinha que saber quem era o pai, quem era a mãe, ela já dava uma investigada qual que era a história deles para eu poder ir na casa, eu não sabia disso, eu fiquei sabendo depois. [...] Então, assim, essa superproteção que eu sentia, e às vezes assim, quando ela lia, quando ela falava, o choro, às vezes quando a gente quando a gente conversava, então é nessa parte que eu sentia mais a instabilidade emocional dela. Depressão, graças a Deus, ela teve uma depressão quando realmente ela chegou na França, ela teve depressão, porque daí ela chegou num lugar, uma

> criança pequena, não sabia falar, ele conta que ela não queria ir, que aí naquele momento realmente ela falava que ela tinha chegado no fundo do poço (MATTOS, 2014, p. 28).

Essas preocupações com a filha não eram por menos, dado que Maria das Dores quase perdeu a filha duas vezes. Como já apresentado, a solidão foi uma das consequências a que as mulheres estavam submetidas e que poderia resultar em um sentimento de isolamento. Muitas vezes elas não foram compreendidas pela família e pela comunidade da qual faziam parte, não só os familiares se recusavam a ajudar de alguma forma bem como poderiam ser evitadas pela vizinhança. Tais transformações trouxeram medo e insegurança constante, na medida em que elas tiveram que repensar o tempo cotidiano e ordinário para desenvolver estratégias de ocultamento de informações, reorganizar atividades e ainda suspender relacionamentos, no intuito de se proteger e evitar atritos (ROVAI, 2013, p. 228).

Diante da narrativa de Roberta se pode inferir que sua mãe se fechou em si mesma, se utilizando da solidão na tentativa de proteger a filha e a si das dores que ela havia vivenciado. Mesmo o retorno ao Brasil também não foi fácil, especialmente para Roberta que não conhecia ninguém da família e não sabia falar português, pois sua mãe tinha medo de que descobrissem na França que elas eram brasileiras e não ensinou a língua. A história das duas, mãe e filha, será mais bem aprofundada no tópico que envolve a temática do silêncio, mas se pode afirmar que as violências sofridas juntamente com o silenciamento cobrou um alto preço sobre Maria.

Outra mulher com uma história semelhante à da mãe de Roberta foi Encarnação Hernandes Flores Chamorro, mãe da depoente Anita Leocádia Chamorro. O pai da depoente Antônio Chamorro era conhecido militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), e desde o momento do golpe civil-militar entrou para a clandestinidade deixando os filhos e a esposa em casa. Por conta da militância de Antônio, agentes da repressão vigiavam e invadiam a casa constantemente, o que rendeu muitos mandados de busca que eram guardados por Encarnação em uma caixinha na cozinha. Segundo Anita:

> Eles iam com frequência, dessarumavam coisas, jogavam bichinhos delas no chão [...] E, quando a polícia invadia, eu ficava preocupada, eles abriam a gaveta até o final, desmoronavam a nossa casa, nossos bichinhos de pelúcia, e eu via a mamãe vermelha de ódio, mas eles iam embora, ela dizia: ‘Bom, vamos arrumar a casa.’ Como que se tivesse terminado uma festa. ‘Vamos botar tudo em ordem, vamos arrumar seu quartinho.’ Eu tinha tanto ódio, tanto ódio, a gente não podia nem pedir ajuda. (CHAMORRO, 2014, p. 9).

A casa era invadida, espaço íntimo familiar, onde nem os brinquedos das crianças que não tinham relação com os fatos eram poupados. Ainda nessas situações o sentimento de solidão

e isolamento estavam presentes, Anita relatou que elas não podiam nem mesmo pedir ajuda aos/as vizinhos/as, afinal eles poderiam ter preconceito, fato que já acontecia, pois algumas mulheres não deixavam os/as crianças brincarem com ela e seus irmãos.

O isolamento também foi sentido pela família de Anita. Conforme a depoente, sua mãe não saia da casa enquanto não recebesse ordem do partido. As invasões constantes e a espera pelo retorno do marido foram complicando a vida da família, os agentes tentavam fechar o cerco para conseguir prender seu pai, até que um dia eles chegam bêbados na casa onde moravam:

> A última noite que eles estiveram lá, eles levaram a minha mãe para o quarto nosso. Nunca falamos a respeito disso, esse era um assunto proibido em minha casa, não que minha mãe não permita, eu nunca tive coragem de falar com a minha mãe. E, esse alemão e esse japonês, e tinham um montão de homens, estavam bêbados, falavam alto, estavam armados, aí ele falou assim para mim, eu estava com tanta raiva, porque eu escutava bater na parede, sabe? Eu falava: 'Será que eles estão matando a minha mãe?' (CHAMORRO, 2014, p. 9).

Depois desse provável estupro, Encarnação Hernandes e seus/a filhos/a deixaram a casa. Não há maiores descrições do que aconteceu com a família no depoimento de Anita, o foco do relato passa a ser a sua saída do Brasil. Anita viajou para a União Soviética (URSS) e sua mãe ficou sozinha cuidando do irmão que estava passando por momentos difíceis, ele havia sido bastante afetado pela ausência do pai e com a chegada da adolescência causava transtornos para Encarnação quando tentava provocar policiais.

A solidão diante da possível violação, da ausência do companheiro e das dificuldades quanto ao seu filho afetou Encarnação, como se pode notar nas palavras de Anita: "E, infelizmente, [...] a mamãe ficou sozinha com tudo isso, não deu para ela manejar isso" (CHAMORRO, 2014, p. 6). Mesmo que não seja possível verificar maiores descrições dos sentimentos de sua mãe, ela se sentiu muito triste principalmente quando Anita partiu, como relatou a depoente:

> Bom, a minha saída foi assim, a minha mãe me abraçou e me disse: 'Não quero que você se lembre das coisas boas, só lembre das coisas ruins que aconteceram aqui, assim você não volta. Você fica lá.' (ininteligível) 'Não me deixe sozinho, não me deixe sozinho.' Agarradinho de mim, da minha perna. A minha irmã teve um pirepaque. [...] Aí, eu estou saindo ali no carro, ele falou para mim: 'Nossa, eu já levei muita gente, mas, eu nunca senti o que eu estou sentindo hoje não, parece que eu estou sequestrando alguém.' Coisa terrível. Escutava aminha mãe chorando, da rua, mas ela não chorou na minha frente (CHAMORRO, 2014, p. 41).

A mulher que não chora (ela que deveria ser sentimental), que não demonstra as preocupações diante dos/as filhos/as, que se cala procurando evitar transmitir a dor que sente, como a mãe que fala, vá, só lembre das coisas ruins para não sentir saudade, e mesmo que doa nessa mãe ela instiga a filha a deixá-la. Novamente nos deparamos com a mulher mãe que esconde suas dores, pretendendo proteger seus/as filhos/as das situações e vivências que estavam experienciando (JELIN, 2011, p. 560).

O isolamento e a tentativa de mascarar a dor também esteve presente no depoimento de Derly Marluce dos Santos, mas a sua situação diverge um pouco da história da mãe de Anita, pois Derly chegou a ir para a prisão devido à militância de seu companheiro.

O testemunho de Derly, diferente dos outros anteriores, foi gravado em sua casa como indicado no início da transcrição do seu depoimento, porém não há indícios do motivo para tanto. No início de seu depoimento Derly relatou que iria começar pela pressão, muito provavelmente querendo dizer repressão, abertura que condiz com as das mulheres analisadas pela autora Marta Rovai (2013), para as quais a repressão foi o momento fundamente do trauma, mas também do contato delas com o meio político, o que Derly realmente afirma mais para o final do seu depoimento: “quem fez a minha cabeça política foi a repressão” (SANTOS, 2014, p. 18).

A depoente explicou que até 1968 tinha contato apenas com movimento estudantil, se considerando “inocente” e sem “nenhuma consciência política” até que, no final de 1970, conheceu seu companheiro, José Luís Moreira Brun. Os dois começaram a namorar e mesmo no início do relacionamento ela já estranhava algumas atitudes dele, como por exemplo ele pedia carona para Derly levá-lo de carro ao invés de andar por poucos quarteirões, segundo Derly: “Só depois que eu fui descobrir que eram os pontos que ele estava cobrindo, mas que eu não tinha consciência e nem ele me falava” (SANTOS, 2014, p. 3).

Não foi possível confirmar em seu depoimento se Zé Luís contou para Derly sobre sua militância antes da prisão, mas após ambos serem presos ela encontrou na casa alguns papéis ligados à organização e descobriu que ele pertencia à Organização Revolucionária Marxista, editora do periódico Política Operária, ORM-POLOP ou POLOP. Um ponto interessante é que mesmo no momento da tomada de testemunho Derly ainda se confunde com o nome da organização, chamando-a de OCMLPO que ela define como Organização Comunista Marxista Leninista Político Operário.

A prisão ocorreu em 1 de maio de 1972. Derly havia almoçado na casa de seus pais e quando chegou em casa os agentes já estavam lá, local onde ocorreu a primeira violência:

> Aí me deu uma diarreia, eu queria ir no banheiro, comecei com dor de barriga, porque eles me jogavam na cama, puxavam da cama, mas não era uma tortura...era uma tortura psicológica, né? E aí foi muito desagradável, porque aí eu fui no banheiro e eles entraram no banheiro, porque primeiro falaram que tinha que deixar a porta aberta. Mas aí entraram, passaram a mão...quer dizer, não aconteceu nada de tão grave, mas para mim era como se eu estivesse sendo... (SANTOS, 2014, p. 6).

A entrevistadora completa o corte na fala de Derly: "violada". Derly, mais para frente em seu depoimento apresentou mais detalhes sobre a violação respondendo às perguntas objetivas feitas pela interlocutora da CNV. Ela explicou que houve penetração com a mão e descreveu a fala dos agentes no momento da violência: "Vamos ver se tem alguma coisa escondida" (SANTOS, 2014, p. 10), e seus sentimentos em relação à violação: "É asqueroso, é uma coisa nojenta, que você não entende a brutalidade daquele absurdo" (SANTOS, 2014, p. 11).

Durante o período em que esteve presa, a depoente não indicou ter sido violentada fisicamente, mas a situação em si gerava tensão, pois além se encontrar privada de liberdade, ela ouvia os gritos de Zé Luís sendo torturado. Outro fato de intimidação foi o encontro o delegado Sérgio Paranhos Fleury, diretor do Departamento de Ordem e Política Social (DOPS), que a interrogou sobre um calendário com números marcados:

> Aí peguei e falei: 'Ah, acho que é o dia que eu fiquei menstruada', aí ele falou: 'Não pode, porque ainda não chegou tal dia. É outro número, é um telefone'. Aí começou a esmurrar a mesa, aí começou...aí depois eu fiquei nervosa, porque é lógico, aí eu já chorava, aí eu já comecei a ouvir os gritos do Zé Luís, eu conhecia a voz dele, então eu acho que eles deviam estar na sala ao lado, eu ouvia os gritos dele, ele gritava muito, eu ouvia os barulhos de... [dor] (SANTOS, 2014, p. 8).

Interessante notar que Derly, sem nenhum conhecimento da militância e provavelmente falando a verdade, explicou que os números se tratava dos dias referentes a sua menstruação, o que deixou Fleury enfurecido. Não estavam disponíveis informações sobre o que ocorreu depois, talvez ele realmente tenha acreditado que os números faziam referência ao ciclo menstrual de Derly.

Além disso, a depoente contou que durante sua detenção tentavam convencê-la de que ela não passaria de uma amásia (amante) e "que eu estava sendo usada, que eu não sei o quê, que eu não...que o meu marido era um bandido, aquelas bobagens todas. E eu não sabia nada" (SANTOS, 2014, p. 9). É possível que tenham identificado em Derly alguém que não era militante política, o que nem sempre correspondia à realidade, e por isso já a qualificaram como amásia, ou seja, como uma mulher que fora enganada pelo marido que era potencialmente "subversivo". Isso vai de encontro com a imagem que a repressão tinha construído de qualquer

mulher que se envolvia com a militância, que era sempre lavada por um homem e nunca tomavam atitudes políticas próprias (COLLING, 1997).

Além da violência no momento da prisão, a detenção complicou o seu trabalho. Derly estava para ser promovida de função, mas consideraram a sua ausência como faltas e ela foi obrigada a trabalhar com um chefe abusador, como descreve:

> Eu fazia um trabalho que realmente era muito subalterno, porque era um trabalho quase assim: eu guardava fita, guardava os negócios de computador, varria...não era uma faxineira, mas era uma coisa muito subalterna e aí eles...bom, aí fiquei lá trabalhando e realmente é muito desagradável, porque as pessoas são muito idiotas, eu tinha um chefe que realmente começou a abusar de mim, querer...sabe, eu me sentia encurralada, porque o Zé estava preso, a minha família não queria saber de nada...ah, e aí eu voltei no apartamento [...] (SANTOS, 2014, p. 15).

Derly não deixa explícito o motivo da família não a apoiar, o que se pode inferir é que antes de se casar com Zé Luís ela morava no Paraná e para ficar junto do seu ex-companheiro escolheu ir até São Paulo, decisão que sua família era contrária. Por outro lado, enquanto estava presa entraram em contato com o seu pai e disseram "'Olha, a sua filha está aqui porque a sua filha mora com um vagabundo', sei lá o quê, falou qualquer palavra lá para o Zé Luís, 'então o senhor se compromete a tomar conta dela'? Aí o meu pai falou que sim [...]" (SANTOS, 2014, p. 12).

Seu marido permaneceu detido por 3 meses depois de sua liberação, e realmente não só seu pai a vigiou durante um tempo como também carros monitoravam a casa. Somente depois de um mês ela retornou ao apartamento que tinham e lá descobriu papéis da organização, o que para Derly foi revelador:

> E foi muito bom, quer dizer, porque esclareceu muita coisa para mim, eu lendo, era uma linguagem muito direta, muito mais direta do que qualquer livro, né? Então aí eu comecei a perceber, aí aprendi o nome da organização, aí comecei a ver o... e aí comecei a levar as coisas para o Zé, o Zé ficou...nessa época ele ficou três meses preso. (SANTOS, 2014, p. 15).

Foi durante as filas das visitas ao seu ex-marido que Derly conheceu pessoas que, em suas palavras, "esclareceram as coisas" como por exemplo sugeriram a procura de um advogado, o que ela fez. A posterior soltura do seu marido trouxe novas complicações, pois ele queria continuar na militância e ela aspirava se estabelecer financeiramente de forma legal. Segundo o seu depoimento, Derly não ajudava o marido porque tinha alguma simpatia pelo movimento, mas pelo relacionamento desenvolvido, como conta:

> E aí tínhamos sempre...tínhamos combinado aquelas coisas: os dias que eu tinha que sair de casa porque ele tinha a reunião, tanto é que o nosso apartamento, depois que caiu, foi considerado aparelho, porque tinham reuniões lá em casa. [...] Apesar de ter me formado em Matemática, mas como eu estava dando já muita importância para a questão do que nós estávamos vivendo, eu preferia me sujeitar a um salário menor do que ter uma série de compromissos que depois eu ia ter que largar, de certa forma, o apoio...como eu digo: eu dava mais um apoio a ele do que propriamente...eu mesmo, eu não fui da organização, eu não era organizada (SANTOS, 2014, p. 5-6).

Mesmo partindo do presente Derly identifica que seu apoio se baseava no relacionamento construído entre eles. Analisando por meio da lógica do afeto é possível afirmar que Derly foi atingida pela repressão enquanto companheira de militante, mas ela, com suas ações de apoio ao marido, não deixa de ser considerada uma militante do afeto.

O rompimento entre eles teve como ponto central as divergências sobre a possibilidade de ter um bebê. Para Zé Luís, o foco deveria continuar sendo a militância, já Derly queria ter um/a filho/a e se estabelecer financeiramente, pois estava em um emprego novo com um salário melhor. No final ela perdeu um bebê com 5 meses de gravidez em consequência da tensão e de desacordos sobre a criança, depois disso a relação ficou cada vez mais desgastada e eles se separam.

Assim como Derly, Antônia Ribeiro de Magalhães só tomou conhecimento da militância do seu marido depois do casamento, e ainda se casou enquanto ele se utilizava de nome falso:

> Mas ele não queria me envolver muito não, sabe? Eu nem sabia que era isso aí. Não sabia. Aí não tem jeito, né? E quando eu vi ele rasgando, ele queimando os documentos certos dele, aí eu cheguei perto dele e falou assim: ‘Olha, eu vou dizer uma coisa para você. Eu não me chamo esse nome aí não, me chamo Paulo Roberto Magalhães.’ No documento que ele estava queimando (MAGALHÃES, 2013, p. 16).

Segundo Antônia, o nome falso de seu companheiro era José Feliciano de Souza Martins, que inclusive ela teve que alterar na sua documentação posteriormente. Durante o depoimento, Antônia afirmou não lembrar em qual organização ele militava, mas o envolvimento dele levou a prisão dos dois depois de 2 meses de casamento. Eles foram detidos no ano de 1971, acontecimento que inaugura a narrativa, descrito em detalhes:

> Eu estava deitada, dormindo, aí eles entraram na minha casa, com metralhadora, colocaram nele e foi levando ele. Não sei nem como é que ele está vivo. Não sei como ele está vivo. Aí eu fiquei [trecho incompreensível] porque eu não tive coragem nem de levantar, aí continuei deitada. ‘Vamos, vamos, vamos levantar. Pega uma roupa, que a senhora vai ficar lá.’ Menina, eu nem roupa peguei. Eu fiquei só com aquela roupa. Tanta pulga que tinha lá. Lugar sujo, dormia no chão. Tinha uma irmã minha de 13 anos, que havia vindo morar comigo, como é que eu ia deixar ela para atrás? Levei ela também (MAGALHÃES, 2013, p. 2).

Para identificar quais as possíveis violências que Antônia sofreu, a interlocutora da CNV recorreu às perguntas objetivas. Esse movimento foi necessário, pois Antônia priorizava a descrição das violências sofridas pelo seu companheiro:

> Levaram ele primeiro para lá, depois eles vieram me buscar. Aí foi aquele sofrimento, ele já estava com o rosto todo inchado, toda inflamada assim as costas, o rosto todo inchado. Aí, me penduraram no pau de arara, pelada, sem roupa, e começaram a me dar choque. [...] Eu e ele. Aí me levaram lá para a cela, minha irmã estava lá, de 13 anos, estava lá toda assustadinha, tadinha. E depois me levaram de novo. Aí levaram e ele já estava lá, ele não saiu de lá. Ele ficou e quando eu vi, ele estava com o rosto todo inchado. Ficou uma pessoa que eu nem reconhecia mais, de tão horrível que ele ficou. Aí começaram de novo me dando choque, de novo. Não sei como que eu estou viva. Não sei como é que eu estou (MAGALHÃES, 2013 p. 4).

Construindo uma narrativa, Antônia reitera várias vezes sobre o rosto inchado do companheiro, o que provavelmente a impactou, mas em nenhum momento ela descreveu as suas violências ou o efeito delas no seu corpo, Antônia se limitou a indicar que deram choques, ficou nua e pendurada no pau de arara. Essas descrições se aproximam de uma narrativa objetiva, apesar de algumas de suas falas deixarem escapar um viés mais subjetivo, como quando fala que “não sei como é que estou viva” ou “Aí tirei a roupa, aí me colocaram igual carrega uma galinha, sabe, com a cabeça para baixo ainda, um tempão, [trecho incompreensível]. Puseram ele para me dar choque” (MAGALHÃES, 2013, p. 3).

Provavelmente o protelamento das violências sofridas no relato de Antônia, pode dizer respeito ao paradoxo do testemunho feminino apontado por Elizabeth Jelin (2001). Como já apresentado, a autora ressaltou a necessidade que as mulheres têm de falar sobre si mediante as vivências de outras pessoas, uma vez que o padrão de gênero impõe certas características “femininas” como ser abnegada e zelosa, por conseguinte isso as levava a conceder preferência para as histórias de seus familiares no meio da narrativa sobre si.

Outro ponto importante é que Antônia apenas confirmou receber choques na genital quando a interlocutora questionou de forma explícita. Nesse caso, a esquiva sobre o assunto pode ser remetida ao desconforto que envolve falar sobre a violência sexual que gera sentimentos de humilhação, vergonha ou até mesmo culpa, visto que se trata de um tipo de sevícia que prejudica diretamente a identidade pessoal construída (CONTREIRAS, 2017).

Após ser liberada seu ex-marido continuou preso, como a família dele era de outra cidade Antônia foi a única que restou para visitá-lo, o que ela continuou a fazer. Além disso, Antônia foi demitida do serviço que havia começado 15 dias antes da prisão e encontrou dificuldade em arranjar emprego. Depois do fim da detenção do ex-marido, a depoente

continuou com o companheiro por um tempo, período em que teve filhos, no ano de 1974, um segundo em 1976 e outro no ano de 1980. Antes de Antônia dar à luz ao seu último filho, ela perdeu 2 bebês, não há na fala dela algo que relacione os abortos aos choques que sofreu, então permanece a dúvida sobre uma possível ligação entre os acontecimentos.

Os depoimentos apresentados até este momento exemplificam o quanto essas mulheres foram atingidas a partir das suas relações familiares, em especial como esposas. Algumas optaram por permanecer com o companheiro para manter a família unida, como Benita Beatriz Accioli Cannabrava, e outras só tiveram escolha depois do casamento, quando passaram a tomar consciência da militância do companheiro.

O suporte concedido pelas mulheres pode ser identificado como uma ação desempenhada segundo a lógica do afeto, pois cuidar da família e do marido deveria ser sua obrigação conforme os estereótipos de gênero, assim elas podem ser chamadas de militantes do afeto. Enquanto tais, além de serem afetadas em virtude do apoio aos seus familiares, as militantes do afeto não só foram forçadas a conviver com o silêncio como uma imposição, mas também como uma forma de se proteger e se preservar de olhares desagradáveis, como expressou Antônia Riberio de Magalhães: “Não podia nem falar. Porque as pessoas sabiam que eu tinha um marido preso, que eu estive presa, nossa senhora, parecia que eu tinha uma doença” (MAGALHÃES, 2013, p. 19).

A depoente Rianete Lopes Botelho foi outra militante do afeto que apoiava a seu marido no Partido Operário Revolucionário (POR), mas que optou por não se vincular à organização. Segundo o seu depoimento, Rianete não discordava da militância em organizações de esquerda, mas considerava que tinha uma responsabilidade em relação aos filhos:

> fomos simpatizando, depois ele se filiou ao partido, eu nunca entrei na militância, não por discordar, mas, porque eu tinha quatro filhos, eu achei que, embora na época, foi, isso, não havia nenhum tipo de repressão tão forte, mas, era uma questão de cuidado com, se eu não tivesse filhos era, seria diferente (BOTELHO, 2014, p. 2).

Conforme análise realizada pela autora Ivonete Pereira (2009), a conciliação entre militância e maternidade foi conflitante, mesmo que apenas na subjetividade. Ela requeria conciliar escolhas pessoais com normas das organizações, com as regras e o ambiente dos movimentos, inseridos na clandestinidade e na possibilidade de detenção. Se duas mulheres investigadas por Pereira evitaram explicitar sobre as dificuldades em conciliar as duas identificações, Rianete, por sua vez, revelou as tensões que a escolha de se engajar poderiam suscitar entre a maternidade e a militância em sua fala acima.

Rianete foi detida duas vezes, em 1963 e 1967. Ela ainda amamentava quando foi presa na porta da fábrica onde, pela primeira vez, presenciou as atividades realizadas pela organização. A depoente passou um dia no DOPS, depois foi transferida para o presídio Tiradentes. A sua casa permanecia vigiada por agentes à espera do seu retorno, tanto as crianças como a empregada eram monitoradas por eles. Após sua liberação, para conseguir informações sem ter que ir até lá, Rianete entrou em contato com a vizinha e juntas bolaram um plano para conseguir retirar as crianças sem que os agentes percebessem. O plano envolvia cronometrar o tempo de uma ronda para a outra, esquema que deu certo e as crianças foram levadas. Ainda em junho de 1964, o marido de Rianete continuava preso, depois que ele foi solto, a família fugiu de kombi para o Recife.

No final de 1964, Rianete e as crianças desceram para o Rio de Janeiro, enquanto o seu marido se exilou no Uruguai. Esse momento foi muito difícil financeiramente, segundo Rianete, o seu companheiro ganhava muito bem como publicitário quando ainda estava no Brasil, com ele no exílio ela e as crianças passaram a viver de seu salário como funcionária pública que sofreu alterações depois da primeira prisão, por conta disso, ela e as crianças receberam ajuda da amigos da família. Posteriormente, quando seu marido retornou, ele continuou trabalhando no ramo de publicidade, mas de forma clandestina, o que impactou no seu salário.

Em 1967, ela e o marido foram presos como fiadores de um casal de militantes que haviam alugado uma casa. Rianete realmente não conhecia o casal, porém continuou presa por um tempo, lá ela manteve contato com outra depoente Denise Peres Crespim, auxiliando Denise que foi presa e torturada grávida. É importante ressaltar que durante essa segunda prisão Rianete não sabia o que havia acontecido com os filhos, se estavam sozinhos em casa ou se foram levados, ela só tomou conhecimento de que seu marido encaminhou um bilhete para a secretária buscá-los posteriormente.

Durante o período que ficou detida Rianete relatou a ocorrência de ameaças de violência física e de que a chamavam de mentirosa, mas não fez descrições de falas com teor sexual. Talvez por ser esposa e mãe ela se enquadraria na imagem estabelecida para mulheres, dificultando a sua associação enquanto uma militante política, outra hipótese é que em sua primeira prisão, em 1963, a estrutura da repressão ainda estava se desenvolvendo. Na segunda prisão não havia ligação de fato entre ela e o casal que alugou a casa, isso pode ter contribuído para evitar a realização de violências.

Por fim, a última mulher não militante que foi presa junto com seu companheiro a ser citada foi Neusa Ferreira de Souza. Neusa não tinha certeza em relação a qual organização seu companheiro pertencia, provavelmente ele se engajou no PCB. Quando perguntada sobre a sua

militância, afirmou que “ficava com ele”, por isso ela foi considerada uma militante do afeto envolvida por conta de suas ligações pessoais.

O casal foi responsável pelo empréstimo do sítio para a realização do congresso da União Nacional dos Estudantes em Ibiúna no ano de 1968, que reuniu centenas de estudantes. Descobertos como proprietários, foram presos em 1970, ela junto com 2 filhas, uma de 2 anos e a outra de 1 ano, sendo encaminhadas para a OBAN. Neusa permaneceu 2 meses presa com as filhas em uma cela: “O meu maior medo é quando eu os deixava sozinha, eu tinha medo que levassem embora as crianças, tinha pavor” (FERRIERA, 2014, p. 2). Esse medo também é salientado após uma pergunta realizada pela entrevistadora:

> Raissa Ventura (Comissão Nacional da Verdade) – Então as torturas que você sofreu foram as psicológicas? As físicas nunca...
>
> Brigavam, xingavam as crianças, tampavam a boca da menina, isso daí foi uma tortura e acho que (ininteligível 0:29:44), talvez que essa é uma das piores, porque quando você sai e deixa a criança, eles falavam uns nomes feios que eu não gosto de citar, no livro tem, mas eu pessoalmente não gosto de citar, mas foi muito difícil. (SOUZA, 2014, p. 12).

Retirar os filhos de Neusa em uma situação que já era de incerteza, pois eles estavam presos em um contexto em que prisão poderia significar morte e desaparecimento, e ainda se utilizar de violência verbal contra crianças na frente da mãe que se vê impotente, intensifica o sofrimento vivenciado. O uso da emoção, aqui especialmente da culpa, foi utilizado como forma de aumentar a tortura contra as mães, as responsabilizando pela dor daqueles/as que elas deveriam zelar (GOMES, 2021).

Diante dos casos citados até aqui é possível perceber a maior recorrência de mulheres atingidas dentro da lógica do afeto entre esposas, por outro lado filhas e irmãs também foram afetadas em razão das suas relações pessoais. O fato de ter filhas e irmãs atingidas não elimina a existência da detenção e violência contra irmãos e filhos, na verdade existem relatos de filhos e filhas que foram torturados ou encaminhados para um juizado de menor pela repressão. Além disso, mesmo irmãos também foram presos e violentados, caso identificado em um depoimento em que a depoente cita a prisão do seu irmão, mas, como o objetivo deste trabalho é chamar a atenção para a resistência de mulheres e a violência sobre elas perpetradas, cabe aqui citar algumas irmãs e filhas depoentes.

Eugênia Cristina Godoy de Jesus Zerbini é filha da fundadora do Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA) Therezinha Zerbini, e tinha 14 anos quando a mãe foi presa no meio de um jantar de família. Apesar de soar violento sua mãe se manteve, segundo Eugênia,

aparentemente calma, ainda ganhando tempo para subir e se arrumar antes de seguir os agentes. Essa atitude menos violenta pode estar relacionada com o fato de que o marido de Therezinha era um ex-general do Exército que foi destituído devido a sua atuação contra a ditadura militar, mas que ainda impunha algum respeito. Por outro lado, a mesma patente de seu pai também serviu, aos olhos de Eugênia, para que ela fosse vítima de violência.

Durante uma tentativa de visita à mãe buscando entregar para ela uma maleta azul com objetos pessoais, Eugênia se dirigiu ao local em que Therezinha se encontrava presa e pediu para conversar com o comandante em serviço, se apresentando como filha do General Zerbini e exigindo ver sua mãe. Ao ser encaminhada para a sala desse homem, que ela descreve com muitos detalhes, foi estuprada:

> Ele estava aqui, a porta estava aqui, então, se tem uma mesa aqui, quando eu levantei, quando eu vim aqui, foi assim, ele me pegou, eu tinha que fazer uma manobra para sair e dava a impressão que tinha acabado a conversa, que mais? [...] Eu fico me bombardeando com esses detalhes, porque é um negócio tão, o que eu me lembro da sala, não tinha nada, por exemplo, aqui, se você entra, fica um minuto, pelo menos alguma coisa você faz, não, tinha uma mesa de reunião, tinha várias cadeiras, tinha, eu não sei se era quadro de aviso, eu não sei se era uma gravura, um negócio, mas, tem um negócio pendurado, aqui eu já olhei muito, eu sei que é das bandeiras, mas, você tem um relance do lugar que você está, sabe? Daí eu vi que era tudo muito, era castanho, assim, os móveis castanhos, sabe, marrom? Assim, de a porta não tinha coisa, não tinha a fotografia do Médici, nessa época, em toda repartição pública que você ia tinha, nessa não tinha, não tinha crucifixo, não tinha folhinha, às vezes, em cima da mesa, você tem algo, ainda mais se você trabalha, tem algo, sabe? Tem um referencial, uma caneta, não tinha nada, se você perguntar: "O que mais?" Nada, a cadeira, a cadeira era de madeira, daquelas cadeiras que tem um negócio, um espaldar, assim, que você apoia, daí tem um buraco, tem aquelas duas, eu posso desenhar, mas a cadeira é de madeirinha, sabe? (ZERBINI, 2013, p. 28).

Narrando a partir de reflexões posteriores, Eugênia associa a violência sofrida como uma tentativa de atingir diretamente seu pai, com o intuito de humilhá-lo como um homem impotente e incapaz de proteger sua própria filha:

> Como chegar para o meu pai? Eu nem sabia explicar, nem sabia começar por onde e, depois, a coisa mais forte, eu falei: 'Não foi para mim que fizeram isso.' Eu me apresentei lá e eu era filha do General Zerbini, na entrada, depois, no homem da mesinha, eu era filha do General Zerbini, queria falar com o oficial do dia, só foi para, eu me apresentei de um outro jeito, não foi para a Eugeninha que eles fizeram isso, foi para uma outra pessoa, sabe? (ZERBINI, 2013, p. 29).

Como será apresentado no capítulo referente à violência sexual, a violação de mulheres tinha em um contexto de guerra e repressão transformava seus corpos em um campo de batalha entre os lados em disputa. No caso da violência sexual, seu uso tinha como objetivo também

intensificar a tortura masculina, os responsabilizando por não conseguir proteger a sua companheira (CONTREIRAS, 2018).

Como irmã um exemplo que esteve presente nos depoimentos foi da depoente Dagmar Pereira da Silva. Não militante e professora de colégio, segundo a depoente: “eu dava aula e eu me considerava como grupo de apoio. Porque meus irmãos já estavam na clandestinidade em São Paulo” (SILVA, 2014, p. 4). Seus irmãos eram militantes da ALN e ela como professora emprestava alguns livros para suas alunas. Na sua percepção, Dagmar relaciona a prisão, ocorrida no ano de 1972 com uma tentativa de encontrar os seus irmãos, fato que não diminuiu as torturas que incidiram sobre o seu corpo, como relatou após ser questionada:

> Eu recebi tortura na vagina e na orelha. Muito. Que eu cheguei a cair. E no bico do peito. Que eles chocam com as maquininha lá [...] pancada também. Quando eu cheguei da sala com as minhas amigas, eu estava com o bumbum preto de... certamente com pau que eles me batiam. Sei lá. Eu estava mascarada o tempo todo (SILVA, 2014, p. 7).

Depois de solta foi requisitada a comparecer em uma auditoria em Brasília, mas seguiu a indicação da organização de ir para o exílio, chegando, por fim, à Bélgica, onde inclusive teve uma filha. Tanto Eugênia como Dagmar são exemplos de filha e irmã atingidas, nos depoimentos foi possível verificar outros números, no total 12 depoentes eram familiares de pessoas que foram presas e/ou desaparecidas, sendo 7 filhas e 6 irmãs.

Além de mães, esposas, filhas e irmãs, foi possível identificar casos em que as mulheres eram simpatizantes dos movimentos, mas não eram engajadas enquanto militantes políticas nem tinham relação familiar com militantes. Do total de militantes do afeto 11 se enquadraram como simpatizantes.[22] Um caso interessante foi da depoente Cristina Marias de Almeida e de sua mãe, dona Diná.

Até conhecer os militantes Carlos Eduardo Pires Fleury e Alexandre Vannucci Leme elas não tinham contato com organizações e a militância, graças a um encontro acidental em um clube ambas ficaram amigas e passaram a apoiá-los. Por conta da relação desenvolvida com eles a casa onde Cristina e dona Diná moravam foi constantemente monitorada, e Cristina foi detida. Ela foi levada 3 vezes para a detenção entre os anos de 1969 e 1972, sendo que as prisões sempre resultavam na invasão de sua casa.

---

[22] Sendo estas: Maria Isabel Camargo Régis; Maria Letícia Ligneul cotrim; Iara Spadini Vicini; Cristina Marais de Almeida; Janina Fleury Teixeira Gonçalves; Rose Lacreta; Myrthes Maria Veja de Mattos; Deise Hannickel; Maria Carmocita Moreira dos Santos; Juliana de Andrade Volpini.

Durante o período que permaneceu presa sofreu uma série de violências, teve a perna perfurada por uma furadeira, descolamento de retina em consequência de um tapa no rosto e os dedos das mãos quebrados. Também, segundo o seu relato, em momento de fúria o delegado Fleury mandou retalhar seus seios e, depois, em uma tentativa de esconder a origem da violência, explicou que ela havia ficado naquele estado por obra de uma rebelião na ala feminina da cadeia. Inclusive, ele chamou uma ambulância para reforçar a existência da suposta rebelião e se eximir de qualquer responsabilidade:

> Ele disse para minha mãe. Ele disse para o Chermont: 'Olha! Houve uma rebelião na cela feminina.'. Primeiro que a cela feminina era número 9. Eu não estava em cela feminina. 'Houve uma rebelião na cela feminina e parece que ela ficou muito machucada. Eu mesmo.' Disse o Fleury. 'Eu mesmo vou pessoalmente. Já vou chamar uma ambulância. Eu mesmo já vou tratar disso'. Ele disse (ALMEIIDA, 2014, p. 130).

Diante de tamanha violência parece que Cristina realmente tenta se desvincular da militância, em diversos momentos no seu depoimento ela reiterou que não sabia das informações requeridas durante os interrogatórios e após contar sobre a primeira prisão reforçou que não queria mais receber ligações dos militantes. Por outro lado, ao mesmo tempo que tenta se distanciar da militância, salienta que ela e sua mãe continuam dando apoio para eles.

Como lembra Thomson (1997), os/as narradores/as falam a partir do hoje, isso significa que o processo de reconstruir a identidade a partir da fala se dá no presente. Diante disso, talvez o impacto das violências sofridas por Cristina tenha influenciado para que ela se apresentasse como alheia às organizações, ao fazer esse movimento Cristina reitera que as violências vivenciadas e a prisão foram injustificadas, pois ela não se enquadraria como uma militante política.

Dona Diná, além de receber Carlos e Alexandre na sua casa, dar alimento e estadia, lutou muito para a libertação de Cristina. Ela também sofreu violência física em uma das invasões da casa, como narra a depoente:

> Minha mãe foi correndo coitadinha, para fechar, procurando o registro geral. Ela levou uma coronhada que ela caiu. E ela falou humildemente. Ele falou: 'Por quê?'. Ela falou: 'Não porque está inundando, é que eu vou fechar o registro geral, moço. Está inundando tudo.'. Ele disse: 'Quem mandou colocar cano de... Da próxima vez coloca cano de cobre!'. Ela falou: 'Não moço, eu não quero que molhe suas botas.' (ALMEIDA, 2014, p. 106).

A mãe de Cristina foi muito corajosa ao apoiar a filha, buscando incessantemente ter notícias dela. A atuação de dona Diná será mais bem detalhada no próximo subtópico, por agora

cabe destacar que a família delas foi afetada diretamente pela sua atuação em favor desses companheiros.

Outra depoente que concedia ajuda, mas que não estava vinculada aos movimentos de esquerda foi Rose Lacreta. Rose era uma atriz e juntamente com seu companheiro cedia sua casa para a realização reuniões e guardar documentos, em razão disso ambos foram presos em 1971. Rose foi uma das depoentes que preferiu não dar mais detalhes sobre a tortura que sofreu, porém, alguns trechos possibilitam ter alguma noção:

> E dali para a frente foi uma série de questões com as pessoas que chegavam, você tinha que depor, você saía, você era, enfim, abusada, manipulada, tudo que você pode imaginar de mais indigno [...] O seu corpo ali você não tem mais nenhum tipo de controle sobre o seu corpo" (LACRETA, 2014, p. 5).

O uso da terceira pessoa no singular "você" em uma narrativa pode indicar uma tentativa de distanciamento pessoal em frente ao acontecido (ROVAI, 2013). Dizer "você" implica em não se enquadrar diretamente como vítima desses acontecimentos, mesmo assim conseguir colocar para fora de alguma maneira. No caso de Rose, esse pequeno trecho utilizando o pronome "você" pode ser um indicativo do quanto as violências a afetaram, já que, optando por não dar mais detalhes do vivido, o distanciamento pessoal resultante do uso do pronome pode ser uma forma de proteger a construção da sua identidade no presente diante das violações ocorridas no passado (THOMSON, 1997).

Além disso, Rose estava grávida quando foi presa:

> Raíssa Wihby Ventura (Comissão Nacional da Verdade) – Você teve seu filho ou sua filha?
>
> Rose Lacreta – Eu perdi, fiquei fechada. Depois que eu saí eu fiquei fechada. Encerrada. Não queria saber de nada nem de ninguém (LACRETA, 2014, p. 7).

A depoente só apresentou essa situação depois da pergunta direta realizada pela entrevistadora, e mesmo a interlocutora não tinha como suspeitar da ocorrência de algo parecido, dado que nas falas anteriores não havia nenhuma indicação que levantasse essa possibilidade. Essa violência se somou aos outros traumas decorrentes das torturas que afetaram seu corpo de forma física e psicológica. Depois de solta, Rose entrou em estado de depressão e se divorciou do seu companheiro, viajou para os EUA para participar de um grupo de terapia de mulheres coletivo que auxiliava no tratamento de traumas. A depoente atribui à experiência com esse grupo a sua recuperação, inclusive indicando que foi esse tratamento que possibilitou sua gravidez logo após terminar as sessões de terapia.

Para fechar este bloco, serão apresentadas mais duas mães que foram afetadas de forma diferenciada daquelas já colocadas. A primeira foi a mãe da entrevistada Guiomar Silva Lopes. Médica e militante da ALN, Guiomar adentrou na organização no ano de 1968 quando começou a participar de pequenas ações e depois integrou o Grupo Tático Armado (GTA). Guiomar foi presa em março de 1970 por causa de uma placa de um carro comprado em seu nome, momento em que as torturas já começavam:

> Então, a gente não dizia o nome, mas era um jeito né? E, onde é que você mora? Não falava. Bom, aí essa coisa durou um tempo de muito soco, muito e choque, aí eles levaram pra aquela sala lá do pau de arara, quer dizer, do pau de arara e aí eu fui obrigada a tirar a roupa e me penduraram e ainda dando... tinha um pedaço de madeira, não sei o que que era aquilo (LOPES, 2013, p. 16).

O pedaço de madeira utilizado era chamado de palmatória e no seu caso foi empregue para dar pauladas nas suas costas. Segundo o seu relato, Guiomar ficou inconsciente e foi levada ao hospital devido a debilidade física decorrentes das sevícias, a sua internação ocorreu porque eles precisavam de informações suas naquele momento, mas muitas ficaram sem atendimento médico. Ela foi encaminhada para o Hospital das Clínicas em São Paulo, local onde Guiomar tentou suicídio se jogando da janela do hospital que se localizava no 4º andar. Esse acontecimento resultou em muitas fraturas e na sua transferência para o Hospital Militar. Com a prisão da filha, a mãe de Guiomar saiu a procura de informações suas, foi então que os agentes do governo extorquiram a mãe da depoente em troca de notícias:

> É, quando que eles souberam eu não sei. É não sei, não sei dizer, mas uns dias depois na OBAN foi, acho que foi, sabe o que eles faziam? A minha mãe foi vítima assim de, como é que eu digo? Eles telefonavam, dizendo eu tenho, eu tenho notícias da sua filha e pediam dinheiro, entende? (LOPES, 2013, p. 29).

Sua mãe pagou o dinheiro requisitado, o que posteriormente contribuiu para a piora da situação financeira:

> Aí minha família tinha sido desestruturada completamente, enfim em termos financeiros, em termos, aí minha mãe tinha se separado do meu pai, eu fiquei com a minha mãe um tempo, que tava com problemas de... financeiros assim, bastante graves, aí eu fiquei um tempinho com ela [...] (LOPES, 2013, p. 28).

Ela não dá mais detalhes sobre o ocorrido.

Se a mãe de Guiomar foi extorquida, a mãe de Rosalina de Santa Cruz Leite recebeu uma carta que a depoente atribuiu ao Exército:

> o Segundo Exército, manda uma carta para mamãe dizendo assim: ‘olha, as cartas que nós recebemos, tanto mandada para o Juarez Távora, quanto a mandada aqui para o Segundo Exército são diferentes, as assinaturas não batem, qual é o objetivo da senhora em querer denegrir o Exército, dizer que aqui tem tortura, que temos cárcere? O Exército é a instituição mais digna dessa sociedade, a senhora não tem o direito de fazer isso. E qual o intuito que a senhora está fazendo’? [...] E a Comissão de Recife deve chamar esse cara, porque como é que ele assina essa carta, uma carta de ameaça? E que está provado hoje, para a Anistia Internacional que é falsa, que existia cárcere, que existia isso e que as cartas não tinha que ficar conferindo assinatura [...] (LEITE, 2014, p. 54).

Segundo Rosalina, sua mãe havia entrado em contato com a Anistia Internacional à procura de um companheiro desaparecido, muito provavelmente ela tentou entrar em contato com outras instituições para saber o paradeiro da pessoa. Como era de costume, os órgãos estatais negavam a existência da tortura e do desaparecimento no Brasil, assim, o fato da mãe de Rosalina ter entrado em contato e divulgado a existência do desaparecimento poderia ser entendido como uma ameaça à imagem institucionalizada pelo governo.

Esse bloco foi dedicado às mulheres militantes pelo afeto que se viram envolvidas enquanto familiares e simpatizantes, mas também dentro da lógica do afeto, ou seja, enquanto mulheres que deveriam cuidar e preservar a sua família unida. Levando em conta todos os casos aqui apresentados foi possível identificar que a grande maioria das descrições evocavam mulheres que estavam envolvidas na trama da repressão através de seus companheiros. No próximo subtópico serão apresentadas as ações desempenhadas por essas mulheres visando a preservação da sua família e de si mesma realizadas com a ajuda da lógica do afeto.

4.2 ATUAÇÃO DE MULHERES MILITANTES DO AFETO

Como exemplificou Marta Rovai (2013), a atuação das mulheres não engajadas em organizações dentro da lógica do afeto poderia envolver a troca de bilhetes e informações, a luta para encontrar seus entes presos/as, a guarda de documentos, a realização de visitas, entre outras atuações.

Tal é a importância das ações de mulheres para os/as presos/as políticos/as que a autora Ana Rita Fonteles Duarte (2009, p. 76) ressalta que o “rompimento do silêncio entre prisões e porões da ditadura, em todo o País, é fenômeno eminentemente feminino”. Expondo sobre a luta das mulheres no Movimento Feminino Pela Anistia, a autora destaca as solicitações feitas pelo movimento em relação às condições carcerárias, não só através de documentos e petições como também em ações de solidariedade para com presos/as políticos/as, com a finalidade de

chamar atenção para a causa da anistia. Dentre essas ações de solidariedade estavam organizar visitas, festas comemorativas, almoços e realizar retratos fotográficos.

Nos depoimentos analisados também foi possível identificar uma gama variada de ações desempenhadas, principalmente por mães, com intuito de auxiliar de alguma forma seus familiares na luta que eles empreendiam. A visita realizada pelas mulheres era uma forma de ajudar diante da prisão de seus entes, na medida em que ao descobrir em qual local eles/as se encontravam elas conseguiam tornar a prisão legalizada, logo, reconhecida pela justiça. Tania Regina Rodrigues Fayal de Lyra relatou sobre o trajeto que sua mãe fazia para visitar seu companheiro preso em uma ilha, enquanto ela estava presa no complexo penal de Bangu no Rio de Janeiro:

> Então, no final de semana que nós saímos do sequestro, o Domingos estava lá em Ilha Grande e eu aqui em Bangu, a minha mãe veio me visitar, fez o sacrifício, porque era doloroso chegar na ilha, levava quase 24 horas para chegar lá em Ilha Grande, inclusive, porque tinha depois que atravessar a barco, que não eram os barcos de hoje, mas uma travessia muito dificultada (LYRA, 2014, p. 6).

As visitas eram encorajadas também pelos advogados que instruíam as mães a levarem bolo nas dependências de detenção do Estado, para saber se seus familiares lá se encontravam. Exemplo disso foi relatado por Robêni Baptista da Costa durante sua prisão na OBAN, onde a mãe de uma companheira presa levou bolo para elas seguindo a orientação do advogado afim de saber se a sua colega estava lá. Elas não receberam o bolo na cela, mas ele foi aceito pelos agentes o que poderia ser um sinal de que estavam detidas naquela instituição.

Além disso, Robêni se lembra de uma vez em que sua mãe foi até o local onde estava presa e de tanto que ela chorou conseguiu ver a filha e exigiu ver o genro, aos berros de:

> ‘Vocês machucaram ele! Vocês machucaram!’ Ela gritava isso, então para parar os caras trouxeram, e a partir disso eu cheguei no Tiradentes com uma autorização de visita, era uma visita interna que os casais tinham, não é essa visita...” (BAPTISTA, 2014, p. 24).

A depoente atribui a essa visita de sua mãe, coisa que não era muito frequente já que seu pai a visitava com maior regularidade, o direito à visita íntima concedido para ela e o marido.

Também as visitas da mãe de Maria Dalva Leite de Castro de Bonet junto com o seu advogado, contribuíram para a identificação e posteriormente para a libertação da filha. Maria Dalva entrou em contato com a militância na faculdade e se engajou através do PCBR, por conta de sua atuação foi presa 3 vezes, sofrendo intensas violências durante esse período, a

ponto de perder os movimentos das pernas por um tempo. Maria Dalva chamou atenção para o desempenho de sua família através do apoio de seu pai, que entrou em contato com a Organização das Nações Unidas (ONU) denunciando a prisão da filha e também de sua mãe:

> O meu advogado começou a batalhar pra me tirar da Vila Militar e me jogar para o presídio. E eu confesso que a minha mãe ajudava bastante. Ela gritava à beça com os caras. Ela ia e ficava no pé. Até que o juiz, que eu já estava sob judice, é mais ameno, porque eles não fazem...não se envolvem nas torturas, não é? Aí que o juiz falou pra ela que ia conceder porque ele não aguentava mais ela (BONET, 2014, p. 30).

Com berros e gritos ela, como mãe, estava lutando pela liberdade de sua filha, nada incomum para o que se esperava de uma mãe e, aparentemente, gerou tanto incômodo que a Maria Dalva reconhece a contribuição dessas ações para a decisão final do juiz. Enquanto esteve presa, a mãe da depoente também agiu no contrabando de remédios, como explica Maria Bonet: "Então a minha mãe conseguia atravessar os remédios pra mim. Porque ela sabia de muita coisa desses filhos da mãe, eles tinham medo dela" (BONET, 2014, p. 34). A depoente não deixa explícito o porquê eles tinham medo de sua mãe, mas já no início de seu depoimento descreveu sua mãe como uma "pessoa cheia de energia", que não se calava diante das situações e era "dura na queda".

Sua mãe e o seu pai se empenharam para alcançar a sua liberdade, durante essa luta toda a família foi atingida de alguma maneira pela violência da repressão:

> Tem que ele denuncia que ele foi subjugado, preso e colocado em acareação com vários militantes no DOI-CODI. Ameaçado. Minha mãe foi esbofeteada. Minha outra irmã, que é a irmã do meio. Maristela Leite de Castro e sua...uma amiga nossa de família, Carmen. Maria Carmen Travassos, foram submetidas a choque elétricos (BONET, 2014, p. 16).

Como já apresentado, atingir parentes e família, seja para encontrar o paradeiro de outros militantes, para angariar informações ou como forma de afetar psicologicamente a pessoa presa, também foi uma das artimanhas adotadas pelos agentes do Estado.

Cristina Marais de Almeida, depoente já citada no subtópico anterior, também narrou os esforços realizados pela mãe para conseguir sua soltura. Mesmo que ela nunca tenha prestado depoimento, a filha ressalta que Dona Diná lutou muito, juntamente com advogado e com um amigo do marido, e conseguiu fazer uma visita para a filha. Essa visita ocorreu somente quando sua mãe estava acompanhada do amigo de seu pai, das outras vezes que foi até as dependências, Cristina relata, Dona Diná foi deixada do lado de fora do DOI-CODI sob o sol, o que resultou em uma insolação. Nas visitas dona Diná foi desacatada, mandada se calar e empurrada, como

contou sua filha: “Ela foi empurrada na delegacia. Ficou com a rótula do joelho... Ela morreu sem dobrar a perna direito” (ALMEIDA, 2013, p. 175).

Além disso, a casa onde elas moravam havia sido invadida e depredada durante a prisão de Cristina, no momento da invasão Dona Diná recebeu uma coronhada na cabeça ao tentar fechar o registro de água, quando do rompimento de um cano, caso relatado no tópico anterior. Também durante a invasão foram levados documentos como certidões, fotos e escrituras de terrenos, em consequência disso Dona Diná, ao tentar conseguir dinheiro para favorecer a libertação da filha, teve que vender os terrenos por um preço inferior, pois não possuía mais as escrituras e mesmo quando contava o que tinha acontecido as pessoas tiravam proveito da situação. Em meio a tudo isso, a mãe de Cristina ainda teve que lidar com o desaparecimento de sua outra filha que ainda continua sem explicação, mas que não consta no Relatório Final da CNV nenhuma referência sobre o caso, talvez por ele não ter relação com a repressão.

Para além das visitas as mães de militantes buscavam auxiliar da maneira que podiam. Como por exemplo a mãe de Dulce Maia enviou cobertores para a filha com medo de que ela pudesse ser infectada com tuberculose na prisão, e pulou em cima de um oficial na tentativa de impedir a detenção de Dulce. A mãe de Elzira Vilela que, além das visitas, costurou roupas de camponesa para auxiliar a filha em sua militância como médica em um território de disputa de terras no interior do Mato Grosso. Ademais, o próprio respeito em si que as mulheres poderiam conceder à militância de seus companheiros e filhos/as já se constituiria em uma ajuda de peso, como foi o caso da mãe de Jussara Martins que apoiou e respeitou a escolha da filha quando foi visitá-la, enquanto agentes tentaram persuadir ela a convencer Jussara a entregar nomes de militantes.

Quando se faz referência à atuação de mulheres que não foram vinculadas às organizações de esquerda, especialmente de mães na luta pela busca de seus filhos ou de apoio a eles na prisão, geralmente se remete à figura da estilista Zuleika Angel Jones, mais conhecida como Zuzu Angel.

O filho de Zuzu Angel, Stuart Angel Jones, era militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e foi preso em 1971, sendo que até hoje seu paradeiro continua desconhecido. Sua mãe, que não tinha nenhuma ligação com o meio político, passou a empreender esforços nacionais e internacionais a procura do filho, entrando em contato com o senador estadunidense Edward Kennedy, além de autoridades nacionais como o então presidente Ernesto Geisel, o ministro do Exército Sylvio Frota e o arcebispo de São Paulo dom Paulo Evaristo Arns. Ao mesmo tempo Zuzu Angel se utilizava dos seus desfiles como forma

de denúncia internacional contra a ditadura militar “com estampas de quepes militares, pássaros presos em gaiolas, balas de canhões disparadas contra anjos” (CONTREIRAS, 2018, p. 229).

Conforme o relatório final da CNV (BRAISL, 2014a), Zuzu Angel desempenhou essa atividade de denúncia por 5 anos até que sofreu um atentado em 1976 que resultou em seu assassinato. Tanto a CNV como a CEMDP asseguram a responsabilidade do Estado brasileiro sobre o acidente de carro que levou a morte de Zuzu. Essa decisão não só se deu diante das provas de que ela era constantemente monitorada pelos órgãos repressores em suas viagens, como também levou em consideração a afirmação do ex-torturador Cláudio Guerra que afirmou ter ouvido do coronel do Exército, Freddie Perdigão Pereira, de que ele havia participado do atentado que assassinou Zuleika. Ainda que o Comando do Exército ao ser solicitado para entregar fotos daquela época do coronel Freddie Perdigão, para confirmar se ele estava presente em registros fotográficos do acidente, tenha afirmado que não havia registros dos seus agentes, ambas as comissões concluem pela responsabilidade do Estado.

Zuleika assim como as mães citadas nesse subtópico desempenharam ações de apoio aos/as presos/as, resistência e denúncia dos crimes cometidos, contudo, a autora Ana Duarte (2009) questiona motivo da ação desempenhada por Zuzu não ser considerada política nos discursos construídos sobre sua atuação, e responde:

> A ação de Zuzu, assim como de outras mães brasileiras, no período, não é considerada política porque, em defesa da família, se investe de caráter naturalizado atribuído à função procriadora, da ordem do privado, mesmo que as manifestações de dor e revolta estivessem sendo externadas publicamente e se utilizassem estratégias políticas, como panfletagem, reunião de documentos, contatos com autoridades, envio de correspondência, análise de conjuntura, denúncias públicas, entrevistas (DUARTE, 2009, p. 98).

Em síntese, por mais que as ações de Zuzu tenham origem no âmbito privado partindo da luta pela família, suas atitudes se inserem na esfera pública com panfletagens, contatos com autoridades nacionais ou internacionais, entre outras. Tais como Zuzu, algumas das mulheres citadas anteriormente também se enquadram nesse processo, partiam do campo privado em defesa de seus entes, mas atuavam publicamente realizando visitas, escondendo objetos, indo nos julgamentos e desafiando abertamente autoridades repressoras.

Cabe ainda destacar que essas ações, assim como as de Zuzu, não passaram despercebidas. O simples apoio aos seus familiares seja como filhos/as ou companheiros/as, já poderia constituir um risco para essas mulheres, como foi possível identificar nos exemplos apresentados no primeiro subtópico mencionado. Além disso, elas passaram a ter suas casas

vigiadas, terem seus passos monitorados, podendo receber ameaças, serem presas ou ainda serem forçadas ao exílio.

Sarah Bursztyn, mãe da depoente Ana de Miranda Batista, além de fazer presença na OBAN gritando e exigindo ver a filha conseguiu evitar uma das suas prisões quando a casa foi invadida e os agentes esperavam pelo retorno de Ana. Quando a depoente ligou para casa, Sarah atendeu e conversou com a filha no idioma ídiche, avisando para que não retornasse, dessa vez Ana conseguiu escapar, mas Sarah, outra filha e um filho foram presos. Quando Ana de fato foi presa, sua mãe iniciou intensa procura pelo seu paradeiro, até mesmo escreveu um "caderninho" com os endereços das dependências estaduais onde poderia procurar:

> A minha mãe especialmente para mim... Mãe é mãe mesmo. Não que meu pai não fosse, mas meu pai era muito afetivo. Meu pai tinha uma cabeça, um intelecto, assim, privilegiado, né? Mas meu pai ficava deprimido, não conseguia fazer o que minha mãe fazia. Minha mãe saía com as sacolas, pegava ônibus para ir à São Paulo, saía berrando, procurava a gente. Ele era o articulador, mais intelectual. Então, ele até fez uma... Nesse seriado que teve agora "Mulheres em luta." Eu recuperei, depois que ela morreu, eu achei um caderninho na mesa de cabeceira dela, que ninguém sabia que existia, que ela nunca mostrou para ninguém. E é um caderninho... [...] Começa assim: 'OBAN. Rua Tutoia, sei lá quanto. Bairro do Paraíso e tal. Aí tem nomes de alguns caras, tem do DOI-CODI. Major Demiurgo, que era quem recebia as famílias. Tem nomes de pais e mães de familiares de São Paulo. O pai do Altino, dona Dilma, a mãe da Guiomar. E ela vai seguindo, assim, por onde eu passava. Auditoria militar não sei onde. É muito impressionante. E é impressionante ela nunca ter falado para ninguém, estava na mesinha de cabeceira dela. Então, eu gostaria que a minha mãe estivesse viva hoje...' (BATISTA, 2014, p. 5).

Por certo, os resquícios de memória são preciosos para a filha que admira os esforços desempenhados pela mãe, mas também são uma evidência para os/as historiadores/as, pois permite identificar de forma mais visível as ações que essa mulher desempenhou, não só encarrando agentes à procura de sua filha bem como desempenhando esforços ainda mais íntimos, como a escrita do caderninho contendo informações dos possíveis paradeiros das pessoas presas. Esses indícios são importantes, como já apresentado, são poucos os documentos escritos deixados pelas mulheres que, por sua vez, predominam na oralidade, no caso da Sarah verifica-se a inversão desse processo, a mãe que nunca falou deixou sua presença na escrita e na memória da filha.

Elza Lobo relembra uma ação feita por sua mãe que depois tomou outro significado. Em uma visita a mãe de Elza Lobo entregou flores para a filha, especificamente cravos, que foram distribuídos para outras detentas. Conforme Elza, atualmente no Memorial de Resistência construído em uma das celas, o cravo passou a representar o símbolo da resistência:

> E no natal teve uma situação, assim, também, que ficou depois marcante, e eu que eu pedi pra minha mãe levar flores e ela levou um ramo de cravos, que quando eu voltei da visita, eu fui distribuindo pelas várias celas, e hoje no resgate, que se tem, lá do Memorial da Resistência, tem numa das celas, todo dia, tem o cravo que o memorial coloca lá e tem os depoimentos das pessoas né? Então o registro que ficou muito marcante e muito forte, e a gente sempre trouxe o cravo como o símbolo da nossa luta pela vitória né? Então foi muito marcante (LOBO, 2014, p. 11).

Ação da mãe de Elza alcançou o meio público e político, o cravo que ela havia levado para a sua filha ganhou um novo significado simbolizando a resistência. Essa ação lembra que, segundo René Rémond (1997), o político não tem uma dimensão fixa, seus limites podem se expandir e contrair muitas vezes invadindo a esfera privada, principalmente em um contexto de repressão. Assim, tanto a ação da mãe de Elza como de outras mães pode ser entendida como uma ação política, pois a dimensão política pode se expandir até conter áreas do privado.

Outro exemplo da expansão desses limites se deu com a mãe de Marlene de Souza Soccas. Marlene relatou que escreveu uma carta denunciando as violências sofridas por ela enquanto esteve presa em 1970, que envolveram choques, pau de arara e outras violências físicas. Essa carta foi levada por intermédio de sua mãe para diferentes instituições, sendo inclusive utilizada para compor o relatório final do Brasil Nunca Mais, dentro do qual a depoente se lembra até da página onde o trecho da carta foi citado. Dessa forma, foi a partir da ação de sua mãe que a carta de Marlene adentrou no meio público e foi incorporada ao relatório do BNM.

A mãe de Lisete Lídia de Sílvio, por sua vez, conseguiu despistar policiais no momento da invasão da casa. Lisete descreve: “eles ficaram ali esperando a menina tomar o copo d’água com açúcar e eu demorava, eu demorava e a perua chegou, daí eles falaram para a minha mãe: ‘E cadê ela?’ Daí minha mãe falou assim: ‘Ah, ela teve um desarranjo intestinal.’” (SÍLVIO, 2014, p. 6). Posteriormente a seu pedido, sua mãe também viajou até a Argentina para que conseguissem voltar para o Brasil com “cara de família” sem levantar suspeitas, já que ela estava voltando com um bebê e não podiam ser parados na fronteira.

Tânia Marins Roque militante do PCdoB foi presa em 1969 na casa de sua mãe, no momento de sua prisão a mãe não conseguiu ajudar muito, ela não acordou Tânia quando os agentes bateram à porta e isso fez com que a depoente perdesse tempo para escapar. Por outro lado, enquanto Tânia esteve presa sua mãe chamou a diretora da escola em que a depoente trabalhava para dar um “atestado de bons antecedentes” para os agentes e noticiar que os seus/as alunos/as estavam sentindo a sua falta, muito provavelmente buscando passar a imagem de que era uma professora “inocente”.

Depois de 20 dias, Tânia foi solta e entrou diretamente para a clandestinidade, período no qual ela ficou grávida. Sem poder ter contato com ninguém de fora, as únicas pessoas que a visitaram durante a gravidez foram a sua mãe e a antiga empregada dela:

> Porque ninguém podia ir na minha casa, era uma espécie de um aparelho, entendeu? Ele não podia ir, a única pessoa que ia era a minha mãe, entendeu? E assim mesmo seguindo todas as regras de segurança, até que a Tatiana nasceu, né?" (ROQUE, 2014, p. 27).

Além disso, Tânia ressalta que pessoas da família se fecharam para ela, e sinaliza para a importância da empregada chamada Zionéia, de quem recebeu apoio por 3 anos.

Nos depoimentos não raro foi possível verificar viagens realizadas por mulheres para visitar seus entes no exílio, um caso interessante foi o da depoente Darci Terezinha de Luca Scavone. Irmã de outra entrevistada, Derlei Catarina de Luca, Darci foi responsável por levar o filho de sua irmã até o Peru, para que a organização conseguisse encaminhá-lo até Derlei que estava em Cuba. Antes disso, Darci e a mãe delas, Maria Rizieli de Luca, tentaram conduzir o menino até o Chile enquanto Derlei ainda estava lá, mas com o golpe no dia 11 ela e mãe se abrigaram na casa de um amigo com a criança e a casa foi invadida:

> E eles bateram na nossa porta, revistaram aquele apartamento por tudo, por tudo, tudo, tudo, eu perguntei o que estava acontecendo, eu era muito nova, minha mãe ficava só rezando e a minha mãe é muito católica, ela rezava genuinamente, o jeito dela convenceu muito o Exército, porque era a mais pura verdade, o sentimento dela, de assustada e aí ele falou que nós deveríamos, sugeriu para nós procurarmos o Consulado Brasileiro, que o Brasil estava ajudando o Chile no golpe e que era para a gente sonhar com os anjos do Chile (SCAVONE, 2014, p. 13).

Depois disso elas retornam para o Brasil e Darci partiu sozinha para levar o filho da irmã até o Peru. As rezas como a da mãe de Darci eram mesmo eficazes, aqui interpretadas dentro de um viés social e não no sentido religioso. A ação de orar de Maria Rizieli de Luca convenceu os agentes a não as capturarem e enfatizou o papel que cabiam às mulheres, de serem inocentes, piedosas e mulheres de família, portanto, desvinculadas da imagem de putas comunistas que se tinham das militantes. A oração foi uma das "armas" utilizadas pelas mães para auxiliar seus/as filhos/as, um caso muito interessante esteve presente no depoimento de Rosemary Nogueira:

> A minha mãe falou assim para ele: 'Eu te amaldiçoo, o senhor vai ser amaldiçoado, porque tirou o filho da mãe amamentando, isso é maldição, o senhor vai ser amaldiçoado.' Xingou ele, assim, falou só isso, chorando: 'Amaldiçoado, tirou o filho da mãe, ele é amaldiçoado, vai ter uma maldição.' Eu não sabia que o cara acreditava

> nessas coisas, mandou me chamar...claro, ninguém sabia, mandou me chamar depois e falou: 'Olha, eu vou trazer sua mãe aqui e você vai obrigar ela a retirar aquela maldição.' Ah não? Minha mãe falou assim: 'Em nome de Nossa Senhora da Virgem Maria que é mãe, eu amaldiçoo o senhor porque tirou o filho da mãe, eu sou mãe e amaldiçoo o senhor em nome de Nossa Senhora.' Foi isso, e aí que minha mãe retirasse a maldição. Para você ter uma ideia das coisas, só que tudo isso...a gente ri, mas tudo isso era aso berros, era sério, ele podia te mandar por conta disso, o cara era dono da sua vida. Eu falei: 'Ai meu Deus do céu, minha mãe realmente fez isso.' (NOGUEIRA, 2013, p.11).

A oração ou melhor a "maldição" funcionou tão bem que além do pedido para retirá-la, sua sogra recebeu um telefonema pedindo: "'Ah, eu estou muito ruim, eu queria pedir perdão para a senhora, me perdoa.' Ela acha que foi algum torturador, algum cara que ficou com aquilo, porque ela é quem estava com o menino, eu não sei como é que foi a levada dela para lá direito." (NOGUEIRA, 2014, p. 12).

Também a mãe de Maria Bernarda da Silva Neves na tentativa de ajudar sua filha presa, recorreu às orações:

> Eu já levantava e [nos] levava para o interrogatório e lá era choque elétrico, palmatórias que eles davam pra ver (...) batem muito em nós. Quando fez 1 mês acho que de tanto a minha mãe rezar que depois que eu fui presa minha mãe fez uma promessa pros escravos. Então, todo dia 13 minha mãe fazia a novena dos escravos depois de 1 mês eu fui solta. Só que quando eu fui solta eu já tinha perdido meu emprego que na época eu trabalhava eu a renda de família porque só tinha eu em casa pra cuidar da minha mãe e dos meus 4 sobrinhos (NEVES, 2014, p. 3).

Rezar todos os dias demostra o esforço que a mãe empreendia para conseguir libertar a filha da prisão, era a forma que ela encontrou para amparar a filha. Também não era apenas com a ajuda das rezas que a mãe de Maria a auxiliava, segundo o depoimento de Maria Bernarda, com companhia do cunhado sua mãe e ele "martelavam para achar [seu paradeiro], até chegar no DOPS" (NEVES, 2014, p. 21), local que a mãe começou a visitar 2 vezes ao mês. Além do mais, a depoente ressalta que a idade avançada de sua mãe, com 67 anos, poderia ter contribuído para a sua libertação:

> Naquela época eu acho que sim. Acho que eles (...) emotivamente por causa da minha mãe porque a minha mãe era muito miudinha. Minha mãe era bem acabada, entendeu? Minha mãe se acabou mais ainda. Então, eu acho que eles fizeram o levantamento viu que não tinha nada no meu passado porque eles foram na firma que eu trabalhei (NEVES, 2-14, p. 21).

A questão da idade também foi acentuada quando Maria Bernarda relatou sobre o momento de sua prisão: "A minha família ameaçavam. Dia sim dia não tinha 2 [camburões] na porta da minha mãe. Agora você imagina a minha mãe com quase 67 anos morando ali tantos

anos como ela que ela ficou com os vizinhos." (NEVES, 2014, p. 16). Segundo Maria, as pessoas se afastaram dela e de sua mãe depois desse episódio.

Outra maneira muito característica de ações desempenhadas dentro da lógica do afeto foram as ideias inusitadas que as mães tiveram para a esconder objetos comprometedores, como armas e balas. Dois exemplos são as mães das depoentes Helenita Matos Sipahi e Ana Maria Gomes.

Depois da sua prisão em 1970, Helenita Matos Sipahi retornou à casa revirada, lá não foram encontradas balas de uma arma que estavam escondidas na gaveta de calcinhas. Para tirar as balas da casa e dar um fim nelas sem levantar suspeitas, sua mãe propôs a ideia de colocá-las em laranjas e depois jogar as laranjas fora. Assim foi feito e elas se livraram das balas. Além da ideia muito sagaz de sua mãe, o fato de as balas não terem sido encontradas pela repressão é um indício muito interessante, pois elas estavam na gaveta de calcinhas, local íntimo feminino que não chamou a atenção da lógica masculina da repressão. A ideia de sua mãe foi muito inteligente com sutileza conseguiu se livrar das balas, ela remete à lógica do afeto na medida em que ser sutil e passar despercebida também seria uma expectativa imposta às pessoas do sexo feminino.

No caso de Ana Maria Gomes a ideia que sua mãe teve para esconder objetos foi de encontro com a lógica do afeto e seu uso nas táticas femininas de forma mais evidente. Militante da VPR e participante da greve de Osasco, Ana Maria teve toda a família envolvida com a militância, até mesmo a casa de seus pais foi utilizada como aparelho pela organização. Em determinado momento, ela e sua mãe estavam transportando armas dentro do carro:

> E lá o aparelho dos meus pais estava cheio de armas, não era mais as armas todas, mas ainda tinha muita coisa. E aí, eu e a minha mãe de táxi tivemos que levar, sorte que era pouca coisa, levar tudo que tinha de táxi e levar para um outro lugar que eu nem me lembro para onde que foi levado. E a minha mãe, achando que o filho dela tinha sido preso, que provavelmente estava sendo torturado naquele momento, e o motorista ajudar e dizer: 'Nossa, como está pesado isso.' E a minha mãe: 'Ah, pus uns ferros de passar roupa', naquela época os ferros eram pesados, 'uns ferros de passar roupa aí que eu estou levando', mais não sei o que, e conversando com o taxista assim também na maior, aparentemente (GOMES, 2014, p. 20).

Qual seria a explicação que passaria despercebida para o peso? Pensando nos sentimentos que elas deveriam estar sentindo, não só de apreensão e medo de serem descobertas como também a preocupação diante da notícia da prisão do irmão/filho. Em meio a todas essas informações transmitidas de uma vez, a mãe de Ana Maria recorreu aos ferros de passar roupa. Ela agiu dentro da lógica do afeto fazendo uso de uma tarefa até então imposta à mulher, se aproveitando da "ocasião" para despistar o motorista. Graças ao uso dessa tática feminina a mãe

de Ana Maria não escondeu simples objetos, mas armas de uma organização tida como terrorista e extremamente perigosa.

Além disso, Ana Gomes relatou que no início da sua militância, quando foi presa na invasão do sindicato de Osasco, imaginou que a mãe iria criticá-la pela sua atuação, mas "Quando eu cheguei em casa, a minha mãe só ficou aliviada de eu ter sido solta e ela disse que sabia que eu tinha sido presa" (GOMES, 2014, p. 9). Carla Conradi indica que apesar das mães muitas vezes não concordarem com as escolhas das filhas, davam apoio a elas em momentos mais difíceis da militância se tornando suas cúmplices, ainda que algumas tivessem o sonho de ver as filhas casadas e não como militantes (2015, p. 115).

Diante disso, a mãe de Ana Gomes pode ser definida como sua cúmplice, visto que ao invés de implicar com a filha pelas suas escolhas, atitude que Ana estava esperando, sua mãe passou a auxiliar na militância. Também, Ana Gomes apresenta outros esforços de sua mãe: "Então, se forma essa rede. A minha mãe ia todo dia na USP, porque o pessoal publicava lista de quem estava preso, de quem tinha escapado, enfim. E bom, os meus primos dizem que o cabelo da minha mãe branqueou do dia para noite [...]" (GOMES, 2014, p. 45).

Da mesma forma que outras mulheres, a mãe de Ana Gomes também se esforçou para visitar a filha quando ela estava no exílio. A depoente narra que ela "trabalhou como doméstica, trabalhou num monte de lugar para juntar dinheiro para ir para lá visitar a gente" (GOMES, 2014, p. 49). Após a intensa dedicação a fim de arrecadar dinheiro para a viagem, enquanto a mãe de Ana estava na Europa, seu pai foi detido no Brasil. Segundo Ana "Eles queriam saber onde que a minha mãe, empregada doméstica, meu pai, motorista, tinham achado dinheiro para ela ir visitar os filhos na Europa, que só podia ter sido alguma organização que tinha dado" (GOMES, 2014, p. 50).

As ações até aqui apresentadas por militantes do afeto foram filtradas em meio aos depoimentos que tinham por objetivo final a denúncia das violações de direitos, sendo assim a fala das depoentes não tinha como propósito relatar sobre suas ações ou sobre as dos seus familiares, mas denunciar as violências que sofreram. Apesar dessas limitações, algumas mães e mulheres foram citadas a partir de adjetivos como fortes, corajosas e guerreiras, não sendo realizadas maiores descrições de ações que elas desempenhavam, ainda assim foi possível perceber a importância dada a elas pelas depoentes através da atribuição dessas qualidades.[23]

[23] Além dessas indicações que não tiveram maiores descrições de possíveis atuações, de todos os depoimentos, em 39 deles foi possível constatar algum tipo de atuação desempenhadas por mulheres não militantes em auxílio à militância e/ou aos seus familiares.

Existiram indicações em dois depoimentos de possíveis ações desempenhadas por mulheres, especialmente mães, como forma de apoio aos familiares. A primeira delas se encontra no depoimento de Juliana de Andrade Volpini, que relatou a troca de telefonemas entre sua mãe e amigas da cidade de Belo Horizonte para saber mais informações sobre pessoas desaparecidas. A segunda indicação está presente no testemunho de Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes, que sinalizou para a existência de uma "reunião de mães", da qual sua mãe participava:

> A minha mãe, através muito do companheirismo com a dona Stella Libanio Christo, que era mãe do Frei Betto... Sabia da confusão, a dona Estela pedia a casa da minha mãe para fazer reunião com as mães (ARANTES, 2014, p. 50).

Não há maiores descrições sobre as atividades que essas mulheres poderiam fazer, mas o indício da realização dessas reuniões não só é um indicativo de que elas estavam atuando como estavam atuando de uma forma que ainda precisa ser conhecida.

Até este momento foram apresentados exemplos principalmente de mulheres que tinham algum parentesco com militantes, e, por esta razão, foram envolvidas e passaram a fazer parte na luta de resistência. Mas também foi possível notar aquelas que se envolveram por serem simpatizantes à causa e que entraram em contato com o movimento de resistência através de algum meio, como a religião ou a causa social.

Para as depoentes Iara Spadini Vicini e Deise Hannickel foi por intermédio do Serviço de Orientação à Família (SOF), onde atuavam como assistente social e médica, respectivamente, que elas entraram em contato com a militância política. No caso de Iara além da ONG, ela atuava em grupos de apoio na Igreja católica, sendo presa em 1971 junto com um padre após a detenção de membros de outra comunidade, momento no qual foi torturada por algumas horas antes de ser resgatada por dom Paulo Evaristo Arns. Essas comunidades das quais Iara fazia parte pertenciam à área religiosa, dentre as ações que elas realizavam Iara citou:

> sabia que tinha essas várias correntes, essas várias tendências, como é complicado isso, também a pastoral, mas as primeiras greves, nós ali da região episcopal só conseguimos organizar coleta de mantimentos, coleta, ajuda financeira, a gente chegou a criar um grupo de direitos humanos, que a gente também recolhia contribuições com a ajuda de viagem de presos políticos, ou de manutenção de presos políticos e a gente tinha alguns contatos que eram ali da pastoral e isso se ramificava, a gente não sabia as vezes quem eram as pessoas mas a gente tinha essa, passagens, né? São Paulo, a gente levava pessoas perseguidas pra cima, pra baixo, pra esconder, em muitos países escondiam os perseguidos políticos nas suas paróquias, né? Eu saia por aí, por essa região sul a fora que nem iluminação tinha com o fusca do meu pai, levando, né? (VICINI, 2013, p. 10).

Deise Hannickel atuava como médica dentro do SOF onde conheceu Paulo Stuart Wrigth, dirigente da AP, a partir do contato com Paulo passou a auxiliar militantes. Um ponto interessante no caso de Deise é que ela nunca se sentiu confortável à época para contar sobre essa ajuda, nem para filhos nem para o seu marido. Segundo seu depoimento, a única pessoa que sabia dessa atuação era a empregada. Maria Carmocita Moreira dos Santos também tinha ligação com ONGs de apoio social e de modo semelhante entrou em contato com Paulo Wright por meio delas. Também fazia parte de grupos de igreja, cedendo quartos em sua casa para esconder pessoas e para fazer panfletos, sendo que realizava essas ações casada e com filhos.

Apesar de não terem relações familiares, essas mulheres contribuíram cedendo suas casas, seu tempo e doando alimentos para organizações. Atividade típica feminina a solidariedade pode ser entendida como uma atuação que partiu da área privada, mas que teve ressonância na área pública, contribuindo com a manutenção das organizações e dos/as militantes. Como por exemplo, Deise Hannickel relatou sua contribuição no transporte da depoente Derlei Catarina de Luca, quando esta tentava ir para o exílio e se encontrava muito debilitada devido a separação do filho de 3 meses.

Para terminar esse subtópico cabe citar um último exemplo de atuação, esse foi realizado de uma mãe para outra mãe. Esse caso foi observado no depoimento de Damaris Lucena, ela e seu marido eram militantes da VPR e disponibilizavam a casa para ser utilizada como aparelho para a organização. O local foi descoberto e seu marido foi morto com um tiro na cabeça, ela e seus filhos/a foram levados juntos e depois separados, os/a filhos/a foram encaminhados posteriormente para um juizado de menores e Damaris foi presa. Com o sequestro do cônsul do Japão em 1970, eles foram trocados e encaminhados para Cuba, contudo, um de seus/a filhos/a mais velhos/a, já militante, ficou no Brasil e foi condenado à pena de morte. Para entrar em contato com seu filho Damaris recorreu à outra mãe que levou um bilhete:

> Eu acho importante porque a gente sempre fala e tem tantas pessoas anônimas que ninguém comenta e que ajudaram muito. Uma pessoa que ajudou muito e que colocou a primeira carta dentro do presídio pro meu irmão foi a mãe do Jorge Narras, dona Ondina Narras. Ela pegou uma carta da minha mãe e levou pro Ariston dentro da cadeia e disse que essa carta deu uma repercussão tão grande, que eles arrumaram um gravador gravaram a carta e todos os presos ouviam: ‘Olha, nós estamos em Cuba, tal’ e o Ariston memorizou a carta. Foi a primeira vez que ele soube notícias da minha mãe (LUCENA, 2014, p. 61).

Com esse exemplo e outros citados, resta apenas levantar o questionamento em relação ao que se falta descobrir sobre as atuações das militantes do afeto e das táticas que elas poderiam ter criado a partir de ocasiões favoráveis, jogando com as expectativas de gênero enquanto

apoiavam os militantes e enganavam a repressão. Ações estas que podem ser consideradas políticas, ainda que partam do privado, pois o privado pode ser político (PERROT, 1989; FLORES, 1995; DUARTE, 2009).

4.3 AS MILITANTES E A LÓGICA DO AFETO

Assim como as militantes do afeto as que participaram de forma engajada em organizações armadas ou as mulheres que se consideravam militantes políticas, também fizeram uso da lógica do afeto.[24] Mesmo que algumas delas tenham rompido de maneira gritante com os estereótipos femininos e com o espaço determinado a elas, essas mulheres ainda poderiam se valer da lógica para enganar a repressão. Foi possível identificar que as militantes políticas apresentavam o uso da lógica do afeto como um artifício do qual poderiam se beneficiar, mas que não correspondia com a imagem que elas gostariam de construir de si.

Algumas vezes as militantes políticas que se dispunham da lógica do afeto jogando com o gênero para conseguir escapar de certas situações, atribuíam um sentido depreciativo ao papel que estavam assumindo, quer seja através do uso do diminutivo quer indicando que se faziam de "ingênuas" diante da situação. Ana Rita Fonteles Duarte (2009a, p. 68) ressaltou a dificuldade entre mulheres vinculadas às organizações em reconhecer os jogos de gênero enquanto estratégias políticas criadas dentro dos estereótipos sobre o sexo feminino. Essas ações, dentro do que a autora chama de jogos de gênero, seriam tomadas como extemporâneas ou 'ingênuas', necessárias quando acobertam as ações "realmente" políticas desencadeadas pelo grupo. Dito de outra forma, agir conforme os padrões de gênero para realizar alguma ação de preservação da militância, na visão de algumas militantes políticas, não era considerada uma ação política completa.

Duarte explica que qualificar as ações dentro dos jogos de gênero como 'dramatizadas' pode ter relação com as disputas entre as noções de ser mulher e de "ser militante". Nesse sentido, ao se apresentar enquanto uma mulher militante política que rompeu com o padrão estabelecido para o sexo feminino, "ser retratada como frágil, manipulada, sem consciência política, dependente do marido, nesse contexto, não é nada interessante para a construção de sua imagem pela memória" (DUARTE, 2009a, p. 71).

---

[24] Existiram casos em que as mulheres se consideravam militantes, mas faziam a escolha própria de não se engajar definitivamente em nenhuma organização visando ter maior liberdade. Também tiveram aquelas que se consideravam do apoio da organização e ainda não estavam engajadas, nestes casos elas foram consideradas militantes, pois era para isso que elas estavam se preparando dentro do apoio.

Isso fica mais evidente quando se nota que a construção da memória sempre se faz em relação ao presente, implicando entender que o reconhecimento de que as mulheres ocupavam cargos em posições menores que os homens é uma elaboração que ocorreu em momento posterior a atuação delas dentro da militância (WOLFF, 2007, p. 104). Isso significa que a tentativa de construir uma imagem de "militante de luta", isto é, não associada ao padrão para o feminino, se relaciona com a percepção, construída no presente, de que essas mulheres enfrentaram dificuldades relacionadas ao gênero durante a sua militância. Essas dificuldades existiram exatamente por elas serem mulheres que adentravam em um espaço até então masculino, gerando preconceito por parte dos companheiros de militância. Dessa forma, ressaltar no presente como elas não se enquadravam nos padrões de gênero da época, destacava a sua luta para adentrar a militância e não dava razão para esses preconceitos.

Foi durante o momento das prisões que o uso da lógica do afeto pelas mulheres engajadas em organizações foi frequentemente recorrido, muito provavelmente na tentativa de inocentá-las de serem militantes políticas, portanto, evitando se enquadrar no retrato daquelas que romperam explicitamente com a imagem pré-concebida das mulheres, vistas como putas comunistas (COLLING, 1997).

Um dos exemplos mais conhecidos foi o de Ana Maria Gomes. Como já colocado, ela participou da greve de Osasco e foi militante da VPR, inclusive, Ana Maria estava no sindicato no dia da invasão quando foi presa. Levada para conversar com o delegado, eis o sermão que escutou:

> 'Olha, vocês são moças jovens que, provavelmente, pretendem casar, constituir uma família, e fica muito mal moças como vocês estarem frequentando o sindicato, estarem metidas nesse tipo de coisa. Então, vocês vão para casa, tenham juízo e nunca mais se metam nessa.' 'Não, mas claro, nós estamos tocadas, queremos realmente casar, ter filhinhos, lindinhos, ficar em casa lavando prato, limpando o chão.' Então, como é interessante para nós, assim, como você, isso vai aparecer na minha vida várias vezes. Como você se coloca na tua condição de mulher e você consegue resistir a partir dessa condição que a sociedade te dá (GOMES, 2014, p. 8).

Para a depoente era óbvio que estava assumindo um papel, ainda mais um papel que não correspondia a ideia que tinha de si mesma. Esse não só era o futuro oposto ao que ela imaginava para si como parece ser um futuro que a própria depoente depreciava, através do uso do diminutivo em "filhinhos" e "lindinhos". Por outro lado, Ana Gomes também afirmou que se deparou com essa encenação várias vezes, como pode ser observado no momento de sua outra prisão:

> Eu fazia a cara, sabe, de quem realmente... E nisso, então, o Roque ele não deu tempo de falar, não deu tempo de falar, ele me abraçou assim: ‘ai, meu amor, você não sabe, eu escondi de você, eu tenho ligações...’, e ele foi me dando tudo que a polícia sabia, tudo. Então, quando me cataram e me levaram para a cozinha para eu falar sozinha, eu já sabia tudo.’ [...] Então, aí está, eu era a pobre da esposa que fazia quatro meses que tinha casado, que não sabia nada ali, eu estava desempregada, então eu estava a própria dona de casa. Eu podia brincar com esse papel (GOMES, 2014, p. 12-13).

Para Ana Gomes realmente se tratava de uma personagem assumida, inclusive porque a depoente tinha experiência com o teatro, então buscou encenar esse papel sempre que possível. Assumir essa personagem também trazia riscos, já que ela quase foi desmascarada pelo mesmo oficial que a prendeu em sua casa:

> ‘Pois é, quando eu vi o teu nome lá, eu falei, eu pensei comigo, será que aquela menina me enganou?’ Ele me deu de bandeja qual era a minha saída, porque ele estava morrendo de medo de ter sido passado para trás por uma menina, mulher, uma menina. No fundo era isso, ele estava morrendo de medo. Eu não tive dúvidas, ele mandou eu sentar, claro que periodicamente ele dava uma olhada para os meus seios, e claro que eu fui arcando cada vez mais, e aí eu falei: ‘Não, mas não, imagina, passar a perna no senhor, como? Enganar o senhor, não, de jeito nenhum.’ Aí contei a minha história, porque a minha história começava ali. ‘Não, foi isso, e de novo estou eu aqui sem saber direito.’ Ele estava ciclicamente preparado para acreditar na história que eu contasse (GOMES, 2014, p. 23).

Quase descoberta, dois elementos contribuíram para manter a sua encenação: a aparência de uma jovem com 4 meses de casada que reforçava a aparência de “menina inocente”, e a propensão do agente em acreditar no que ela estava tentando se colocar, enquanto uma jovem esposa que estava alheia a militância do marido.

Outras também tiraram proveito de estereótipos para despistar a repressão. Marilia Carvalho Guimarães iniciou sua militância em um grupo stalinista a convite de um amigo, e se engajou definitivamente em uma organização com o golpe civil-militar, quando se filiou à VPR. Ela abriu uma escola voltada apara o ensino básico que também servia como fachada para a realização de reuniões clandestinas. Sendo ainda mãe de 2 filhos, Marília foi intimada a comparecer às dependências da polícia para esclarecimentos sobre a posse de um mimeógrafo, que foi utilizado para impressões clandestinas e identificado pela repressão. A depoente conseguiu forjar um documento de venda do mesmo mimeógrafo, mas deveria acompanhar os agentes para prestar depoimento, para ganhar tempo recorreu aos artifícios “femininos”:

> ‘Não, mas eu vou ter que levar a senhora agora.’ ‘Não, mas eu não posso ir. Eu não posso ir, eu estou toda suja, suada, não estou arrumada. Eu não posso dessa maneira aparecer no Exército. Não, não. O Exército é muito chique para eu ir lá assim, não posso.’ E, não é que eles... Eles acreditaram piamente, porque foram embora (GUIMARÃES, 2014, p. 11).

Os agentes foram embora, mas ela decidiu “fazer um teatro com eles”, se arrumou e foi prestar depoimento. Durante o interrogatório, Marília tentou dar respostas abertas, misturadas e confusas. Um exemplo cômico dessas respostas ocorreu quando ela confirmou que conhecia uma pessoa chamada Ulysses:

> ‘Olha, corre, que ela conhece o Ulysses.’ Foi uma confusão enorme com a história do Ulysses. Aí, eles diziam: ‘Onde está o Ulysses?’ Eu digo: ‘Mas, como que eu vou saber? Eu não tenho a menor ideia. Não, eu sou louca pelo Ulysses, adoro o Ulysses, mas eu não tenho a menor ideia. Como que eu vou sabe onde ele foi enterrado? Eu não tenho a mínima ideia de onde o Ulysses foi enterrado. E, olha que é um dos meus autores preferidos.’ Olha, essa foi boa. Essa foi a maior piada da história. Quando eu falei que eu não sabia onde ele estava enterrado, aí eles queriam, aí eles me pegaram... não, aí um delegado disse: ‘Não, não. Não tem que acreditar em nada que essa mulher está falando. Essa mulher, ou ela é louca, ou ela é completamente louca, nós estamos esperando horas e horas aqui, essa louca, ou ela sabe tudo e é muito perigosa. Eu não acredito em mulheres.’ Aí, eu digo: ‘Mas, vocês perguntaram se eu conseguia Ulysses. Só um ignorante não conhece o Ulysses.’ Fui levada para o Forte de Santa Cruz (GUIMARÃES, 2014, p. 13).

Conforme Luisa Passerini (2011), uma das diferenças entre a oralidade e escrita seria a exclusão do aspecto fantástico da parte escrita, que tende a ser feita de modo racional e discursivo, enquanto na oralidade o elemento cômico estaria presente, por vezes não dentro do tema que fala, mas no modo de narrar. No caso de Marilia, a graça está relacionada com a sua sagacidade ao jogar com o interesse dos agentes diante de uma informação que ela tinha, mas que fingia não ter.

Por fim, depois de ser encaminhada para o Forte de Santa Cruz no Rio de Janeiro, Marilia foi liberada por ser considerada “altamente burguesa”. Um tempo depois, descobriram quem ela era, mas Marilia já estava vivendo na clandestinidade e aproveitou a oportunidade para escapar com os filhos.

Diferente de Ana Gomes, Marília não diminuí o jogo que ela conseguiu fazer com os agentes, pelo contrário, através do elemento cômico a depoente transmitiu como conseguiu fazê-los de “bobos” recorrendo às imposições de gênero, inclusive indicando que se tratou da “maior piada da história”.

A tática de se fingir de “burguesa” foi similar a utilizada por Helena Pignatari Werner quando foi presa pela OBAN, no ano de 1978. Professora não engajada em organizações, mas envolvida com a pedagogia de Paulo Freire, Helena se fez de “burguesinha”, afirmando, no momento da prisão, que havia terminado com um militante apenas porque ele era “pobre” e, inclusive, errou de propósito o nome da Operação Bandeirante (OBAN):

> Ah, tem mais, eu falava ORBAN. ‘Minha senhora, ORBAN é uma firma de construção que tem em São Paulo, aqui é OBAN, Operação Bandeirantes. A senhora nunca ouviu falar?’ Eu falei: ‘O senhor me desculpa, mas não’. E, assim foi (WERNER, 2014, p. 15).

No caso de Helena, o seu estereótipo não se restringe ao gênero. Durante a sua fala, foi possível perceber que o elemento de depreciação também estava presente quando fazia referências ao campo econômico, expondo que se fazia de “riquinha”, “Sempre tendo aquela pretensão de quem está acostumada, dinheiro não é problema e tal. E, foi assim que eu me safei dessa, viu?” (WERNER, 2014, p. 15).

Outra depoente que seguiu a mesma tática foi Lótus Dutra de Oliveira, presa no contexto da queda de suas irmãs, ela, militante da POLOP, tentou se fazer de “fútil”:

> E eu dando de lerda, entende? ‘Não, eu quero saber quanto tempo que eu vou ficar aqui, que eu estou um lixo, entende? Eu não vou fazer mão, não vou fazer cabelo e isso.’ Enfim. E entrei por essa coisa toda, porque era a única forma que eu vi, entende, de não ter, tinha que falar assim: ‘Eu vou bancar a fútil, porque se eu bancar a fútil, a única forma de ele não ficar me perguntando essa coisa.’ (OLIVEIRA, 2014, p. 15).

Ao tentar se fazer de “burguesinha” ou “fútil” essas mulheres estavam agindo no espaço que lhes era imposto, de mulheres que se esforçavam por cuidar de sua aparência, que por sinal deveria estar impecável, para nunca perder a oportunidade de um bom casamento. Encontrando nesse espaço “ocasiões”, aproveitaram-se delas para evitar maus maiores, se valendo da lógica do afeto para talvez conseguir enganar a repressão. Carla Conradi identificou que mesmo a organização orientava mudar a aparência para fazer uso da imagem de “burguesinha”, como passar batom, usar brinco e levar revistas “femininas” em transportes coletivos, enfim realizar o que a autora chama de performance para enganar os agentes (2015, p. 216).

Nos casos apresentados é possível notar certa depreciação do padrão construído para o sexo feminino através do uso do diminutivo, como em “burguesinha” e na conotação do adjetivo “fútil”. Ao se expressar por meio desses elementos as militantes políticas buscam evidenciar que essas ações não se constituiriam como práticas de militância, enfatizando que as “verdadeiras” atuações seriam aquelas que se encaixassem no padrão das organizações, majoritariamente situado em características rotuladas como masculinas.

Por outro lado, deve-se ressaltar que ações dentro da lógica do afeto também eram efetivas. Tanto no caso de Ana Maria Gomes, Marília Carvalho Guimarães como no de Helena Pignatari, a tática feminina parece ter funcionado, pois elas chegaram a ficar presas e foram interrogadas, mas não relataram que foram torturadas.

Além de evitar se autorerpesentarem dentro do modelo “feminino”, cabe questionar até que ponto essas condutas não foram apropriadas como efetivamente políticas pelas militantes em consequência da dicotomia entre a esfera privada e a esfera política. Como ressaltado no tópico anterior, ações que partiam do âmbito privado, mesmo que atingissem o meio público, não foram valorizadas como ações políticas no meio social. Talvez por essas militantes estarem partindo de ações “femininas”, ou seja, dos “poderes” femininos e sutis dos quais fala Michelle Perrot (1988), elas as desconsiderassem enquanto ações políticas.

Contudo, nem sempre jogar com o gênero funcionava, por vezes o estigma de putas comunistas era mais forte, principalmente se não havia uma “fachada legal” para corroborar sua história. Por exemplo, Marilia era dona de uma escola e mãe de 2 filhos, Helena era professora e casada, Ana Maria Gomes era recém-casada e Lótus Dutra era muito jovem. Todas essas fachadas ajudavam a evitar a sua associação como militantes políticas pela repressão. Por outro lado, constantemente os agentes desrespeitavam essas fachadas, como provam as violações contra as militantes do afeto que se enquadravam nesse modelo.

Outros exemplos de como as fachadas, como namoros ou casamentos reais e inventados, se constituíram como ocasiões para a tática feminina serão abordados a seguir.

Helenita Matos Silva Sipahi foi estudante de medicina e começou a sua militância no movimento estudantil, posteriormente se filiando ao PCBR. Durante a sua prisão sofreu violência física, sendo separada dos dois filhos quando foi detida. Ainda no início da sua militância, enquanto morava no Nordeste, seu marido foi preso e ela e sua mãe foram até a casa do comandante do Segundo Exército reivindicando a libertação do companheiro:

> Aí pessoa viu uma Sra. com uma moça que era eu jovem, muito jovem. Aí chamou o home lá, aí veio ele e a mulher, e eu vi pela porta aberta que tinha filho por acolá né. Eu falei ‘olha, é o seguinte Coronel, eu sou noiva do estudante de medicina que está preso lá no seu quartel, e eu vim aqui pra dizer pro Sr., que o Sr. é responsável legal pela...[...] Integridade física dele, não só dele como dos outros dois que eu vi lá, que se chama Zé Maria Barros Pinho...’ que eu sabia o nome, ‘... E Francisco Farias né, então eu vim aqui dizer isso pro Sr.’, minha mãe tremia coitadinha. Aí ele foi pego de surpresa falou ‘não mas lá ninguém vai fazer não, ele vai lá só prestar depoimento mas não sei o que, não sei que’, ‘então, faça o favor então, o Sr. tá sabendo né! Eu também sou estudante de medicina, e o Sr. é responsável legal’ (SIPAHI, 2014, p. 5).

Helenita foi até a casa do comandante não só se valendo do papel de noiva e estudante de medicina, mas também de filha, pois sua mãe estava presente. Possivelmente a intenção de Helenita seria se apresentar como uma “moça de família” com um futuro definido pela frente, incluindo se casar e se formar na universidade. No final, o plano funcionou e seu companheiro foi liberado logo após ela ter feito essa exigência. Diferente de alguns dos exemplos anteriores,

Helenita não parece depreciar o papel de noiva, mas faz uso dele enquanto elemento principal que justificaria sua intimação ao coronel.

Outro exemplo foi realizado pela militante política já citada, Ana Maria Gomes. Além da personagem que ela incorporava de esposa inocente, Ana Gomes também trazia outros truques na manga para reforçar sua associação à imagem de "burguesa":

> E daí, dizia o Albernaz e o capitão Homero, dizia assim: 'essa menina aqui é uma vergonha para vocês, olha, valores burgueses'. Eu usava aliança, usava aliança na época, quando me convinha eu mudava para a mão direita, era noiva, e eu a aliança estava no meu dedo" (GOMES, 2014, p. 19).

Casamento ou noivado com aliança, principalmente se for realizado dentro da Igreja Católica, eram interpretados como sinais de "burguesia" e quase como um status de "normalidade" diante da suspeita de ser subversiva, pois as então consideradas "loiras dos assaltos" eram mulheres "da vida", isto é, prostitutas ou amantes, fato que era visto como um desqualificador para o casamento. O sinal de que ela alterava a sua situação social ora como noiva ora como esposa, possivelmente pode estar relacionado com a característica de cada papel. Como esposa Ana Gomes poderia enfatizar uma relação mais concreta com o companheiro, mas como ela não tinha filhos/as o fato de ser noiva poderia ressaltar não apenas a sua ignorância em relação a militância do "noivo", como também a sua juventude.

O namoro e a paquera também eram empregues como artimanha para se aproveitar das "ocasiões". Vilma Aparecida Barban, presa em 1969 como militante da ALN, indicou que começou a namorar um companheiro para facilitar a troca de informações entre homens e mulheres no Presídio Tiradentes:

> na verdade eu comecei a namorar o Luiz porque era conveniente que as mulheres namorassem os rapazes por quê? Porque a gente precisava trocar informação, inclusive para... As pessoas para levar informação dos outros porque logo começa e tem os interrogatórios, depois começa o julgamento na auditoria militar, então era importante combinar e combinar, tipo, como nós vamos falar tal coisa? Então era muito estimulado isso de você namorar alguém do lado de lá porque daí você podia... A medida que foi melhorando as condições carcerárias você podia passar uma vez por semana, às vezes no dia de visita você passava para o lado dos homens e a você podia tanto levar informação verbal como e aí era um tal de esconder coisas, documentos que precisavam passar para o outro lado, mas que não era bom que fosse verbal. Então isso aconteceu muito. E como eu saí como namorada do Luiz então eu podia visitá-lo e aí eu fazia a ponte entre as pessoas que estavam aqui e que precisavam ou vice e versa, isso eu acho que todo mundo fez e é isso (BARBAN, 2014, p. 19).

Mesmo depois de solta, Vilma ainda continuou com as visitas facilitando a troca de informações externas, o que no contexto em que viviam significava compreender em qual

estado se encontrava a organização, a repressão e talvez até possibilitar uma discussão para um exílio futuro. Cabe lembrar que nem sempre ter alguma relação ou mesmo fingir uma relação afetiva com um companheiro livrava a mulher das violências, pelo contrário, poderia vir a intensificar as violações. Um exemplo disso, que também aparece no Relatório Final da CNV, aconteceu com Márcia Bassetto Paes que sustentou, no momento de sua prisão, ser noiva de um companheiro. Ao invés de contribuir para dar base à fachada legal, provocou torturas conjuntas que buscavam humilhá-la na frente de seu suposto companheiro, como dançar nua para agentes enquanto seu "noivo" era torturado e a via nessa situação.

Além de relacionamentos, a paquera também foi utilizada para aliviar a situação ou conseguir favores de agentes. A autora Marta Rovai (2013) chamou atenção para essa tática por meio dos exemplos de Sandra Nogueira e sua tia Amira. Elas convenceram o diretor do Presídio Tiradentes, recorrendo à paquera e às segundas intenções do diretor, a dar permissão para que elas organizassem uma festa de aniversário para José Ibrahin, tio de Sandra. Nesse tipo de situação foram encontrados dois exemplos parecidos com o investigado por Marta Rovai.

O primeiro exemplo que se encaixou nessa situação foi relatado pela depoente Elzira Vilela. Também aluna de medicina, ela militava a Ação Popular e aceitou a orientação da organização para ser médica em um assentamento de terras no Mato Grosso, sob o pretexto da realização de uma pesquisa medicinal com plantas. Durante a viagem para o local, Elzira levava 2 malas com armas que quase foram descobertas em uma revista policial, quando desceu do avião em que se encontrava:

> E daí essa fila andando, eu com as malas na mão, as duas malas de arma, eu falei: 'Puxa vida. O que eu vou...?' Aí eu fiz aquilo, óbvio que mulher faz, eu comecei a olhar para o moço, me insinuar para o cara que revistava e fazia...piscava. E eu era muito bonitinha, arrumadinha e aí o cara olhava e a fila ia andando e aquela tensão, eu falei: 'Ele não vai me revistar. Não vai, não vai.' Aí na hora que chegou a minha vez ele falou 'Não, essa mocinha não precisa não.' (VILELA, 2014, p. 10).

Quem imaginaria que essa "mocinha" iria carregar armas na mala? Muito provavelmente, aos olhos do agente, Elzira seria uma mulher que apenas gostaria de passar mais rápido na fila, consideradas frescas essa atitude não levantaria suspeitas (PERROT, 1988). Na pior das hipóteses, talvez Elzira fosse considerada uma contrabandista.

No segundo exemplo, o ambiente em que a depoente estava era diferente. Valeska Peres Pinto, militante da fação leninista da POLOP, obteve alimentos mais digeríveis do que a comida da prisão se utilizando da paquera:

> A comida era horrível, quando não vinham coisas dentro da comida, etc. e tal. Aí, então, é claro que vinha a nossa sedução com os guardas. Aí, você descobre, aquele cara xucro, que foi recrutado lá no interior de Erexim, do Rio Grande do Sul, ou lá em Criciúma, ou lá na região do oeste, e está lá, vestido de uniforme, mas aí sempre eles arranjavam de achar alguma coisa que a gente pudesse comer, traficavam. E aparecia chocolate, apareciam coisas que eles achavam que as mulheres gostavam, não é? Então, isso a gente sempre encontrou dentro (PINTO, 2014, p. 26).

Para essa situação cabe ressaltar que Valeska se valeu da "paquera" porque se tratava de agentes oriundos do que ela chamou de "cavalaria" do exército, isso significava, como ela explicou, que eles se orgulhavam de ter valores "cavalheirescos", possuindo uma formação diferente dos agentes geralmente responsáveis pela prisão das militantes. Para essas últimas, recorrer à paquera poderia ser um risco imenso e elevar ainda mais os abusos de cunhos sexuais cometidos. É provável que foi por essa razão que a paquera não foi de uso recorrente das militantes.

Não só a paquera como também a gravidez, foi outra tática que seria mais utilizada em ações no meio social do que durante a detenção. Em todos os depoimentos nenhuma mulher se beneficiou da gravidez na tentativa de evitar a violência física, até porque o fato de estar grávida não impediu as torturas cometidas que, infelizmente, resultavam em abortos. Contudo, fora das prisões foi possível identificar dois exemplos em que a gravidez foi empregue como artimanha para despistar a repressão.

Um caso aconteceu com Lúcia Cabral Jahnel. Física e participante do movimento estudantil, mas não engajada em uma organização, Lúcia ficou grávida de um militante preso aos 17 anos. O pai de Lúcia em um primeiro momento não aceitou a sua gravidez e a expulsou de casa, depois de um tempo ela retornou para a casa do pai e se casou com outro militante. No decorrer de sua participação no movimento estudantil, Lúcia relata uma ação que a marcou:

> Tem uma coisa importante que eu acho que eu fiz, eu vou falar, mas a primeira passeata que teve no centro de São Paulo depois de toda repressão, tinha uma faixa abaixo a ditadura, e eu que carreguei essa faixa. Carreguei na minha barriga disfarçada de grávida, eu que levei ela para a praça da república (JAHNEL, 2014, p. 4).

Ao esconder uma faixa na barriga, Lúcia despistou a repressão fingindo estar grávida. A depoente não deu mais detalhes sobre a manifestação, mas se dispôs a fazer algo perigoso para ajudar no movimento, pois caso Lúcia fosse presa e descobrissem a barriga falsa, provavelmente iria ser bastante machucada.

Se parte das militantes políticas evita reconhecer as ações desempenhadas dentro da lógica do afeto como ações políticas relevantes, outras, como Lúcia, reconheceram essas atuações enquanto uma maneira de enganar sutilmente, ao mesmo tempo de forma sagaz, a

repressão. Um detalhe importante é que Lúcia fez sua militância no movimento estudantil, por isso na sua narrativa não teve que fazer o esforço para se enquadrar no padrão da "militante de luta", reivindicado pelas organizações de esquerda e da esquerda armada.

A segunda ocasião foi citada no depoimento de Eva Teresa Skazufka. Militante da VPR, Eva foi escolhida para ser a intermediadora na troca dos dólares obtidos após uma ação conjunta entre organizações com a finalidade de assaltar o cofre do governador Ademar de Barros, que continha dinheiro de origem corrupta:

> Ia ter o assalto do cofre do Adhemar (de Barros) e eu fui intermediária da troca dos dólares durante algum tempo, porque era muito dinheiro. Eu com aquela barriga não chamava muita atenção...[...] Não para isso! E ia nos bancos trocar, eu lembro que eu ia lá no Centro da cidade, aquela época eu acho que nem tinha muito banco por aqui. Então eu fazia isso e quem pegava o dinheiro era o Chael (Charles Schreier) (SKAZUFKA, 2014, p. 6).

A gravidez conferia à Eva uma fachada impecável para realizar a troca de dólares, pois qual pessoa desconfiaria que a mulher grávida na fila do banco seria uma terrorista? Essa imagem não condizia com as "loiras dos assaltos" e amantes que eram divulgadas. Apesar de aparentemente não ser sua a escolha da mediação, Eva aceitou a proposta e a concretizou sem levantar suspeitas.

Esses foram alguns dos caminhos que as militantes políticas recorreram para despistar a repressão dentro da lógica do afeto. Em geral, tanto as "ocasiões" aproveitadas pelas militantes do afeto como pelas militantes políticas tiveram um resultado positivo, uma vez que conseguiram despistar os agentes de Estado e preservar sua integridade. Embora as ações "femininas" com origem no privado não fossem reconhecidas enquanto ações políticas por algumas militantes, elas tiveram efeitos e não só contribuíram para preservar a integridade física das militantes, mas também para a efetivação de práticas na militância.

5 TORTURA E VIOLÊNCIA SEXUAL COMETIDAS CONTRA MULHERES

Neste capítulo serão apresentados os casos de tortura e violência sexual que estiveram presentes nos depoimentos coletados pela Comissão Nacional da Verdade. Para esse capítulo cabem aqui fazer algumas ressalvas. Em primeiro lugar, a quantidade de mulheres que sofreram algum tipo de violência física ou psicológica corresponderia quase a totalidade de depoimentos, por isso seria inviável para este estudo fazer uma análise deles. Assim sendo, não serão apresentados todos os casos de violência constantes nos depoimentos, porém, isso não significa que as depoentes que não apareceram neste pequeno tópico não sofreram ou sofreram menos que outras. Optou-se por selecionar aquelas que tiveram alguma relação com a violência sexual ou que pudessem se colocar em um espaço que contribuiria de alguma forma com esse debate.

Cabe ainda indicar que o conceito de violência sexual se situa na mesma definição apresentada pela Comissão Nacional da Verdade, que, por sua vez, está em conformidade com a indicação da Organização Mundial da Saúde (OMS):

> quaisquer atos sexuais ou tentativas de realizar um ato sexual, comentários ou investidas sexuais não consentidos, atos para comercializar ou de outra forma controlar a sexualidade de uma pessoa através do uso da coerção, realizados por qualquer pessoa, independentemente de sua relação com a vítima, em qualquer ambiente, incluindo, sem estar limitados, a residência e o trabalho. Abrange toda ação praticada em contexto de relação de poder, quando o abusador obriga outra pessoa à prática sexual ou sexualizada contra a sua vontade, por meio da força física, de influência psicológica (intimidação, aliciamento, indução da vontade, sedução) ou do uso de armas e drogas (BRASIL, 2014a, p. 418).

A partir dessa definição mais geral, a CNV define o que corresponderia à violação sexual:

> Por violação sexual entenda-se penetração de natureza sexual, não consentida, do corpo da vítima por órgão sexual, membro ou objeto utilizado pelo violador, com o uso de força ou mediante ameaça de coerção. O estupro é, portanto, apenas uma das formas possíveis de violação sexual (BRASIL, 2014a, p. 418).

Além disso, no decorrer da leitura dos depoimentos foi possível identificar que as mulheres vítimas de violência sexual, quer seja violação sexual e/ou estupro, apresentavam dificuldade de se reconhecer enquanto vítimas na sua narrativa, situação já apontada pela CNV.

Possivelmente essa tendência remeteria à dificuldade de expressar e afirmar a ocorrência da violência sexual na narração, esta se constituiria como uma maneira de edificar a identidade da depoente. Segundo Thomson (1997, p. 57), nossas reminiscências variam conforme as

alterações sofridas por nossa identidade pessoal, que também é construída mediante o processo de contar histórias para si e/ou para outras pessoas. Isso leva o autor a pensar sobre a "necessidade [que temos] de compor um passado com o qual possamos conviver." Diante de passagens dolorosas da nossa vida, segundo Thomson, se efetua uma tentativa de administrá-las para manter certa coerência entre "as passagens não resolvidas, arriscadas e dolorosas de nosso passado e nossa vida presente" (1997, p. 58).

Investigando sobre como as mulheres se encaixam nessa constatação, uma hipótese possível seria que, diante de uma violência sexual extremamente dolorosa vivenciada no passado, reconhecer a sevícia sofrida no presente implica também se reconhecer e apresentar para si e para outras pessoas como vítima de uma violência sexual. O que dificulta esse processo se encontra na especificidade da violência sexual que, segundo Janaína Athaydes Contrierias (2017), está relacionada com a ligação entre a sexualidade e identidade:

> a identidade humana se constitui ao redor de um corpo sexuado, desta maneira, a sexualidade, no sentido mais amplo, - o núcleo identitário- envolve todos os aspectos da vida humana. Essa identidade sexuada está além do biológico, está vinculada a uma construção social, histórica e culturalmente situada, construída e reconstruída desde o nascimento até a morte. Logo, o ponto mais sensível do ser humano é a sua sexualidade. Esta identidade associativa ao corpo sexuado, quando exposto, torna-se o ponto frágil, a parte mais vulnerável na destruição do outro (CONTRIEIRAS, 2017, p. 32).

Narrar se colocando como alguém vítima de uma violência que afeta o âmago da identidade humana, não é fácil. Reconhecer diante de outras pessoas que você foi atingido em uma das bases da sua identidade também não o é. O sentimento que pode gerar, segundo Contrieiras (2017), é a vergonha ou mesmo a culpa quando a pessoa se responsabiliza pelo ocorrido. Diante disso, diminuir a violência poderia ser uma das formas de administrar essa experiência, de forma a não comprometer a construção da sua identidade no momento presente, devido aos traumas dela decorrente.

Uma das consequências da diminuição para quem escuta ou lê, é a impressão de que a violência sexual poderia ser entendida como um acontecimento que talvez nem sequer fosse considerado uma violência, já que algumas das próprias depoentes diminuem o impacto dela. Por outro lado, quando se tenta compreender o motivo dessa inferiorização, mesmo que se trate de uma hipótese, a tentativa de diminuir o ocorrido ressalta o impacto causado pela violência sexual.

Derly Marluce dos Santos se casou com militante, mas não estava envolvida com nenhuma organização política. Tanto ela como o marido foram presos, sendo que no momento

de sua prisão Derly sofreu uma violação sexual: “Mas aí entraram, passaram a mão...quer dizer, não aconteceu nada de tão grave, mas para mim era como se eu estivesse sendo...” (MARLUCE, 2014, p. 6). Aqui é possível identificar o quanto a violação é inferiorizada através do uso da expressão “nada de tão grave”, que passa a impressão de que o acontecimento quase não poderia ser considerado uma violência. Contudo, ao mesmo tempo é possível sentir a dor da depoente no fim da frase, “como se estivesse sendo...”, que é completada pela interlocutora: “violada”.

A violência sexual é uma violência física que agride a integridade física, emocional e psicológica de uma pessoa, se configurando como tortura. Isto é assegurado já na primeira frase do capítulo 10 da CNV, “A violência sexual, exercida ou permitida por agentes de Estado, constitui tortura” (BRASIL, 2014a, p. 400). Além de partes do corpo, os agentes da repressão se utilizaram de objetos para violar homens e mulheres, nos depoimentos foi possível identificar exemplos deste tipo de violação e de outros que serão especificados adiante.

Como destacado, as depoentes encontraram dificuldade de colocar em palavras a violência que decorreu dessas invasões, inclusive, somente recentemente elas começaram a entender o tamanho do impacto das sevícias experienciadas. Um desses casos, que também aparece no capítulo 10 da Comissão Nacional da Verdade, se trata da depoente Ana de Miranda Batista. Militante de diferentes organizações incluindo o PCBR e posteriormente a ALN, Ana foi presa 4 vezes, mas a detenção que mais foi intensa em relação à violência ocorreu em 1970, sendo utilizados choques, pau e arara e a violação com um cassetete:

> Aí me levaram para o primeiro distrito e lá no primeiro distrito eu sofri violência, tortura, e fui estuprada com o cassetete, e o delegado era esse Antônio Vilela, que depois foi premiado, foi trabalhar na OBAN, ganhando mais. E aí me levaram para o DOPS até essa altura eu estava muito bem, porque eu estava passando o tempo, e até eles me reconhecerem ia demorar e eu tinha ponto um encontro de novo, com a Ana Maria, o Clemente e depois o Basílio para voltar para a casa, só. Eram estes os meus pontos, mais nada, todos os três procuradíssimos. E eu estava assim bem, aquilo ali estuprar com o cassetete. Durante muito tempo, eu nem lembrei disso. Eu estava ali muito forte naquele momento, forte ideologicamente (BATISTA, 2014, p. 25).

Além do carácter inarrável da tortura, identificado principalmente no tocante ao aviltamento sexual, deve-se levar em conta o ambiente de militância em que Ana estava vivendo. Quando a depoente expressa que estava forte ideologicamente, isso vai de encontro com as orientações das organizações de que se deveria suportar a tortura ao máximo para não abrir informações. Também foi possível notar nos depoimentos que falar da tortura na militância implica em reconhecer que esse é um tema sensível tanto para quem vivenciou como também dentro do meio militante.

A diferença de gênero na tortura foi percebida como um resultado de debates e pesquisas, mas não como um fato dado, isso é importante porque ajuda a entender falas como as de Ana que, naquele momento, minimizou a violência sexual em face do discurso ideológico de suportar todos os tipos de violência. Ela não foi a única a recorrer às constatações feitas no meio militante, Ieda Akselrud Seixas que se preparava para adentrar na militância quando foi presa, sofreu violação sexual e indicou: "'Esquece isso', porque aquilo não tinha importância, quem era eu? Porque que importância tinha aquilo se não sei quem tinha ido pro pau de arara, não sei quem pra cadeira do dragão" (2014, p. 10).

A ausência de debates sobre o uso do gênero na tortura fica mais evidente no texto da ex-militante Albertina de Oliveira Costa no livr*o Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul* (2010). Costa faz referência a igualdade na tortura de homens e mulheres, inclusive indicando que a mulher poderia abrandar a tortura se esta recorresse à posição enquanto um ser aparte do mundo público (o que nem sempre as livrava das torturas, como atestam os casos colocados anteriormente). Também, a autora indica que o uso da violência sexual era um mecanismo extra para promover dor e humilhação tanto para homens como para mulheres, sendo que ela seria utilizada com a mesma finalidade em ambos os casos.

Para Costa, a tortura conjunta efetuava-se com maior frequência em mulheres por conta da possibilidade de que os homens estariam constantemente em posição de liderança, portanto tenderiam a ser mais pressionados. Tais interpretações não levam em conta que em momentos de disputas e guerras os corpos das mulheres seriam apropriados como territórios de disputa, violentados como forma de atingir indiretamente os homens (CONTREIRAS, 2017), nem mesmo a diferença do gozo dos torturadores, a grande maioria homens, em face do corpo estranho feminino, ponto que será abordado mais à frente.

Retomando a narrativa de Ana de Miranda Batista, depois de solta, ao ser solicitada a comparecer para uma conversa com um general, negou a ocorrência da violência sexual:

> E pediu para a mamãe sair. Aí a mamãe ficou preocupada. Eu falei: 'Não, mamãe, o general do 1º Exército não fazer nada comigo, né?' Tudo bem, tudo bem. Aí a mamãe saiu preocupada. O que ele queria? Ele queria saber se eu tinha sofrido violência sexual, abuso sexual. [...] Eu acho que eu disse que não, até porque há poucos anos atrás eu achava que não tinha sofrido. Porque eu achava que violência sexual era assim estupro direto, violência direta, o cara enfiando o pênis dentro de você. Se não for isso, então, eu não sofri. Tem tanta gente que sofreu, né? Tem companheiras que foram tão violentadas. Então, eu não sofri. [...] Eu não me lembro o que eu respondi, mas primeiramente eu respondi que não. Que eu fui torturada de várias formas, mas que violência sexual não. Ele me olhou assim. 'Então pronto, era isso.' É por isso que eu não lembro, sei lá... Ou se ele quis me mostrar que sabia onde eu estava, sabia onde eu andava, sabia o que eu fazia. Não me pareceu. Ele foi muito afável. Devia ser por moralismo mesmo, porque eu não fui a única com quem aconteceu isso. Dentro da mais perfeita moralidade (BATISTA, 2014, p. 7).

Analisando algumas dessas falas que reiteravam a negativa em relação ao estupro, Silvia Regina Nunes (2017), em grupo de pesquisa na área de literatura, identifica que as mulheres responderam às perguntas objetivas feitas pelos/as membros/as da CNV através de um enunciado dividido e oposto, baseado nas dicotomias de sim x não e verdadeiro x falso. Para a autora, é exatamente nessa negativa enfática que se encontra a impossibilidade de narrar a violência sexual, "vemos constituída uma posição de sujeito que oscila e nega a violência sexual sofrida, mostrando o impossível - insuportável de se dizer em relação a prática da rememoração que é solicitada pela CNV" (2017, p. 11). Dessa forma, é a negativa de Ana em oposição a verdadeira ocorrência da violência sexual que demonstra a dor e o carácter inarrável da situação.

Além disso, quando Ana conversa com o delegado talvez tenha negado não apenas por conta da diminuição da violência sofrida, mas pela situação em si. Qual seria a verdadeira intenção do general? Ele realmente queria saber sobre esse tema em específico? Afinal, ela havia sido presa e torturada, desconfiar de um possível membro da repressão seria uma atitude natural. Contudo, é possível perceber que a interpretação da condição específica feminina foi realizada em um momento posterior, por isso a depoente narrando no presente, em meio às novas discussões proporcionadas pelos debates em torno da tortura e especialidade de gênero, tenha se permitido colocar enquanto vítima de violência sexual somente na atualidade e não naquela época.

A interpretação posterior realizada a partir de discussões no presente também pode ser identificada em outro trecho, quando Ana fala sobre violência de gênero:

> Então, é... A outra coisa que é importante, que vocês sabem, mas que é importante, quando se fala, se pensa em violência de gênero, né? Violência, abuso e tal, é que os nossos companheiros, muitos deles também sofreram, né? Não foi uma coisa especial da mulher. Tem coisas específicas. Por exemplo, eu devo ter descrito aqui. Por exemplo, quando me carregam daqui do DOI-CODI do Rio, porque eu estava muito ferida de choques já da OBAN e tal na vagina. Um soldado me carregou lá pelo pátio, para o consultório do Amilcar Lobo. Ele era um médico afável, né? Nunca vi ele levantando a voz, estive várias vezes com ele. E ele me examinou para me passar uma pomada, um remédio, qualquer coisa assim. 'Ah, você tem o útero retrovertido infantil. Você nunca vai poder ter filhos.' Eu tinha vinte e um anos. Eu fiquei quase quatro anos presa, com isso na cabeça. E pensando: 'Não, mas ele é da repressão. Não, mas o cara é médico. Não, mas porque ele falaria isso?' Fica aquele inferninho na tua cabeça. Isso eu acho que é uma violência típica de gênero. Não pode falar isso para um homem: 'Você não vai poder ter filhos.' Mas os nossos companheiros também... (BATISTA, 2014, p. 13-14).

Ana foi uma das depoentes que tocaram na temática do gênero sabendo sobre o tema do GT e fez questão de destacar algumas partes de sua história. A partir de reflexões que ela

provavelmente fez depois do ocorrido, Ana passou a identificar nesse acontecimento um indício de violência de gênero, pois o fato de um médico dizer que talvez ela não conseguiria ter filhos/as é uma coisa, já um médico da repressão que visava acabar com o/a inimigo/a interno dizer isso, é completamente diferente. Ele poderia ter como objetivo impedir que a "subversiva" tivesse filhos, ou ainda, se utilizar da maternidade como forma de tortura psicológica.

Por outro lado, algumas já reconheciam o sofrimento e invasão que caracteriza a violência sexual, e conseguiram, desse modo, exprimir diretamente que esses acontecimentos eram graves, como foi o caso de Maria Aparecida Serpião Teixeira. Militante da AP e depois do PCdoB, Maria nunca tinha relatado até então, um motivo para o silêncio, conforme a depoente, seria poupar a família: "Foi uma opção, na hora em que eu saí do DOPS, olhei minha mãe, meu pai e falei: "Não, eles não merecem saber disso" (TEIXEIRA, 2014, p. 2).

Talvez por ter escolhido ficar em silêncio todo esse tempo, ela, partindo de sua própria iniciativa, denuncia de forma expressiva as violências experienciadas já nas primeiras páginas do seu depoimento:

> Depois dessa recepção então vem a violência maior, a violência maior ela tenta exatamente atingir a situação de mulher. Então a primeira coisa, aquele bando de marginal, aquele bando de homens extremamente corrompidos pela tortura eles vão deixar você totalmente nua, porque tudo vai ser com você nua. Totalmente. Isso aí é uma extraordinária violência contra a mulher e contra o corpo dela, o direito dela enquanto pessoa, enquanto mulher. Essa situação eles quebram, eles procuram quebrar a dignidade da mulher. E quando você fala a questão da família, eles vão trazer daí o Sérgio que era o meu namorado, tentando quebrar também a alma, porque daí já era a alma, do homem, digamos assim, diante da violência da mulher. Pressionando, no caso, os dois. Durante esse período da nudez, como que o corpo era tratado? Era tratado como objeto de prazer, como objeto de brincadeira, como manipulação, ele é violentamente maltratado enquanto corpo. E isso na frente da pessoa que você ama, a pessoa com quem você gosta que também acho que quebra também o homem. Quebrar a mulher mas também nessa situação machuca também muito o homem (TEIXEIRA, 2014, p. 3).

Somente neste trecho são verificados elementos que ao longo da tortura tinham como base o gênero e violência sexual. Ao narrar sobre a nudez forçada, presente para homens e mulheres detentidas/os, Maria descreveu a diferença existente entre ser um corpo feminino forçado à nudez e ser um corpo masculino. Diante de um grupo de homens que não só pertencem ao topo da hierarquia como detém o poder de forma dupla, enquanto homens e agentes do Estado, o corpo feminino se torna um corpo Outro (SUSEL, 2009). A nudez é considerada parte da violência sexual segundo a definição da OMS, mas Maria a expressa como "violência contra a mulher", apesar disso, a depoente não qualifica a nudez apenas como tortura física, ela consegue expressar a sua especialidade mesmo por outro nome.

Além disso, quando Maria fala sobre a “questão da família” ou “quebra a alma”, também está se remetendo à tortura com base no gênero. Conforme Contreiras (2018), se a sexualidade é parte constituinte da identidade das pessoas enquanto sujeitos, não apenas ultrapassando o aspecto biológico como também ela se constrói e reconstrói durante toda a vida, aspectos do gênero podem compor a sexualidade e, por conseguinte, a identidade. Nesse sentido, quando Maria fala sobre “quebrar a alma”, referindo-se tanto ao seu namorado como a si mesma, pode ser um sinal de ataque direto à identidade que construíram para si com base no gênero, nesse caso em específico, a violência quebrou a construção do homem enquanto protetor da mulher, e que se encontra impotente e impedido de fazer isso quando a vê torturada na sua frente.

Em relação ao sentimento da própria Maria ao ser torturada na frente de seu companheiro, um ponto que chama a atenção é a sua preocupação não consigo mesma, mas com a dor do parceiro. Em meio às violências física e sexual que ela estava vivenciando, com o seu corpo ser tratado como objeto de brincadeira e fruto de prazer para os torturadores, Maria expressa uma preocupação com o sofrimento do seu parceiro, que novamente se relaciona com a quebra da identidade baseada no gênero, de que o homem deveria proteger a mulher. Segundo Contreiras (2017, p. 32), a violência empregada contra mulheres em situações de guerra e repressão constroem o corpo feminino como um campo de batalha, nesse caso, a violação das mulheres tem como objetivo transmitir uma mensagem para o homem, na tentativa de o culpar por não conseguir proteger as “suas” mulheres.

Além da dor física e da dor emocional de ver um ente querido ser violentado na sua frente, Maria identifica que a disputa pelo corpo da mulher estava presente e ela, enquanto objeto desse conflito, reconhece isso:

> Bem, não satisfeito com essa antessala, daí eu vou para o Pau-de-arara. Também na presença do Sérgio e no Pau-de-arara a questão é muito violenta. É extremamente violenta, porque é manipulação genital. Correto. Então, é um sadismo, também. Naquele momento você tem a impressão de que eles já perderam o que eles querem, porque eles queriam informação. Eles já estão com outros objetivos, e é o Estado fazendo isso contra você (TEIXEIRA, 2014, p. 3).

São outros objetivos. É provável que esses outros “objetivos”, além de quebrar a identidade do homem como protetor, também envolvia o abuso sexual enquanto prazer lúdico diante do corpo feminino.

Como expressou Mariana Joffily (2010, p.124), há uma diferença entre violência sexual e abuso sexual, sendo as mulheres mais frequentemente vítimas de abuso sexual. Ela define que o “abuso” vai além da violência sexual, ocorrendo quando se “tem uma conotação de prazer do

agente repressivo no contato com a vítima". Joffily analisa dois exemplos, um relato de violência sexual contra um homem e de um abuso sexual contra uma mulher. No primeiro, a violência sexual seria empregada como uma banalização combinada com outras torturas, já na mulher Joffily identifica um cenário de jogo de gênero, como uma cena de um macho selecionando uma fêmea. A autora explica:

> A violência sexual, com um conteúdo mais abrangente, refere-se a toda e qualquer violência dirigida aos órgãos sexuais, o que era muito comumente praticado, tanto com homens quanto com mulheres, dada a extrema sensibilidade dessa parte do corpo. O abuso adquire uma conotação mais específica quando relacionado ao contexto cultural das representações de como podem ou devem ser as relações entre homens e mulheres, dentre as quais não se exclui o prazer masculino numa relação sexual imposta à mulher (JOFFILY, 2010, p. 124).

Dessa forma, retornando à exposição de Maria Aparecida, a depoente pode ter apresentado a diferença entre se utilizar da violência sexual enquanto abuso sexual, pois ela adquiriu outra conotação sem ser apenas a de humilhar a vítima, tornou o corpo feminino em um campo de batalha em que um "macho" ficava impedido de entrar na disputa. Em especial, Maria reconhece o quão violento foi a violação sexual cometida:

> E são, eram, é uma verdadeira cena de um estupro não realizado. Porque na verdade não é que eles estupravam, eles punham um mexendo no seu seio, outro no seu ânus, outro em sua vagina, outro com isso, quer dizer, então era um estupro. Era um estupro, é um estupro.
>
> Raíssa Wihby Ventura (Comissão Nacional da Verdade) – É uma violência sexual tão violenta quanto a...
>
> Maria Aparecida Serapião Teixeira – Mas é também porque é múltipla. É múltipla.
>
> Raíssa Wihby Ventura (Comissão Nacional da Verdade) – Se é que dá para medir esse tipo de violência.
>
> Maria Aparecida Serapião Teixeira – Se é que dá para medir, exatamente. Não é... Então é muito violento e seguia evidentemente de choques em todas essas... Era choque no seio, choque na vagina, choque no ânus. E acompanhado de palavras de total desmerecimento da mulher. Essa cena para mim foi muito violenta, muito séria (TEIXEIRA, 2014, p. 4).

A comparação entre a violação sexual e o estupro pode ser uma tentativa de denunciar o quanto ela também afeta a pessoa no âmago. Além disso, segundo Contreiras (2017), devido a mudança do Código Penal brasileiro em 2009, a introdução das mãos na vagina foi qualificada como estupro, configurando a violência sofrida por Maria como um estupro de fato. Contreiras chama atenção, analisando os relatos coletados pelo GT Ditadura e Gênero, que a alteração do

código penal auxiliaria algumas das depoentes a construir uma nova percepção das violências sexuais sofridas.

Conforme Thomson (1997), as experiências pessoais não se encaixam completamente nas imagens e linguagens disponíveis pelo público, sempre existe uma tensão que transparece através de um desconforto presente na comparação ou na avaliação. As reminiscências tendem a se ajustar ao que é normalmente aceito, recorrendo assim à esfera pública. É possível que discussões recentes, como a revisão do Código Penal, possam ter contribuído para uma nova interpretação do passado pelas mulheres.

Jurema Augusta Riberio Valença também apresentou um reconhecimento da violência sofrida, que talvez tenha sido viável graças à emergência de discussões sobre a violência sexual. Militante primeiro do PCB e depois da VAR-Palmares, Jurema foi presa em 1970 junto com seu companheiro, relação afetiva que foi utilizada durante a tortura:

> Nós fomos torturados separados e ele foi chamado para ver eu pendurada, e eu não fui chamada para ver ele, porque eles usaram, eu era muito jovem, muito magrinha e tudo. Então eu acho que era pressão mais para cima dele, sempre acham que o homem é mais responsável pelas coisas. E eu evidentemente também fiz questão de transparecer minha fragilidade para poder, são as armas femininas, não só a gente tem de um lado, você tem a barbárie que às vezes é maior, mas por outro você também tem um tipo de defesa para isso (VALENÇA, 2014, p. 6).

Novamente, segundo Contreiras (2017, p.32) a violência empregada contra mulheres remete ao corpo feminino como um campo de batalha. Isso se torna evidente quando Jurema indica que ela foi torturada na frente de seu companheiro, e reconhece essa discrepância. Assim como, também é possível observar o uso da lógica do afeto, abordada no capítulo anterior, de transparecer a suposta fragilidade feminina, com o intuito de diminuir a tortura, o que, como Jurema ressalta, também poderia aumentar a intensidade das torturas.

Além disso, após o fim de sua narrativa foram feitas perguntas objetivas em relação às sevícias vivenciadas. Jurema (2014, p. 20) expressou que sentia dificuldade em lembrar sobre os acontecimentos, mas indicou que “Eu sei que eu fui desnudada, eles tentaram aplicar nos seios, mas tomei muito choque nas mãos, muito choque nas mãos”. A depoente não afirma nem nega se as tentativas de choques nos seios se concretizaram. Ainda depois dos choques, ela foi encaminhada para um médico:

> E depois eles me mandaram para um médico, que fez tateação um pouco, que era o médico da OBAN, eu não sei o nome dele, mas já saiu denunciado em alguns lugares o nome do cara. Então não chegou, não foi um estupro, de jeito nenhum, mas foi um abuso (VALENÇA, 2014, p. 20).

A depoente não apresenta mais descrições sobre o ocorrido. É possível perceber que ao recorrer à expressão “tateação um pouco”, o sentimento de violação que transparece no final de sua fala, “foi um abuso”, fica mascarado. Negar a violência, ao mesmo tempo que o sofrimento é explicitado de outra maneira, pode ter relação com o insuportável e o impossível de se expressar em palavras sobre um ato traumático (NUNES, 2017).

Ainda dentro da temática de violência sexual e violação, estão presentes os sentimentos de invasão e violação que os choques nas partes íntimas geraram nas depoentes e que algumas fizeram questão de ressaltar, como expõe Darci Toshiko Miyaki, militante da ALN, presa em 1972:

> Então de repente eles me tiram, me mandaram tirar a roupa toda, de repente eles te introduzem aquela mão imunda, sabe? E estava suja mesmo! Porque estava suja com o meu sangue...estava suja com minha urina, minhas fezes, com a sujeira deles. Então eles te enfiam aqueles dedos com...para te dar choque com aqueles fios, sabe? Então é uma violência assim...é muito grande, é terrível, sabe? Talvez eles usem isso, até como uma forma de...de nos...de desestruturar as mulheres! É até um fato interessante...bom, depois eu falo sobre isso, vai! (MIYAKI, 2014, p. 17).

A manipulação da região para a introdução dos choques é reconhecida por Darci como algo vil e de extrema invasão, descrições que associam esse tipo de violência sexual com a tortura. Darci, a partir de sua fala, descreveu qual é a sensação de um corpo feminino diante de outros que lhe são estranhos, e que além de atingirem esse corpo estranho, o seu Outro, podem suscitar sentimentos simultâneos de prazer e ódio (SUSEL,2009). Segundo Pedro e Wolff (2011, p.104):

> En la tortura, se puso de manifiesto, al extremo, la asimetría de poderes de varones y mujeres. Se planteó en crudo la relación entre poder, cuerpo, género femenino e ideología. Allí se “jugó” el abuso sexual, la violación a los cuerpos, se practicó la seducción como un programa de avasallamiento, la conquista de un trofeo.

Já Regina Elza Solitrenick apresenta a dicotomia do sim x não ao mencionar a violência sexual. Militante da ALN, foi presa saindo de um táxi por sujeitos vestidos de civis. Regina também era médica e se valia da profissão para conseguir abrigo para militantes na Clínica de Repouso Borda do Campo, uma clínica psiquiátrica. No momento de sua prisão, o taxista denunciou o evento como sequestro, o que ajudou a tornar a sua detenção legal, mas não a poupou das sevícias:

> [...] quando eles mandaram eu tirar a roupa eu falei ‘porra se eu não chorar eu vou me estrepar’, eu tenho que aguentar muito. Eu comecei a chorar e os caras meio que maneiraram, tiraram a blusa. Eu não fui estuprada. Eu levei choque em todo lugar

> onde você pode imaginar, mas eu não fui estuprada. Seria mentira se eu falasse, eu não fui. [...] Então eu falava baixo, não xingava. No dia seguinte vão me soltar. Pede para o escrivão o depoimento de protocolo e eu quase sai, quase. Eu dei uma de menina ingênua, que eu era apaixonada pelo Dirceu, ou pelo Travassos, uma baboseira dessa bem de bobinha, tá (SOLITRENICK, 2014, p. 9).

Um ponto que chama a atenção no relato, é a negativa sobre o estupro: "Eu não fui estuprada. Eu levei choque em todo lugar onde você pode imaginar, mas eu não fui estuprada. Seria mentira se eu falasse, eu não fui." Mais para frente, devido às perguntas mais objetivas feitas pela CNV, Regina confirmou a ocorrência de choques nos seios e na vagina, o que, juntamente com a nudez forçada, confere o carácter sexual à violência:

> A Sra. (Comissão Nacional da Verdade) - E na vagina, seio?
>
> A Sra. Regina Elza Solitrenick – Sim, mas eu não fui estuporada. A grande carga disso foi nas primeiras 48 horas, depois não sei se foi o tio da Ivete, o que foi, mas eu fiquei trancada na solitária e só me tiravam para depor e tinha dia que nem me tirava (SOLITRENICK, 2014, p. 11).

Em um primeiro momento para quem lê, a comparação com o estupro ao invés de reforçar o carácter invasivo dos choques, parece ser empregue como um desqualificador da violência sofrida, na medida em que o estupro é qualificado como a pior e mais grave violência sexual. Nunes, ao analisar trechos dos depoimentos chama atenção para a dicotomia presente nas respostas diretas, remetendo a afirmativas e negativas. Como já indicado, o ato de negar o estupro, que parece ser colocado como o mal maior ou a única opção de violência sexual, pode ser um indício do indizível que seria se reconhecer enquanto vítima de uma violência sexual (NUNES, 2017, p. 11).

Ainda nesse mesmo tema, algumas mulheres que levaram choques, como foram os casos de Ana Maria Ramos Estêvão e Maria Aparecida Costa, não só fizeram questão de enfatizar que não foram estupradas quando perguntadas sobre a ocorrência das violências sexuais, mas também não parecem associar os choques na região íntima como uma violação impactante. Ana Maria Ramos Estêvão, militante da ALN e presa 3 vezes, detalha as violências quando questionada:

> Raíssa Wihby Ventura (Comissão Nacional da Verdade) – Então, vai ser um pouco mais específico. Tem as perguntas e, em alguns casos, as indicações certas. A gente já está supondo que você sofreu violência sexual ou algum tipo de violência, nessa sua primeira prisão, nos quinze dias em que você foi torturada.
>
> Ana Maria Ramos Estêvão – O que vocês estão falando como violência social: estupro, esse tipo de coisa?

> Raíssa Wihby Ventura (Comissão Nacional da Verdade) – Não necessariamente: qualquer tipo de violência oral, vaginal, anal, introdução de objetos ou animais, manipulação e golpes nos seios, choques elétricos nas genitais, mutilação de órgãos sexuais, sexo oral, constrangimentos, maus-tratos verbais ou xingamentos com algum tipo de conotação sexual, desnudamento forçado, ameaça de violência, que é um tipo de violência psicológica muito forte, golpes ou outras práticas que afetam a capacidade reprodutiva, prostituição, escravidão, casamento e outras que você talvez especificar.
>
> Ana Maria Ramos Estêvão – Fiquei nua no pau de arara, levei choque na vagina. Recebi muita ameaça de que eles iam me estuprar com arma. Mas não chegaram cumprir, não. E quando me penduraram, me ameaçaram também de estupro, mas não chegaram a cumprir, não. Quando me penduraram, me ameaçaram também de estupramento, mas não se concretizou. E desnudamento forçado.
>
> Raíssa Wihby Ventura (Comissão Nacional da Verdade) – Choques?
>
> Ana Maria Ramos Estêvão – Choques (ESTÊVÃO, 2014, p. 44).

Esse trecho também foi analisado na pesquisa desenvolvida por Sílvia Nunes (2017), onde não apenas se repetem as negativas enfáticas sobre o estupro, como se coloca as outras violências, também sexuais vale ressaltar, como apenas físicas. Somente foi possível se referir às sevícias experienciadas, retirando delas o carácter agravante, ou seja, o carácter sexual. Como Nunes ressalta, quando a militante utiliza a expressão "violência social", pode ser um erro da transcrição ou desconhecimento quanto ao tipo de violência.

Uma menção sobre o uso de uma violência específica para as mulheres apareceu no depoimento de Ana Maria:

> Na primeira prisão. Depois ele foi lá embaixo, na minha cela, dizer prá gente que ele tinha batido na gente, porque a gente estava tendo ataque histérico. E ainda vinha se justificar: 'É, vocês não eram tão quentes assim na esquerda, mas a gente teve que ser mais violento, porque vocês estavam tendo ataque histérico, começavam a gritar'. Isso foi o que mais me ofendeu pessoalmente, porque, claro, tirar a roupa, ser obrigada a ficar nua, levar choque na vagina, tudo isso é muito humilhante, mas dizer que foi porque a gente ia ter uma crise histérica, que é uma coisa que é para te ofender como mulher (ESTÊVÃO, 2014, p. 45).

O sentimento que Ana Maria expressa é entendível, já que o agente praticamente afirmou que a humilhação delas, incluindo a nudez forçada e os choques na vagina sofridos por Ana Maria, foram aplicadas porque eram mulheres que tinham ataque histérico, implicando reconhecer que somente mulheres tem ataque histérico. Assim, se completa o ciclo da tortura no qual se culpam as vítimas pelas dores a elas impostas, e nesse caso o motivo teria raiz explicitamente no conceito de gênero.

Por outro lado, é possível perceber que apesar de não exprimir em palavras diretas, elas sentem o peso que tais violações tiveram. A narrativa de Maria Aparecida Costa, militante da

ALN, apresentou por exemplo elementos que a distanciam do local de sujeito que vivenciou as violências, como a fala na terceira pessoa e no masculino:

> pelo fato, inclusive, de ser mulher, a questão de ser mulher, aí vocês estão falando da questão de gêneros, o simples fato, eu acho que você, você está no meio de homens, só homens, não? Só homens que têm sobre você um olhar, como diria? É um olhar que te...o fato de você ser mulher também, você percebe que é um, talvez uma raiva muito maior, eu não sei se pela questão de achar que uma mulher estar fazendo isso, que uma moça está fazendo isso e é uma forma também, muito de querer te desqualificar de todas as maneiras. Então, inclusive, o mínimo que você ouve é que você é uma vaca, é a boas-vindas, é a maneira como você é chamada e isto foi num crescendo e eu acho que você se sente exposto, você é exposto, você, enfim, se encontra diante deles de uma dupla maneira, você está inteiramente nas mãos enquanto ser humano e na tua condição feminina, você está nu, você está à mercê disso tudo (COSTA, 2014, p. 7).

A descrição da perda total de controle, consegue expressar um pouco o sentimento de impotência diante da tortura e de dor, mas também ressalta novamente a especialidade de ser um corpo feminino em meio aos homens, e aqui não apenas remetendo ao abuso sexual de que fala Joffily, mas também a imposição de rótulos sobre esse corpo feminino que era considerado como transgressor. Conforme Colling (2004), esse corpo é classificado como o de uma puta comunista, que se atreveu a adentrar no espaço que não a pertencia. Um ponto interessante é que ao mesmo tempo que Maria Aparecida chama atenção para a "condição feminina" na tortura, ela a nega na sua forma de narrar, recorrendo ao pronome "você" na terceira pessoa do singular e ao masculino em "exposto".

Maria participou de treinamento armado e "caiu" em 1969 no Rio de Janeiro enquanto se planejava para deixar o país. Quando questionada sobre mais detalhes em relação a violência sexual responde:

> Raíssa Ventura (Comissão Nacional da Verdade) – Você disse, no começo, que a tortura, você viveu a tortura como um ser humano e como uma mulher, se você pudesse explicar o...se você pudesse explicar um pouco como você vivenciou isso dessas duas maneiras, é importante porque aí nós consideramos, por exemplo, como mulher e você foi vítima de violência sexual na medida em que você foi obrigada a desnudamento forçado, foi colocada numa situação de indisposição justificável e eu não sei se eles, se é o seu caso, de eles terem feito ameaças de cunho sexual, que era comum eles fazerem esse tipo de coisa.
>
> Maria Aparecida Costa – Sim, vamos dizer assim, houve ameaças, mas eu não sofri, diretamente, nenhum tipo de estupro ou algo assim, não, isso não aconteceu, eu acho que a questão que fica é isso, o simples fato de você, nós, eu acho que a gente tem que pensar, nós éramos todas jovens, completa, sei lá, um caso assim, pressupunha, talvez, uma coisa, apesar de você ser militante, de você saber dos métodos, etc. [...] (COSTA, 2014, p. 12).

Novamente, a única sevícia que parece ser definida como violência sexual foi o estupro, mas a depoente permite entrever que a definição vai além disso, quando indicou que todas eram jovens e, como ela ressaltou na fala anterior, foram obrigadas a ficar nuas e foram insultadas enquanto transgressoras e enquanto mulheres. Ainda, quando perguntada se sofreu choques nas genitais, ela responde que não sabe: "Não sei, se eu te falar que sim, que não, não vou estar te falando a verdade, eu não sei" (COSTA, 2014, p. 28).

Somando-se ao carácter inarrável dos acontecimentos, as reminiscências suprimidas também podem ser identificadas como uma forma de realojamento de memórias de modo a preservar a identidade (THOMSON, 1997). Maria demonstrou dificuldade em mencionar o assunto desde o início do seu depoimento, esta ficou visível pelo uso de "enfins", da terceira pessoa, cortes na fala e momentos em que afirmou ter se esquecido: "Porque eu não consigo sequer lembrar claramente o que aconteceu nesses primeiros dias, eu não sei e nem depois, parece que é algo que eu deletei, eu quis deletar e hoje eu quero recuperar [...]" (COSTA, 2014, p. 16).

A questão da violência sexual ainda pode ser mais bem compreendida quando se observa os números relativos a ela. Ao todo 3 depoentes afirmaram ter sofrido estupro, ou seja, violação por meio de órgão sexual, caso das depoentes Dulce Maia Souza (VPR), Eugênia Cristina Godoy de Jesus Zerbini (filha) e Karen Leslie Raborg Sage (não tinha vínculo). Dulce Maia foi militante do MNR e da VPR, em seu depoimento optou por não falar sobre o tema, escolha que foi respeitada. Eugênia Zerbini é filha de Terezinha Zerbini, e sofreu a violência quando foi visitar sua mãe na prisão. O caso de Karen Leslie é bastante específico, ela não tinha nenhum vínculo com a militância e foi presa em sua casa acusada de tráfico de drogas, mas para Karen a sua prisão possivelmente estaria relacionada com a atuação de seu pai, que trabalhava em empresa apoiadora do regime. Além da ocorrência de choques e violências físicas, a depoente relatou o estupro.

Desse número, podem ser contabilizados mais 4 casos de parentes que relataram sobre suas mães e irmã, caso da mãe de Roberta Romaniolo de Matos, a mãe de Anita Leocádia Chamorro e a irmã de Ana de Miranda Batista, assim como o relato do caso da Madre Maurina[25] no depoimento de Áurea Moretti Pires.

No que diz respeito às violações com objetos ou mãos, os números crescem um pouco, somando-se no total 6 depoentes: Ana de Miranda Batista, Ieda Akselrud Seixas, Jane de Alencar, Derly dos Santos Marluce, Maria Aparecida Serpião Teixeira e Eliete Lisboa Martella.

[25] Madre Maurina foi presa em Ribeirão Preto, sob suspeita de abrigar membros do grupo guerrilheiro. Áurea Moretti Pires não testemunhou o estupro, mas afirmou a constatou a frequência com que visitavam a cela da irmã.

Ainda existiram aquelas em que não foi possível definir como uma violação com partes do corpo ou objetos, como Maria Dalva Leite de Castro de Bonet, Noracy Ruiz de Souza, Rosemary Nogueira e Eliete Lisboa Martella. Como por exemplo, Eliete Lisboa Martella descreveu:

> Mas daí eu escutava gente gritando ali dentro, escutei e daí eu estava na parede e chegavam: 'Tira a roupa'. Eu fiquei nua, nua, na parede e daí todos... meu ódio! Aí mexiam na vagina, mexiam no ânus, mexiam em tudo. Falavam: 'Puta! Você é estudante de Direito da USP? Você é uma puta, você vai ver o que vai acontecer com você aqui! Sem vergonha!'. Isso, ali eu perdi a noção do tempo, ali eu perdi. Eu não sei se eu fiquei umas duas ou três horas, quatro horas, meia hora, eu não sei, foi longe esse negócio, foi longe esse negócio e ficou ali e um falava assim: 'Ela tem doença venérea. Não vamos comer ela porque ela tem doença venérea!', daí outro falava assim: 'Ah, mas é muito gostosa!' Guerra psicológica de deixar você... (MARTELLA, 2014, p. 14).

Quando questionada sobre a introdução de objetos ou mão, ela responde: "Não, passavam a mão, davam risada. 'Vira, vira agora o rabo pra cá!'. Passavam a mão" (MARTELLA, 2014, p. 15). Diante de tamanha violência e dores, optou-se, assim como em outros casos anteriores, a levantar a possibilidade de uma possível violação mesmo sem indicações definitivas.

Ainda sobre os depoimentos que atestam a violência sexual, não só foi possível notar a ocorrência da dicotomia apresentada por Sílvia Nunes (2017) com maior frequência nos casos em que a violação sexual se concretizou, como também o reconhecimento posterior do significado deste tipo de violência por algumas depoentes.

Derly Marluce dos Santos se utilizou da negação, qualificando o acontecimento como "nada de tão grave":

> E aí foi muito desagradável, porque aí eu fui no banheiro e eles entraram no banheiro, porque primeiro falaram que tinha que deixar a porta aberta. Mas aí entraram, passaram a mão...quer dizer, não aconteceu nada de tão grave, mas para mim era como se eu estivesse sendo... (SANTOS, 2014, p. 6).

A princípio Ieda Akselrud Seixas também fez uso da negativa, e no seu caso a comparação com outros tipos de violência também esteve presente:

> Cabe dizer que a gente não foi torturada fisicamente... Eu levei uns tapas, apanhei. Não é que isso é uma coisa também engraçada, eu sofri abuso sexual dentro do banheiro lá que todo mundo... Eu posso contar essa história que são depoimento e depoimentos (risos). Mas eu levei muito tempo pra me tocar que aquilo era um abuso sexual. Sabe por quê? Porque eu minimizava aquele episódio, porque afinal não era pau de arara, não era choque, não era cadeira do dragão. É muito louco isso (AKSELRUD, 2014, p. 9).

Maria Aparecida Serpião Teixeira seguiu as mudanças do Código Penal, afirmando se tratar de um estupro, mesmo que tenha negado primeiro:

> Eu só lembro o nome do Cardoso, e nem sei se é nome de guerra ou se é nome real. E são, eram, é uma verdadeira cena de um estupro não realizado. Porque na verdade não é que eles estupravam, eles punham um mexendo no seu seio, outro no seu ânus, outro em sua vagina, outro com isso, quer dizer, então era um estupro. Era um estupro, é um estupro (TEIXEIRA, 2014, p. 4)

Por fim, Ana de Miranda Batista, em primeiro momento também negou:

> Eu sei lá. Eu acho que eu disse que não, até porque há poucos anos atrás eu achava que não tinha sofrido. Porque eu achava que violência sexual era assim estupro direto, violência direta, o cara enfiando o pênis dentro de você. Se não for isso, então, eu não sofri. Tem tanta gente que sofreu, né? Tem companheiras que foram tão violentadas. Então, eu não sofri. Mas não é bem assim. Tinha um cara na OBAN, está aqui, capitão Homero Machado (BATISTA, 2014, p. 7).

Ainda no âmbito da violência sexual, a quantidade de mulheres que fizeram referência ao uso de choques elétricos nos órgãos genitais foram 23 depoentes.[26] Vale ressaltar que o número pode ser maior, já que algumas mulheres optaram por não entrar em detalhes sobre as torturas, como também em outros depoimentos era difícil de distinguir se houve ou não a ocorrência de choques nas genitais.

Também foram identificados casos de tentativas de estupro e abuso sexual, somando-se 6 nomes, sendo que os locais onde essas mulheres se encontravam eram variados.

Áurea Moretti Pires exercia militância em sua cidade natal, Ribeirão Preto, foi presa em 1967 devido à queda de alguns companheiros seus. Segundo o seu depoimento, o quartel da cidade nunca havia recebido uma mulher como presa, por isso foram realizadas muitas "brincadeiras" de cunho de gênero, "E aí este cara me agarrando e falando que era meu noivo e subindo, eu não tava subindo, eu tava sendo arrastada pela escada e aí aquele corredor grande, cheio de policial cantando a marcha nupcial" (PIRES, 2014, p. 10). Lá, ela foi obrigada a ficar nua e tomou choques nas orelhas, não se tem registros se eles também foram aplicados na vagina ou seios.

---

[26] As depoentes em que foi possível constatar a ocorrência dos choques nas genitais foram: Isabel Fávero; Ana Maria Ramos Estevão; Darci Toshiko; Antônia Ribeiro de Magalhães; Rita Maria de Miranda Sipahi; Leslie Denise; Derlei Catarina de Luca; Elzira Vilela; Dulce Maia Souza; Dagmar Pereira; Regina Elza Solitrenick; Jane de Alencar; Vânia Amorety; Maria Dalva Leite de Castro de Bonet; Flora Stroenzenberg; Valeska Peres Pinto; Robeni Baptista da Costa; Rosalina de Santa Cruz; Maria Bernarda da Silva Neves; Elza Ferreira Lobo; Maria Aparecida Serpião Teixeira; Márcia Basseto Paes; Zilda Xavier Pereira.

No seu relato foi possível observar duas tentativas de estupro. Ela relatou que era constantemente ameaçada “E eles queriam fazer a fila pra ter relação sexual comigo, tá, e deviam estar pensando também que podia ter mais estudante por lá, certo?” (PIRES, 2014, p. 11), e de fato quando houve uma tentativa:

> Mas quando nós voltamos da Operação Bandeirantes, voltando de São Paulo, o Vanderley, o Guilherme e eu, e aí já tava o Silvio Vicente, que tinha caído papel lá de São Paulo e pegaram o Silvio Vicente Alessi, e parou lá no quartel de Pirassununga e eu pedi pra ir no banheiro e fui. Eu ainda não tinha tirado a roupa, mas já ia começar, o soldado, soldado mesmo, chegou assim com uma arma, com a baioneta, abriu a porta e tentou avançar em mim. Eu desandei a gritar, gritei, gritei, vieram correndo, o cara saiu assustado, viu bem? (PIRES, 2014, p. 13).

A outra tentativa foi feita como denúncia em relação a outra mulher presa:

> Porque os sem vergonha, quando soltaram a Lázara, porque viu que não era nada, soltaram a Lázara, ele segurou ela de todo modo, pra ele levar ela em casa. E levou. E parou no meio do caminho, e agarrou ela pra ter relação. Mas como ele tava bastante drogado e bêbado, ela meteu o pé na porta e correu. O burro chega no quartel falando que ele tinha conseguido (PIRES, 2014, p. 12).

Tânia Marins Roque militante do PCdoB, presa em 1969, contou que em determinado momento foi chamada para ir jantar na sala do comandante do 1º Distrito Naval, e nesse momento ficou com medo de ser violentada, mas não deu mais detalhes do que transcorreu na sala. Dulce Querino de Carvalho, então militante do PORT, foi presa em uma panfletagem no ano de 1970, foi interrogada, mas não foi violentada fisicamente. Passou por algumas detenções até chegar no Presídio Tiradentes, onde um homem que fazia as fichas dos presos retirou Dulce da cela e a levou para uma sala:

> aí ele falou pra mim, você tem parentes aqui em São Paulo? Com aquela voz que você fala, ah... e o teatro, sempre o teatro a me ajudar, ainda não tinha muita experiência, [...] eu falei, sim senhor, eu tenho, eu tenho tias aqui, eu tenho tia aqui em São Paulo, aí ele olhou bem pra mim e disse assim, se você me mostrar o seu peitinho eu mando avisar a sua tia.
> [...]
> Aí ele falou isso pra mim, eu, primeiro eu não consigo contar nunca, porque é uma sensação tão terrível, porque você tá presa, você não tem defesa nenhuma, [...] Eu não vou mesmo, eu falei pra ele, olhei bem pra ele e falei, se o senhor não me levar agora pra minha cela, eu vou começar a gritar, porque o senhor não é o responsável pela minha prisão, eu sei que não é, o senhor é o homem que faz a ficha dos dedos, eu sei muito bem, o senhor não é o cara que tá fazendo o interrogatório de nós, você não é o delegado, pode me levar de volta que eu vou começar a berrar, ele olhou pra mim e disse, ah, tudo bem sua idiota, você é uma idiota mesmo, eu só queria olhar, os outros você vai ver só e me levou pra cela, quando eu voltei pra cela eu estava, acho que lívida, as meninas, o que que foi? Aí eu contei, né? [...] Mas o medo que eu passei, então, quando eu entrei de volta eu não sabia nem direito contar, porque eu tinha passado por, para mim, por um perigo muito grande e eu tinha sido quase estuprada e

> eu tinha muito, muito, muito, muito, muito medo disso, porque eu não, eu tinha dentro de mim essa decisão [...] (CARAVLHO, 2014, p. 22-24).

Foi possível perceber o quanto a situação da prisão a tornava impotente diante da situação de possibilidade de estupro. Ana de Miranda Batista, já citada, estava na sala de tortura e foi acossada até a parede. Em geral, elas conseguiram evitar essas situações reagindo e gritando. Um caso bastante específico foi o de Rosalice Magaldi Fernandes, que fez o agente recuar reagindo na tentativa de deixá-lo frustrado, quase como se o desafiasse:

> ele foi para cima de mim e fez assim, não é isso? Eu estava dentro de uma cela que só tinha uma cama. [...] 'Filha da puta, não sei o que, vagabunda, vadia, não sei o que.' E veio para cima de mim, no que ele veio para cima de mim e ele veio puxando a roupa, como era um negócio de veludo cotelê, fazia assim o negócio abria, eu acabei de abrir a roupa, tive um ataque de loucura, tirei a roupa toda, abri as pernas e falei: 'Agora eu quero ver você ficar de pau duro, seu babaca, filho da puta, o que tem a ver uma coisa com a outra, o que tem eu estar aqui e você ser um Delegado e querer me estuprar? Não é isso? Querer o que? Que eu fique pelada, então, vai, me estupra se você, bota essa merda dura aí que eu quero ver.' O cara não ficou de pau duro coisa nenhuma, me xingou de tudo quanto é palavrão, saiu possesso e foi embora (MAGALDI, 2014, p. 30).

Mas do que frustrar, Rosalice conseguiu inverter a ordem das coisas, se os agentes tentavam violentar as mulheres como forma de humilhá-las, e se baseavam no estereótipo de gênero no qual os homens seriam os responsáveis por assegurar o prazer durante o sexo, nessa situação, a depoente inverte a ordem de poder e afirma que ele será o gozador do prazer sexual, enquanto a mulher seria responsável por concedê-lo.

Em adição aos números referentes à violência sexual, devem ser contabilizados os dados a respeito de mulheres grávidas torturadas e as mulheres que tiveram abortos em decorrência da violência do Estado. Ao todo 6 mulheres afirmaram ter sofrido aborto em decorrência da violência estatal.

Izabel Fávero, militante da VAR foi presa no noroeste do Paraná em uma operação quase de guerra, contando com 700 homens para prender ela, seu marido e mais 6 militantes. Estando grávida de 2 meses, foi submetida a choques elétricos nas genitais, pontas dos dedos e atrás das orelhas, que iniciaram o processo de aborto, causando hemorragias. Helena Pignatari Werner, então professora envolvida com a pedagogia de Paulo Freire, foi presa grávida em 1964, em estágio mais avançado da gravidez. Não sofreu torturas físicas, mas devido a tensão de não entregar nenhum nome de aluno/a perdeu seu bebê. Valeska Peres Pinto foi presa duas vezes, a primeira em 1971 e a segunda em 1972, quando ocorreram as torturas mais intensas,

com choques nos dedos, boca, vagina, seios e agressões físicas. Foi durante a segunda prisão que Valeska relatou sobre a perda da criança:

> Então, certas decisões que eu tive na vida, de não ter filho, eu também tomei ali, porque uma das coisas mais difíceis que eu achava, assim, que poderia acontecer, que eu não sei se eu resistiria, era ver meus pais torturados ou meu filho torturado, e teve gente que teve filhos torturados, e isso deve ser uma coisa horrível. Então, foi uma decisão. Eu estava grávida quando eu fui presa, mas eu perdi o filho ali e nunca mais tive filho (PINTO, 2014, p. 21).

Essa foi a única descrição do episódio. Rose Lacreta também perdeu seu bebê durante a prisão, em 1971. Conforme já foi colocado em tópico anterior, ela era uma simpatizante, e não deu descrições dos tipos de violências.

Rosa Maria Barros dos Santos era estudante de medicina e fez parte do movimento estudantil, participando de passeatas e atos contra a ditadura militar. Ela se casou com companheiro que era militante e entrou para a clandestinidade junto com ele, até que foram descobertos e presos no ano de 1971. Foi detida não sabendo que estava grávida, apesar do alerta do marido sobre essa possibilidade, Rosa permaneceu em uma cela com outra companheira que era rodeada de apenas por homens e em péssimas condições. Reivindicando melhores condições carcerárias, as duas entraram em greve de fome, e conseguiram transferência depois de sua companheira passar mal. Na sequência, Rosa sentiu fortes dores abdominais e deu sinais de hemorragia, para adiantar o processo deram remédio contraindicado para os casos de aborto que, caso não fosse realizado por completo, poderia levá-la à morte.

A última mulher registrada que sofreu aborto em decorrência da repressão foi Eva Teresa Skazufka. Seu depoimento já foi apresentado anteriormente, militante da VPR, sofreu processo de aborto quando caiu de barriga enquanto fugia da cavalaria que estava reprimindo uma manifestação.

O caso de Rosalina de Santa Cruz Leite é especial. Militante da AP e da VAR, foi presa duas vezes, sendo que na primeira prisão, em 1971, ela não sabia se estava grávida ou não. Quando agentes perguntaram, Rosalina indicou que existia essa possibilidade, talvez imaginando que ela tivesse inventado essa gravidez, eles penduraram Rosalina e espancaram sua barriga, o que resultou em hemorragias. No seu depoimento, Rosalina afirma até hoje não saber se sofreu um aborto.

Além delas, outros números podem ser apresentados quanto àquelas mulheres que foram torturadas grávidas e/ou tiveram seus/as filhos/as enquanto estavam presas: Denise Peres Crespim foi torturada grávida, assim como, Criméia Schimidt e Eva Teresa Skazufka. No caso

de Criméia Schmidt, ela teve seu filho ainda presa e a criança permaneceu com ela na prisão por 50 dias:

> Bem, o meu filho ficou comigo assim, desses 50 dias, ele uma hora ia para amamentar, outra hora ele não ia, eles usavam meu filho para me torturar. E às vezes eles faziam ele ficar dois, três dias sem vim para mamar, e ele prometia ele para o juizado de menores porque eu não colaborava, voltava vomitando, voltava, enfim, quando meu filho com um mês, meu filho estava pesando 2,7 quilos, e tinha crescido, era bem desnutrido. E chorava, chorava de fome no começo, chorava porque ficava sem amamentar (SCHIMIDT, 2014, p. 20).

No caso de Jesse Jane e Maria Cristina de Oliveira Ferreira, elas ficaram grávidas durante o tempo em que estavam detidas. Outra ocorrência, foi a tortura de Rosemary Nogueira recém parida, inclusive com torturas sexuais:

> O Tralli, ele que...então ele me descobriu lá e virou tarado. Por duas vezes me virou assim, que você fica de bunda para cima e ficava mexendo assim com a mão. Teve uma vez...eu não sei, vocês sabem, vocês têm filhos, com 40 dias de parto a gente sangra muito...se chamava ‘dieta’. E aí eu estava sangrando muito...ah, e eu não tomava banho, eles não me deixavam tomar banho. E tinha o leite e cheirava azedo, e eu estava sangrando. Aí eu apanhei porque estava sangrando e ele ficou com nojo, essas coisas (NOGUEIEA, 2014, p. 6).

Ainda para essa contabilidade é importante somar 2 casos de insinuações sexuais. O primeiro deles foi descrito pela depoente Rosa Maria Barros dos Santos durante a sua prisão no Recife, no mesmo local onde sofreu o aborto em decorrência da tensão e péssimas condições a que foi submetida:

> Mas a nossa celinha era uma celinha que era de grades assim, também a gente não tinha privacidade nenhuma, e tinha um banheirinho no fundo, então o que a gente podia fazer era naquele banheiro, então dava para tomar banho, tinha como tomar banho, e a gente trocava de roupa tudo ali, naquele banheirinho, porque não tinha privacidade nenhuma. À noite os guardas ficavam se masturbando ali na nossa frente nas grades, era uma coisa, eu me sentia uma pessoa presa numa gaiola como se tivesse num zoológico, era exatamente assim que eu me sentia. A gente ficava mal, dizendo obscenidades, eles faziam como eles bem queriam lá, e a gente não tinha para quem se queixar, não tinha direito a banho de sol, a gente não tomava banho de sol (SANTOS, 2014, p. 19).

Outro exemplo aconteceu com Rosalina de Santa Cruz Leite, em meio a transferência de prisões:

> Aí um dia eu vi, bateu à noite na porta. E uma voz de homem disse assim: ‘tira a calcinha, põe o dedo, eu estou de pau duro’, alguma coisa assim, e foi falando e foi

> falando, eu comecei a gritar, a gritar, e o Geraldo estava em outro lugar, não sei como é que ele... Se ele se lembra. Em outro lugar, achando que eu estava sendo torturada, porque eu gritava sem parar. O homem foi embora e eu não parava de gritar e eu não parava de gritar, isso é uma coisa de histeria, eu sei que eu não conseguia parar (LEITE, 2014, p. 38).

Também a nudez forçada era uma prática extremamente disseminada que tinha como intuito quebrar a identidade da vítima e humilhá-la. Quase 40 depoentes relataram terem sido obrigadas a ficarem nuas.[27] A respeito das mulheres, inúmeros foram os comentários a respeito de seus corpos, desde gostosas, putas e Miss Brasil, caso específico de Rosemary Nogueira. Rosalina de Santa Cruz Leite denunciou de forma direta:

> Com o corpo, com respeito. Aí você chega lá e o cara te bate a mão na cara, te enfia um choque na vagina, te põe nua para desfilar em um corredor polonês cheio de homem gritando com você: 'olha o peito dela, olha a cara, olha a bunda! Que bunda é essa, é tábua'! Você não sabe o que fazer, se (ininteligível 1:34:16) aqui, se... Onde é que você fez, se você... Então eu acho que essa tortura também tem uma coisa de classe social muito grande, muito forte para determinadas... (LEITE, 2014, p. 35).

Mas, um dos relatos que mais chamou a minha atenção foi citado no depoimento de Robêni Baptista da Costa sobre uma mulher que tinha seios volumosos, que eu optei pela ocultação do nome:

> ela primeiro, puxaram a roupa dela: 'Tira a roupa!' Aí ela...aquela coisa, e começou a chorar, chorar, e resistir, aí o cara foi lá. Esse JC de novo apareceu, estava no plantão dele. Tirou a roupa, rasgou a roupa dela, tirou, e começou a dar risada do seio dela, sabe? E chamou o pessoal da guarda para vir ver a moça. Nossa, nossa! Ela começou a gritar, gritar, e eu ali no cantinho, porque a próxima era eu. Mas não me fizeram tirar a roupa, era para nos quebrar, não é? Não a mim propriamente, porque eu já estava fria, mas a ela, que estava chegando (COSTA, 2014, p. 9).

Outra violência muito recorrente acontecia com mães militantes políticas, por meio de ameaças aos/as seus/as filhos/as. Algumas foram presas com seus/as filhos/as, outras somente tomavam conhecimento da situação delas/as algum tempo depois do momento da prisão. No total 18[28] militantes afirmaram ser separadas dos/as filhos/as em razão da prisão ou foram presas

---

[27] Izabel Fávero; Ana Maria Ramos Estêvão; Darci Toshiko Miyaki; Rita Maria de Miranda Sipahi; Maria Aparecida Costa; Guiomar Silva Lopes; Marlene de Souza Soccas; Rosemary Nogueira; Jesse Jane; Iara Spadini Vicini; Antônia Ribeiro de Magalhães; Karen Leslie Raborg Sage; Helenita Mattos Sipahi; Leslie Denise Berloque; Cristina Marais de Almeida; Derlei Catarina de Luca; Elzira Vilela; Dulce Maia Souza; Áurea Moretti Pires; Dagmar Pereira da Silva; Jane de Alencar; Lótus Dutra de Oliveira; Sônia Maria de Arruda Beltrão; Rosalice Magaldi; Derly Marluce dos Santos; Ana de Miranda Batista; Maria Dalva Leite de Castro de Bonet; Eliete Lisboa Martella; Rose Lacreta; Valeska Peres Pinto; Rosalina de Santa Cruz Leite; Maria Bernarda da Silva Neves; Maria Aparecida Serpião Teixeira; Zenaide Machado de Oliveira; Zilda Xavier Pereira; Márcia Bassetto Paes; Jurema Augusta Ribeiro Valença.

[28] As depoentes foram: Rita Maria de Miranda Sipahi; Eliane Zamikhowsky; Rosemary Nogueira; Elzira Vilela; Rosalice Magaldi; Adrianna Bezerra Cardoso; Ilma Maria Horsth Noronha; Maria Cristina de Oliveira Ferreira;

com as crianças. Exemplo do último aconteceu com a depoente Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes.

Militante da AP, inclusive tendo participado de sua fundação, Maria Auxiliadora se casou com Aldo Arantes, então presidente da UNE. Em 1964, foram compelidos ao exílio, onde tiveram dois filhos, retornaram ao Brasil em 1967 e, sob a orientação da organização, se deslocaram para o campo, destino descoberto pela repressão. Como viviam em dois casais, Maria foi presa junto com outra mãe militante e os/as filhos/as de ambas também foram levados/as. Elas ficaram 4 meses e meio detidas com as crianças, deslocando-se entre as dependências estatais até o julgamento na Auditoria. Um detalhe importante, não existiam registros das prisões de seus/as filhos/as, assim, caso eles/as desaparecessem não haveria como provar sua detenção nas dependências do Estado. Esse fato se torna ainda mais importante, devido a uma "proposta" feita por um oficial do dia para Maria Auxiliadora, na escola da marinha de Maceió:

> 'Então, é o seguinte, que futuro a senhora pode dar para o seu filho? E, eu falei com a minha esposa, nós não temos filhos. Então, eu disse a ela que a senhora tem um menino aqui, a gente poderia criá-lo. Eu queria saber se a senhora não me dá o seu filho.' Bem, essa pergunta, ela caiu, assim, como uma bomba, na minha... Como se fosse, assim, um bólido. Eu não consegui, acho que consegui responder nada. Mas, eu tive uma sensação, assim, de que um buraco se instalou na... Aí, eu tomei a consciência de onde eu estava (ARANTES, 2014, p. 29).

O medo de perder o filho ou a filha, quer seja para um juizado de menor ou mesmo de sumirem com a criança, era muito intenso para essas mães. Muitas indicaram que a maior tortura que sofreram, mais do que a violência física, era se encontrarem separadas dos/as filhos/as e não terem notícias sobre eles/as. Um caso que também será mais aprofundado posteriormente, foi da depoente Ilma Maria Horsth Noronha.

Militante da ALN, Ilma foi presa em 1972. No momento da prisão, sua filha ainda estava no seu colo quando ela sofreu as primeiras violências. Posteriormente Tania Horsth Noronha, filha da depoente, foi retirada da mãe e entregue para a sogra, mas a notícia demorou a chegar para Ilma, que ficou sem informações sobre a filha:

> E eu me lembro assim, a única coisa, eu não tinha mais assim, eu cheguei lá, e nenhuma noção da realidade, a única coisa que eu tinha na cabeça né, era a preocupação com a minha filha, então tudo que eles me perguntavam, eu só era capaz de dizer assim: 'Olha, levaram a minha filha', então eu fiquei com aquela preocupação

---

Neusa Ferreira de Souza; Lúcia Maria Sálvia Coelho; Rianete Lopes Botelho; Esmênia Machado Lino; Eva Tereza Skazufka; Damaris Lucena; Criméia Schmidt; Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes; Pedrina José de Carvalho; Eliana Bellini Rolemberg.

> de registrar que quando eu fui presa eu tava com a minha filha (NORONHA, 2014, p.6).

O impacto das torturas e da separação, somados ao silêncio posterior de Ilma, foi tão grande que a depoente ficou com um grave esquecimento e com crises de depressão, tanto que durante a tomada de seu testemunho a sua filha, seu marido e a depoente Darci Toshiko Miyaki estavam presentes para ajudar com informações. Uma das poucas dores que Ilma lembrou no seu depoimento foi angústia de se separar da filha, não se recordando dos outros tipos de violência sofrida, que tiveram que ser complementados pelos/as presentes.

Por fim, para fechar este tópico sobre tortura e violência sexual, será apresentado um último exemplo de depoimento que me chamou muita atenção durante a leitura e que não poderia deixar de ser mencionado, correspondendo à história de Sônia Maria de Arruda Beltrão. À época, Sônia era estudante universitária e se considerava do apoio do PCBR. Ela foi presa na entrada da universidade em 3 de abril de 1972, sendo encaminhada posteriormente para o DOI-CODI, em Recife. Segundo Sônia (2014, p. 15), "As minhas únicas torturas eram coisas de interrogatório e de interrogatório mesmo foi esse lance do choque elétrico". Investigando com mais atenção é possível perceber o quanto as suas dores foram mais profundas.

Sobre o impacto dos choques no seu corpo e mente, Sônia expressou:

> Então é um negócio assim... e aí ao mesmo tempo eu sentia... a minha sensibilidade ficou muito grande, uma coisa assim, eu levei choque na...eles amarram um fio aqui, enrola o teu braço e enrola tuas pernas e tal e aí eu fiquei sentindo choque pelo corpo todo. Então eu encostava na parede e sentia choque, sentada, eu achava que era a parede que estava dando choque (BELTRÃO, 2014, p. 11).

Pelo trecho não é possível afirmar o local do choque, com a fala: "eles amarram um fio aqui", provavelmente Sônia apontou com as mãos o local, mas não há como saber exatamente. Por outro lado, Sônia afirmou que levou choques na orelha, aplicados pelo cabo Anselmo,[29] choques que também inflamaram a sua garganta, impedindo-a de comer. Como consequência dos choques a depoente não só perdeu vários quilos, como o impacto deles foram traumáticos para Sônia.

---

[29] "José Anselmo dos Santos, o cabo Anselmo, líder da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil nos protestos que antecederam o golpe de 1964, ficou conhecido na memória política pela delação de vários colegas, militantes de grupos de oposição à ditadura. Anselmo tornou-se um dos mais conhecidos "cachorros", nome dado aos infiltrados, por comandos militares e policiais, em organizações de esquerda. [...] Entre as delações de Anselmo está a do grupo da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), que foi preso e executado em janeiro de 1973, na Granja São Bento, em um sítio na grande Recife. Os seis mortos receberam vários tiros e ficaram com os corpos desfigurados. Uma das vítimas era sua companheira, que estava grávida de um filho dele, a paraguaia Soledad Barrett Viedma" (BRASIL, 2014ª, p. 633- 634).

Em determinado momento, ela pediu para ir ao banheiro e a levaram para outro lugar onde foi torturada, a partir disso passou a relacionar uma coisa com a outra e a não ir mais ao banheiro, fazendo suas necessidades na cela. Até mesmo, a depoente levanta a possibilidade de que lavar a sua cela foi utilizada como forma de punição para outro militante preso:

> Eu pedi para ir ao banheiro e eles levaram para a tortura, eu estava em uma cela sozinha, em um lugar sozinho, aí levaram para outro lugar para dar choque, não sei o quê. Então imediatamente você relaciona a ida ao banheiro com o choque, com a tortura, e aí eu não pedi mais, e o que que aconteceu? Eu fiquei urinando na cela que eu estava, entende?
> [...]
> depois teve um lance, que eu acho que...com esse lance de eu ficar urinando o tempo todo, não é? Eu não sentia mais cheiro, eu não sentia nada, eu não sentia nenhum odor, eu acho que eu estava ficando anestesiada mesmo. E aí eles pegaram, cara, eu não sei se eles tinham que ir lá e ficavam se sentindo mal e não tomavam outra providencia, eu estava com a roupa do corpo, depois...só uma roupa; eles foram na minha casa, mas não trouxeram nenhuma roupa, não é? Aí teve esse fato, eles pegaram um cara que eu conhecia de nome da Engenharia, que eu ficando mesmo na cela ele mandou o cara lavar a cela no lugar onde eu estava, como uma forma de castigo a ele, sabe? (BELTRÃO, 2014, p. 11-12).

Para além de não observar as consequências que vieram com os choques, Sônia não levou em conta, na sua fala anterior, o impacto da nudez que ela mesma tinha relatado um pouco antes:

> Outra coisa, com relação a que vocês falaram em relação à mulher, a primeira coisa que eles fazem é mandar você tirar a roupa toda, então...sabe? Eu era aquela menina tímida, mais em determinados aspectos, e nesse aspecto do corpo eu era muito reservada, então para mim foi um desastre, foi uma coisa que me desmontou totalmente, não é? (BELTRÃO, 2014, p. 12).

O efeito desestruturante foi sentido, mas não foi apropriado na fala de Sônia, algo que, como apresentado, foi comum entre os depoimentos.

Diante dos relatos selecionados, talvez exista mais um paradoxo nas narrativas de mulheres que viveram momentos traumáticos além de outros já colocados,[30] que corresponderia a existência da dor e da permanência dela, mas, principalmente quando se verifica a violência sexual, ocorre o predomínio do inarrável. Expandindo ainda mais essa contradição, é possível perceber que a violência sexual, quer seja violação, insinuação ou abuso sexual, tende a ser uma dor sentida e expressada, mas não reconhecida por algumas dessas mulheres. Uma dor que fica limitada ao campo privado, para o qual, como se verá no próximo capítulo, ela permaneceu

[30] Segundo Jelin (2001), o primeiro paradoxo corresponderia a narrar em um espaço público para conseguir reconstituir sua identidade privada. O segundo paradoxo remeteria em especial o testemunho das mulheres que para falar de si mesmas, primeiro falam dos outros.

relegada por muito tempo, o que não deixa de lembrar a continuidade desse tipo de violência em larga escala disseminada na sociedade brasileira.

6 A LEI DO SILÊNCIO NAS VIDAS E HISTÓRIAS DAS DEPOENTES DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

Como já foi apresentado em capítulos anteriores, após a ditadura militar não se verificou um processo de elaboração coletiva do passado, pelo contrário, predominou-se um silenciamento sobre os acontecimentos que só foram abordados de forma coletiva a partir da segunda década do século XXI com a Comissão Nacional da Verdade, sendo esta um mecanismo da Justiça de Transição tardia brasileira.

O silêncio, como indicou Michel Pollack (1989), pode ser um sintoma de resistência de grupos que detém uma memória subterrânea em relação a uma memória oficial e imperante. Ter uma memória subterrânea nem sempre significa ser vítima de violações do Estado, mas possuir uma memória construída que se confronta diretamente com aquela que se estabelece, no momento, como a memória oficial. Nesse sentido, o silêncio de vítimas pode ser considerado como resistência e se enquadrar como uma memória subterrânea, sem espaço para aparecer até que uma oportunidade de abertura desponte, enquanto isso essas memórias seriam transmitidas dentro do grupo em que pertenceriam, portanto, inseridas dentro do âmbito privado.

No Brasil, nem mesmo se verificou a construção de uma memória oficial sobre o período, predominando a desmemória que, conforme Padrós (2017), remete a um silenciamento sobre algo que nem mesmo tem sua existência registrada na História. As memórias sem espaço no âmbito estatal se restringiram ao meio privado e/ou militante, a restrição no espaço coletivo afeta a rememoração no espaço individual, processo sinalizado por Thomson (1997), como já apresentado.

Em se tratando de memórias de mulheres na luta de resistência à ditadura militar, as autoras Marta Rovai (2013) e Elizabeth Ferreira (1996) já apontavam para a inexistência de uma memória coletiva desenvolvida por elas. Segundo Ferreira, devido as circunstâncias que cercavam o passado dessas mulheres, enquanto ex-presas políticas e torturadas que até então não encontravam respaldo público para suas memórias, prevaleceu uma ausência da construção de uma memória coletiva por parte dessas mulheres. Já a autora Marta Rovai, estudando a memória masculina e feminina que envolvia a greve de Osasco, identificou não apenas a ausência da memória coletiva feminina, mas também que ela se encontrava silenciada ou "subterrânea" à memória masculina.

Conforme Ferreira (1996), as transformações públicas estão permitindo que memórias de militantes tenham a possibilidade de se inserir em um espaço social mais amplo. Como Ferreira estava escrevendo em 1996, portanto antes da instalação da CNV, nenhuma iniciativa

estatal de tomada de testemunho e ampla divulgação pública fora realizada. Assim sendo, a Comissão Nacional da Verdade pode ter proporcionado um espaço público de fala às mulheres, ainda assim não parece que elas edificaram uma memória coletiva sobre o tema, pelo contrário, foi possível notar a falta de conversas e trocas de lembranças, mesmo entre quem vivenciou as experiências.

Ao longo da leitura dos depoimentos de mulheres coletados pela CNV, foi possível perceber a ausência de transmissão das memórias entre os/as sobreviventes, mesmo no espaço privado. Entre mães que suportaram as sevícias e seus/as filhos/as o silêncio se sobressaiu, às vezes entre as sobreviventes e seu pai e sua mãe, mesmo entre aquelas que viveram situações semelhantes os depoimentos evidenciaram o silenciamento das experiências de dor e sofrimento.

A depoente Maria Aparecida Costa indicou que a decisão de testemunhar na CNV foi um ato de coragem e de esforço:

> Não, eu vou lá, porque eu posso acrescentar para a Comissão da Verdade. Porque eu não consigo sequer lembrar claramente o que aconteceu nesses primeiros dias, eu não sei e nem depois, parece que é algo que eu deletei, eu quis deletar e hoje eu quero recuperar, em algum momento você dizia assim: “Não.” Então, é hora de você, isso foi muito tempo que deveria, claro, é um processo que, de muito tempo, venho tentando encarar isso de frente... (COSTA, 2014, p. 16).

Ainda no seu depoimento, Maria relatou que nunca conversou com suas filhas sobre o assunto, mas sabe que elas têm curiosidade de conhecer sua história. Maria (2014, p. 21) expõe: “eu tenho uma certa dificuldade de conversar com elas, principalmente, sei lá, talvez questão de tortura, tal, (...)”. Se para ela tais momentos vivenciados são como uma ausência, segundo Elizabeth Jelin (2001), trazendo a sensação de que algo que deveria estar, não está mais, como seria possível transmitir uma lembrança que não existe para suas filhas? Talvez seja por isso que Maria expressa a dificuldade em conversar sobre o tema com seus familiares.

Seguindo uma análise psicanalítica, mesmo sem falar, o pai e a mãe transmitem para os/as filhos/as a ausência presente neles/as:

> Nessas condições, quando as palavras ditas pelos pais comportam um segredo inconfessável de modo a transmitir aos filhos uma lacuna, preexistente em suas próprias dinâmicas psíquicas, produzida por um tormento por uma experiência vergonhosa de natureza indizível e frente à qual foi impossível qualquer possibilidade de simbolização, resulta a constituição de uma cripta que é transmitida à criança por identificação (ARANTES; FERRAZ, 2016, p. 84).

Elzira Vilela também percebeu o silêncio que estava presente entre ela e seu marido. Seu caso também já foi apresentado, estudante de medicina e militante da AP, foi presa em 1973, sendo separada de sua filha, o que para ela representou a sua maior tortura:

> Aí me tiraram de lá já aos pontapés e aí foi tortura o dia inteiro, mas assim, muita, muita, bateram muito, era aquela coisa, de bater, de coisa e de choque. E eu só pensava na Carminha, eu estava absolutamente desesperada, eu não tinha...olha, para falar a verdade, eu não sentia nem muita dor, nem muita coisa, porque o meu foco inteiro era assim, a loucura.... Acabou, como é que pode? Ela está na mão deles.. (COSTA, 2014, p. 22).

Elzira tem a suspeita, a partir de indicações de sua irmã, de que uma investigadora levava sua filha Carminha para fazer ronda. Além disso, Carminha também desenvolveu aversão ao barulho de descarga e muito medo de água na infância, o que fez Elzira suspeitar de possíveis violências envolvendo água realizadas contra a filha.

Tanto Elzira como o companheiro foram presos e torturados, mas a saída da prisão também apresentou dificuldades "porque você sair da Operação Bandeirante direto para a rua é uma coisa horrível, porque você não conversa com ninguém, você não tem mais companheiro nenhum para conversar" (VIVELA, 2014, p. 35). Diante disso, ela e ele voltaram a trabalhar e estudar e não tocaram mais no assunto. Embora o silenciamento tenha prevalecido, Elzira chama atenção para a importância dos relatos coletados pela CNV:

> A história nossa é todinha deturpada, até hoje, a história da escravatura não tem nada, a maravilha que foi a luta dos negros, então tem muita coisa para ser refeita. E eu acho maravilhoso que gente jovem igual vocês se engajem nessas lutas aí para poder continuar. E esse depoimento para mim não é uma coisa...minha filha ainda falou: "Mãe, vai te fazer mal." Eu falei: "Não." Hoje em dia eu fico contente de poder transmitir um pouco, exatamente dentro daquele espírito que você falou, um pouco da história que eu vivi e eu acho que é muito importante. Eu acho que todo mundo, todos testemunhos vivos devem ser feitos (VILELA, 2014, p. 32).

É possível perceber que Elzira fez um esforço para testemunhar, enquanto o reconhece como medida necessária para falar. A importância que a depoente concede para a transmissão de sua história pode fazer referência ao uso da memória de forma exemplar da qual escreveu Tzvetan Todorov (2000). Enquanto uma memória exemplar, sua história pode servir como exemplo, e parece que essa é a intenção de Elzira, para que as violências por ela vivenciadas nunca mais venham a acontecer.

Darci Toshiko Myaki, depoente já citada, ressalta o impacto das violências de forma psicológica:

> É um tipo de tortura que eles te fazem e que você carrega para o resto da tua vida. Fisicamente, por exemplo, eu sou estéril. Tenho onze hérnias de disco. Tenho o bendito do meu joelho aí que não funciona, pelo menos não está doendo. Dói de vez em quando. Mas a parte psicológica, o mal que eles te fazem...até coisa de três anos, ninguém do meu relacionamento sabia que eu tinha sido torturada (MYAKI, 2013, p. 44-45).

O silêncio também incluía familiares. No trecho, Darci ressaltou a dificuldade quanto a conversar com o pai. Segundo seu depoimento, seu pai era uma pessoa bastante rígida e com ideias diferentes das dela, quando Darci foi presa, ela relatou: "Depois da segunda visita, terceira, não sei...eu falei: 'Pai, é muito difícil para o senhor vir aqui?'. 'É!'. Eu falei: 'Tudo bem, pai, não precisa vir! Eu escolhi. O senhor não!'. O meu pai não foi mais" (MYAKI, 2013, p. 45). Conforme a depoente, seu pai não sabia que ela foi torturada enquanto esteve presa, Darci parece interpretar que por ter escolhido por conta própria entrar na militância, deveria arcar com as consequências de sua escolha. Tomando a responsabilidade para si, evitou contar ao pai sobre as violências que sofreu.

Analisando entrevistas de militantes de diferentes países do Cone Sul, Joana Pedro e Cristina Scheibe Wolff (2011) perceberam que a superexposição que poderia advir do testemunho público causou incômodo às vezes não para as militantes, mas para as suas famílias, que requisitavam silêncio sobre o tema. Em um caso que as autoras citam, uma depoente solicitou, em momento posterior, apenas a divulgação de partes da entrevista que contivesse somente relatos sobre a sua participação, excluindo qualquer envolvimento de familiares. Conforme as autoras:

> Para algumas famílias o envolvimento de seus jovens em organizações de esquerda representou uma grande vergonha. Ter a casa invadida por policiais, ser constantemente ameaçada, ter suas vidas vigiadas, ver os vizinhos comentando sobre seus filhos ou parentes, não deve ter sido muito simples. [...] Algumas de nossas entrevistadas contam como seus pais – especialmente o pai – demoraram a "perdoar" pelos problemas que lhes causaram. São familiares como estes que, nos dias atuais, certamente, mais se opõem às narrativas sobre o passado que tanto lhes causou dor (PEDRO; WOLFF, 2011, p. 402).

Talvez Darci ficou receosa de contar para seu pai sobre a tortura, com medo de causar dados a sua família, levando em conta que a sociedade poderia ser preconceituosa com familiares de presos/as políticos/as.

Maria Aparecida Serpião Teixeira, também já citada, relatou um sentimento parecido sobre nunca ter falado até então:

> Eu acho que foi uma opção minha. Acho que foi. Ele [seu companheiro] respeitou, porque era uma coisa assim, realmente eu não gostaria que a minha mãe, meu pai soubesse tudo isso, sabe, a dúvida não faz mal, mas a certeza não iria fazer bem para eles e nem para os meus filhos (TEIXEIRA, 2014, p. 12).

Ao expor sobre o silêncio talvez Maria, assim como Darci, estava colocando toda a responsabilidade sobre seus ombros, como se esse movimento pudesse proteger seus pais e seus filhos.

Conforme Janaína Athaydes Contreiras (2018, p. 216) o silêncio de vítimas em face das barbáries vivenciadas é utilizado também como um mecanismo que visa amenizar a dor, porém não a dor física, mas a dor do trauma, da alma, de revelar a violência vivenciada e lidar com vergonha e dúvida que recaem sobre si. No que concerne ao silêncio de mulheres que vivenciaram situações de violência, principalmente a de cunho sexual, além de uma tentativa de alívio das dores, o silêncio também estaria relacionado com a dificuldade de mulheres se apresentarem como protagonistas dentro de sua própria história. Como indicou Elizabeth Jelin (2001), esse seria um paradoxo presente no depoimento feminino, narrar suas histórias a partir das experiências de outros. É provável que uma consequência desse paradoxo, talvez seja atribuir às suas dores um carácter secundário perante o sofrimento de companheiros e da família.

Antônia Ribeiro Magalhães, militante do afeto que foi presa junto com marido após 2 meses de casamento, também afirmou nunca ter conversado com seus filhos sobre a sua experiência. Eliete Ferrer Cebrian, exilada no Chile e depois na Europa, afirmou levar anos para conseguir falar, e mesmo durante seu depoimento foi possível notar a sua dificuldade. Militante da ALN, ela ainda estava no Chile quando ocorreu o golpe em 1973. Eliete contou que no segundo dia do golpe seu companheiro foi preso em um estádio e ela junto com três mulheres foram presas e levadas por 4 homens para o apartamento que dividiam. A depoente ficou com muito medo de ser violentada, pois elas foram separadas em quartos junto com esses homens, onde uma dessas mulheres quase foi estuprada. Na sua fala é possível perceber o quanto o episódio a impactou:

> É, essa fase é horrível, por isso que eu me perdi. Eu hoje em dia até falo nisso, mas eu fiquei muitos anos sem falar, essa parte é horrível. Eu só falo do Chile hoje e agradeço ao grupo Tortura Nunca Mais, do Rio de Janeiro que me proporcionou, eu fiz terapia durante mais de dez anos com um psicólogo de lá do Tortura Nunca Mais, do Rio de Janeiro, que me ajudou até eu poder falar nesse assunto (CEBRIAN, 2014, p. 7).

Além da dificuldade de expor sobre as violências sofridas, em especial as de cunho sexual como foi possível perceber no relato de Eliete, o silêncio de mulheres, mesmo em relação aos seus familiares, poderia não só ter como pano de fundo a minimização de suas dores, como também o intuito de proteger outras pessoas. Conforme Contreiras, em uma sociedade machista as dores e ações de mulheres são relegadas ao segundo plano em relação às masculinas, este movimento seria uma chave para entender por que a maioria das mulheres atingidas pela repressão se calou, já que "Para muitas delas era mais importante denunciar as torturas (de forma geral), os assassinatos e os desaparecimentos de companheiros de luta, do que olhar para as próprias feridas e falar sobre a violência sofrida" (CONTREIRAS, 2018, p. 187).

Algumas não perceberam o silêncio até algum tempo depois, por vezes através de um choro, como no caso de Lúcia do Amaral Lopes. Lúcia realizava trabalhos psicológicos com pessoas neuro divergentes e, abordando a temática da morte com os pacientes, percebeu que ela mesma pulava a época as décadas de 1960 e 1970 de sua própria história, o que não fazia sentido, pois era o período com mais experiências de luto. Além disso, Lúcia também identificou a presença do silêncio em conversas com sua irmã:

> Faz uns dois meses, acho, nós fomos a um restaurante, uma pessoa perguntou se ela foi torturada e ela contou. Eu nunca tinha perguntado para ela. Ela nunca tinha me contado como foi. Não é incrível? E ela nunca perguntou para mim como que aconteceu comigo, como que eu soube da prisão dela, nada. Daí foi uma choradeira assim. E nessa época, em 68, quando eu fui presa só no Congresso da UNE (LOPES, 2014, p. 4).

A partir da conversa entre irmãs realizada somente 2 meses antes do seu depoimento para a CNV, veio o choro de reconhecimento e alívio de compartilhar a experiência de dor e sofrimento que ambas vivenciaram. Lúcia foi militante da Ala Vermelha e em meio a um contexto de quedas de membros da organização, se exilou na Europa em 1970, junto com seu companheiro. Segundo Lúcia, eles achavam que iriam conseguir retornar ao Brasil, mas permaneceram na França durante 10 anos. A depoente identifica como uma das causas do seu silêncio, ou como ela chama, da "lei do silêncio", a comparação existente dentro do meio da esquerda:

> Porque tem uma coisa entupida e no caso de mim, por exemplo, que fui só exilada, eu falo só. Porque vem junto uma coisa assim, porque no fundo você sente, é tão absurdo isso. Você sente assim, não, eu só me beneficiei, então eu vou falar do quê? [...] Quem se ferrou foi quem ficou preso. Quem foi torturado isso. Por isso que eu vim falar, porque é um raciocínio absurdo. É um raciocínio absurdo, porque não existe uma escala de dor maior ou menor (LOPES, 2013, p. 12).

Esse trecho revela que mesmo dentro da militância se encontram memórias subterrâneas. Apesar de não ser o tema desta pesquisa, a presença dessas memórias contribuí para identificar, por exemplo, como a temática do exílio é complexa e de ampla definição, já que contém experiências diversas, mesmo que todas elas tenham raiz no deslocamento forçado.[31]

Além de Lúcia, outras depoentes também relataram sobre o choro, algumas, como Lúcia, apresentaram esse momento de reconhecimento depois, andando por lugares que as fizeram lembrar dos acontecimentos. Outras tem dificuldade de chorar até hoje, como é o caso relatado pela depoente já citada, Ana Maria Gomes. Segundo ela:

> vocês não imaginam como essas lágrimas vão deixar a minha ex-terapeuta feliz, é eu tenho a maior dificuldade de chorar. Isso era uma coisa na prisão, na Operação Bandeirantes, o grande problema deles é que eu não chorava. Eles diziam: 'Olha, ela nem chora.' Eu não chorava, eu não conseguia, e eu tenho a maior dificuldade (GOMES, 2014, p. 31).

Talvez a raiz da dificuldade do choro de Ana Maria seja diferente da raiz de Lúcia, mas isso pode ser um indicativo de que as experiências apresentaram motivos diferentes que impediram esse choro. Um ponto interessante no caso de Ana Gomes, foi que ela se permitiu chorar quando estava depondo na CNV, sendo que nem ao menos na sua terapia ela conseguia fazer isso.

Outra depoente que relatou manter o silêncio mesmo na família até o retorno da legalidade foi Raquel Felau Guisoni:

> Com as meninas não. Por causa... Se entre nós a gente não conversava, com as meninas a gente também não conversava, porque a gente achava que era uma medida de segurança. Tanto que a minha sequela, até hoje é contar as coisas do que acontece no dia a dia com meu marido, ainda a gente tem dificuldade. Tem que ser no "saca-rolha" ou, pelo menos, na insistência de conseguir (GUISONI, 2014, p. 31).

Ela militou na AP e no PCdoB, por indicação da organização, em 1968, Raquel e seu companheiro foram morar no interior do Paraná, processo que era chamado de integração. Para se mudar para o campo Raquel deixou seu emprego e a sua família, e no ano de 1972, durante a integração, desafiando as diretrizes da organização, teve outra filha:

---

[31] Para uma análise mais profunda consultar: ROSALEN, Eloisa. **Vidas (entre) laçadas**: relações de gênero nas memórias do exílio brasileiro (1964-1979). 2016. Dissertação (História). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2016.

> Inclusive, quando foi para tê-la, eu procurei um hospital em que tinha uma freira que entendia disso. Só que eu tive o azar de que, quando eu entrei lá, que já fui com a bolsa estourada e tudo, ela não estava. Então eu tive que ter sozinha, eu mesma tive que fazer. [...] Eu fiquei na maca, no corredor. Como eu tinha tido um parto normal, estava tudo bem e estava na maca, nos despacharam no mesmo dia. Voltamos para o sítio. Eu, no mesmo dia, voltei para o sítio com ela recém-nascida. Então são coisas da vida. Mas correu tudo bem (GUISONI, 2014, p. 23).

Como ressalta Carla Conradi (2015), ainda faltam pesquisas mais aprofundadas sobre o que significava ficar grávida no meio militante, onde não se tinha acesso à acompanhamento médico e exames de rotina. Da mesma forma, algumas pesquisas sinalizam para a dificuldade de conciliar a imagem de mãe com a de militante (FERREIRA; NASCIMENTO; VELOSO, 2010; PERREIRA, 2009; VARIKAS, 1997). Cabe destacar que Raquel não foi a única depoente que relatou dificuldades em relação à gravidez.[32] Apesar das intempéries, o silêncio com relação às suas filhas mudou conforme a situação do país, na medida em que foram adentrando na legalidade contaram sobre a militância para elas.

Dentre as relações familiares, o silêncio entre mães e filhos/as também foi muito comum e pode ser identificado como uma forma de proteção às crianças. Por vezes o silenciamento poderia cobrar um alto preço, em especial para duas mulheres, Ilma Maria Horsh de Noronha e da mãe de Roberta Romaniolo de Mattos.

Ilma Noronha foi militante da ALN, ela foi presa em 1972 com a sua filha, que foi retirada dela no momento da prisão. A dor da separação da filha e as violências que deve ter sofrido, já que Ilma não se lembra das violações que ocorreram, tentaram ser engolidas pela depoente:

> Olha, num primeiro momento, eu quando eu sai, eu não tinha possibilidade de parar nem pra pensar no que tinha passado, nem. Eu entrei na vida comum né, e enfim, fui trabalhar, estudar, criar a Tania. Tempos depois eu tive né, um apagão, sem nenhuma, aí eu fui, fiz todos os exames, tenho feito né, todos esses exames de imagem, tudo que se pode imaginar (NORONHA, 2014, p. 49).

Segundo Marta Rovai (2013, p. 191), o silêncio não foi apenas imposto, mas escolhido pelas mulheres que, através dele, atuavam na sua própria clandestinidade realizando suas ações. Essa escolha, como destacou Contreiras (2018), também estava relacionada com as expectativas de gênero que induziam as mulheres a minimizarem as suas dores em face das vivenciadas por outras pessoas. Seria graças a esse silêncio escolhido/imposto que não só suas atuações como também, no caso de Ilma, a sua sobrevivência após a prisão se tornou possível. Porém, seu uso

---

[32] Outros depoimentos que podem ser consultados sobre o tema são os de Tânia Marins Roque e Marília Carvalho Guimarães.

teve um preço. Muito provavelmente foi a tentativa de minimizar as dores sofridas recorrendo ao silêncio que causou esse apagão do qual fala a depoente.

Segundo a psicanálise uma catástrofe não é necessariamente traumática em si, o trauma tem origem no desmentido, isto é, na afirmação de que nada aconteceu perante a violência experienciada:

> Por desmentido entenda-se o não reconhecimento e a não validação perceptiva e afetiva da violência sofrida, trata-se de um descrédito da percepção, do sofrimento e da própria condição de sujeito daquele que vivenciou o trauma. Portanto, o que se desmente não é o acontecido, mas o sujeito (ARANTES; FERRAZ, 2016, p. 87)

Seguindo esse sentido psicanalítico, o trauma que pode ter causado o apagão de Ilma foi o não reconhecimento de suas dores, não apenas em uma atitude individual, mas também em um sentido coletivo, já que não haveria meios, naquele momento, de dar suporte para que Ilma se sentisse confortável em sair do silêncio. Cabe destacar que o estopim para esse "apagão" foi uma situação que remetia à época de perseguição, segundo a sua filha:

> Tânia Horsth Noronha- A gente foi pra uma outra cidade continuar a viagem e ela voltou com meu irmão. E aí eles perderam o passaporte do meu irmão ali. E aí aquilo afetou ela de tal forma, porque aí alguém achou o passaporte, ligou pra casa dela, "achei seu passaporte" aí ela desencadeou um processo de o que esse homem queria, uma coisa meio persecutórica, paranoica, ela e meu pai Tanto é que nunca foram buscar esse passaporte e desde então ela entrou numa depressão né, e entrou uma depressão com esquecimento (NORONHA, 2014, p. 51).

Além desse momento, a filha, que estava no colo da mãe quando começaram as violências, só tomou conhecimento da história a cerca de 5 anos da tomada de testemunho da CNV, durante uma consulta terapêutica na qual a psicóloga identificou sintomas de que Tânia foi apartada de sua mãe quando criança:

> Tânia Horsth Noronha- Eu fui fazer terapia, eu tava trabalhando em furnas, tinha 23 anos, aí fui fazer terapia a terapeuta me perguntou essa coisa da gente ser muito agarrada, aí ela falou assim: 'Tania, isso é um sintoma de quem foi separado da mãe', aí eu falei assim: 'Mas eu não fui separada da minha mãe' (NORONHA, 2014, p. 49).

Somente depois que Tânia questionou a mãe a partir da indicação da psicóloga, Ilma contou para a filha sobre a sua prisão. Isso significa que somente por volta da primeira década dos anos 2000 a depoente teve condições, tanto individuais como coletivas, de compartilhar a sua história.

O segundo caso, também já apresentado, foi o de Maria das Dores Romaniolo, mãe da depoente Roberta Romaniolo Mattos. Maria das Dores não era militante política, tendo se exilado no Chile devido a militância do seu companheiro. Lá eles foram descobertos, o marido foi assassinado e ela foi presa também com a filha. Tal é a descrição da dor de sua mãe que Roberta relata: “E eu chorava muito de fome, até que veio um oficial, um oficial chileno e me retirou da cela. Só eu. E aí a minha mãe ficou desesperada, minha mãe enlouqueceu, ela gritava, ela batia a cabeça na parede, ela arranhava a parede, e foram três dias” (MATOS, 2014, p. 2).

Depois que foi solta, sua mãe conseguiu ir para a Europa. Lá, Roberta relatou que aconteciam situações estranhas, como por exemplo, Maria deixava apodrecer frutas só então para comprar mais, ação que hoje Roberta reconhece como consequência de terem passado fome em algum momento. Outra atitude estranha de sua mãe foi não ensinar português para a filha, segundo a depoente, Maria tinha medo de que franceses descobrissem que eram brasileiras. Até os 10 anos de idade, a mãe não contou para a Roberta a verdade sobre a morte do pai, ao invés disso dizia que ele morreu em um acidente de carro, mas Roberta já estava desconfiada. Quando ficou mais velha, só soube da história da mãe por outras fontes ou quando a mãe era entrevistada, Roberta evitava perguntar diretamente por que, durante as entrevistas, percebia a dor de Maria ao tentar recordar os acontecimentos:

> Porque de tudo que passou, sabe, cicatrizes, ela não tinha tantas cicatrizes, ela não tinha cicatrizes físicas. Ela tinha muitas cicatrizes psicológicas. Físicas eram poucas, mas psicológicas eram muitas, muitas, muitas (MATOS,2014, p. 27).

Tanto Maria das Dores como Ilma Maria, foram mães que recorreram ao silêncio como mecanismo de sobrevivência diante do contexto de repressão que estavam vivenciando:

> porque la situación de terror en que se vivía requería ocultamientos diversos, inclusive del dolor personal. Incluía intentar que los hijos siguieran sus actividades cotidianas “como si nada hubiera pasado”, para evitar sospechas. El miedo y el silencio estaban presentes de manera constante, con un costo emocional muy alto (JELIN, 2011, p. 560).

Elas não foram as únicas que ocultaram suas dores pessoais para proteger os familiares, Adriana Bezerra contou que só soube da história de seus pais por outras pessoas, já que eles nunca falaram. Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes indicou que passou a conversar

com as filhas 1 ano antes da tomada de depoimento para a CNV, e Berenice Fialho Moreira somente comentou de sua história para a filha uma semana antes do seu testemunho.[33]

Outro silêncio específico que foi possível identificar nos depoimentos remetia ao tema das violações sexuais. Como exposto no capítulo anterior, o tema era difícil de reconhecer e expressar, inclusive muitas das que optaram por silêncio aos/às filhos/as, companheiros e companheiras haviam sofrido violência de cunho sexual. Principalmente para aquelas que vivenciaram algum tipo de violação, o silêncio se fazia ainda mais presente, caso, por exemplo de Eugênia Zerbini que evitou contar sobre o estupro para a sua família e somente relatou para sua mãe durante a década de 1980, sendo que o pai morreu sem saber do ocorrido. Além dela, também pode-se somar os casos da irmã de Ana de Miranda Batista, que nunca tocou no assunto, assim como das mães das depoentes Anita Leocádia e Roberta Romaniolo, que também evitaram falar sobre o acontecido.

Segundo Janaína Contreiras (2018, p. 183), até meados dos anos 1990 a violência sexual era negligenciada pelos tribunais penais, vista como pertencente ao âmbito privado/pessoal e não como questão pública e/ou política. As poucas denúncias tinham como pano de fundo 3 fatores principais, 1) o processo de transição para a democracia que reforçou o silêncio, 2) a ausência de espaços de escuta específica para crimes sexuais e de gênero e 3) a dificuldade da vítima em expor o ocorrido, consequência dos outros dois primeiros fatores. Ainda conforme a autora, romper com o silêncio para aquelas que vivenciaram violências e/ou abusos sexuais pode fazer com que as depoentes se exponham para julgamentos alheios de companheiros, familiares de desaparecidos/as, parentes, amigos/as e mesmo da sociedade (CONTREIRAS, 2018, p. 186).

Além da vergonha, Contreiras indica que o silêncio em relação ao tema pode se remeter à naturalização da violência sexual contra mulheres. Como por muito tempo esse tipo de violência era considerado “assunto privado”, diante dos relatos de outras violências físicas as mulheres ainda poderiam continuar relegando as violências sofridas ao âmbito privado, reforçando a ideia de naturalidade dessas violências (CONTREIRAS, 2018, p. 207). Essa naturalização e minimização das sevícias já foram constatadas no capítulo anterior, por agora cabem aqui citar dois depoimentos que remetem a uma ocorrência específica.

O primeiro deles é o depoimento de Derly Marluce dos Santos. Seu depoimento já foi bastante explorado, ela não militava em nenhuma organização, mas foi presa por conta do seu

[33] No total 40 depoentes apresentaram indicações de silêncio nos seus depoimentos, não apenas o silêncio de mães para com suas filhas, mas também o de sobreviventes que não queriam contar sobre as experiências vivenciadas para seus pais, companheiros, irmãos etc.

casamento com um militante, no momento da prisão foi abusada sexualmente e sofreu violação sexual. Além da dificuldade de conversar com os filhos sobre isso, Derly aponta que evitou dar mais detalhes sobre a violência ao seu ex-marido:

> Raissa Ventura (Comissão Nacional da Verdade) – E você contou o que aconteceu na casa de vocês?
>
> Derly Marluce dos Santos – Também não contei daquela agressão, não.
>
> Raissa Ventura (Comissão Nacional da Verdade) – Da agressão.
>
> Derly Marluce dos Santos – Eu sempre falei para ele que fui, mas eu nunca quis contar, eu estou contando acho que foi agora. Porque é muito humilhante e para ele ia ser mais doloroso do que já era doloroso para ele, toda a história que ele estava vivendo, que a gente vivia (SANTOS, 2014, p. 25).

Rose Nogueira também se mostrou receosa de que seu marido soubesse que era obrigada a ficar nua:

> Quase um mês depois, mas eles começaram a me levar lá para cima, 15 dias, 20 depois, quando eles começaram a procurar o Frei Betto. E para mim era muito constrangedor, eu ainda tinha leite, muito constrangedor ficar tirando a roupa e eu ficava apavorada se o Clauset soubesse daquilo (NOGUEIRA, 2013, p. 5).

Ambas parecem ter receio do que os relatos dos abusos sexuais poderiam causar em seus companheiros, quer seja por medo de que isso representasse um peso maior para eles, no sentido de que eles não haviam conseguido proteger as “suas” mulheres, quer pelo medo da reação deles para com os agressores, o que poderia piorar a situação no caso de Rosemary, já que os dois se encontravam presos. Uma possibilidade para entender o silêncio incutido nos trechos apresentados, seria não apenas entender o corpo da mulher como um campo de batalha, mas também a naturalização por parte das depoentes que de fato viveram as violências, que voltaram as suas preocupações para seus companheiros e, no caso de Derly, minimizaram a violência.

Por outro lado, algumas não se calaram e incentivaram outras mulheres a falar. Uma das mulheres que tomou a iniciativa e que influenciou as outras a denunciar as violações sexuais foi a militante Maria Amélia de Almeida Teles. Sua fala e exemplo apareceu em alguns depoimentos, como no de Eugênia que tomou a iniciativa de expor sua história inspirada pelo exemplo de Maria Amélia. Dentro disso, um depoimento que conseguiu expressar a importância da denúncia desses episódios foi o de Maria Dalva Leite de Castro de Bonet:

> É nessa cela que eles vêm, obviamente continuava com o capuz, e a tortura era a seguinte, também, além de todas as outras: 'Você sabe onde você está?' Voz bem cava, 'Você sabe onde você está?', 'Você está tendo prazer com o seu torturador?' E começava a bolinar o teu corpo todo. 'E você sabe que o que seus companheiros vão dizer, que você gozou com um torturador?', 'Você não vai poder sair da prisão, você vai ter que ficar do nosso lado porque se não nós vamos contar para os seus companheiros o que você fez aqui. Aí você vai ser justiçada' e continuava a bolinar. [...] E elas são as putas e você...na dor acredita em qualquer coisa, como muitas mulheres acreditaram que iam ser denunciadas e se calavam pro resto da vida. Eu não tenho direito de falar delas, mas é lamentável que elas tenham se calado. O medo de ser delatada, isso foi a coisa pior que existiu na tortura de gênero. Já vinha não crescendo e isso fechou com chave de ouro. Foi um horror e graças eu ainda tive lucidez pra me proteger. De qualquer maneira eu fui estuprada como todas as outras. Não vou dizer que não fui porque fui (BONET, 2014, p. 33-34).

As falas dos perpetradores das violências que as mulheres acreditavam, segundo Maria, seriam que elas haviam "gozado" ou, para ficar menos invasivo, tiveram prazer com as violações sexuais cometidas contra elas. Eles ainda acrescentavam que iriam contar para os colegas de militância sobre isso e elas seriam "justiçadas", como indica Maria Bonet. Como colocado por Contrieiras (2018), serem acusadas como causadoras da violência poderia ser mais um dos motivos que levariam as mulheres a se calarem. Abordando o caso argentino, Contreiras apresentou que as sobreviventes foram questionadas se houve falta de resistência por parte delas às investidas sexuais dos agentes, como forma de preservar suas vidas, sendo acusadas de se "associarem" à repressão.

Essa desconfiança das depoentes, que os próprios torturadores já previram, também esteve presente no depoimento de Lúcia Maria Sávia Coelho:

> Eu fui no fórum dos ex-presos políticos, eu ia nas reuniões lá, aí fui descobrindo cada uma delas, uma coisa maravilhosa, Meu Deus do céu! Aí depois de ter visto e falado, contado, eu percebi o seguinte: a maioria delas tinha separado do marido, separação de casal é importante, muitas delas foram acusadas de terem engravidado do torturador, o próprio marido desconfiou porque ela logo engravidou, logo que saiu da prisão engravidou, então ele ficou na dúvida. Isso pra uma mulher é uma coisa medonha, a maneira como as mulheres eram tratadas em toda essa prisão era uma coisa degradante, porque eles tinham muito ódio, então eles queriam desmontar a mulher pelo pudor, eles arrancavam o pudor da mulher (COELHO, 2014, p. 24).

Esses foram os únicos depoimentos que apresentaram dados referentes à desconfiança em relação às mulheres, principalmente quando se trata de mulheres que ficaram grávidas de agentes do Estado. O que se pode inferir disso é a hipótese de que talvez as mulheres que foram estupradas e/ou violentadas ainda sentem vergonha e medo de serem acusadas, assim, caso elas tenham testemunhado na CNV, seus nomes poderiam constar nos depoimentos coletados em sigilo pela CNV, por isso seus nomes e histórias ainda continuam desconhecidos.

Maria Dalva chegou a depor para a CNV 3 vezes, sendo o último depoimento prestado por meio de telefone celular. Ela era militante da ALN e foi presa em dezembro de 1968, janeiro de 1970 e no ano de 1972. Na primeira prisão, Maria relata as violências sofridas:

> Não, dessa vez eu acho que, não, eles foram rasgando aos pouco porque foi tanta brutalidade que, dessa vez, ainda não tinham a tecnologia da tortura. Era só brutalidade. Me jogavam no chão de um lado pro outro, aí vinha o Jacarandá, pisava com as botas dele, as botas do Jacarandá são famosas no DOI-CODI, eu fiquei com o corpo todinho cheio de hematoma. Os seios principalmente eram onde eles gostavam de pisar. Levei choque na vagina, no ânus, nas orelhas, nos dedos das mãos, nos dedos dos pés, até que o tenente Magalhães, que hoje é coronel, começou a gritar, isso foi por vários dias sem parar. Começou a gritar que não desse mais choque: 'Não dá mais choque nessa puta não', olha aí as vozes lá atrás, não esqueço: 'Não dá mais choque nessa puta não, que choque ela tira de letra'. Eu achei, estava rezando pra que eles parassem com os choques, mas aí me botaram no pau de arara. Me penduraram no pau de arara e me penduraram no pau de arara com choque, não parou. (DALVA, 2014, p. 11).

Além dessas violências, como ela mesma indicou no primeiro trecho citado, também sofreu violações sexuais, mas não chegou a dar mais detalhes sobre elas, a única descrição que fez no seu relato foi a seguinte:

> Eu senti que não entramos pelo pátio da PE porque eu sabia o número de passadas mais ou menos que daria o pátio e a gente ia pra um subterrâneo. E ai já chegando nesse subterrâneo eles tiraram as roupas todas, você fica nua de capuz. Me jogaram numa cela que era toda escura. A chamada surda, que depois eu vim a saber. Uma cela toda escura que tinha um alto falante no teto, uma porta que parecia blindada de tão grossa. Eles batiam. De lá do teto eles ficavam falando. Faz isso, faz aquilo, faz aquilo outro. Se você não fizesse vinha gente abrir a porta e você entrava na porrada. [...] 'Bota esse pé pra cima. Mostra essa bunda assim'. Você está entendendo? O que desse na cabeça deles (BONET, 2014, p. 33).

Diante de tamanha invasão é possível observar a sua determinação, mesmo diante do inarrável, em denunciar o absurdo e o indizível dessas situações. Tal atitude é importante, visto que a violência sexual atinge a identidade construída pela pessoa, esse tipo de sevícia não só humilha a pessoa em um dos pontos mais íntimos que a define, como ainda a torna um alvo de julgamentos e desconfianças.

Jane de Alencar foi uma das depoentes que relatou o peso da desconfiança para o rompimento do silêncio. Estudante secundarista à época dos acontecimentos, foi presa duas vezes, a primeira foi menos violenta, na segunda, em 1972, foi torturada no Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) de forma bárbara:

> Aí os três começaram a tirar minha roupa, começaram a me dar choque no seio, na vagina, na cabeça, e onde está o Janú que era o irmão da Fátima, meu amigo, onde

> está o Janú aquele terrorista, você sua terrorista, vai falando. Você quer matar a gente, você agora fica posando de vítima aí, você é terrorista. E aí foi dia após dia, fiquei lá sem comer, sem dormir. Arrancaram minha roupa, o pessoal gritava para eles: seus covardes, seus covardes. [...] E aí foi dia, noite, dia e noite, até que um dia eles me enfiaram um cassetete no ânus e eu tive uma hemorragia, e vomitava e evacuava sem parar (BRIGAGÃO, 2014, p. 15-16).

Depois que foi liberada, conseguiu uma bolsa de estudos para estudar em uma comunidade afastada no Peru. Quando retornou após a anistia, se aproximou de alguns companheiros seus de um antigo grupo do qual ela participava, que ainda estavam envolvidos com os movimentos. Nesse mesmo grupo, houve a morte de um dos participantes, o impacto que o assassinato causou, possivelmente relembrando toda a dor e sofrimento passado, fez com que ela se fechasse e rompesse com esses amigos por um tempo:

> E eu fui com ele, depois dias depois eu vi a foto desse rapaz assassinado, porque ele era do comando vermelho. Eu fiquei muito furiosa com o Janú e com a Fátima, eu fiquei muito mal. Eu falei, isso é uma irresponsabilidade, eu estou voltando do exílio, eu sofri demais, a coisa que eu mais, fui mais torturada porque eu não falei onde que o Janú estava, tinham que ter respeito pela minha luta, tudo isso. Aí eu me afastei dos amigos, eu não queria mais ver ninguém, eu me mudei [...] Fui para lá, eu não queria ver mais ninguém, eu fiquei sete anos lá meio isolada, eu já tinha casado de novo, que eu separei do Chico nessa confusão toda. E casei, meu marido foi muito importante para mim, que ele era uma pessoa muito, não tinha vivido essas coisas, me ajudou muito e tal. Eu não queria nem ouvir falar das pessoas, eu ficava mal (BRIGAGÃO, 2014, p. 25).

Também Jane de Alencar só fez a primeira denúncia das violências cometidas contra ela na Comissão da Anistia, já nos anos 2000, antes não sentia confiança de falar sobre o assunto nem se quer com psicólogos:

> Você também não sabia para quem falar, eu fiz muita terapia depois, mas não sabia se podia confiar no terapeuta, se tinha parente militar, enquanto durou e persistiu isso, não dá. Depois durante a anistia, depois dessa comissão da anistia lá em Brasília, eu denunciei formalmente, foi a primeira vez (ALENCAR, 2014, p. 27).

O silêncio de preservação, ou seja, como forma de suportar as vivências traumáticas em meio ao contexto de repressão, não pode ser desvinculado do processo de privatização das memórias já colocado. Isso significa que o não incentivo da fala em um espaço público e cuidadoso para ouvir essas mulheres, mas também os homens atingidos, contribuiu para o silenciamento na esfera privada. Por isso a importância da Comissão Nacional da Verdade deve ser assegurada, sua instituição por mais que se deu em meio a acordos políticos e que tenha se utilizado de perguntas objetivas desconfortáveis, disponibilizou esse espaço público de escuta

incentivando pessoas a falarem não somente na comissão, mas nas famílias e talvez até em outros seguimentos da sociedade.

Nesse sentido, cabe aqui citar 2 falas que demonstram importância da CNV para as pessoas. A primeira foi da depoente Flora Strozenberg.

Flora foi presa em duas ocasiões, a primeira no ano de 1970 e depois em 1974, foi durante essa última prisão que as torturas foram mais intensas. Presa depois de deixar seus filhos na escola, Flora contou que foi levada para a OBAN, onde, dentre as violências que estão presentes no seu depoimento, foi submetida a choques elétricos, inclusive na vagina. Flora (2014, p. 35) lembrou as palavras que o torturador recorreu enquanto dava choques: "eles pegam o choque elétrico e botam...com as seguintes palavras: 'Isso é pra você nunca mais botar comunista no mundo.'" Diante das violências que sofreu, Flora relatou sobre a sua consulta posterior com seu ginecologista:

> Aí eu estava no Rio de Janeiro, aí acabou o problema. Acabou porque eu no Rio de Janeiro, com essa estrutura cultural, política, social, eu inserida. Aí eu fui ao Nadir Farah, meu médico e disse: 'Nadir, estou aqui, voltei.' Sentei na cadeira do ginecologista. 'Examina aí.' Aí o Nadir chorava, ele me perguntou como é que foi, como é que não foi, essa pergunta que você queria fazer, ele fez, eu respondi e me esqueci. Falei: 'Nadir, para de chorar.' É outro que também chorava. 'Para de chorar, Nadir. Vê como é que está. Vê o que aconteceu. Eu tive uma hemorragia.' Eu sou disciplinada, fui falar da hemorragia com o Nadir, não com...entendeu? Não tinha Comissão da Verdade. Então eu relatei tudo ao Nadir, ele chorava. Eu falei: 'Nadir, agora você vai me botar um DIU, porque eu tenho pavor de ficar grávida, porque eu não sei como é que eu vou ficar.' (STROENZENBERG, 2014, p. 41).

Sem ter outro espaço para falar, outra pessoa confiável, Flora conversou com seu ginecologista que foi solidário e empático com a sua situação. Era o canal que realmente iria escutá-la sem preconceito e se importaria em ouvir sua história, reconhecendo a dor das experiências sofridas. Afinal não havia Comissão Nacional da Verdade que, pela fala de Flora, pode representar esse espaço de escuta e reconhecimento da dor do Outro.

Também Isabel Maria Gomes da Silva e seus irmãos, que estavam presentes no seu depoimento, citam o filme *15 Filhos* que os ajudou a entender o que foi tortura cometida contra sua mãe, que nunca falou sobre sua vivência para eles. Também citaram o filme *O que é isso, companheiro?*, que para eles representou seu pai, Virgílio Gomes, como se fosse um vilão da história. Um dos seus irmãos ressalta:

> A gente está falando de 97, 97 não tinha Comissão da Verdade, não tinha sido aquela Lei 9.140, que não foi muito além do que, bem tímida. E não tinha muitos espaços para colocar essa questão. Com o filme, o flagrante agravo a imagem do meu pai, a gente decidiu entrar na justiça comum por danos morais, e enfim, outras coisas

> jurídicas que eu não sei dizer, mas com isso levantar a discussão sobre (SILVA, 2014, p. 21).

Era difícil, ainda mais para aqueles que buscavam entes queridos. Na fala é possível observar o quanto a CEMDP, instituída pela Lei 9.140, era restrita, ou ainda mais restrita que a CNV.

Dessa forma além de serem memórias subterrâneas para a sociedade, muitas vezes o silêncio era imposto sobre os familiares e sobre si mesmo/a. Um agravante que contribuiu para a permanência desse silêncio foi a ausência de um canal público e coletivo para lidar com essas memórias, tanto individuais como dos traumas e violências que ainda continuam assolando a sociedade brasileira.

6.1 TENTATIVAS DE REPRIMIR AS MULHERES SEGUNDO A NOÇÃO DE GÊNERO

Como indicou Mariana Joffily (2009, p. 78), os governos autoritários no Cone Sul possuíam uma visão extremamente conservadora a respeito da organização social dos papéis de gênero na sociedade. Nessa organização a família tradicional era empregada como núcleo forte da sociedade, e nela as mulheres ficavam responsabilizadas por todas as tarefas relacionadas ao cuidado da casa, educação dos filhos/as e pelo conforto e bem-estar do marido. Nesse sentido, o viés que permeava a repressão tinha como base governos onde o sistema de gênero era extremamente hierarquizado e sociedades que, baseadas nesse modelo, subordinava mulheres aos homens (JOFFILY, 2009, p. 84).

Uma das consequências da imposição dessa hierarquia rígida seria a negação da autonomia das mulheres enquanto seres capazes de discernir politicamente, como salienta Janaína Contreiras (2018, p. 228):

> A cultura machista identifica no ser feminino valores e comportamentos que o deixam numa posição de anulação. Ao levantar sua voz, ao apontar e denunciar, ao portar comportamentos percebidos como exclusivamente masculinos esta mulher, na concepção machista, foge da normalidade e passa a ser rotulada de portadora de doenças emocionais e psicológicas, seus hormônios estão interferindo no seu modo de agir e pensar.

Ao longo da leitura das transcrições foi possível notar que além das torturas no sentido de buscar informações sobre as organizações armadas e punir as mulheres tidas como subversivas, as ações de agentes do Estado também visaram “curar” essas mulheres que eram percebidas como “subversivas” e fora do padrão da normalidade. Muitas vezes essas

“desviantes” eram, ao mesmo tempo, mães e estudantes o que não convinha com o imaginário de guerrilheiras estabelecido, confundindo os agentes da repressão que buscavam maneiras de entender esses seres “estranhos”.

Eles buscavam investigar o que poderia ter causado a “divergência” na vida dessas mulheres que aparentemente tinham tudo para seguirem o padrão destinados a elas, mas que por alguma razão, em sua visão, não continuaram esse caminho. Os motivos encontrados sempre as colocavam em um papel de subornada e dominada, dentro dos quais elas não teriam escolhas próprias, como observou Ana de Miranda Batista:

> Teve momentos que eu fiquei muito deprimida. Uma coisa no DOI-CODI é que eles se importavam muito com, quase teste psicológico. Quem era você, se você usava drogas, como era da sua família, como era seu pai, como era tua mãe. Eles tentavam enquadrar sempre assim: ‘ou você está aqui porque os mais velhos te carregaram, ou você é bucha de canhão, ou porque seu namorado te levou, ou porque você tem problemas na família ou porque você é drogada’. Você não é agente da sua vida de jeito nenhum, você era carregada. Isso era muito forte. Eu acho que eles tinham algum ‘psi’ lá dentro que eles faziam perguntas para responder por escrito (BATISTA, 2014, p. 30).

Os primeiros culpados seriam os pais que falharam na educação da filha, ou os mais velhos, talvez más companhias que levaram essas mulheres para o mau caminho. Não se pode esquecer dos namorados, problemas na família e drogas, que as tornaram cegas para verdadeiro “bem”. E por fim, mas não menos importante, elas seriam feias, portanto, sem nenhuma perspectiva de constituir uma família, já que acabariam “ficando para titias”.

Maria Dalva Leite de Castro de Bonet narrou questionários parecidos feitos por um doutor na tentativa de identificar os elementos “problemáticos” das mulheres:

> O problema da Regina é que ela tinha os pais separados, o da Abigail, o pai dela morreu no parto dela. O problema da Abigail é que a mãe morreu e os meus, que viviam juntos, é porque eu não gostava dos meus pais (BONET, 2014, p. 26).

A separação na família e a ausência de pais poderia ser um problema, ou quando não havia nada de “errado” na família, a filha talvez tivesse se desencaminhado e não respeitava mais os seus pais. Além dos questionários, Maria Dalva denuncia a ocorrência de choques psiquiátricos:

> Fomos pra cela e passamos umas três semanas ou um mês...não. Não sei quanto. Eu e a Abigail sofrendo eletrochoques psiquiátricos. Tinham sessões com o Amílcar Lobo comandando a parte médica e o agradável Timóteo enfiado a toalha na boca pra gente não ter convulsão. E aí começava, eu apagava e quando voltava pra cela não sabia mais nada, quem eu era, onde eu estava (BONET, 2014, p. 27).

Uma das sequelas dos choques que permaneceu foi a perda de memória, principalmente a curto prazo. Algumas tentativas não chegavam a envolver questionários ou choques, mas poderiam ser conversas e “conselhos”, como expõe Izabel Fávero:

> isso foi o coronel Emídio que... eu tava febril, acabada, em condições lastimáveis e ele entrava e vinha me dar conselhos, como se nada estivesse acontecendo lá dentro daquele quartel. ‘Olha, eu tenho uma filha da sua idade, mas ela tá em um bom caminho, você optou pelo caminho dos bandidos, do terrorismo, isso é uma escolha que você fez, agora tem que aguentar as consequências, mas está em tempo ainda de mudar ...’ (FÁVERO, 2013, p .9).

Inclusive esse mesmo coronel, diante das condições em que Izabel se encontrava, trazia docinhos de festa de aniversário para as presas, como se fosse um gesto de “caridade” e “solidariedade”, para Izabel o intuito dele era passar uma imagem de como: “ ‘Eu sou muito bom, eu sou muito bom com as pessoas, veja, eu estou trazendo docinhos pra vocês, não é, nada de mal está acontecendo aqui, vocês estão sendo superbem, não se esqueçam de dizer que vocês sempre foram muito bem tratados aqui.’” (FÁVERO, 2013, p. 9).

Como já apresentado, Izabel Fávero foi militante da VAR-Palmares presa em 1970 em uma operação militar que envolveu cerca de 700 homens, somados ao suporte aéreo. Durante a sua narrativa, ela preferiu relatar se utilizando do pronome “nós” remetendo a si mesma e ao marido, com quem foi presa e torturada. Eles foram presos no oeste do Paraná, pois haviam sido alocados pela organização com o intuito de organizar, em um sítio em Nova Aurora, um local estratégico e base de resistência.

Além dessas tentativas de impor expectativas de gênero, Izabel expõe de forma direta o jogo de opostos entre o que se correspondia a ser uma “menina decente” e uma “militante’:

> o prazer deles era torturar um frente ao outro e dizer ‘olhe, sua vadia, ó ele está apanhando por culpa sua que você não quer colaborar’, entendeu? Ou o contrário, entende? Era um jogo de tortura psicológica, física, pra desestruturar mesmo, desestabilizar a gente. Eu fui muito ofendida, como mulher, porque ser mulher e militante é um carma, a gente, além de ser torturada física e psicologicamente, a mulher é vadia, a palavra mesmo era ‘puta’, ‘menina decente, olha para a sua cara, com essa idade, olha o que tu está fazendo aqui, que educação os teus pais te deram, tu é uma vadia, tu não presta’, enfim, eu não me lembro bem se no terceiro, quarto dia, eu entrei em processo de aborto, eu estava grávida de dois meses, então, eu sangrava muito, eu não tinha como me proteger, eu usava papel higiênico, e já tinha mal cheiro, eu estava suja, e eu acho que, eu acho não eu tenho quase certeza que eu não fui estuprada, porque era constantemente ameaçada, porque eles tinham nojo, tinham nojo de mim (FÁVERO, 2014, p. 5).

Come definiu Ana Maria Colling (1997), a militante era puta comunista, ou como reforça Izabel, vadia. Para ser militante, logo puta comunista, a mulher não chegava nesse patamar por si mesma, ao que parece, pela fala de Izabel, ela sempre possuía um prejuízo, sendo que no seu caso ele esteve presente na educação dos pais. Conforme Colling, outras razões também seriam possíveis, como de serem amantes de terroristas, serem mal educadas, caso de Izabel, ou ainda serem homossexuais. Segundo a autora:

> Que homens questionem o poder é até aceitável, porque o código masculino pressupõe competição e rivalidade. Mas as mulheres? Isto é inaceitável. O lugar da mulher não é neste campo público e político, de competição e briga. Ela historicamente é excluída e subordinada a uma arena pessoal e privada onde as diferenças são resolvidas numa relação de poder entre homem e mulher, dentro do lar. (COLLING, 1997, p. 101).

Derlei Catarina de Lucca foi militante da AP e presa 3 vezes, uma anterior ao congresso estudantil de Ibiúna, outra em 1968 durante o congresso e uma terceira vez que talvez tenha ocorrido em dezembro de 1969, quando as torturas mais intensas foram realizadas. Nessa última prisão, ela foi detida em um ponto marcado com um companheiro que gostava dela, mas, nas suas palavras, “eu nem gostava dele nada, mas todo mundo dizendo... não, eu tenho que ir lá porque é companheiro, tem que ouvir o que o companheiro quer dizer [...]” (LUCA, 2014, p. 17). O local onde estavam foi descoberto e ambos foram presos.

Ao longo dos primeiros 40 dias da prisão ela foi confundida com Maria Aparecida Costa, e, como já se encontrava muito machucada, sem saber que ela também pertencia a militância, Derlei foi levada para um hospital. Nesse local, a depoente descreveu uma situação que para ela foi cômica:

> eu acordei não me lembro que dia era... eu acordei... tinha, muito engraçado, um soldado com uma metralhadora na porta e um cara no pé da cama e eu toda quebrada, um cara no pé da cama, e o cara foi numa banca de revista e trouxe revistinha pra mim que é quando eu me acordei, ele trouxe uma revistinha. Adivinha qual era a história? [...] O herói e a guerrilheira (LUCA, 2014, p. 14-15).

Ele seria o herói e ela a guerrilheira. Derlei não deu mais detalhes sobre a revistinha, mas pela descrição poderia se tratar de um romance, no qual o herói salvava a guerrilheira das suas “más” escolhas, ou ainda, semelhante a ideia que se tinha das sedutoras loiras terroristas, o herói poderia vencer a guerrilheira que tentava convencê-lo com seu charme a abdicar de seus ideais.

Depois de solta, Derlei se casou com um homem que era simpatizante da organização, e ficou grávida. Tanto ele como a organização, segundo o seu depoimento, fizeram pressão para

que ela realizasse o aborto, porém Derlei se manteve firme em sua decisão: “porque todo mundo achava que era uma loucura ter um filho e eu bati pé, agora porque que eu bati pé também não sei porque também não foi por uma questão religiosa” (LUCA, 2014, p. 35-6). Derlei teve o seu filho, só que dentro de 3 meses seu companheiro foi preso e sua casa invadida, no momento da prisão ainda não sabiam quem ela era, por isso ela conseguiu escapar, embora foi obrigada a deixar o filho em um hospital para ser recolhido por uma amiga.

Depois disso, Derlei passou por vários lugares fugindo e se escondendo, até que, com auxílio da organização, chegou em Cuba. Conforme o seu relato, desde o dia em que ela se separou da criança até 3 anos depois que chegou em Cuba, ela menstruou sem interrupções, segundo um médico que ela consultou, havia vertido leite da amamentação em sangue. A depoente reencontrou seu filho com a ajuda da irmã, a depoente já citada Darci Terezinha de Luca Scavone, que levou a criança para o Chile para ser encaminhada pela organização até Cuba.

Além da revistinha que poderia se enquadrar na temática da imposição de gênero, outros dois pontos dentro do depoimento de Derlei que cabem aqui chamar a atenção fazem referência ao seu ex-companheiro e a tortura que sofreu. Conforme a depoente, quando seu ex-marido foi preso como simpatizante, ele cedeu informações para a repressão e ainda entregou a depoente Joana D’Arc Bizzotto Lopes, que percebeu e conseguiu fugir. Dentre todos os depoimentos lidos, somente existiram dois casos em que um companheiro era simpatizante enquanto a depoente era militante política, ocorreram outros em que ambos eram simpatizantes, mas nesses dois casos se inverteu a situação padrão em que o homem era militante político e a companheira simpatizante ou sem ligação.[34]

Em relação a sua tortura, Derlei indicou que foi torturada com pauladas, choques e no pau de arara. Ao relatar sobre as torturas a depoente afirmou que as sevícias visavam provocar dor e que não foram empregadas com algum sentido libidinoso. Isso parece contraditório, já que Derlei também afirmou ter recebido choques nas genitais e no seio, o que se constitui uma violência sexual. Uma hipótese para essa percepção é que, segundo seu depoimento, ela ficou de calcinha, sendo que “só no dia do pau de arara foi que botaram os fios assim, mas a calcinha eles não chegaram a tirar não” (LUCA, 2014, p. 16).

---

[34] O segundo caso foi citado no depoimento de Elzira Vilela. O irmão de Elzira era simpatizante da organização da namorada, que não era a mesma de Elzira, sendo preso na casa da companheira e violentado. Segundo Elzira “Ele apanhou muito, muito, muito, muito. Eles falaram para ele, no fim falaram que pensavam que ele era o Honestino Guimarães.” (VILELA, 2014, p. 30).

Apesar da experiência de Darci com a revista ser cômica, afinal era só uma revistinha, o caso de Fanny Akselrud de Seixas, mãe da depoente Ieda Akselrud, poderia ter sido muito desagradável. Enquanto estavam presas, no caso ela e suas duas filhas, os agentes buscavam dobrar Fanny. Uma dessas tentativas foi a de obrigar a mãe de Ieda a ir trabalhar na cozinha, mas suas filhas se ofereceram para ir no lugar dela:

> Mas eles queriam quebrar... E a minha mãe a moral da minha e mãe era... Não adiantou, a minha mãe ela não poderia ser quebrada. Ela jamais envergaria, como o meu pai. Tinha coisa de tentar espezinhar. E o mais engraçado é que a gente disse juntas que 'a minha mãe não vai. Elas não vão'. A Tânia, ninguém combinou, ela disse: 'Eu vou no lugar dela.' Nós do outro lado também. Então, nós fomos eu, a Márcia, a Tânia, a Joana D'Arc, a Iara... Nós éramos cinco ali (AKSELRUD, 2014, p.29).

A intenção deles era enquadrar Fanny como mulher responsável pelos cuidados da casa e do homem, não apenas do marido. Deve-se levar em consideração, segundo sua filha, que Fanny já era uma senhora com 53 anos e uma mulher que não levava desaforo. O motivo da prisão das irmãs, segundo o depoimento de Ieda, era que elas tinham algum envolvimento com organizações de esquerda, já sua mãe foi presa por ser considerada esposa de terrorista. Fanny não era vinculada a organizações, mas apoiava a causa do marido, durante a prisão não chegou a ser violentada fisicamente, porém Ieda ressalta "Eles não bateram nela, mas não precisava porque tinha uma espada sobre a cabeça do meu irmão e sobre a cabeça dela, porque ela chegou a 26 de pressão" (AKSELRUD, 2024, p. 11).

Além disso, enquanto Fanny, suas filhas e filho estiveram presas, seu marido foi assassinado em meio as torturas. Tentar colocá-la no local designado para as mulheres, qualificado como único espaço para elas, seria uma forma de romper com sua atitude desafiadora e enquadrá-la dentro do espaço do qual, aos olhos da repressão, nunca deveria ter saído. Apesar dessa tentativa, como uma mulher que não levava desaforo para casa, a mãe de Ieda planejava algumas "pequenas vinganças" que podem se enquadrar dentro da lógica do afeto, conforme a filha:

> E a minha mãe na hora que vai entrar na... Tinha um tira na frente dela. Detetive galã. A minha mãe fazia essas coisas. Ela sacaneou aqueles caras. Ela fingiu que tropeçou no degrau e... Está lá, assim, tem um canal tem várias saídas. Ela fingiu que escorregou e se jogou aqui nas costas do tal do detetive galã, que era um cara alto. E foi empurrando ele até ele dizer 'Para! Para!' e ela foi como se tivesse perdido o equilíbrio até o outro lado só para encher o saco (AKSELRUD, 2014, p. 42).

Com a depoente Eliete Lisboa Martella a tentativa de "curá-la" ficou ainda mais gritante:

> E aí que eu comecei a chutar a porta, chutava a porta e via nego passar com o 'pa-pa-pa-pa-pa' correndo nessa coisinha de ferro e daí mandaram o capelão lá pra mim. Mandaram o capelão, foi no primeiro dia, um senhor lá com a bíblia debaixo do braço e eu já estava enlouquecida lá e eu falei: 'O que é que o senhor veio fazer aqui dentro? Veio tirar sarro da minha cara?' E ele falou: 'Não, você precisa de ter fé em Deus'. Eu falei: 'Deixa eu falar uma coisa para o senhor, o senhor enfia essa bíblia no cu e suma daqui, o senhor suma daqui'. 'Não, mas você é muito...'. 'O senhor quer apanhar aqui dentro? Eu vou dar no senhor aqui dentro. Vá embora' (MARTELLA, 2014, p.12).

Eliete estava sofrendo torturas intensas, uma reação sua em face dos sofrimentos foi chutar a porta da cela onde se encontrava. Talvez essa situação tenha feito os agentes pensarem que Eliete estava "histérica", ou nesse caso, quase possuída, e chamaram um capelão para dar conta da situação. Conforme Michele Perrot (1988, p. 168), ao mesmo tempo em que as mulheres eram consideradas abnegadas, existiram representações delas como origem do mal, força das sombras e rainha da noite. Somando-se a desconfiança da mulher como uma pessoa mais propensa a se associar às "forças sombrias" e à bruxaria, a histeria seria considerada uma doença típica das mulheres (FEDERICI, 2017).

Não eram apenas os agentes que reprimiram as mulheres e tentaram colocá-las no papel que lhes era outorgado, a hierarquia de gênero também permeava a sociedade, e alguns seguimentos tentaram impedir que essas mulheres deixassem o campo privado. Esmênia Machado Lino sofreu pressão do seu ex-marido para abdicar de sua militância no PCB quando se deu o golpe civil-militar, porém Esmênia não se deixou intimidar e pediu o desquite. Já com Lucia Velloso Maurício, seu pai e sua mãe chegaram a internar a filha em um hospital psiquiátrico, onde ela foi submetida a 22 choques elétricos: "Meus pais armaram uma armadilha. Eles me disseram que iam me levar ao médico, foi o meu pai que me levou. Porque eu estava tendo dor de cabeça, 'ah, vou levar para o médico, não sei o que..." (MURÍCIO, 2014, p. 33).

Lucia foi militante da VPR e antes da sua prisão, em setembro de 1971, foi internada por eles em um hospital psiquiátrico. A depoente não coloca em palavras o que levou seus pais a internarem, mas indica que "O meu pai é almirante e a minha mãe tem nível superior, especialista em educação. Eu estou falando isso porque essa decisão não é uma decisão sem pensar, é uma decisão de pessoas que estudaram, de pessoas que conhecem etc." (MAURÍCIO, 2014, p. 33). Lucia descreveu que seus pais eram conservadores, mas não propriamente a favor da ditadura, ao que parece o "tratamento" ao qual Lúcia foi submetida talvez estivesse relacionado com a preocupação dos pais quanto aos caminhos da filha, vistos como subversivos e não "naturais", por isso a teriam submetido aos métodos da época.

A pressão para seguir o estipulado para cada gênero foi externalizada em palavras pela depoente já citada, Rosa Maria Barros dos Santos. Presa em 1971 junto com companheiro, sofreu um aborto na prisão, recebendo remédio contraindicado. Após a sua liberação, seu marido ainda continuou preso e ela manteve as visitas, o que era difícil, pois os agentes sabiam que Rosa já havia sido presa e a provocavam. Tendo um filho devido às visitas íntimas, ambos decidem que ela deveria ir para São Paulo, onde Rosa foi terminar o curso de medicina, deixando a criança com avós. Sem companheiro, separada do filho e ex-presa, ela relatou o seu sofrimento:

> De tamanha pressão que eu sentia assim da sociedade em cima de mim, uma cobrança absurda, uma coisa de muita cobrança, uma mulher que está sem marido, para alugar apartamento era muito difícil, muitos apartamentos que eu procurei em São Paulo foi negado para mim, não me deixaram entrar no apartamento, estava tudo certo por telefone com a imobiliária e tal, eu fui apanhar a chave e perguntaram: 'Cadê o seu marido?' 'Meu marido está no Recife', não quis dizer que ele estava no presídio Barro Branco, 'ele está no Recife'. 'Ah não, a gente só aluga se você trouxer o seu marido, sem o seu marido a gente não aluga'. Aconteceu isso várias vezes. Teve uma vez que eu sentei na calçada e chorei, chorei e chorei [...]. (SANTOS, 2014, p. 25-26).

A pressão não vinha apenas da família e de suas relações pessoais, a sociedade identificava e rotulava alguns comportamentos como potencialmente subversivos, como por exemplo pedir pílulas anticoncepcionais nos postos de Saúde, como relatou Vilma Amaro:

> com a pílula, uma revolução e a ditadura militar, para ferrar as mulheres, pedia que você fosse nos postos de saúde pedir, porque chegou uma época que pedia receita, então, às vezes tinha até medo de se identificar em posto de saúde, eu falsifiquei muita receita para pegar, sabe? Porque, como é que eu ia fazer? Falei, a gente tem medo de passar num posto de saúde, sei lá o que, pedir a receita, vai e fala identificar, não sabe, vai que o cara te lasque (AMARO, 2013, p. 27).

Os estereótipos em relação à sexualidade feminina ainda eram muito fortes. Segundo Cristina Scheibe Wolff (2007, p. 102), durante a prisão dos/as estudantes no congresso da UNE em Ibiúna, foram confiscados e exibidos como troféus, caixas de pílulas anticoncepcionais que poderiam ser utilizadas para exibir à opinião pública que discussões sobre questões estudantis não seriam os únicos objetivos das "moças" no congresso. Para Wolff:

> A atitude da polícia política parece indicar claramente o conflito existente na sociedade em relação aos novos valores relativos à sexualidade e ao lugar social das mulheres e, ao mesmo tempo, que a polícia procurou utilizar-se deste conflito para legitimar sua ação repressiva dando a ela um caráter 'moralizante'. Afinal, a acusação de 'sem moral' pesava fortemente contra os 'comunistas' nos sermões dos padres mais tradicionais, nos jornais conservadores e no discurso do exército (WOLFF, 2007, p.102).

Diante disso, é possível entender o medo de Vilma Amaro quanto a possibilidade de ser denunciada por algum médico que fazia as receitas para os anticoncepcionais, já que recorrer às pílulas poderia ser visto como um sinal de subversividade, pois, como ressalta Wolff (2007), quem tendia a fazer o uso delas eram as "comunistas", que faltavam com a moral e os "bons costumes".

Por fim, cabe citar o exemplo da depoente Helena Pignatari Werner. Professora muito interessada no método Paulo Freire, que se surpreendeu ao saber que em sua primeira prisão tinha sido denunciada por uma mãe de uma aluna:

> porque nesse meio de tempo eu fiquei grávida, eu fiquei grávida, e na metade da gravidez em diante, eu tinha umas roupas que eu mandei fazer, a saia, por exemplo, abotoada para aumentar conforme a barriga, em baixo ela era justinha, batas alegres, branca com bolinha azul, ou então uma gravata vermelha, tudo alegre, e ia lá a grávida dar aula, vestida assim, e as alunas só vendo, porque...mulher grávida na família que a gente via, era arrastando chinelo, com umas roupas desengonçadas até a metade da perna e com aquela cara de tristeza, de...enquanto que eu chegava lá, eu nunca fui de me pintar, não usava muita pintura, um batonzinho quando muito, mas a roupeta era no capricho. A diferença da minha filha, de uma para outra, foi de 15 meses. Então deu para eu dar o exemplo, porque isso foi um exemplo. Foi dar o exemplo para as meninas que as coisas poderiam ser diferentes, ser melhores. E as meninas começaram a entender muita coisa, entre outras coisas, que não queriam ser professora primária, elas queriam ir para faculdade, elas queriam fazer cursos, elas queriam fazer línguas, queriam ter outra profissão. Ninguém queria ser professora primária. Uma revolta na família, porque de qualquer maneira ia aumentar o gasto da casa. (WERNER, 2014, p.4).

Além de se envolver com o método Paulo Freire, sinônimo de terror até nos dias de hoje para algumas alas da política, Helena era uma mulher que estava grávida e continuava trabalhando, continuando não só com suas ideias autônomas e de carreira, como não abdicou de tudo para a maternidade e seu casamento. Exemplo "terrível" e que deveria ser "impedido", como indica:

> Ah, aí eu fiquei sabendo que uma das acusações contra mim, dizendo que eu era subversiva, que eu era comunista, que não sei o que lá, só faltou falar que eu comia criancinha, foi de uma mãe de uma aluna minha, que tava indignada com a influência que a professora exercia sobre a filha dela (WERNER, 2014, p. 5).

Influência comprometedora que, na ideologia reinante, deveria ser impedida a todo custo, por isso Helena foi presa. Se a intenção da violência política era reprimir, buscar informações, punir e "ensinar uma lição" a esses seres "desviantes" da sociedade, a repressão também se valeu da mesma moralidade que impunha a essas mulheres para as atingir, como identificado em vários exemplos já citados, se utilizou da sua sexualidade, da maternidade e de

seus corpos. Temas cercados de leis morais que foram rompidas exatamente para inferiorizar essas mulheres durante a tortura.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como intuito analisar as transcrições de depoimentos civis de mulheres coletados pela Comissão Nacional da Verdade entre os anos de 2012 e 2014. O objetivo era investigar sobre as atuações de mulheres a partir do conceito da lógica do afeto, ou seja, investigar as possíveis ações desempenhadas dentro de estereótipos de gênero impostos sobre elas.

Em meio a análise dos depoimentos outros temas foram surgindo, como a temática da violência sexual, principalmente devido a sua negação enfática nas falas das depoentes, o silêncio presente não apenas no âmbito coletivo, mas também no espaço privado e pessoal, e as imposições de gênero que tinham como finalidade "reeducar" aquelas mulheres, consideradas transgressoras da hierarquia de gênero e do espaço privado para o qual estavam destinadas.

A partir da análise realizada, foi possível identificar uma gama variada de ações de mulheres dentro da lógica do afeto. Percebeu-se que as militantes do afeto tendiam a se referir a esses "jogos de gênero" de forma não depreciativa, se utilizando deles para realizar visitas ou buscar o paradeiro de seus familiares, esconder objetos, fazer presença nas auditorias na tentativa de libertar seus entes queridos, fazer denúncias, costurar roupas, dar alimento, assistência médica, ir para o exílio dando apoio ao companheiro e possivelmente outros tipos de atuações. Essas ações, que partiam do âmbito privado repercutiam na esfera pública com a libertação de militantes, a realização de denúncias e o apoio às organizações de forma indireta. Por isso elas foram tomadas como ações políticas, pois o campo político não possui fronteiras definidas.

Através do apoio e das ações das mulheres militantes do afeto, elas foram atingidas diretamente pela repressão, tiveram suas casas invadidas e reviradas, foram violentadas sexualmente e torturadas, sofreram violência física e foram presas. Assim sendo, mesmo se enquadrando nas expectativas de gênero criadas, elas também sofreram com a violência da repressão, sendo inclusive atingidas no que as definia enquanto mulheres, isto é, na sua sexualidade, na maternidade e no seu corpo.

Com relação às mulheres militantes políticas, também foi possível constatar ações realizadas dentro da lógica do afeto. Assim como as militantes do afeto, elas se valiam dos estereótipos de gênero para realizar ações, principalmente quando estavam para ser presas ou durante a prisão, como forma de despistar os agentes e convencê-los de que não seriam "subversivas", mas "inocentes", ou seja, que não tinham nenhuma ligação com a política. Ao jogarem com o gênero foi possível identificar que se algumas das militantes políticas

valorizaram essas ações, outras as minimizaram e não as consideraram enquanto ações verdadeiramente políticas. Diante disso, talvez depreciar as atuações se relacione com a tentativa de construir uma memória de mulheres militantes políticas enquanto militantes “de luta”, ou ainda devido a dicotomia entre privado e público, na qual ações que partem do âmbito privado não seriam classificadas como políticas, já que não se originaram na esfera pública.

Dentre as ações realizadas pelas militantes políticas na lógica do afeto, a paquera e a falsa gravidez não foram aplicadas dentro da prisão, pois poderiam intensificar as violências empregadas contra essas mulheres. Assim como com as militantes do afeto, aquelas que eram vinculadas às organizações de esquerda também foram atingidas conforme o que as definia enquanto mulheres. Nesse sentido, a violência sexual foi um tema que perpassou diversos depoimentos. A nudez forçada, os choques elétricos, a violação sexual e o estupro, as tentativas de estupro e insinuações, foram alguns dos tipos de violência sexual apresentados neste trabalho.

Dentro da temática da violência sexual, foi possível perceber que a recente discussão sobre o tema pode ter feito com que algumas mulheres que não se identificaram como vítimas desse tipo de violência, quer seja porque ela ainda continua estereotipada como uma violência “privada”, quer seja pelo carácter inarrável de tal sevícia que invade a identidade íntima da pessoa, passaram a se reconhecer nas suas falas enquanto vítimas de tal violência. Diante disso, também se constatou a soma entre a violência sexual e o abuso sexual na tortura em mulheres, pois elas seriam corpos estranhos considerados inferiores dentro da hierarquia de gênero, fazendo com que, dentro dessa mesma hierarquia, os torturadores tivessem um gozo específico diante desse corpo outro.

Uma das repercussões de serem submetidas a violência sexual, mas também outros tipos de sevícias, foi o silêncio. Como foi apresentado nesta pesquisa, por muito tempo as memórias de militantes ficaram restritas ao âmbito privado, isso não só significa que elas eram transmitidas apenas entre familiares, outros sobreviventes ou no meio militante, mas também, devido ao entrelaçamento entre a memória coletiva e a memória individual, se na esfera pública não foi realizada uma tentativa de escuta dessas histórias, as memórias muitas vezes não foram transmitidas no campo privado.

Dentro da esfera do silêncio, as mulheres apresentaram algumas características específicas. Foi possível constatar o silêncio de mães para com seus/as filhos/as, de filhas para com seus pais, de esposas com seus companheiros, que visavam preservar seus entes das violências por elas vivenciadas. Somando-se ao medo de serem julgadas caso falassem sobre as suas experiências, as mulheres tenderiam, por conta de expectativas de gênero que foram

apropriadas por elas, a relegar suas dores diante dos possíveis sofrimentos experienciados por seus entes. Mesmo que o silêncio foi aproveitado como ferramenta para proteger a si e as outras pessoas, ele também cobrou seu preço, como constatam os exemplos de depoentes colocados.

A pressão suportada por essas mulheres decorrente do silêncio, poderia ser ainda maior se levar em consideração a ocorrência da violência sexual enquanto uma invasão que viola a identidade íntima da pessoa. Além dessa dor, não só o julgamento e a desconfiança seriam adicionados como também a culpa poderia ser uma das consequências desse tipo de violência. Ainda por cima, a falta de um espaço acolhedor que possibilite a fala dessas mulheres continua insuficiente, mesmo se levar em conta as atividades da CNV, já que as perguntas objetivas feitas pela comissão poderiam ser constrangedoras e mesmo levar a um testemunho sem subjetividade.

Ainda foram percebidas ações que visavam impor novamente às mulheres, consideradas transgressoras e subversivas, a hierarquia de gênero. Ocorreram choques psiquiátricos, questionários psicológicos, "conselhos" por parte da repressão, e mesmo foi possível identificar a pressão no meio social para que essas mulheres mudassem seus comportamentos.

Para finalizar esta pesquisa, será apresentado um poema escrito por Maria das Dores Romaniolo citado durante o depoimento de sua filha, Roberta Romaniolo. Este poema não representa todas as situações experienciadas pelas depoentes da CNV, que são diversas, mas é uma forma de homenageá-las através da escrita literária que envolve características imaginativas e fantásticas, elementos necessários para se tentar narrar o que a própria linguagem reluta em expor (PASSERINI, 2011, p. 79):

> Estádio prisão de Santiago, meu nome Maria, Maria como tantas. Um estampido, levanto-me e tapo os ouvidos. E mesmo acostumada, me espanto. Eu por ser a mais medrosa sempre enxergava mais longe que tantas outras Marias, desato o coração fazendo minha oração. Feliz por não ter sido a autora do estampido, penso estar dentro do inferno, em seu total interno, qual nem Dante se exprimiu. Depois um choro, um outro, mais outros, como um coro. Uma mulher grita: é meu filho. Procura e não vê, então vem a certeza, o inferno é mesmo ali. Ao ver meu filho caído, a mulher amaldiçoa seu ventre numa histeria demente por ter um dia parido. Aí eu choro. Anos depois nem a anistia me consola, pois meu pranto e o ódio que assola. Tudo não basta para que percebam que nenhuma guerra vale tanto. Ao pisar de volta ao solo pátrio, me reconheço, Maria, Maria como tantas e choro, choro o já vivido, e fui marionete de los hombres, quem sabe fui eu a autora do estampido (ROMANIOLO, 2014, p. 33).

Uma Maria mulher descreve ou ao menos tenta expressar a dor de outras e dela mesma. Seu poema se assemelha quase a definição do rosto de Emmanuel Levinas, pois busca demostrar a dor e a fragilidade da mulher mãe perante a tentativa de assassinar o seu rosto, isto

é, o humano que nela vive. Sensação que continua, e não acaba mesmo depois dessa mulher retornar ao “solo pátrio” e contemplar a anistia, Maria chora “o já vivido”, a sua experiência passada como marionete. E em meio a esse retorno presente, joga com a hipótese de ser a responsável pelo estampido, quem sabe representando a dor de ver o filho sofrer e se sentir culpada pelo seu martírio.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida C. FERRAZ, Flávio C. **Ditadura civil-militar no Brasil**: o que a psicanálise tem a dizer. São Paulo: Escuta, Sedes Sapientiae, 2016. 164 p.

ARFUCH, Leonor. Narrativas del yo y memorias traumáticas. **Tempo e argumento**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 45-60, jan./jun. 2012. DOI: 10.5965/2175180304012012045. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/3381/338130378004.pdf. Acesso em: 14 jun. 2024.

ASSUMPÇÃO, San Romanelli. Comissão Nacional da Verdade: modo de usar. **Insight Inteligência**, Rio de Janeiro, n. 69, p.116-129, abr./mai./jun. 2015. Disponível em: https://inteligencia.insightnet.com.br/comissao-nacional-da-verdade-modo-de-usar/. Acesso em: 14 jun. 2024.

BAUER, Caroline Silveira**. Como será o passado?** História, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade. Jundiaí, São Paulo: Paco, 2017. 237p.

BAUER, Caroline Silveira. O debate legislativo sobre a criação da Comissão Nacional da Verdade e as múltiplas articulações e dimensões de temporalidade da ditadura militar brasileira. **Anos 90**, Porto Alegre, v.22, n. 42, p.115-152, dez. 2015. DOI: https://doi.org/10.22456/1983-201X.53185. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/53185. Acesso em: 14 jun. 2024.

BECKER, Jean-Jacques. O handicap do a posteriori. *In:* FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas. 1998. cap. 3.

BEDÀRIDA, François. Tempo presente e presença da história. *In:* FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas. 1998. cap. 18.

BUTLER, Judith. Vidas precárias. Contemporânea- **Revista de Sociologia** da UFSCar, São Carlos, v.1, n.1, p.13-33, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/mana/a/sy6TT6xjmRmVLXzdQvYkX7D/. Acesso em: 14 jun. 2024.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 21. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1994.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher a ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1997.

COLLING, Ana Maria. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. **História em revista**, UFPel: Pelotas, v.10, p.1-10, 2004. Disponível em: https://repositorio.sistemas.mpba.mp.br/xmlui/handle/123456789/553. Acesso em: 14 jun. 2024.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório (volume I)**. Brasília: CNV, 2014.

CONRADI, Carla Cristina Nacke. **“Memórias do sótão”:** vozes de mulheres na militância política contra a ditadura no Paraná (1964-1985). 2015. 267 p. Tese (Doutorado em História) Tese (Doutorado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

CONTREIRAS, Janaína Athaydes. **Corpo de mulher, um campo de batalha:** terrorismo de Estado e violência sexual nas ditaduras brasileira e argentina de segurança nacional. 2018. 251 p. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

CONTREIRAS, Janaína Athaydes. **Terrorismo de Estado e violência sexual na ditadura brasileira (1964-1985)**. 2015. 122 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

DIAS, Reginaldo Benedito. A Comissão Nacional da Verdade, a disputa da memória sobre o período da ditadura e o tempo presente. **Patrimônio e Memória**, São Paulo, Unesp, v.9, n.1, p.71-95, jan./jun, 2013. Disponível em: https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/343. Acesso em: 19 jun. 2024.

DUARTE, A. R. F. Jogos de gênero nas memórias de militantes pela anistia. **Espaço Plural**, v. 10, n. 21, p. p.66–77, 2000. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/3553. Acesso em: 28 ago. 2024.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **“Memórias em disputa e jogos de gênero”:** O Movimento Feminino Pela Anistia no Ceará (1976-1979). 2009. 232 p. Tese (Doutorado em História) Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Editora Elefante: 2017, 235 p. Disponível em: https://coletivosycorax.org/wp-content/uploads/2019/09/CALIBA_E_A_BRUXA_WEB-1.pdf. Acesso em: 13 jun. 2024.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. **Mulheres, militância e memória**. 1996. 149f. Dissertação (Antropologia Social). UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. 277p.

FERREIRA, Priscila von Randow; NASCIMENTO, Ingrid Faria Gianordoli; VELOSO, Flávia Gotelip Corrêa. A representação social de maternidade entre mulheres que lutaram contra o regime militar no Brasil. *In:* Fazendo gênero: diásporas, diversidades, deslocamentos. 1., 2010, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis: Fazendo Gênero 9, 2010. Disponível em: https://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/site/anaiscomplementares?impressao. Acesso em: 13 jun. 2024.

FICO, Carlos. **Além do golpe:** versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. 2. ed. Rio de Janeiro, Record, 2004, p.76-91.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis. **Varia história**, Belo Horizonte, v.28, n. 47, p.43-59, jan./jun. 2012. DOI:

https://doi.org/10.1590/S0104-87752012000100003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/vh/a/P7RGYBDbYn755mZRVGq3vGx/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 14 jun. 2024.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. Entre a casa e a rua: memória feminina das festas açorianas no sul do Brasil. **Cadernos Pagu**. Campinas, n.4, p. 117-142, 1995. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1765/1820. Acesso em: 14 jun. 2024.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. A Vontade de Saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979. 151p.

FRANCO, Paula. **A escuta que produz a fala:** o lugar do gênero nas comissões estaduais e na Comissão Nacional da Verdade (2011-2015). 2017. 254 p. Dissertação (História e Educação) UDESC, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

GALLO, Carlos Artur. A Comissão Nacional da Verdade e a reconstituição do passado recente brasileiro: uma análise preliminar da sua atuação. **Estudo Social**: Araraquara, v.20, n.39, p.327-345, jul./ dez. 2015. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/7457. Acesso em: 14 jun. 2024.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 2. ed. São Paulo, Ática, 1987. 283 p.

GOV.br. Brasília, DF: GOV. br, c2024. Disponível em: https://www.gov.br/participamaisbrasil/cemdp,. Acesso em: 29 ago. 2024.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** 2. ed. São Paulo: Centauro, 2008. 222 p.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade:** presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autntica Editora, 2013. 267p.

HEREDIA, Cecilia Riquino. **Os dias eram assim**: verdade, memória e história nos relatórios finais das Comissões da Verdade da Argentina, Paraguai e Brasil. 2023. 296p. Tese (Doutorado em História Social). USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memória.** Madrid/Buenos Aires: Siglo XXI, 2001. 160.

JELIN, Elizabeth. Mulheres e os direitos humanos. **Revista de Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, v.2, n. 3, p. 117-149, 1994. DOI: https://doi.org/10.1590/%25x. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16293. Acesso em: 14 jun. 2024.

JENLIN, Elizabeth. Subjetividad y esfera pública: el género y los sentidos de familia en las memorias de la represión. **Política y Sociedad**, Madrid, v.48, n.3, p.555-569, 2011. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3833926. Acesso em: 14 jun. 2024.

JOFFILY, Mariana. A diferença na igualdade: gênero e repressão política nas ditaduras militares do Brasil e da Argentina. **Espaço Plural:** Marechal Cândido Rondon. n. 21, 2º

semestre 2009, p. 78-88. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/3554/0. Acesso em: 14 jun. 2024.

JOFFILY, Mariana. Memória, gênero e repressão política no Cone Sul (1984-1991). Florianópolis: **Tempo e Argumento**, v.2, n.1, jan./jun. 2010, p.111-135. Disponível em: https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/1861. Acesso em: 14 jun. 2024.

JOFFILY, Olívia Rangel. **Esperança equilibrista:** Resistência feminina à ditadura militar no Brasil. 2005. 170 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). PUC, Pontíficia Universidade Católica, São Paulo, 2005.

LÉVI, Primo**. É isto um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 1988. 255p.

MARQUES, Rafael Peixoto de Paula. Constituição, memória e história no Brasil recente: reflexões sobre a Comissão Nacional da Verdade. **A&C- Revista de Direito Administrativo & Constitucional.** Belo Horizonte: v.15, n.61, p.209-231, jul./set. 2015. DOI: https://doi.org/10.21056/aec.v15i61.28. Disponível em: https://revistaaec.com/index.php/revistaaec/article/view/28. Acesso em: 14 jun. 2024.

MATOS, Júlia Silveira. SENNA, Adriana Kivanski de. História Oral como fonte: problemas e métodos. **Historiæ**, Rio Grande, v. 2, n. 1, p. 95-108, 2011. Disponível em: https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2395. Acesso em: 14 jun. 2024.

MEZAROBBA, Glenda. De que se Fala, quando se diz "Justiça de Transição"?. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. São Paulo, n.67, p.111-122, jan./ jun. 2009. Disponível em: https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/328. Acesso em: 14 jun. 2024.

MPF recomenda a reinstalação da comissão que investiga mortes e desaparecimentos da ditadura. **Carta Capital**, 7 mar. 2024. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/justica/mpf-recomenda-a-reinstalacao-da-comissao-que-investiga-mortes-e-desaparecimentos-da-ditadura/. Acesso em: 29 ago. 2024.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**: Florianópolis, vol. 8, n. 2, 2000, p. 9-41. DOI: https://doi.org/10.1590/%25x. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917. Acesso em: 14 jun. 2024.

NUNES, Sílvia Regina. Violência sexual em mulheres durante a ditadura civil-militar no Brasil: o testemunho e a negação. *In*: ZOPPI FONTANA, M. G.; FERRARI, A. J. (orgs.). **Mulheres em discurso:** gênero, linguagem e idelogia. Campinas: Pontes Editores, v.1, p.1-15, 2017.

PADRÓS, Enrique Serra. Memória e esquecimento das ditaduras de segurança nacional: os desaparecidos políticos. **História em Revista**, v. 10, n.10, 2017. DOI: https://doi.org/10.15210/hr.v10i10.11658. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/article/view/11658. Acesso em: 14 jun. 2024.

PASSERINI, Luísa. **A memória entre política e emoção**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v.24, n.1, p.77-98, 2005. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-90742005000100004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/his/a/fhHv5BQ6tvXs9X4P3fR4rtr/abstract/?lang=pt. Acesso em: 14 jun. 2024.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (org.). **Gênero, feminismos e ditadura no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010, 296 p.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. As dores e as delícias de lembrar a ditadura no Brasil: uma questão de gênero. **História Unisinos**, v.15, n.3, 2011, p. 398-405, set./ dez. 2011. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2011.153.07. Acesso em: 18 jun. 2024.

PEREIRA, Ivonete. Estudo de casos: narrativas sobre a militância e a maternidade nas ditaduras brasileira e argentina (1964-1989). **História Oral**, v. 12, n. 1-2, p. 103-128, jan./dez. 2009. DOI: https://doi.org/10.51880/ho.v12i1-2.166. Disponível em: https://www.revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/166. Acesso em: 18 jun. 2024.

PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres. **Cadernos Pagu**, Campinas: Unicamp, n.9, p.9-28, 1995. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1733. Acesso em: 18 jun. 2024.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história:** operários, mulheres, prisioneiros. 7. ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1988. 310 p.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**, v. 9, n. 18, p. 9-18, ago./set. 1989.

PINTO, Nicole Maria Babugia. Mulheres na ditadura civil militar: uma análise dos nomes apresentados à Comissão Nacional da Verdade. *In:* FELIZARDO, Nayara Augusto, SOUZA, Paulino Augusto Peres de (Orgs.). et al. **Políticas e minorias [livro eletrônico]:** as resistências das invisibilidades no Brasil. Chapadinha, MA: Editora Alfa Ciência, 2023. cap. 7. p.102-115.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278. Acesso em: 18 jun. 2024.

RAGO, Margareth. Descobrindo historicamente o gênero. **Cadernos Pagu,** v. 11, 1998. p. 89-98. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634465. Acesso em: 18 jun. 2024.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (Orgs.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis, SC: Editora Mulheres, 1998.

RÉMOND, Réne. **Por uma história política.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, 472 p.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo Social;** Rev. Sociol. USP: São Paulo, v.2, n.2, p.113-128, 2.sem. 1990. DOI: https://doi.org/10.1590/ts.v2i2.84806. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84806. Acesso em: 18 jun. 2024.

RODRIGUES, V. Lenta, gradual e segura? A Comissão Nacional da Verdade e a Lei de Acesso a Informações na construção da justiça de transição no Brasil. **Revista Acervo,** Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 183-208, jan./jun. 2014. Disponível em: https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/467. Acesso em: 18 jun. 2024.

ROSA, Susel O. **Mulheres ditaduras e memórias:** "Não imagine que precise ser triste para ser militante". São Paulo: Intermeios, Fapesp, 2013, 326p.

ROSALEN, Eloisa. **Vidas (entre) laçadas**: relações de gênero nas memórias do exílio brasileiro (1964-1979). 2016. Dissertação (História). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2016.

ROVAI, Marta G. de Oliveira. **Osasco 1968:** a greve no masculino e no feminino. Salvador: Editora Pontocom, 2013. 436 p. Disponível em: http://www.editorapontocom.com.br/livro/19/19-marta-rovai-osasco-1968.pdf. Acesso em: 18 jun. 2024.

SALVATICI, Silvia Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. **História Oral**, v.8, n.1, p.29- 42, jan./jun. 2005. DOI: https://doi.org/10.51880/ho.v8i1.114. Disponível em: https://www.revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/114. Acesso em: 18 jun. 2024.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**. Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo, Companhia das Letras/UFMG, 2007. 128 p.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade** , Porto Alegre: UFRGS, v.20, n.2, p.71-99, jul./dez. 1995. Versão atualizada. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721. Acesso em: 18 jun. 2024.

SILVA, Natália Aparecida Godoy da. **A atuação dos historiadores na Comissão Nacional da Verdade:** limites, contribuições e disputas pela representação do passado. 2020. 152 p. Dissertação (História) UFJF, Universidade Federal de Juiz de Fora, juiz de Fora, 2020.

SOUZA, Renato; DORNELAS, Helena. Forças Armadas não são "poder moderador", diz STF. **Correio Brasiliense**, Brasília DF, 9 abr. 2024. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2024/04/6834172-forcas-armadas-nao-sao-poder-moderador-diz-stf.html. Acesso em: 29 ago. 2024.

STEMY, Adrianna. "Ato sem perdão": justiça de transição, políticas de memória e reparação às mulheres vítimas de violência de gênero durante a ditadura militar brasileira. **Estudos**

Históricos, Rio de Janeiro, v.33, nº.70, p.338-358, mai./ago.2020. disponível em: https://www.scielo.br/j/eh/a/yqG9ZmyFWjMHqrNjcGVYxSC/abstract/?lang=pt. Acesso em: 18 jun. 2024.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. (Orgs.). **O que resta da ditadura:** a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010, 346 p.

TELES, Janaína de Almeida. **Memórias dos cárceres da ditadura:** os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil. 2011. 519 p. Tese (Doutorado em História). USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

THOMSON, Alistair. Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC/SP.** São Paulo, n. 15, p. 51-84, abr. 1997. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11216. Acesso em: 18 jun. 2024.

TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria.** Barcelona: Paiadós, 2000.
VARIKAS, Eleni. 'O Pessoal é Político': desventuras de uma promessa subversiva. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 59-80, 1997.

VOLDMAN, Danièle. A invenção do depoimento oral. *In:* FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas. 1998. cap. 4.

WOLFF, Cristina Sheib. Jogos de gênero na luta da esquerda armada no Brasil: 1968-1974. *In*: WOLFF, Cristina Scheib, FÁVERI, Marlene de, RAMOS, Tânia Regina Oliveira (orgs). **Leituras em rede** – gênero e preconceito. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.

FONTES

CNV. **Comissão Nacional da Verdade**. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/. Acesso em: 28 dez. 2023. Base de Dados.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório (volume III)**. Brasília: CNV, 2014.

ABRANTES, Vânia Amoretty. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Vania_Amoretty_Abrantes.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

AQUINO, Lígia Maria Motta Lima Leão de. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Ligia_Maria_Motta_RDK.pdf. Acesso em: 14 dez. 2023.

ALBERNAZ, Jussara Martins. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/00092_000611_2014_80_degravacao.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

ALENCAR, Jane de. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Jane_de_Alencar.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

ALMEIDA, Ângela Mendes. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Angela_Mendes_de_Almeida_e_Maria_Amelia_de_Almeida_Teles_19.08.2013.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

ALMEIDA, Cristina Marais. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/00092_000091_2014_13_degravacao.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

ALMEIDA, Cristina Schmidt de. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/crimeiaeoutross.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

AMARO, Vilma. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Vilma_Amaro.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Maria_Auxiliadora_de_Almeida_Cunha_Arantes_18.08.2014.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

BARBAN, Vilma Aparecida. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Vilma_Aparecida_Barban.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

BARROS, Maria Angela Ferreira dos Santos. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Maria_Angela_Ferreira_dos_Santos_Barros.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

BASSETTO, Márcia. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Marcia_Bassetto_e_Ronaldo_Eduardo_Almeida_28.08.2014__rp.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

BATISTA, Ana de Miranda. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Ana_de_Miranda_Batista_-_07.05.2014_-_rp.pdf. Acesso em: 14 dez. 2023.

BELOQUE, Leslie Denise. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Leslie_Denise_Beloque.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

BELTRÃO, Sônia Maria Arruda. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Sonia_Maria_de_Arruda_Beltrao_-_rp.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

BONET, Maria Dalva Leite de Castro de. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/00092_001123_2014_90_degravacao_rp.pdf. Acesso em: 14 dez. 2023.

———, Maria Dalva Leite de Castro de. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Maria_Dalva_Leite_de_Castro_Bonet_09_05_2014.pdf. Acesso em: 14 dez. 2023.

BOTELHO, Rianete Lopes. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Rianete_Lopes_Botelho_25.06.2014.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

BRITO, Diclani Suissa Martins de. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Diclani_Suissa_Martins_de_Brito_-_22.10.2013_-_rp.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

CANNABRAVA, Benita Accioli. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Benita_Beatriz_Accioli_Cannabrava.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

CARDOSO, Adriana Bezerra. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Adriana_Bezerra_Cardoso.pdf. Acesso em: 14 dez. 2023.

CARDOSO, Nilce Azevedo. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/familiares/Martinha_Solon_Viola_Nilce_Azevedo_Cardoso_e_Paulo_de_Tarso_Carneiro_18.03.2013.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

CARVALHO, Dulce Querino de. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Dulce_Querino_de_Carvalho.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

CARVALHO, Irene Madeira de. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Irene_Madeira_de_Carvalho_02.12.2014.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

CARVALHO. Maria Lúcia Cunha de. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Maria_Lucia_Cunha_de_Carvalho_transcricao.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

CARVALHO, Pedrina José de. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Pedrina_Jose_de_Carvalho_transcricao.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

CASTRO, Maria Eliane de. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/crimeiaeoutross.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

CEBRIAN, Eliete Ferrer. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/00092_001009_2014_60_degravacao.pdf. Acesso em: 14 dez. 2023.

CHAMORRO, Anita Leocádia. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Anita_Leocadia_Chamorro.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

COELHO, Lúcia Maria Sálvia. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Lucia_Maria_Salvia_Coelho_-_16.06.2014_-_ct_rp.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

CORBISIER, Ana. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013. Disponível em:

http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Ana_Corbisier_09_11_2013_parte_1.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

————, Ana. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Ana_Corbisier_09_11_2013_parte_2.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

COSTA, Maria Aparecida. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Maria_Aparecida_Costa_31.07.2013.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

COSTA, Robêni Baptista da. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Robeni_Baptista_da_Costa_04.06.2014.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

COTRIM, Maria Leticia Ligneul. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/00092_000910_2014_14_degravacao_rp.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

CRESPIM, Denise Peres. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Denise_Peres_Crispim_06-03-2014_-_rp.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

DIB, Maria Sallas. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Maria_Sallas_Dib_transcricao_20.08.2013.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Ana_Maria_Ramos_Estevao.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

FÁVERO, Isabel. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Alberto_Favero_e_Izabel_Fvero_-_ct_rp.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

FERNANDES, Rosalice Magaldi. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/agentes_publicos/Rosalice_Magaldi_Fernandes_-_RDK.pdf. Acesso em: 14 dez. 2023.

FERRAZ, Thereza. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Thereza_Ferraz_-_28.11.2013_-_rp.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

FERREIRA, Maria Cristina de Oliveira. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em:

http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Maria_Cristina_de_Oliveira_Ferreira_08_05_2014_-_ct.pdf. Acesso em: 14 dez. 2023.

————, Maria Cristina de Oliveira. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Maria_Cristina_de_Oliveira_Ferreira_11.11.2014.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

FERREIRA, Maria Lúcia Alves. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Maria_Lucia_Alves_Ferreira.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

GOMES, Ana Maria. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Ana_Maria_Gomes_-_07.04.2014_-_ct_rp.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

GONÇALVES, Fabíola Mônica da Câmara Diniz. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Fabiola_Monica_da_Camara_Diniz_Goncalves_02.09.2014.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

GONÇALVES, Janina Maria Fleury. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Janina_Maria_Fleury_Teixeira_Goncalves.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

GUIMARÃES, Marilia Carvalho. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Marilia_Carvalho_Guimaraes_-_RDK.pdf. Acesso em: 14 dez. 2023.

GUISONI, Raquel Felau. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Raquel_Felau_Guisoni_-_21.08.2014_-_rp.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

HANNICKEL, Deise. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Deise_Hannickel.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

IMPERATRICE, Ângela Telma Lucena. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Angela_Telma_Lucena_Imperatrice_-_01.08.2014_-_ct_rp.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

JAHNEL, Lúcia Cabral. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Lucia_Cabral_Jahnel_RDK.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

LACRETA, Rose. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em:

http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Rose_Lacreta_-_08.05.2014_-_rp.pdf. Acesso em: 14 dez. 2023.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Rosalina_de_Santa_Cruz_Leite.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

LINO, Esmênia Machado. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Esmenia_Machado_Lino_-_01.07.2014_-_rp_01.07.2014.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

LOBO, Elza Ferreira. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Elza_Ferreira_Lobo.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

LOPES, Guiomar Silva. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Guiomar_Silva_Lopes_-_26.08.2013.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

LOPES, Joana D'arc Bizzotto. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Joana_DArc_Bizzotto_Lopes.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

LOPES, Lúcia do Amaral. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Lucia_do_Amaral_Lopes_RDK.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

LUCA, Derlei Catarina de. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Derlei_Catarina_de_Luca_27_01_2014_-_ct_rp.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

———, Derlei Catarina de. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Derlei_Catarina_de_Luca_01.09.2014.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

LUCENA, Damaris. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Damaris_Lucena_01.08.2014.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

LYRA, Tania Rodrigues Fayal de. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Tania_Regina_Rodrigues_Fayal_de_Lyra.pdf. Acesso em: 14 dez. 2023.

MAGALHÃES, Antônia Ribeiro de. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013. Disponível em:

http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Antonia_Ribeiro_de_Magalhaes_-_21.11.2013_-_ct_rp.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

MARTELLA, Eliete Lisboa. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/00092_000960_2014_00_degravacao.pdf. Acesso em: 14 dez. 2023.

MATTOS, Myrthes Maria Veja de. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Myrthes_Maria_Veja_de_Mattos_RDK.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

MATTOS, Roberta Romaniolo de. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Roberta_Romaniolo_de_Mattos_18.09.2014.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

MAURICIO, Lucia Velloso. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Lucia_Velloso_Mauricio_RDK.pdf. Acesso em: 14 dez. 2023.

MIYAKI, Darci Toshiko. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Darci_Toshiko_Miyaki_16.06.2013.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

———, Darci Toshiko. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Darci_Toshiko_Miyaki_17.06.2014.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

MOREIRA, Berenice Fialho. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Berenice_Fialho_Moreira.pdf. Acesso em: 14 dez. 2023.

NEVES, Maria Bernarda da Silva. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Maria_Bernarda_da_Silva_Neves.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

NOGUEIRA, Rosemary. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Rosemary_Nogueira_-_17.09.2013_-_rp.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

NORONHA, Ilma Maria Horsth. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Ilma_Maria_Horsth_Noronha.pdf. Acesso em: 14 dez. 2023.

OLIVEIRA, Lótus Dutra de. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em:

http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Lotus_Dutra_de_Oliveira_RDK.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

OLIVEIRA, Zenaide Machado de. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Zenaide_Machado_de_Oliveira.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

————, Zenaide Machado de. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Zenaide_Machado_de_Oliveira_e_Antonio_Carlos_Machado_29.08.2014.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

PEREIRA, Iara Xavier. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Iara_Xavier_Pereira_e_Zilda_Xavier_Pereira.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

PEREIRA, Zilda Xavier. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Iara_Xavier_Pereira_e_Zilda_Xavier_Pereira.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

PINHO, Vera Vani Alves de. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Vera_Vani_Alves_de_Pinho.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

PINTO, Valeska Peres. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Valeska_Peres_Pinto.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

PIRES, Áurea Moretti. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Aurea_Moretti_Pires_-_25.02.2014_-_rp.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

PRADA, Cecília Maria do Amaral. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Cecilia_Maria_do_Amaral_Prada.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

RAMMINGER, Ignez Maria Serpa. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/familiares/Martinha_Solon_Viola_Nilce_Azevedo_Cardoso_e_Paulo_de_Tarso_Carneiro_18.03.2013.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

RÉGIS, Maria Isabel Camargo. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Maria_Isabel_Camargo_Regis_06.09.2013.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

ROQUE, Tânia Marins. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Tania_Regina_Rodrigues_Fayal_de_Lyra.pdf. Acesso em: 14 dez. 2023.

ROLEMBERG, Eliana Bellini. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Eliana_Bellini_Rolemberg_-_30.09.2014_-_ct_rp.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

SAGE, Karen Leslie Raborg. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/00092_000107_2014_80_degravacao.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

SALAZAR, Emely Vieira. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Emely_Vieira_Salazar.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

SANCHES, Adoração Vilar. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Adoracao_Vilar_Sanches_04.10.2013.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

SANTOS, Derly Marluce dos. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Derly_Marluce_dos_Santos_-_06.05.2014_-_rp.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

SANTOS, Maria Carmozita Moreira dos. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Maria_Carmozita_Moreira_dos_Santos_RDK.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

SANTOS, Rosa Maria Barros dos. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Rosa_Maria_Barros_dos_Santos_-_21.05.2014_-_rp.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

SCAVONE, Darci Terezinha de Luca. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Darci_Terezinha_de_Luca_Scavone.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

SEIXAS, Ieda Akselrud. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Ieda_Akselrud_Seixas_00092_000408_2014_11_degravacao.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

SIPAHI, Helenita Matos. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Helenita_Matos_Silva_Aytan_Miranda_Sipahi.pdf. Acesso em 13 dez. 2023.

———, Helenita Matos. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Helenita_Matos_Sipahi_27_06_2014.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

SIPAHI, Rita Maria de Miranda. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Rita_Maria_de_Miranda_Sipahi.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

SILVA, Dagmar Pereira da. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Dagmar_Pereira_da_Silva_12.03.2014.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

SILVA, Dirce Machado da. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2012. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Dirce_Machado_da_Silva_-_03.12.2012_-_ct_rp.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

SILVA, Elizabeth Silveira e. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/crimeiaeoutross.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

SILVA, Isabel Maria Gomes da. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Isabel_Maria_Gomes_da_Silva_Virgilio_Gomes_da_Silva_Filho_e_Gregorio_Gomes_da_Silva_18.06.2014.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

SÍLVIO, Lisete Lídia de. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/agentes_publicos/Lisete_Lidia_de_Slvio_RDK.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

SKAZUFKA, Eva Teresa. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Eva_Teresa_Skazufka_14.07.2014_-ct.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.Eva

SOARES, Elza. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Elza_da_Conceicao_Soares.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

SOCCAS, Marlene de Souza. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Marlene_de_Souza_Soccas_-_RDK.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

SOLITRENICK, Regina Elza. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em:

http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Regina_Elza_Solitrenick_transcricao.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

SOUSA, Jesse Jane Vieira de. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Jessie_Jane_Vieira_de_Sousa_-_18.09.2013_-_rp.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

SOUZA, Dulce Maia. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Dulce_Maia_Souza.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

SOUZA, Neuza Ferreira de. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Neusa_Ferreira_de_Souza.pdf. Acesso em: 15 de. 2023.

SOUZA, Noracy Ruiz de. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Noracy_Ruiz_de_Souza.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

STROZENBERG, Flora. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Flora_Strozenberg_-_08.05.2014_-_rp.pdf. Acesso em: 14 dez. 2023.

TEIXEIRA, Maria Aparecida Serpião. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Maria_Aparecida_Serapiao_Teixeira__-_RDK.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

TELES. Maria Amélia de Almeida. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Angela_Mendes_de_Almeida_e_Maria_Amelia_de_Almeida_Teles_19.08.2013.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

VALENÇA. Jurema Augusta Ribeiro. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Jurema_Augusta_Ribeiro_Valenca_29.09.2014.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

VICINI, Iara Spadini. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Iara_Spadini_Vicini_13.11.2013.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

VILELA, Elzira. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Elzira_Vilela_00092_000422_2014_15_degravacao.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

VOLPINI, Juliana de Andrade. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em:

http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Juliana_de_Andrade_Volpini.pdf. Acesso em: 14 dez. 2023.

WERNER, Helena Pignatari. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Helena_Pignatari_Werner_10.07.2014_-_rp.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

ZAMIKHOWSKY, Eliane. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Eliane_Zamikhowsky_-_24.07.2013_-_ct.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

ZATZ, Lia. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Lia_Zatz_11.11.2013-_rp.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

ZERBINI, Eugênia Cristina Godoy de Jesus. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Eugenia_Cristina_Godoy_de_Jesus_Zerbini.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

ZERBINI, Therezinha de Godoy. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Therezinha_de_Godoy_Zerbini_02.10.2014.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Tabela elaborada com a relação de nomes de mulheres que constam em cada Comissão.

Nomes na CEMDP e CNV	**Somente na CEMDP**	**Somente na CNV**
1- Alceri Maria Gomes da Silva	1-Cleide Maria Ferreira Nogueira (caso indeferido)	1-Eliane Martins
2-Ana Maria Nacinovic Correa	2-Doralice Ferreira (caso indeferido)	2-Íris Amaral
3-Ana Rosa Kucinski Silva	3-Eliane Canedo Guimarães dos Santos (caso indeferido)	3-Margarida Maria Alves
4-Anatália de Souza Melo Alves	4-Joana Lúcia Silva Santos (caso indeferido).	4-Maria Ângela Ribeiro
5-Angelina Gonçalves	5-Rita (paradeiro desconhecido).	5-Maria Regina Marcondes Pinto
6-Áurea Eliza Pereira		
7-Aurora Maria Nascimento Furtado		
8-Catarina Helena Abi Eçab		
9-Dinaelza Santana Coqueiro		
10-Dinalva Oliveira Teixeira		
11-Esmeraldina Carvalho Cunha		
12-Gastone Lúcia de Carvalho Beltrão		
13-Helenira Resende de Souza Nazareth		
14-Heleny Ferreira Telles Guariba		

15-Iara Iavelberg		
16-Ieda Santos Delgado		
17-Ísis Dias de Oliveira		
18-Jana Moroni Barroso		
19-Jane Vanini		
20-Labibe Elias Abduch		
21-Lígia Maria Salgado Nóbrega		
22-Liliana Inês Goldemberg		
23-Lourdes Maria Wanderley Pontes		
24-Lúcia Maria de Souza		
25-Luiza Augusta Garlippe		
26-Lyda Monteiro da Silva		
27-Maria Augusta Thomaz		
28-Maria Auxiliadora Lara Barcellos		
29-Maria Célia Corrêa		
30-Maria Lúcia Petit da Silva		
31Maria Regina Lobo Leite de Figueiredo		
32-Marilena Villas Boas Pinto		
33-Miriam Lopes Verbena		

34-Monica Susana Pinus de Binstock		
35-Neide Alves dos Santos		
36-Nilda Carvalho Cunha		
37-Pauline Philipe Reichstul		
38-Ranúsia Alves Rodrigues		
39-Solange Lourenço Gomes		
40-Soledad Barret Viedma		
41-Sônia Maria de Moraes Angel Jones		
42-Suely Yumiko Komaiana		
43-Telma Regina Cordeiro Corrêa		
44-Therezinha Viana de Assis		
45-Walquíria Afonso Costa		
46-Zuleika Angel Jones		

Fonte: PINTO (2023, p.106-108).